



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 44ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**19/11/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/11/2015.

44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 72/2015 - Não Terminativo -	SEN. GLEISI HOFFMANN	9
2	MSF 73/2015 - Não Terminativo -	SEN. JORGE VIANA	150
3	MSF 75/2015 - Não Terminativo -	SEN. JOÃO CAPIBERIBE	188

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDS 347/2015 - Não Terminativo -	SEN. MARTA SUPLCY	266
2	PDS 383/2015 - Não Terminativo -	SEN. LASIER MARTINS	292

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Maioria (PMDB)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecção(PSD)(17)(18)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303-2252/2253	4 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303-4502/4503	3 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)B)	RJ (61) 3303-5225/5730
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLPPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 19 de novembro de 2015
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
44ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão do Relatório do PDS nº 383/2015.

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/11/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/11/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2015**

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador João Capiberibe

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/11/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2015****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao texto Impresso.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 383, de 2015****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - SABATINA

1



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 72, de 2015 (Mensagem nº 419, de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.*

RELATORA: Senadora **GLEISI HOFFMANN**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 72, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles. O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, o Sr. Carlos Alfonso Iglesias Puente nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 1963.

Formou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em 1984 e ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores no ano seguinte. Completou o Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Toronto, no Canadá, em 1994. Em 2008, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE-IRBr, com a defesa da tese: “A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005”.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Assumiu o cargo de Terceiro Secretário em 1986, tendo sido promovido a Segundo Secretário em 1991, a Primeiro Secretário em 1999, a Conselheiro em 2005 e a Ministro de Segunda Classe em 2009, todos por merecimento.

Entre as funções desempenhadas ao longo de sua carreira na Secretaria de Estado cabe mencionar as de assistente e assessor na Secretaria Especial de Imprensa (1986 a 1991) e Coordenador-Geral substituto da Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo da Agência Brasileira de Cooperação, de 2001 a 2006.

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Toronto, de 1991 a 1995; na Embaixada em Bonn, de 1995 a 1997; na Embaixada em La Paz, de 1997 a 2001; no Consulado-Geral em Toronto, como Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória, de 2005 a 2006, no Consulado-Geral em Barcelona, como Cônsul-Geral Adjunto de 2006 a 2010 e como Ministro-Conselheiro nas Embaixadas em Luanda, de 2010 a 2012 e em Pretória, de 2012 até hoje. Chefiou a delegação brasileira ao III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, em Durban, em 2013; e ao II Forum de Urbanização do BRICS, também em Durban, em 2013.

Recebeu a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, em 2013. Em 2010 publicou o trabalho “A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa”, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Brasília.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República Unida da Tanzânia conta com população de 47,6 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto – PIB – nominal da ordem de US\$ 127,1 bilhões, sendo governada pelo Presidente Jakaya Mrisho Kikwete desde 2005, em uma monarquia constitucional.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970, porém nossa Embaixada em Dar Es Salaam foi desativada em 1991 por contingência orçamentária, sendo reaberta em 2005.

A Tanzânia apoiou a candidaturas brasileiras aos cargos de direção-geral da Organização Internacional do Café (OICAFE), da



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Foram identificados projetos de investimentos brasileiros na Tanzânia, nas áreas de exploração de petróleo e de obras de infraestrutura, os quais, contudo, carecem de fonte de financiamento oficial. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não pode comprometer-se com o financiamento de projetos de investimentos na Tanzânia, uma vez que o processo de ratificação do acordo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil ainda não foi concluído.

Na área de cooperação, a carteira de projetos e iniciativas constitui uma das mais diversificadas dentre os parceiros brasileiros do continente africano, após os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Em 2010, em resposta a uma solicitação do Governo da Tanzânia, foi intensificada a cooperação esportiva entre o Brasil e a Tanzânia, quando o Governo brasileiro custeou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para treinadores de Futebol realizado em São Paulo, em maio daquele ano. Outras áreas de interesse para cooperação são biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio.

Há interesse também daquele país em dar início a projetos de cooperação em matéria de defesa, como nas áreas de segurança de plataformas continentais, operações de controle de fronteiras e formação e treinamento de quadros da Marinha. Outras áreas em que há interesse na cooperação são os serviços aéreos, ensino do idioma português e projeto para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão, com a participação da EMBRAPA (projeto “Cotton Victoria”).

Segundo informa o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty, a Tanzânia tem, atualmente, uma dívida de cerca de US\$ 236 milhões, referentes a créditos liberados pelo Brasil em 1979, por ocasião de contrato para financiamento para construção de rodovia ligando Dar Es Salaam e Dodoma. Informa ainda que desde 2013 o Acordo para a renegociação da dívida da Tanzânia com o Brasil encontra-se no Senado Federal, pendente de apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos.



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

No tocante ao comércio bilateral, entre 2005 e 2014 as trocas cresceram 74,2%, passando de US\$ 14,4 milhões para US\$ 25,0 milhões, respectivamente. O saldo comercial foi sempre favorável ao Brasil, uma vez que as importações brasileiras da Tanzânia são pouco expressivas. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2014 para aquele país foram: açúcar (36,1% do total); tubos de aço (11,8%); caixas de transmissão para veículos (6,3%); protetores para pneus (6,0%) e tratores (3,6% do total). Por outro lado, importou da Tanzânia principalmente peixes, outros produtos de origem animal, grãos e sementes e máquinas elétricas.

O documento informativo encaminhado a essa Casa pelo Itamaraty prossegue, discorrendo sobre a União das Comores. Segundo a mencionada informação, sua capital é Moroni, conta com população de cerca de 776.000 habitantes e seu PIB nominal é de US\$ 658 milhões (dados de 2013).

As relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marraquexe, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais. As autoridades comorianas têm dado sinais de interesse na aproximação com o Brasil. Como exemplo, pode-se citar o convite e o comparecimento do Brasil à Conferência Internacional de Doadores das Comores, realizada na República de Maurício, em dezembro de 2005. Após encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da II Cúpula ASA (Isla Margarita, 26 e 27 de setembro de 2009), o ex-Presidente Ahmed Sambi expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira nas Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo Presidente Dhoinine e seus assessores, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

O Consulado Honorário do Brasil nas Comores foi inaugurado em 27/5/2015. O titular é o



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

comoriano Djamil Mahamoud.

Apenas 2 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salam como residentes nas Comores. Apesar disso, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para possível apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US\$ 3 milhões, amplamente superavitário em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, opera-se um lento processo de melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US\$ 1,1 milhão em 2014. As exportações brasileiras para as Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares e produtos de confeitaria, preparações de peixes, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal.

Não há registro de investimentos brasileiros nas Comores. Em 2011, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, ainda em tramitação na Casa Civil.

Já a República das Seicheles, cuja capital é Vitória, conta com população de 94.000 habitantes e PIB nominal de US\$ 1,42 bilhões. Estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. O diálogo político, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes às brasileiras nas áreas de desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza e na promoção de um comércio internacional mais justo. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, aquele país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2013 a 2014, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição de 32,3%. Essa retração deu-se pela diminuição das exportações (-34,3%), que historicamente representaram quase a totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2014, foram: peixe congelado, carnes de frango, carne bovina e carne suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2014, foram: instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia (71,9% do total geral), produtos químicos, e máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

atuação de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). O Governo de Seicheles também manifestou interesse na compra de aeronaves da Embraer.

Não há registro de brasileiros residentes em Seicheles.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA E,
CUMULATIVAMENTE, À UNIÃO DAS COMORES E À REPÚBLICA DAS
SEICHELES.
EMBAIXADOR FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ

Ao deixar definitivamente o Posto, transmito relatório de minha gestão à frente da Embaixada em Dar es Salam, no período de 25 de julho de 2009 a 12 de junho de 2015. Desejo primeiramente expressar minha gratidão ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ex-Chanceler Celso Amorim pela confiança demonstrada ao nomearem-me para o Posto, assim como por todo o apoio recebido durante a gestão de ambos. Gostaria, igualmente, de demonstrar meu reconhecimento à Presidente Dilma Rousseff e ao ex-Ministro Antonio Patriota por haverem confirmado minha permanência no Posto após 1º de janeiro de 2011; à Senhora Presidente e ao ex-Chanceler Luiz Alberto Figueiredo por minha promoção a Ministro de Primeira Classe; e, por fim, à Presidente e a Vossa Excelência por haverem novamente confirmado minha permanência no Posto após 1º de janeiro de 2015.

A Tanzânia é considerada um dos países politicamente mais estáveis da África, nunca havendo registrado, desde sua independência em 1961, qualquer golpe de Estado ou ruptura da ordem democrática. É hoje também um dos que mais crescem no mundo (cerca de 7% ao ano na última década), o que tem atraído o interesse de muitas empresas brasileiras. O relacionamento com as autoridades locais foi sempre atento e cordial, o que reflete o respeito e interesse do Governo tanzaniano em aproximar-se de nosso país e conhecer nossas experiências, em particular nas áreas de redução de pobreza, combate à fome e desenvolvimento agrícola.

No plano político, busquei concentrar meus esforços na ampliação do diálogo e no fortalecimento da agenda positiva entre os dois países. Inicialmente, o intercâmbio de visitas de alto nível atestou o compromisso e a vontade política de aprofundar a interlocução. De fato, a troca de visitas entre os dois Chefes de Estado, em menos de dois anos, contribuiu para conferir nova dinâmica ao relacionamento bilateral. A assinatura de diversos acordos bilaterais, o fortalecimento das relações comerciais, as perspectivas para a cooperação técnica e científica e o interesse tanzaniano em contar com a participação de empresas brasileiras no desenvolvimento de sua infraestrutura refletiram uma fase de vitalidade e dinamismo das relações Brasil-Tanzânia.

O ímpeto inicial de aprofundamento das relações bilaterais nos três primeiros anos e meio de minha gestão foi seguido por período de relativa estagnação, marcada pela grande dificuldade em implementar os acordos assinados durante as visitas presidenciais, com a consequente perda de interesse pela parte tanzaniana em diversos assuntos. Se a Tanzânia, tal como constatei nos numerosos contatos com autoridades locais, vê o Brasil como potência emergente, com crescente influência nos assuntos internacionais, avalio que ainda falta a diversos segmentos do lado brasileiro entender e reconhecer a relevância deste país como nação emergente, que caminha para ser a sexta maior economia da África, além de importante ator no encaminhamento de questões regionais, como os conflitos na RDC, Burundi e nos Sudões.

Do lado tanzaniano, apesar de persistir o interesse em adensar relações com o Brasil, notou-se clara perda de terreno de nosso país em relação a China, Índia, Turquia, Coreia do Sul, Estados Unidos (em particular após a visita do Presidente Barack Obama a este país em julho de 2013) e, até mesmo, Cuba. Estes lograram aumentar sensivelmente sua presença na Tanzânia, tanto em termos políticos como econômico-comerciais (à exceção de Cuba, cuja presença mais forte se dá em cooperação na área de saúde), por muitas vezes deslocando interesses brasileiros.

Nos parágrafos seguintes, teço considerações sobre a evolução de diversos temas bilaterais durante minha gestão à frente desta Embaixada.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Em primeiro lugar, destaco a visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2010, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à Tanzânia e ponto mais alto de minha estada neste país. Na ocasião, foram assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento para a Cooperação na Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD); Memorando de Entendimento para a Cooperação Mútua no Treinamento de Diplomatas nas respectivas Academias; e Memorando de Entendimento para Cooperação na área de etanol combustível entre a Petrobrás e a "Tanzania Petroleum Development Corporation" (TPDC). Na agenda comercial da visita, foi organizado o seminário empresarial "Brasil-Tanzânia: Perspectivas de Comércio e Investimentos", com vistas a propiciar a identificação de oportunidades bilaterais de negócios, evento que reuniu mais de 200 empresários locais e brasileiros. O Presidente Lula foi, ainda, o convidado de honra da Feira Internacional de Dar es Salam, um dos maiores eventos comerciais da África Oriental.

Seguiram-se as visitas oficiais ao Brasil do Chanceler Bernard Membe (09/2010), do Primeiro-Ministro Mizengo Pinda (10/2011), e do Presidente Jakaya Kikwete (04/2012). A visita do Presidente Kikwete ocorreu em paralelo à participação na reunião da Parceria para o Governo Aberto (OGP), da qual a Tanzânia é um dos membros fundadores, e infelizmente não foi possível a realização de encontro privado com a Presidente Rousseff. Assim, o ponto alto da visita acabou sendo o caloroso encontro do Chefe de Estado tanzaniano com o ex-Presidente Lula da Silva em São Paulo. Também foi muito produtiva sua ida ao centro do Programa Mundial de Alimentos em Brasília, a primeira de um mandatário estrangeiro.

Apesar de as relações bilaterais terem alcançado seu ponto culminante após a realização das visitas presidenciais, lamentavelmente não houve o seguimento desejado no adensamento do relacionamento político, com a progressiva diminuição de visitas de alto nível. Do lado brasileiro, registrou-se somente a participação do Senhor SGAP-III nas comemorações do cinquentenário da independência de Tanganica (12/2011). Pelo lado tanzaniano, cabe registrar as idas ao Brasil dos Ministros das Águas e Irrigação (08/2009) e da Energia e Minerais (05/2010). Ademais foram numerosas as missões técnicas e de estudos, dentre as quais destaco as da Agência Reguladora de Energia Elétrica e Combustíveis – EWURA (09/2010); do Comissário de Energia do Ministério da Energia e Minerais e comitiva, com foco na área de biocombustíveis (10/2010); do Banco da Tanzânia para contatos com o Banco Central (08/2012); do Diretor-Geral do Bureau de Prevenção e Combate à Corrupção (11/2012); do Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia - COSTECH (em duas ocasiões, 01 e 11/2013); e

do Governo de Zanzibar, para conhecer a experiência brasileira no trato com a diáspora (05/2014).

ASSUNTOS MULTILATERAIS

No plano multilateral, o Governo local reagiu favoravelmente à grande maioria das gestões realizadas e às propostas de troca de votos, especialmente no que se referiu às candidaturas do Professor Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO e do Embaixador Roberto Azevêdo ao posto de Diretor-Geral da OMC. Vale ressaltar, igualmente, o constante diálogo com a Chancelaria, tanto bilateral, como em gestões conjuntas do G-4, sobre a questão da reforma da ONU e, em particular, do Conselho de Segurança.

É importante ressaltar, ainda, o compromisso, desde a primeira hora, da Tanzânia com a mencionada iniciativa OGP, de inspiração brasileira e norte-americana, que se tornou mais um ponto de aproximação entre nossos países, tendo em vista os encontros periódicos entre os pontos-focais nacionais e os Ministros responsáveis pelo acompanhamento da questão nos dois países. Registro, por fim, a participação do Vice-Presidente Gharib Bilal na Rio+20, em julho de 2012.

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

A promoção comercial sempre foi uma de minhas prioridades à frente desta Embaixada e sua ampliação dependerá de eventual estabelecimento de um Setor de Promoção Comercial (SECOM) no Posto. Durante minha gestão, o comércio bilateral Brasil-Tanzânia manteve tendência histórica de ser bastante favorável ao Brasil. Nos últimos seis anos, as exportações brasileiras para este país atingiram seu ápice em 2012, quando foram registradas vendas de US\$ 66,96 milhões, sustentadas por pesadas aquisições de açúcar. No período 2009-2014, o valor total exportado para a Tanzânia foi de US\$ 264,66 milhões, o que dá uma média anual de US\$ 44,11 milhões, ao passo que as importações brasileiras deste país foram insignificantes: parcos US\$ 461 mil no período. Estatísticas preliminares do ano corrente indicam que o fluxo comercial em 2015 deverá ficar bem abaixo da média anual registrada entre 2009-2014, possivelmente regressando aos níveis de 2008. Considero o valor do intercâmbio bilateral drasticamente inferior ao potencial de comércio entre os dois países, tendo-se em conta o tamanho das duas economias.

Nesses seis anos, o principal produto brasileiro importado pela Tanzânia foi o açúcar, equivalente em média à metade do valor exportado. O restante da pauta foi bastante diversificada, com os seguintes produtos alcançando valores acima de US\$ 5 milhões no período: tubos de aço, farinha de trigo, tratores e máquinas agrícolas, pneus, caixas de transmissão, chassis de motores a diesel e carne processada bovina e de frango. Observo, por oportuno, que as estatísticas não registram os produtos que entram na Tanzânia por terceiros mercados, como Emirados Árabes, Quênia e África do Sul.

O Posto identificou com base em prioridades definidas pelo Governo tanzaniano e no fato de o Brasil reunir condições suficientes de competir em cada um dos segmentos acima relacionados, os seguintes setores com grande potencial para as exportações brasileiras de manufaturados: máquinas e implementos agrícolas; material de transporte; equipamentos eletromédicos e hospitalares; pisos e revestimentos

cerâmicos; cosméticos e calçados. A fim de reverter a queda de nossas exportações e aproveitando a desvalorização do real em relação ao dólar, julgo necessária a organização de missões comerciais específicas.

Nessa linha, a Embaixada organizou, em 27/11/2014, com apoio do DPR/Itamaraty, o seminário "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience". O evento foi co-patrocinado pelas companhias brasileiras BrazAfric e Kepler Weber, bem como pelo National Microfinance Bank (NMB), banco local de maior capilaridade no país. Além dos patrocinadores, o programa contou com apresentações de representantes da Embrapa Africa, BNDES África e do "Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania Centre" (SAGCOT Centre). O evento marcou, ainda, lançamento e demonstração de silo com capacidade para 6 toneladas movido a energia solar, desenvolvido pela Kepler Weber em parceria com a BrazAfric especialmente para o mercado africano. O formato adotado procurou dar um viés teórico, com apresentações sobre a experiência brasileira na área de agricultura, e vertente comercial, com espaço reservado para encontros empresariais. O público presente incluiu representantes do Governo tanzaniano, de bancos locais, de associações de pequenos produtores e empresários de diversos setores ligados à agricultura. Ressalto a importância do evento, avaliado como muito positivo para o estímulo ao engajamento brasileiro no setor de agricultura da Tanzânia. Além de ampla cobertura midiática, foram iniciadas discussões, por exemplo, entre Kepler Weber, BrazAfric e a "National Food Reserve Agency" (NFRA), agência responsável pela manutenção de estoques de alimentos, sobre projeto para expansão da capacidade nacional de armazenamento em 160.000 toneladas até meados de 2016. A realização do evento também gerou oportunidades para o estreitamento das relações do BNDES na Tanzânia. Pelas características do mercado local, o continuado envolvimento do Posto será fundamental para a concretização dessas iniciativas.

No que se refere aos investimentos, ressalto o papel da Petrobras na exploração de petróleo e gás natural neste país. Primeira "major oil company" a assinar Acordo de Produção Compartilhada (APC) com a TPDC em 2002 (blocos 5 e 6, ambos já devolvidos), a estatal brasileira desempenhou papel essencial na atração de outras grandes empresas do setor, como Shell, Statoil, BG Group e ExxonMobil, para o mercado tanzaniano. Por não ter encontrado gás natural, como suas concorrentes, pois priorizou, desde o início, a busca por reservas de petróleo, a Petrobras Tanzania (PETAN) acabou tendo que se associar à holandesa Shell (blocos 5, 6 e 8) e a norueguesa Statoil (bloco 6) e, mais tarde, que realizar "joint-venture" com o Banco BTG Pactual para conseguir manter sua operação neste país. No momento de minha partida, a empresa brasileira aguarda os resultados da análise dos estudos sísmicos 3D do bloco 8, que deverá ser concluída até dezembro próximo, de modo a decidir, em conjunto com a Shell, se realizará, no segundo semestre de 2016, perfuração de poço, obrigatória segundo as regras do APC. Avalio que, independentemente do resultado da prospecção nesse bloco, o fortalecimento da posição da Shell no mercado local, após a fusão com a BG, poderá abrir novas oportunidades de negócios para a PETAN, tanto nos blocos originais da BG (1 e 3) como nos que estão sendo negociados pela Shell com o Governo de Zanzibar (9 a 12), ou mesmo em outras áreas que deverão ser abertas no futuro próximo com a consolidação do setor gasífero neste país.

A presença da Petrobrás no mercado facilitou à Embaixada atrair a atenção de outras empresas brasileiras, como as construtoras Queiroz Galvão, Odebrecht, Camargo

Correa e Andrade Gutierrez, assim como a "holding" paranaense Green Best Solutions, para buscarem oportunidades de realização de obras de infraestrutura neste país. A Andrade Gutierrez foi a primeira a abrir escritório, em 2011, mas acabou fechando-o no ano seguinte. No final de 2013, foi a vez de a Queiroz Galvão abrir sua representação, para tratar dos importantes projetos do Aeroporto de Dodoma e da hidrelétrica de Mnyera (700Mw). A obra do referido aeroporto, com custo estimado em US\$ 185 milhões, com financiamento europeu, foi finalmente incluída no orçamento do Estado para o ano fiscal 2015-2016, que tem início em 01/07 próximo. Desde o final de 2014, a Camargo Correa realizou quatro missões a este país, em busca de obras, e começou a negociar com o Governo local o projeto de linha de transmissão elétrica entre Chalinze e Dodoma (300km), obra orçada em cerca de US\$ 250 milhões.

Por sua vez, a Odebrecht foi a primeira empresa a visitar a Tanzânia, um mês após minha assunção. Na ocasião, demonstrou interesse pela obra da hidrelétrica de Stiegler's Gorge, no Rio Rufiji, com capacidade de geração de 2.100Mw, o que seria a quarta maior usina da África. Por tratar-se de obra de grande porte (investimento estimado em US\$ 2,5 bilhões), a negociação é lenta e já requereu a superação de uma série de fases como a da pré-viabilidade (2012), viabilidade (2013) e, agora, os estudos de impacto ambiental, que devem ser concluídos ainda no corrente ano. Entrementes, a Odebrecht conseguiu que o Ministério dos Transportes tanzaniano incluísse em seu orçamento para 2016, a obra do Aeroporto de Mtwara, futuro polo da indústria do gás natural, com investimento previsto de US\$ 200 milhões e financiamento internacional. Além disso, a empresa vem negociando com fundo de investimento norte-americano a participação na obra do Porto Seco de Kibaha, na região metropolitana de Dar es Salam. A Odebrecht anunciou que deverá abrir, em breve, escritório na Tanzânia.

Entretanto, a primeira empresa a assinar um contrato com o Governo tanzaniano foi a Green Best Solutions, que irá instalar os aterros sanitários de Temeke e Ruvu, na Grande Dar es Salam. A empresa aguarda a disponibilização dos terrenos para iniciar a montagem dos aterros, que deverão contar, nessa fase inicial, com a participação de até dez técnicos brasileiros. Mais recentemente, representantes das sandálias Ipanema e Rider (Grendene) alugaram depósito no Porto de Dar es Salam para começar a distribuir, em breve, seus produtos neste país.

Cabe registrar o interesse antigo da Tanzânia em adquirir aviões da Embraer, ainda não concretizado em razão da falta de solução para questão da dívida bilateral. Hoje, só duas aeronaves EMB-120 Brasília operam neste país, adquiridas usadas pela Flightlink (quarta maior companhia aérea do país). Outras empresas locais, como a Air Tanzania e Precision Air, já manifestaram interesse nos E-Jets brasileiros. O mercado mais promissor, no momento, é o da venda de Super Tucanos, nas suas versões de treinamento e ataque leve para a Força Aérea tanzaniana, além de um Lineage 1000 para a Presidência da República. Este segmento do mercado tanzaniano é disputado com concorrentes canadenses e chineses, o que exige intenso trabalho político junto a autoridades militares e civis, nos preparativos e seguimento das diferentes missões de representantes da Embraer para concretizar as negociações.

REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

O financiamento brasileiro para a construção da rodovia Morogoro-Dodoma pela construtora ECISA, nos anos 1980, gerou dívida que atinge atualmente US\$ 235

milhões. Alguns anos mais tarde, a Tanzânia entrou em moratória e parou de pagar o serviço da dívida. Em vista disso, processo de negociação levou à assinatura das Atas do Clube de Paris de 2000 e de 2002, que previam o perdão de 90% dos juros. Hoje, nosso país é o único que ainda não completou o processo de renegociação. Durante a visita presidencial de 2010, o Presidente Lula da Silva chegou a anunciar o perdão da dívida e negociação preliminar foi alcançada ainda naquele ano, o que levou o Governo tanzaniano a efetuar o pagamento de pouco mais de US\$ 8 milhões do montante principal. Entretanto, a Procuradoria-Geral da Fazenda suspendeu as negociações e novo acordo foi alcançado em 2012, prevendo não só o perdão dos juros, mas o pagamento antecipado da parte pendente do principal em duas parcelas, liquidando a dívida seis meses após a entrada em vigor do acordo. A reestruturação da dívida da Tanzânia com o Brasil foi submetida ao Senado Federal em 2013, onde aguarda, até hoje, aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos.

Para o lado tanzaniano, a conclusão das negociações com o Brasil significa o encerramento de um capítulo em sua história econômica, o que irá permitir ao país receber finalmente um "rating" das agências internacionais, voltando a tomar empréstimos a um custo mais acessível no mercado internacional de capitais. A reestruturação da dívida permitirá ainda que o Governo tanzaniano possa beneficiar-se de novas linhas de crédito de instituições brasileiras, tanto para o financiamento de obras de infraestrutura quanto para a aquisição de aeronaves e máquinas e implementos agrícolas. A falta de solução para essa questão é fator de grande frustração por parte das autoridades locais e põe em xeque o discurso de solidariedade Sul-Sul adotado pela diplomacia brasileira.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Trata-se de setor de grande potencial e intensidade, que justificou a contratação, a partir de 2011, de funcionário dedicado para acompanhar esses assuntos. Os primeiros ajustes complementares foram assinados em 2009 para projetos nas áreas de processamento de caju e de prevenção ao HIV/Aids (já concluídos), horticultura e melhoramento genético do gado zebu (ainda em andamento). Em 2012, foi assinado acordo trilateral com a Organização Internacional do Trabalho para o combate às piores formas do trabalho infantil na Tanzânia, também já concluído. A partir de 2012 começaram a ser negociadas as segundas fases da cooperação nas áreas de caju e HIV-Aids, além de novas iniciativas em ortopedia pediátrica e no combate à anemia falciforme. Apesar do interesse das instituições tanzanianas a serem beneficiadas pelos projetos de cooperação, a negociação dos ajustes complementares e dos documentos de projetos se encontra parada, devido às restrições orçamentárias vigentes.

Igualmente em 2012, teve início a negociação do projeto do "Cotton Victoria" que, quando implementado, será o maior projeto de cooperação brasileira na África Oriental, beneficiando inicialmente Tanzânia, Quênia e Burundi. Trata-se de projeto de âmbito regional, cuja sede, tendo vista a importância da cotonicultura para a economia tanzaniana, será em Mwanza, no Centro de Desenvolvimento do Algodão (Ukiriguru). Várias missões já visitaram os países-alvo, a última com a participação de técnicos da Universidade Federal de Lavras (05/2015), selecionada para substituir a EMBRAPA como instituição executora do projeto. Espera-se que seja iniciada, em breve, a negociação do texto do Acordo.

Ainda no setor agrícola, a Embaixada foi informada pela Embrapa África da assinatura de Memorando de Entendimento entre a agência de cooperação internacional do Governo britânico (DfID) e a Embrapa, em Brasília, em 30/04/2014, para ampliar programas de cooperação técnica e intercâmbio em agricultura de baixo carbono no continente africano. A Tanzânia figura entre os quatro países a serem inicialmente beneficiados por essa iniciativa, que contará com recursos da ordem de 4,9 milhões de libras do DfID e contrapartida de igual valor da Embrapa (em horas técnicas).

No que tange à cooperação científica, existe intensa atividade entre a EMBRAPA Algodão e a Universidade de Dar es Salam para o desenvolvimento de espécies de algodão resistentes a pestes, que se iniciaram em 2006, à época do Programa Pro-Africa, e seguiram com o apoio de recursos do "Brazil-Africa Marketplace". Novas possibilidades de cooperação científica vêm sendo exploradas pela FIOCRUZ com a COSTECH e o Instituto de Saúde de Ifakara na área do combate à malária.

Pelas características e complementaridades entre os dois países, considero muito importante que seja dada continuidade à cooperação bilateral. Além das já mencionadas áreas de agricultura e saúde, seria importante atender a solicitação do Presidente Kikwete e desenvolver projeto no campo de alimentação escolar, nos moldes da parceria entre Brasil e PMA. Além dos benefícios da cooperação em si, uma interlocução mais estreita com a Presidência seria de enorme valia, tendo em vista o sistema bastante centralizado de tomada de decisões neste país.

DEFESA

Em dezembro de 2011, após o ataque de piratas somalis ao navio-sonda da Petrobras no mar territorial tanzaniano, o Posto sugeriu a criação de adidância militar, preferivelmente da Marinha, para acompanhar a questão da pirataria no Oceano Índico, bem como os temas relacionados à cooperação militar com a Tanzânia e países cumulativos. O Adido militar também passaria a ser responsável pela conclusão e atualização do plano de contingência e evacuação da Embaixada.

Após diversas gestões da Embaixada, conseguiu-se que o Adido Naval e de Defesa em Pretória realizasse visita à Tanzânia (e também a Seicheles) para conhecer as ações que o país vinha tomando para combater a pirataria e analisar eventuais demandas de cooperação (09/2013). Esses contatos culminaram com a ida do Chefe do Estado Maior das Forças Populares de Defesa da Tanzânia, General Davis Mwamunyange, ao Brasil (08/2014), a convite do Chefe do EMFA, seguida de participação de delegação tanzaniana na LAAD 2015. Está sendo organizada visita de estudos ao Brasil de oficiais ligados à criação de unidades de elite, de ação rápida e antiterrorismo. Ressalto, outrossim, o excelente relacionamento da Embaixada com a Escola Nacional de Defesa, que realizou a viagem de estudos de sua primeira turma de formandos ao Brasil em 2012, e que me convidou todos os anos para realizar palestra aos alunos sobre temas brasileiros e sul-americanos.

Considero que só com a nomeação de Adido Militar, ainda que não residente em uma primeira fase, será possível consolidar e intensificar essa cooperação, que pode vir a ter importantes desdobramentos em termos de venda de equipamento de emprego militar.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E ASSUNTOS CULTURAIS

O aproveitamento de vagas por estudantes tanzanianos nos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) sempre esbarraram na barreira da língua. Por isso, atendendo a solicitação desta Embaixada, o Governo brasileiro decidiu abrir Leitorado de Língua Portuguesa na Universidade de Dar es Salam (uma das mais importantes da África) em 2011. O processo de seleção do Leitor foi concluído pela CAPES em dezembro daquele ano, mas nenhum dos candidatos selecionados aceitou assumir o cargo e essa vaga foi retirada das prioridades da CAPES. Em 2014, com apoio da Petrobras e em conjunto com o Ministério da Energia e Minerais, foram selecionados 15 candidatos a bolsas de mestrado e doutorado em geologia e engenharia de petróleo para realizar curso intensivo de português. Com essa iniciativa foi possível garantir, após mais de 35 anos, o retorno de estudantes tanzanianos ao PEC-PG, com a concessão de duas bolsas para mestrandos na Universidade Federal do Espírito Santo. Importante registrar, ainda, a decisão de conceder bolsa a diplomata tanzaniano, o segundo em cerca de 25 anos, para cursar o Instituto Rio Branco, para o curso de 2011/12.

No marco da cooperação cultural, vale destacar a realização de Mostras anuais de Cinema Brasileiro na Tanzânia (quatro edições), com o apoio do Departamento Cultural do Itamaraty e da Petrobras, além de algumas parcerias locais, que atingiram bom público durante as sessões organizadas nesta Capital e em Zanzibar, entre 2010 e 2014. Também digna de nota foi a realização da Mostra fotográfica AMRIK (2011), em colaboração com a Fundação Aga Khan, que contou com excelente público no Diamond Jubilee Hall. Eventos musicais e "workshops" de percussão também atraíram bom público com as apresentações do Pandeiro Repique Duo (04/2010) e dos Grupo Samba Brasil (07/2010) e Raiz (09/2013). O Posto procurou também apoiar o desenvolvimento da capoeira neste país, inclusive com a publicação de livro em língua suaíli, em parceria com editora local, sobre esta manifestação cultural afro-brasileira. Cabe registrar, ainda, a elaboração da publicação "Brazili kwa ufupi" ("Brasil em resumo", em suaíli), em 2010, com informações básicas sobre o Brasil para alunos da escola secundária. Essas informações foram agora atualizadas e sua versão digital encontra-se disponível na página da Embaixada na internet.

SEICHELES

Em 23/09/2010, o Governo de Seicheles concedeu-me "agrément" como representante do Brasil junto àquele país. Em 24/05/2011, participei, em Victoria, na condição de Embaixador designado e Enviado Especial do Governo brasileiro, das cerimônias de posse do segundo mandato do Presidente James Michel. Na ocasião, fiz entrega ao Chefe de Estado seichelense de carta da Senhora Presidente da República na qual solicitava apoio daquele país à candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da FAO, que foi imediatamente endossada por Seicheles.

Por Decreto de 18/10/2011, minha nomeação para o cargo foi publicada no Diário Oficial da União. Em 13/12/2011, apresentei credenciais ao Presidente James Michel, em cerimônia realizada no Palácio Presidencial de Victoria. No mesmo dia, assinei, juntamente com o Chanceler Jean-Paul Adam, dois acordos: o de isenção parcial de vistos e o de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço. Este entrou em vigor em 09/02/12, enquanto o primeiro, aprovado pelo Senado

Federal em 18/03/2014, ainda aguarda promulgação. Em vista da demora para sua entrada em vigor, foi apresentada ao Governo de Seicheles a possibilidade de assinatura de Acordo por Troca de Notas Assinadas sobre o assunto, como maneira de acelerar o processo de isenção de vistos de curto prazo. A Nota de proposta foi enviada à Chancelaria seichelense em 15/05/2015, ainda sem resposta.

Durante contatos realizados por ocasião da apresentação de credenciais, a Chancelaria local demonstrou interesse em receber bolsas de estudo de pós-graduação, bem como uma vaga no Instituto Rio Branco. Em vista disso, consultou sobre a entrada em vigor do Acordo Bilateral na área de cooperação educacional, assinado em Victoria em 16/09/2009 e aprovado pelo Senado Federal em 31/05/2011, mas ainda não promulgado. Ademais, o Governo seichelense voltou a insistir na assinatura de Acordo para evitar a Bitributação e de Promoção de Investimentos, apresentado inicialmente em 2006, mas não houve interesse do lado brasileiro em levar adiante o tema, por Seicheles figurar na lista de "paraísos fiscais não cooperativos" da OCDE.

Entre 29/10 e 3/11/2013, realizei nova visita oficial a Victoria, acompanhado de missão empresarial, composta de representantes da Petrobras, Queiroz Galvão e Green Best Solutions. Fui recebido pelo Chanceler Jean-Paul Adam, ocasião em que passamos em revista os temas da agenda bilateral. Durante a visita, o CEO da "Seychelles Civil Aviation Authority" confirmou o interesse de seu país em assinar Acordo de Serviços Aéreos com o Brasil, cuja minuta acabou sendo negociada semanas mais tarde, durante rodada de negociações da OACI realizada em Durban, África do Sul (9-13/12/2015).

Entre os dias 17 e 19/05/2015, realizei visita de despedidas a Seicheles. Além do encontro de cortesia com o Presidente Michel no Palácio Presidencial em 18/05, despedi-me, igualmente, do Presidente da Assembleia Nacional, Patrick Herminie. Ademais, foram realizadas reuniões de trabalho com o Ministro das Finanças e Comércio e com o Secretário de Estado da Chancelaria. Ao final da visita, foi assinado o Acordo bilateral de Serviços Aéreos.

Seicheles vem demonstrando grande interesse em diversificar seu relacionamento internacional e considera o Brasil parceiro importante, que mereceria intensificação das relações. Em cooperação científica, técnica e tecnológica, as áreas mais promissoras são educação, saúde, agricultura, temas ambientais e as relacionadas à chamada "economia azul" e à capacitação de recursos humanos. No plano comercial e de investimentos, existem oportunidades de negócios e investimentos nos setores de turismo, pesca e infraestrutura, em projetos como o novo Aeroporto Internacional de Victoria, obra orçada em mais de US\$ 150 milhões.

Nos foros internacionais, Seicheles segue sempre a posição comum da Aliança dos Pequenos Estados Insulares, em particular os da Comissão do Oceano Índico, e tem procurado demonstrar liderança nesse grupo, tendo em vista a candidatura do país a assento não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2017-2018. O país tem participado ativamente das reuniões internacionais nas áreas de meio ambiente e Direito do Mar e, em outubro de 2014, o Ministro do Meio Ambiente e Energia, Professor Rolph Payet, foi eleito para o cargo de Secretário Executivo das Convenções da Basiléia, Roterdã e Estocolmo.

COMORES

O Governo comoriano concedeu-me "agrément" em 18/02/2011. Minha primeira visita a Moroni aconteceu entre 2 e 4/06/2011, ainda como Embaixador designado, e na condição de Enviado Especial da Senhora Presidente da República para promover a candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da FAO. O Presidente Ikililou Dhoinine recebeu-me em 02/06, um dia após sua posse. Desde o princípio, aquele país apoiou a candidatura do Professor José Graziano da Silva. Mantive, ainda, contatos na Chancelaria e nos Ministérios da Agricultura e da Energia.

Por Decreto de 18/10/2011, minha nomeação para o cargo de Embaixador junto à União das Comores foi publicada no D.O.U. Apresentei credenciais ao Presidente Ikililou Dhoinine em 22/11/2011, em cerimônia no Palácio Beit-Salam, fato inédito, pois, desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 25/03/2005, nenhum Embaixador brasileiro havia conseguido viajar às Comores para a apresentação de credenciais. No mesmo dia, assinei, juntamente com o Chanceler Mohamed Bakri Charif, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, cujo processo de ratificação ainda não foi concluído. Entre 14 e 21/01/2012, a Embaixada organizou na Aliança Francesa de Moroni a exposição fotográfica Amrik e a exibição do filme "Central do Brasil".

Entre 4 e 7/11/2013, realizei nova visita a Moroni, acompanhado de missão empresarial, composta de representantes da Petrobras, Brazil Foods, Green Best Solutions e Brazafric. Fui recebido, juntamente com os empresários brasileiros, pelo Presidente Dhoinine, ocasião em que manifestou sua satisfação com a possibilidade de contar com a participação de empresas brasileiras no desenvolvimento do país, em particular do setor de petróleo e gás.

Entre os dias 25 e 27/05/2015, realizei visita de despedidas ao país, com encontros com o Chefe de Estado, com o Presidente da Assembleia Nacional, Abdou Ousseini, e com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Tanto nas audiências com o Presidente Dhoinine e com o Chefe do Legislativo ficou patente o interesse do país em poder contar com a Petrobras na exploração de petróleo e gás natural em águas profundas na zona econômica exclusiva do arquipélago, adjacente às grandes reservas de gás encontradas recentemente em Moçambique e Tanzânia. No encontro na Chancelaria, o Secretário-Geral voltou a insistir no desejo daquela Chancelaria de formar diplomatas no Instituto Rio Branco. Também inaugurei oficialmente o Consulado Honorário em Moroni e dei posse ao Senhor Djamil Mahamoud no cargo, o que deverá facilitar em muito os contatos com aquele país.

Nos diversos foros multilaterais, as Comores tem apoiado sistematicamente candidaturas brasileiras, inclusive no caso de nossa pretensão a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

COMUNIDADE DA ÁFRICA ORIENTAL (EAC)

Apresentei credenciais ao Secretário-Geral, interino, da Comunidade da África Oriental (EAC), Julius Rotich, em 03/05/2010, no edifício-sede da instituição em Arusha. Na ocasião, Rotich agradeceu nosso interesse em uma aproximação com a Comunidade e demonstrou interesse em conhecer melhor a experiência brasileira nas

áreas de agricultura, energia, infraestrutura, transporte e meio ambiente, bem como as instituições do MERCOSUL. Cabe registrar que fui o primeiro representante governamental a apresentar credenciais, o que coloca o Brasil no topo da precedência dentre os países com Embaixadores acreditados como observadores junto àquele organismo regional.

Atendendo a convites do Secretariado da EAC, participei das seguintes Cúpulas da Comunidade: XII Sessão Ordinária (Arusha, 03/11/2010); IX Sessão Extraordinária (Dar es Salaam, 19/04/2011), ocasião em que pude realizar gestões junto aos Chanceleres dos 5 países membros em prol da candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO; e XIII Sessão Ordinária (Bujumbura, 29/11/2011). Em 28/11/2012, o então Encarregado de Negócios, PS Pedro Martins Simões, participou em Arusha das cerimônias de inauguração do novo edifício-sede da EAC e do lançamento da pedra fundamental dos projetos do posto fronteiro único de Namanga e da duplicação da rodovia Arusha-Namanga-Athi River, eventos prévios à XIV Cúpula, realizada em Nairóbi, onde o Brasil esteve representado por sua Embaixadora naquela Capital.

Cabe registrar a participação do Secretário-Geral da EAC, Dr. Richard Sezibera, na Conferência de Cúpula Rio+20, marcada pela realização, em parceria com o PNUD, de evento paralelo intitulado "Apresentando os progressos da EAC na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na África Oriental, em 20/06/2012.

Em 23/01/2013, o Secretário-Geral Adjunto da EAC para Assuntos Financeiros e de Administração visitou-me na Embaixada com o intuito de buscar uma aproximação daquele organismo regional com o Brasil. As áreas de interesse eram, naquele momento, nos setores de infraestrutura, maquinário agrícola e energias renováveis. Em seguimento à visita, enviou-me carta, em 20/02/2013, pela qual convidava o Governo brasileiro a participar formalmente, na qualidade de membro observador, das reuniões do Comitê Executivo do Fundo de Parceria daquele organismo (EPF). O convite significava participar de duas reuniões anuais, em sessões técnicas, seguidas de encontro de alto nível do Secretário-Geral, Richard Sezibera, com os Chefes de Missão dos países-membros do Fundo. Em 31/12/2013, o Posto recebeu instruções de que o Brasil não tencionava participar, por enquanto, do EPF nem como observador, tendo em vista que nossa participação poderia gerar expectativa de contribuições financeiras futuras. Entretanto, foi anunciado o potencial interesse brasileiro em participar do Fundo de Desenvolvimento da EAC, nos moldes da cooperação já existente com o Banco Africano de Desenvolvimento em seu Fundo de Desenvolvimento.

Apresentei minhas despedidas oficiais ao Secretário-Geral da EAC, Richard Sezibera, em 14/05, à margem de evento sobre a Mídia na EAC, realizado nesta Capital, o que me poupou o deslocamento a Arusha. Na ocasião, o SG Sezibera demonstrou grande interesse em retomar, com meu sucessor, o processo de aproximação com o Brasil e com o Mercosul.

RECOMENDAÇÕES

Após seis anos acompanhando os assuntos bilaterais com a Tanzânia e cumulatividades, permito-me recomendar, a meu sucessor, a concentração de esforços em alguns poucos temas específicos:

- a) solução da questão da reestruturação da dívida bilateral, que irá permitir a abertura de novas linhas de crédito, que irão fomentar o comércio e estimular os investimentos em projetos de infraestrutura;
- b) dar atenção prioritária aos setores de energia, agricultura e infraestrutura, áreas que deverão apresentar maior potencial de crescimento na próxima década;
- c) procurar retomar as negociações dos ajustes complementares para a cooperação nas áreas de saúde mencionadas, tendo em vista seu grande impacto em termos de visibilidade para o Brasil;
- d) estimular a cooperação científica, procurando aproximar o CNPq de sua homóloga tanzaniana COSTECH. Além de mais barata do que a cooperação técnica, a Tanzânia tem interesse e possui condições de dar contrapartidas mais substantivas na área científica; e
- e) estimular a negociação de acordo bilateral de comércio e proteção de investimentos que poderá elevar o fluxo de comércio para a casa da centena de milhões de dólares. Acordos similares da Tanzânia com Índia, China e Turquia tiveram esse efeito, elevando o comércio para US\$ 3,5 bilhões, US\$ 2 bilhões e US\$ 200 milhões, respectivamente. No caso da Turquia, o comércio em 2009 era inferior ao do comércio da Tanzânia com o Brasil naquele ano (US\$ 18 milhões).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tanzânia é, sem dúvida, um parceiro importante para a projeção do Brasil na África Oriental. Além de possuir grande população e credenciais democráticas, o país tem uma economia em rápida expansão e vem desempenhando papel regional de destaque, como exemplificado pela participação em diversas operações de paz na África. Ademais, o país também possui atuação de destaque na porção meridional do continente africano, como membro da SADC (cuja secretária-geral é tanzaniana) e ex-sede de diversos movimentos de libertação nacional. Acredito que os esforços empreendidos durante minha gestão ajudaram a aproximar os dois países e avalio que as complementaridades em diversos segmentos devem continuar a ser exploradas e aprofundadas, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos, cooperação técnica e intercâmbio cultural - nas quais terceiros países têm atuado de forma incisiva (como os EUA, China, Índia, Turquia e a maioria dos países da União Europeia). Para responder a esse cenário desafiador, será fundamental contar com apoio da Secretaria de Estado em diversas áreas: melhoria dos salários dos contratados locais, hoje muito baixos até para os padrões locais; reforço da lotação, que desde setembro de 2013 não conta sequer com Vice-Cônsul; criação de SECOM e retomada da cooperação e das iniciativas culturais, tão logo permitam as condições orçamentárias; e intensificação do intercâmbio político e das visitas bilaterais, com possível criação de mecanismo de consultas políticas.

Em relação a Seicheles, é importante registrar que, em diversas ocasiões, o país causou-me impressão muito positiva, atuando com profissionalismo e organização. A atuação internacional do arquipélago, embora restrita, costuma ser bastante focada e o país vem buscando ocupar papel de liderança em torno do conceito de "economia azul", além de ser possivelmente um dos mais capazes em termos de recursos humanos entre os pequenos países insulares. O país engaja-se também em temas afeitos ao combate à

pirataria no Oceano Índico, de interesse para o Brasil enquanto houver presença da Petrobras na região. Seria importante que a interlocução fosse mantida e que funcionários da Embaixada fossem autorizados a deslocar-se a Mahé com maior frequência, tão logo permitam as condições orçamentárias.

No que tange às Comores, devo ressaltar que, apesar de país de economia diminuta e baixo potencial de negócios, no curto prazo, a situação poderá alterar-se significativamente em caso de eventuais descobertas de petróleo e gás. Ademais, existem possibilidades tanto em termos de cooperação, em especial nos setores da agricultura e da formação e treinamento, como de negócios, com oportunidades de investimento em obras de infraestrutura viária e no campo da energia renovável. Sendo as Comores o país mais pobre da Liga Árabe, desfruta de acesso preferencial aos fundos árabes de fomento, mas faltam bons projetos, que poderiam ser elaborados por empresas brasileiras.

Por fim, a EAC representa, para o Brasil, valiosa oportunidade de atuar regionalmente. Seria conveniente estudar a possibilidade de estabelecer projeto de cooperação técnica com a instituição, de modo a abranger de uma só vez os cinco países que a compõem, bem como de gerar efeito demonstração para produtos e tecnologias brasileiros. Ademais, o organismo é palco de importantes decisões de política e segurança, de que é exemplo mais recente a instabilidade no Burundi, cujo gerenciamento tem sido feito principalmente via instituições da EAC. A manutenção e aprofundamento da interlocução com o grupamento, portanto, poderá ter desdobramentos positivos em termos de acompanhamento de política regional. Ressalto, uma vez mais, a importância de que tão logo possível sejam autorizados deslocamentos mais frequentes a Arusha, sem o que a presença brasileira junto ao grupamento será diluída.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 72, de 2015

(Nº 419/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Os méritos do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

EM nº 00424/2015 MRE

Brasília, 3 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *Carlos Alfonso Iglesias Puente*

CPF.: 281.088.091-34

ID.: 9064 MRE

1963 Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, nasce em Poços de Caldas/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 1985 CPCD - IRBr
 1994 CAD - IRBr
 1994 Mestrado em Ciência Política pela University of Toronto, Canadá
 2008 CAE - IRBr, A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1991 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1986-91 Secretaria Especial de Imprensa, assistente e assessor
 1991-95 Consulado-Geral em Toronto, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
 1995-97 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
 1997-2001 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 2001-06 Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral substituto
 2005 Missão brasileira de cooperação técnica a Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, Díli, Chefe de delegação
 2005-06 Consulado-Geral em Toronto, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
 2006-10 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral Adjunto
 2010-12 Embaixada em Luanda, Ministro-Conselheiro
 2012- Embaixada em Pretória, Ministro-Conselheiro
 2013 III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, Durban, chefe da delegação
 2013 II Forum de Urbanização do BRICS, Durban, chefe da delegação

Condecorações:

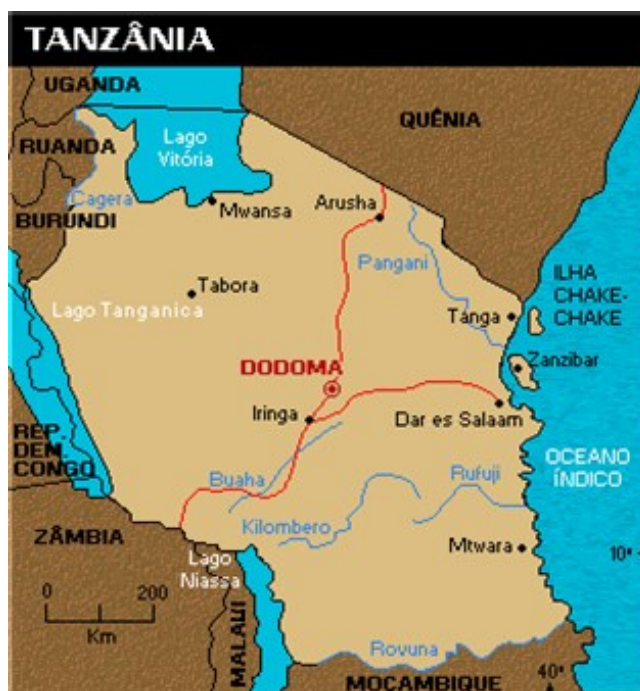
2013 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador

Publicações:

2010 A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento da Política Externa, FUNAG, Brasília

MARIA-THERESA LAZARO

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**TANZÂNIA****Informação Ostensiva****Maio de 2015**

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	República Unida da Tanzânia
CAPITAL:	Dodoma (capital oficial e sede do Legislativo); Dar es Salaam (sede do Executivo e Judiciário)
ÁREA:	885.800 km²
POPULAÇÃO:	47,6 milhões (2014 est.)
IDIOMAS OFICIAIS:	Suaíli e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (35%); Cristianismo (30%); religiões nativas/tradicionais (35%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (<i>Bunge</i>), composto por 357 membros com mandatos de cinco anos. Do total, 239 são eleitos diretamente, 102 mulheres são eleitas diretamente por votos de representação proporcional, 5 são eleitos pela Casa dos Representantes de Zanzibar, 10 são indicados pelo Presidente e 1 assento é reservado para o Procurador-Geral.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Jakaya Mrisho Kikwete (desde 21 de dezembro de 2005)
CHANCELER:	Bernard Kamillius Membe (desde 12 de janeiro de 2007)
PIB NOMINAL	US\$ 47,9 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PPP):	US\$ 127,1 bilhões (2014, FMI)*
PIB PER CAPITA:	US\$ 1005,6 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 2666,7 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	7,2% (2014)*; 7,3% (2013)*; 5,1% (2012); 7,9% (2011); 6,3% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,476 – 152º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	59,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	73,2% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Shiling tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Francis Ambakisye Malambugi
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	85 cidadãos

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TANZÂNIA (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→ Tanzânia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	19,1	17,91	18,69	31,32	52,12	66,11	67,11	24,18	25,00
Exportações	18,8	17,91	18,69	31,28	51,84	66,1	67,04	24,18	24,93
Importações	0,3	-	0,005	0,03	0,23	0,008	0,07	0,001	0,07
Saldo	18,5	17,91	18,69	31,25	51,57	66,09	66,97	24,18	24,86

Informação elaborada em 8 de maio de 2015, pelo Secretário Artur Andrade da Silva Machado (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS**JAKAYA MRISHO KIKWETE****Presidente da República**

Nasceu em 7 de outubro de 1950, na cidade de Msoga, leste da Tanzânia. Ingressou nas Forças Armadas da Tanzânia em 1972. Em 1976, foi promovido ao posto de Tenente e, em 1991, a Tenente-Coronel do Exército.

Graduou-se em Economia pela Universidade de Dar Es Salaam em 1975, ano em que se afiliou ao partido União Nacional Africana da Tanganica (TANU, da sigla em inglês), atual “Chama Cha Mapinduzi” (CCM – “Partido da Revolução”, em suaíli). Trabalhou como membro do partido em diversas comunidades rurais da Tanzânia.

Em 1982, Kikwete foi eleito membro do Comitê Executivo Nacional do CCM, a mais alta instância decisória do partido. Em 1988, foi eleito Membro do Parlamento pelo Distrito de Chalinze e designado para o cargo de Vice-Ministro de Minas e Energia. Em 1990, foi nomeado Ministro de Recursos Hídricos, Energéticos e Minerais pelo Presidente Ally Hassan Mwinyi.

Entre 1994 e 1995 ocupou o cargo de Ministro das Finanças. Em 1995, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional pelo Presidente Benjamin Mkapa, cargo que ocupou por dez anos seguidos.

Em 2005, Jakaya Kikwete foi eleito Presidente da Tanzânia, com cerca de 80% dos votos. Em 2008, ocupou a Presidência de turno da União Africana. Foi reeleito Presidente da Tanzânia em outubro de 2010, com 61% dos votos.

Visitou o Brasil em abril de 2012, ocasião em que participou da Reunião da Parceria para o Governo Aberto (OGP) e manteve breve encontro com a Senhora Presidente da República.

MIZENGO KAYANZA PETER PINDA
Primeiro-Ministro



Mizengo Kayanza Peter Pinda nasceu em 12 de agosto de 1948, na região de Rukwa, oeste da Tanzânia. Graduou-se em Direito pela Universidade de Dar es Salaam, em 1974. De 1974 a 1978, exerceu o cargo de Procurador do Estado. Foi Secretário Particular Assistente do Presidente da Tanzânia, de 1982 a 1992, e Tesoureiro do Gabinete da Presidência da República, de 1996 a 2000. Em 2000, foi eleito membro do Parlamento pelo distrito de Mpanda Mashariki. Entre 2006 e 2008, foi Ministro de Estado para a Administração Regional e Governo Local. Em fevereiro de 2008, Pinda foi designado para o cargo de Primeiro Ministro pelo Presidente Jakaya Kikwete, após renúncia do seu antecessor, Edward Lowassa, acusado de envolvimento em escândalo de corrupção.

Embora constitucionalmente seja chamado de Chefe de Governo, o Primeiro Ministro tanzaniano possui atribuições de coordenação das atividades de Governo, inclusive dos grandes programas implementados pelo Executivo, assemelhando-se, no Brasil, ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Visitou o Brasil em outubro de 2011.

BERNARD KAMILLIUS MEMBE
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional



Bernard Kamilius Membe nasceu em 11 de novembro de 1953, na cidade de Rondo, Tanzânia. É Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Dar es Salaam (1984) e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins, de Washington D.C. (1992).

De 1978 a 1980, trabalhou como Analista de Segurança Nacional no Gabinete de Defesa e Segurança Nacional da Presidência da República tanzaniana, cargo que desempenharia novamente entre 1984 e 1989. De 1992 a 2000, ocupou o cargo de Ministro Conselheiro do Alto Comissariado da Tanzânia em Ottawa. No ano 2000, foi eleito membro do Parlamento, cargo para o qual seria reeleito consecutivamente em 2005 e 2010. De dezembro de 2005 a outubro de 2006, exerceu a função de Vice-Ministro de Assuntos Internos. De outubro de 2006 a janeiro de 2007, serviu como Vice-Ministro de Minas e Energia. Naquele mês, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em substituição a Asha-Rose Migiro, nomeada Vice-Secretária-Geral da ONU.

Membe visitou o Brasil em setembro de 2010, em seguimento à visita do Presidente Lula a Dar es Salaam. Representou, ainda, a Tanzânia na cerimônia de posse da Senhora Presidenta da República, em 1º de janeiro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Introdução

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a Embaixada residente na capital tanzaniana, desativada em 1991 por motivo de contingência orçamentária. Em março de 2005, a Embaixada brasileira em Dar es Salaam foi reaberta. O Governo tanzaniano estabeleceu sua Representação Diplomática em Brasília dois anos depois, em agosto de 2007.

A partir de então, teve início movimento de intensificação sem precedentes das relações entre Brasil e Tanzânia, impulsionado pelo incremento de visitas e missões de parte a parte. A Tanzânia prestou apoio às candidaturas brasileiras aos cargos de direção-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Café (OICAFE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No campo econômico, a aproximação entre os dois países refletiu-se em um aumento significativo no fluxo de comércio, que atingiu seu ápice em 2012. Foram também identificados projetos de investimentos brasileiros na Tanzânia, nas áreas de exploração de petróleo e de obras de infraestrutura, os quais, contudo, carecem de fonte de financiamento oficial. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não pode comprometer-se com o financiamentos de projetos de investimentos na Tanzânia, uma vez que o processo de ratificação do acordo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil ainda não foi concluído.

Na área de cooperação, a carteira de projetos e iniciativas constitui uma das mais diversificadas dentre os parceiros brasileiros do continente africano, logo em seguida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

Incremento das relações bilaterais

A reabertura da Embaixada residente em Dar Es Salaam constituiu passo importante para uma nova aproximação entre Brasil e Tanzânia. Em março de 2006, o Presidente Kikwete transmitiu convite para que seu homólogo brasileiro visitasse a Tanzânia. Na ocasião, o Presidente tanzaniano mencionou três campos de cooperação nos quais identificava boas perspectivas

de adensamento do relacionamento bilateral: (i) incremento de investimentos brasileiros e da presença de bens e serviços do Brasil no mercado tanzaniano; (ii) uso de tecnologia brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola da Tanzânia; e (iii) recrutamento de técnico brasileiro de futebol para treinar a equipe nacional. A terceira proposta, de interesse particular do Presidente Kikwete, concretizou-se alguns meses mais tarde, com a contratação do técnico brasileiro Márcio Máximo, que foi treinador da seleção da Tanzânia entre 2006 e 2010.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salaam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista). Ficou evidente a importância atribuída pelo lado tanzaniano à cooperação em agricultura com a designação do Secretário Permanente do Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, Senhor Peniel M. Lyimo, para chefiar a delegação de seu país. Outras áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se, igualmente, a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). No encerramento da I Comista, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Na sequência, o então Presidente Lula manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura dos Debates Gerais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de setembro de 2008. Em junho de 2009, o então Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, participou, como representante do então Presidente Lula da Silva, da Cúpula Leon H. Sullivan, realizada em Arusha, sobre o tema “Turismo e Desenvolvimento de Infraestrutura”. O Ministro brasileiro apresentou iniciativas de sua Pasta voltadas a estimular o turismo étnico no Brasil, considerado de potencial interesse para os participantes do foro. Durante a Cúpula, Edson Santos manteve encontros protocolares com o Presidente e o Chanceler tanzanianos, além de outras altas autoridades do país.

Em janeiro de 2010, o Ministro do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento da Juventude, Juma Kapuya, solicitou encontro com o

Embaixador do Brasil em Dar Es Salaam para discutir possibilidades de cooperação no âmbito do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes, assinado na capital tanzaniana por ocasião da I Comista. O Ministro tanzaniano demonstrou interesse na instalação de projeto semelhante àquele realizado pelo Brasil com Moçambique para fabricação de bolas em centros comunitários e geração de empregos para jovens carentes. Como resposta às propostas de intensificação da cooperação esportiva entre os dois países, o Brasil custeou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo, em maio de 2010, iniciativa muito bem recebida pelas autoridades tanzanianas.

Em julho de 2010, o então Presidente Lula da Silva realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao país. O Mandatário brasileiro cumpriu programação de três eventos principais: encontro empresarial; visita à 34ª Feira Internacional de Comércio de Dar es Salaam; e encontros na "State House" com o Presidente Kikwete, o Primeiro-Ministro Pinda e outras altas autoridades tanzanianas. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio. A visita resultou na assinatura do “Memorando de Entendimento sobre Capacitação de Diplomatas” e do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Iniciativas de REDD”, na área ambiental.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o Chanceler Bernard Membe (setembro de 2010), o Primeiro-Ministro Pinda (outubro de 2011) e o Presidente Jakaya Kikwete (abril de 2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o Chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas a Embraer, UNICA, BNDES, Fiocruz, Itaipu, Petrobras, FIESP e Embrapa, além de encontros com autoridades dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes. Na ocasião, foi assinado Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional da Tanzânia para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil", iniciativa de cooperação trilateral que conta com a participação da OIT.

Em sua visita, o Primeiro-Ministro Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com Ministérios temáticos brasileiros, o Primeiro-Ministro tanzaniano manifestou o

interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar e universalização do acesso à energia. Em audiência com o Senhor Vice-Presidente, o PM Pinda mostrou-se convencido da importância, para o continente africano, da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza e defendeu que o Brasil teria papel fulcral a desempenhar na capacitação de recursos humanos na Tanzânia, em particular no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura em seu país. A partir de então, o lado tanzaniano passou a reivindicar a abertura de escritório regional da EMBRAPA com sede no país.

Um dos frutos mais importantes da visita foi a idealização de projeto de cooperação estruturante na área do algodão em benefício dos países da África Oriental, o projeto Cotton Victoria, atualmente desenvolvido pela ABC, que será detalhado adiante.

Em dezembro de 2011, o Subsecretário-Geral Político III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representou o Governo brasileiro nas cerimônias do 50º aniversário de independência da Tanzânia, em Dar es Salaam.

Em abril de 2012, o Presidente Jakaya Mrisho Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o Chefe de Estado tanzaniano realizou visita ao Centro de Hortaliças da EMBRAPA e ao Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em São Paulo, manteve encontro com o ex-Presidente Lula, ocasião em que solicitou que seu interlocutor continuasse a estimular o empresariado brasileiro a investir em África, em especial na Tanzânia. Solicitou, ademais, o apoio político do ex-Presidente para o bom andamento do processo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Desde meados de 2012, embora não haja registros de visitas bilaterais de alto nível, o diálogo entre Brasil e Tanzânia permaneceu fluido e foram desenvolvidas iniciativas promissoras nos campos de agricultura, segurança alimentar, defesa, energia e comunidades expatriadas, entre outras.

Cooperação na área de defesa

A cooperação na área de defesa teve início quando, em setembro de 2012, o Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa realizou visita a Dar es Salaam, com vistas a prospectar iniciativas de

cooperação nessa área. Foram identificadas oportunidades nas áreas de segurança de plataformas continentais, intercâmbio de informações sobre operações de controle de fronteiras e formação e treinamento de quadros da Marinha. Na sequência da missão, o General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, endereçou carta ao General Albert Ndomba, Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia, pela qual o convidou a realizar visita ao Brasil.

Entre julho e agosto de 2014, o Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, realizou visita ao Brasil. Na avaliação do General tanzaniano, a visita teria "aberto seus olhos para o potencial de atuação conjunta, tanto em termos de treinamento quanto de aquisição de material de defesa". Por outro lado, o lado tanzaniano, que enviou representantes das TPDF à X Feira Latin American Aerospace & Defense (LAAD Defense and Security), ocorrida no Rio de Janeiro, em abril de 2015, está estudando enviar ao Brasil missão de prospecção das Forças Populares tanzanianas sobre o treinamento de tropas de elites.

Iniciativas no domínio da energia

Sobretudo até 2011, Brasil e Tanzânia desenvolveram forte diálogo na área de energias renováveis, com ênfase nos biocombustíveis. A Tanzânia beneficiou-se do “Programa Estruturado de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis” (Pro-Renova), no âmbito do qual foram realizados dois seminários na capital Dar es Salaam: (i) o Seminário "Zoneamento Agroecológico: Instrumento para o Planejamento de Políticas Públicas na Fase Agrícola de Produção Sustentável de Biocombustíveis", em outubro de 2009; e (ii) o Seminário "Desenvolvimento e Inovação na Indústria de Biocombustíveis", em julho de 2010. Nessas duas ocasiões, o debate suscitado contribuiu para superar eventuais resistências locais ao desenvolvimento dos biocombustíveis no país, relacionadas sobretudo à segurança alimentar.

Em 2009, o Governo tanzaniano manifestou interesse em beneficiar-se da cooperação Brasil-Suécia na área de biocombustíveis em terceiros países, no âmbito do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis”, o que ainda se encontra em discussão.

Em maio de 2010, o então Ministro tanzaniano de Energia e Minerais, William Ngeleja, realizou visita ao Brasil, ocasião em que conheceu as instalações da Petrobras em Urucu. A delegação que acompanhou o Ministro

Ngeleja se mostrou interessada no programa nacional de mistura de etanol à gasolina, tema tratado em reunião técnica na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. O tema foi, igualmente, discutido durante as visitas do então Presidente Lula a Dar es Salaam (julho de 2010) e do Chanceler Membe ao Brasil (setembro de 2010).

Nesse contexto, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Petrobrás e a “Tanzanian Petroleum Development Corporation” (TPDC), pelo qual a empresa brasileira se comprometeu a fornecer etanol, em bases comerciais, para a realização dos testes da mistura de etanol à gasolina na Tanzânia, pelo período de um ano, bem como a apoiar a elaboração de estudos de viabilidade para implementação de programa de mistura. Por outro lado, buscando atender a demanda tanzaniana de cooperação para o estabelecimento de marco regulatório para o setor de bioenergia, foi organizada missão de técnicos e representantes do Ministério de Energia e Minerais da Tanzânia ao Brasil, em outubro de 2010.

Em março de 2011, missão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi enviada a Dar es Salaam. Na ocasião, as autoridades tanzanianas receberam positivamente a proposta da FGV de execução de estudo de viabilidade para a realização do zoneamento agroecológico para a produção de biocombustíveis no país, cuja data de início ainda não foi acordada. O estudo contou com financiamento ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), aprovado somente em novembro de 2011.

Contudo, desde 2011, os contatos bilaterais no domínio da energia passaram a concentrar-se nos setores empresariais, com destaque para a atuação da Petrobrás na Tanzânia, que será discutida na sessão sobre economia.

Negociação de acordo de serviços aéreos

Em setembro de 2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) solicitou apoio do Itamaraty na intermediação de contato com sua homóloga tanzaniana, com vistas a retomar negociações sobre Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Em dezembro de 2013, teve lugar a primeira Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Tanzânia, realizada às margens da "ICAO Air Services Negotiation Conference" (ICAN 2013), em Durban, África do Sul. Na ocasião, as partes acordaram no texto do novo ASA, que atualmente cumpre os trâmites internos nos dois países. Consultada sobre a possibilidade de assinatura do mecanismo, a ANAC informou, em setembro de 2014, que a mais recente minuta de ASA encontra-se em processo de avaliação técnica e de

tradução para o português, mas que estaria recebendo tratamento prioritário da referida Agência.

Cooperação educacional e ensino de português

Desde abril de 2010, o Reitor da Universidade de Dar es Salaam vem manifestando interesse na retomada do ensino de português naquela instituição, suspenso havia já alguns anos. A demanda, que se justifica também pela decisão da SADC de tornar o Português uma das línguas oficiais da comunidade, foi reiterada também por autoridades governamentais tanzanianas, em outras oportunidades de encontros. Contudo, em razão das restrições orçamentárias que afetam os programas e ações culturais do Itamaraty, ainda não foi possível a inclusão de vaga para leitor junto à Universidade de Dar es Salaam nos editais de seleção de candidatos à função mantidos pela CAPES.

Após intensas negociações intermediadas pela Embaixada em Dar es Salaam, a Petrobrás Tanzânia (PETAN) organizou o primeiro Curso Intensivo de Língua Portuguesa, que teve duração de seis meses, em benefício de 15 profissionais tanzanianos selecionados pelo Ministério da Energia e Minerais. A ideia do curso, que foi concluído, em setembro de 2014, partiu de gestões realizadas pelo então Ministro da Energia e Minerais tanzaniano, Sospeter Muhongo, com vistas a viabilizar a participação de estudantes tanzanianos em cursos de pós-graduação de universidades brasileiras na área de petróleo e gás natural, no âmbito do Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG). O Governo tanzaniano tem logrado instituir possibilidades semelhantes de capacitação em países como China, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Noruega. Graças à iniciativa da PETAN, foi possível que, em 2015, pela primeira vez em hiato de 30 anos, 7 candidatos tanzanianos concorressem a vagas no âmbito do Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), do Ministério da Educação brasileiro.

Cooperação técnica bilateral sob a coordenação da ABC

Ao amparo do acordo básico de cooperação técnica bilateral firmado em 2006 e promulgado em 2010, a ABC atualmente coordena negociações, já em fase final, para a implementação do projeto de cooperação intitulado "**Cotton Victoria**", que, além da Tanzânia, deverá beneficiar Quênia, Uganda e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos. Concebido nos moldes do exitoso Projeto "Cotton 4", na África Ocidental, o Cotton Victoria

constitui um projeto de cooperação de caráter estruturante, voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão. O projeto, que envolve, dentre outras atividades, a montagem de modernos laboratórios de análise, será implementado, do lado brasileiro, pela EMBRAPA, que já acompanhou três visitas de prospecção da ABC à região. Em missão que teve lugar em novembro de 2014, a EMBRAPA realizou diagnóstico mais preciso das carências e das especialidades das instituições parceiras nos países beneficiados, o que consistia em uma última etapa necessária à elaboração de minuta do plano de trabalho que guiará a cooperação. Por contar com boas instalações e infraestrutura, a cidade de Mwanza, na Tanzânia, (onde o "Lake Zone and Agricultural Research and Development Institute", o LZARDI, mantém respeitável centro de pesquisas), deverá sediar o projeto. O Governo tanzaniano já designou área na região para ser a sede do projeto.

Outros três projetos que estavam em execução nas áreas de saúde (combate ao HIV/AIDS) e agricultura (desenvolvimento da pecuária e introdução de tecnologias de pós-colheita para horticultura) foram finalizados, em dezembro de 2014. Por outro lado, missões anteriores da ABC identificaram que experiências brasileiras nas seguintes áreas poderiam ser transformadas em projetos de cooperação que gerariam benefícios à Tanzânia: tratamento em anemia falciforme; agregação de valor ao pseudofruto do Caju; aprofundamento do conhecimento sobre produção de frutas tropicais; e apoio à formulação de plano nacional para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Possibilidade de cooperação trilateral no domínio agrícola

Afora as iniciativas em negociação sob a coordenação da ABC, foi assinado, em abril de 2014, Memorando de Entendimento (MdE) entre a agência de cooperação internacional do Governo britânico (DfID, no acrônimo em inglês) e a Embrapa, para ampliar programas de cooperação técnica e intercâmbio em agricultura de baixo carbono ("climate smart agriculture") no continente africano. Etiópia, Gana, Moçambique e Tanzânia deverão ser os países inicialmente beneficiados por essa iniciativa, que contará com recursos da ordem de 4,9 milhões de libras do DfID e contrapartida de igual valor da Embrapa (em horas técnicas trabalhadas).

Tecnologia de saúde

Em janeiro de 2013, o Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de

Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz, que possibilita a realização de pesquisas conjuntas em diversas áreas e iniciativas de cooperação para a transferência de tecnologia e capacitação. Em dezembro de 2014, a Biomanguinhos, empresa pública pertencente à Fiocruz, realizou visita à Tanzânia e outros países africanos voltada a identificar parceiros para a realização de estudos clínicos necessários à produção e comercialização de vacina dupla viral para sarampo e rubéola na África. A iniciativa é motivada pela meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a rubéola em âmbito global até o ano de 2020, contando com o financiamento da Fundação Bill e Melinda Gates.

Produção de alimentos e segurança alimentar e nutricional

Em maio de 2010, visitaram o Brasil os Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário e das Pescas, James Mwanyancha, que participaram do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2011, por ocasião de sua visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro tanzaniano, Mizengo Peter Pinda transmitiu o desejo da Tanzânia de ser beneficiada pela cooperação brasileira no âmbito do Programa Mais Alimentos África. Na sequência, entre julho e agosto de 2012, delegação tanzaniana realizou visita ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Apesar do interesse tanzaniano, não foi possível, até o momento, incluir o país no programa, já que ainda não concluído o processo de ratificação pelo Brasil, do acordo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o País.

Não obstante, em novembro de 2014, foi realizado, na Tanzânia, o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience", no qual representantes do BNDES e da EMBRAPA, além de empresários brasileiros e tanzanianos, discutiram políticas e iniciativas do Brasil na área de promoção da agricultura e da segurança alimentar.

Vale ressaltar que a Tanzânia, ao longo de 2014, passou de país demandante para país doador de alimentos com fins humanitários. Em junho de 2014, o país foi classificado como 7º lugar no ranking "Hunger and Nutrition Commitment Index" (HANCI), que mensura a implementação de compromissos governamentais com o combate à fome. Em grande medida, o bom resultado se deveu ao aumento de recursos governamentais à agricultura, o que permitiu safra agrícola recorde no ano fiscal 2013-14, após quatro anos

de seca. Em novembro de 2014, representante do Ministério da Agricultura da Tanzânia manteve encontro com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, no qual informou que seu país estava com dificuldades de estocar toda a produção histórica de grãos no país, o que poderia levar à perda de cerca de 250 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. A Tanzânia estuda a possibilidade de aquisição de silos no mercado brasileiro para o programa nacional de expansão da capacidade de grãos do país. Contudo, como a compra dependeria de financiamento oficial brasileiro, deve ainda esperar a conclusão do processo de ratificação do acordo sobre a reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Troca de experiências sobre políticas para comunidades de expatriados

Em maio de 2014, realizou visita ao Brasil missão de estudos de Zanzibar incumbida de conhecer políticas públicas nacionais e iniciativas da sociedade civil relativas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior. Segundo avaliação tanzaniana, os encontros mantidos foram instrutivos e tenderão a subsidiar a elaboração de políticas tanzanianas em benefício da comunidade de zanzibares no exterior. Encontro realizado no Ministério da Previdência Social (MPS) foi destacado como especialmente profícuo, dado o interesse da delegação tanzaniana pelo tema da proteção previdenciária de sua diáspora. Nesse particular, a delegação considerou que a experiência brasileira em acordos previdenciários com atores externos poderia ser proveitosa para a Tanzânia. O acordo regional com os sócios do Mercosul nessa matéria foi singularizado como potencial fonte de inspiração para possível cooperação na área previdenciária no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Assuntos Consulares

A Embaixada do Brasil na Tanzânia também é responsável pela jurisdição de Comores e Seicheles. Não há Cônsules Honorários do Brasil na Tanzânia.

Comunidade brasileira

85 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salaam, estimando-se o número total de pessoas da comunidade brasileira na Tanzânia em cerca de 100.

Essa comunidade é formada por missionários religiosos, pequeno número de trabalhadores na indústria de tabaco, que vivem no interior do país, e as famílias dos poucos funcionários da Petrobras residentes em Dar es Salaam. Não há registro de brasileiros presos no país.

Febre hemorrágica Ebola

Apesar de não haver nenhum caso confirmado da Doença Viral Ebola (EVD) na África Oriental, o Governo tanzaniano anunciou a criação de uma Força-Tarefa Governamental para tomar medidas de precaução para evitar que a doença entre no país. Até o dia 13/08/2014, a Embaixada não recebeu qualquer consulta ou pedido de ajuda por parte da pequena comunidade brasileira residente no país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Segundo informado pela Secretaria-Executiva da CAMEX, há dois projetos na Tanzânia que contam com financiamento oficial brasileiro:

- Aeroporto International de Msalato; e
- Aeroporto Internacional de Mtwara.

Dívida da Tanzânia com o Brasil

Atualmente, as empresas brasileiras enfrentam entraves para aumentarem o comércio com a Tanzânia, em decorrência da existência de dívida oficial externa tanzaniana ainda pendente de renegociação ou reescalonamento pelo Governo brasileiro.

Até 2012, a Tanzânia era um dos países com maior dívida externa. Em 2012, a Tanzânia foi beneficiada pela "Iniciativa para Países Pobres muito Endividados" (HIPC, da sigla em inglês), iniciativa do Banco Mundial em coordenação com o FMI e com o Clube de Paris (formado por EUA, Canadá, Japão, Rússia e outros quinze países europeus), com o objetivo de permitir que os países endividados retomem o crescimento econômico, e com vistas a possibilitar a quitação da dívida tanzaniana com seus credores. Desde então, todos os países credores da Tanzânia reunidos no Clube de Paris (EUA, Canadá, França, Rússia e Japão, entre outros) já concederam a remissão da dívida tanzaniana. Entre todos os países com atas referentes à dívida externa assinadas com a Tanzânia, o Brasil é o único país a não ter aceitado renegociar

a dívida tanzaniana.

A Tanzânia tem, atualmente, uma dívida de cerca de US\$ 236 milhões, referentes a créditos liberados pelo Brasil em 1979, por ocasião de contrato para financiamento para construção de rodovia ligando Dar es Salaam a Dodoma.

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em 1997, Ata com o compromisso de renegociar a dívida tanzaniana. O compromisso foi reiterado por novas Atas assinadas pelo Brasil em 2000 e em 2002. O Brasil é o único país credor que assinou Atas, mas ainda não implementou o compromisso de renegociação da dívida.

A remanescência de parcela em atraso de dívida tanzaniana dificulta que a Tanzânia possa ser reclassificada, com um "*rating*" mais favorável, junto às instituições de crédito, por conseguinte encarecendo os bônus soberanos para o país.

Dando seguimento às atas de intenção assinadas pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, concluiu entendimento bilateral para o perdão de 84% do total da dívida tanzaniana para com o Brasil. Em 2013, concluído os termos exatos do Acordo de Reestruturação da dívida tanzaniana e após receber parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Senado Federal o texto do Acordo.

Desde 2013, o Acordo para renegociação da dívida da Tanzânia com o Brasil encontra-se no Senado Federal, pendente de apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Política Interna

Introdução

A Tanzânia distingue-se, na África Subsaariana, pela significativa estabilidade política que tem experimentado desde a sua independência, pela maturidade de suas instituições democráticas, bem como pelo respeito às liberdades de imprensa e de expressão. A Tanzânia foi um dos primeiros países africanos a aderir à Parceria para Governo Aberto (OGP), em setembro de 2011, integrando, ainda, o Comitê Diretor da iniciativa. O país tem, ademais, forte tradição de liberdade de imprensa e costuma ser bem qualificado em

ranking de liberdade de imprensa produzido pela ONG Repórteres sem Fronteiras.

Mais recentemente, o quadro político tanzaniano tem-se pautado pela perspectiva de realização de eleições gerais em outubro de 2015, bem como pela reforma da Constituição do país (a atual data de 1977) e pela renovação do pacto federativo, que garante a união com o arquipélago de Zanzibar.

Período pós-colonial e união entre Tanganica e Zanzibar

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1992-1999), foi criada a União Nacional Africana de Tanganica (TANU). O principal objetivo da TANU era alcançar a soberania nacional para Tanganica. Dentro de um ano, a TANU tinha-se tornado a organização de liderança da emancipação política no país. Em 1960, Nyerere tornou-se Ministro do território de Tanganica, então administrado pelo Reino Unido. Em 1961, o território de Tanganica conquistou sua independência do Reino Unido, após processo de emancipação relativamente pacífico.

Em 1963, líderes revolucionários proclamaram a independência do arquipélago de Zanzibar, ao depor a antiga dinastia omani, que por séculos exercera domínio sobre a costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Nos termos da União de 1964, Zanzibar tem o status de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O Presidente de Zanzibar é considerado Chefe de Governo para assuntos relativos ao Arquipélago, que não dispõe, entretanto, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

Após o processo de independência, foi instaurado regime de partido único e Nyerere foi mantido como Primeiro-Ministro. Com a instauração da Tanzânia, em 1964, Julius Nyerere tornou-se Presidente. Com um projeto que por muitos foi considerado como socialista, Nyerere manteve-se à frente da Presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo. Considerado como o "Pai da Nação" ("Baba wa Taifa", em suaíli), sua influência ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Reformas políticas e fim do unipartidarismo

Com a aposentadoria de Nyerere da Presidência, em 1985, foram adotadas séries de reformas políticas e econômicas no país. Desde então, todos

os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de 5 anos, sem que um mesmo candidato concorresse a um terceiro mandato.

Do mesmo partido de Nyerere, Ali Hassan Mwinyi foi escolhido como seu sucessor imediato à Presidência da República. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Essa nova situação deu ensejo a uma certa polarização da política tanzaniana: de um lado, como herdeiro legítimo da TANU e partido dominante, surgiu o Chama Cha Mapinduzi (CCM – Partido Revolucionário do Estado) e, como partidos de oposição, a Frente Cívica Unida (CUF), que tem uma base muito forte em Zanzibar; e o Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA). Não obstante, Nyerere continuou como líder do CCM até 1990, e, por todo o período democrático, todos os Presidentes eleitos foram indicados pelo CCM. A partir de 2000, contudo, os resultados das eleições para Presidente têm sido contestados pelos partidos da oposição.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais vale mencionar o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando o Presidente Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo Kikwete e eleições de 2005 e 2010

O sucessor de Mkapa e atual Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, foi eleito em dezembro de 2005 com 80% dos votos, e tomou posse em janeiro de 2006. Em janeiro de 2008, seu Governo passou por crise política deflagrada pela demissão do Primeiro-Ministro Edward Lowassa, implicado em acusações de contratação fraudulenta de empresa norte-americana fornecedora de energia elétrica. Lowassa foi substituído pelo atual Primeiro-Ministro Mizengo Pinda, que exercia anteriormente o cargo de Ministro para a Administração Regional e Governo Local.

Em outubro de 2010, foram realizadas novas eleições nacionais. Como esperado, o Presidente Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%, e Ibrahim Lipumba, da CUF, com apenas 8%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%), o que foi interpretado como desinteresse de setores importantes da população pelo

processo eleitoral. Embora vitorioso, o Presidente Kikwete perdeu 4 milhões de votos em relação ao pleito anterior, quando obteve 80% dos votos válidos.

Por sua vez, as eleições para Presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-Vice-Presidente da Tanzânia, contra o candidato da CUF, Seif Sharif Hamad. Nesse contexto, foi posteriormente formado um governo de união nacional em Zanzibar, no qual o candidato da CUF foi nomeado Vice-Presidente do arquipélago.

No continente, a oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, chegou a culpar a desorganização da Comissão Nacional Eleitoral (NEC) pela alta abstenção, alegando insuficiência de cédulas de votação em alguns distritos, bem como divulgação de informação equivocada sobre os locais de votação, dentre outros incidentes que teriam impedido que eleitores pudessem exercer o seu direito de voto. Os observadores internacionais, por sua vez, apesar de apontarem pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação, demonstraram satisfação com a maneira pacífica com que o pleito foi realizado e, sem exceção, consideraram as eleições livres e limpas.

No Parlamento, o CCM logrou manter maioria absoluta, tendo conquistado 258 de um total de 343 assentos, seguido do CHADEMA, com 44 assentos, e da CUF, com 34 assentos.

A intensificação da polarização política

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O choque de realidade induzido pelo desempenho relativamente fraco (se comparado a eleições anteriores) do CCM nas eleições gerais de outubro de 2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido governista precisava renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Por outro lado, as disputas pelo controle de maioria no Parlamento levariam, em anos subsequentes, a que ficassem mais evidentes as divisões dentro do próprio CCM. O Presidente Kikwete, na condição de líder do Partido, preocupado com o recrudescimento das lutas internas no seio da agremiação, convocou a primeira reunião da NEC após o pleito de 2010. Em abril de 2011, reunidos em Dodoma, todos os membros do NEC decidiram pedir demissão, o que possibilitou a Kikwete promover profunda renovação nos quadros dirigentes do partido.

Já no início de 2011, contudo, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o Governo e os partidos de oposição. Além de dezenas de prisões, a repressão policial causou 3 mortes e deixou dezenas de feridos, dentre os quais alguns deputados e a esposa do presidente do CHADEMA, Wilibroad Slaa. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA. Há, entre segmentos da população local, ressentimento com o que percebeu como descaso do Governo com aquela que é a principal região agrícola e turística do país.

Revisão constitucional e formação de Assembleia Constituinte

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por personalidades do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição atual foi criada ainda no período de unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte, com peso desbalanceado em favor do Executivo. Muitos próceres da oposição argumentam que, devido aos vícios de origem do processo constitucional tanzaniano, as sucessivas emendas que foram idealizadas posteriormente só fizeram aumentar a concentração de poder no partido governista e nas mãos do Chefe de Estado, o que teria conduzido o país a uma crise de legitimidade política.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o Governo procurou, contudo, tomar a frente do debate. O Presidente Kikwete logrou que fosse aprovado, em 2011, o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). O Presidente Jakaya Kikwete desejava que a nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, data que marcou o 50º aniversário da União entre Tanganica e Zanzibar, para que a substituição da Carta Magna pudesse constar do seu legado político.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar e o desvelamento de casos de corrupção, fortaleceu a oposição e tornou todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar uma nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida

para esse fim e aprovada por referendo popular. A população de Zanzibar, que representa menos de 3% da população total da Tanzânia, deverá ter uma influência desproporcional no destino da Constituição, uma vez que, para que seja adotado, o texto deverá ser aprovado por maioria simples tanto em Tanganica quanto em Zanzibar.

Em janeiro de 2013, a CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade, durante a qual se buscou reunir propostas que foram submetidas à Assembleia Constituinte, instaurada, subsequentemente, em janeiro de 2014. A Assembleia foi composta de 639 membros, que compreendem os atuais 357 Deputados da Tanzânia e 81 de Zanzibar, além de 201 nomes selecionados pelo Presidente, a partir de uma lista de 2.722 que lhe foram apresentados por organizações não-governamentais, instituições de ensino, sindicatos, associações de classe (pescadores, agricultores e pastoralistas), grupos religiosos e partidos políticos. Em fevereiro de 2014, tiveram os inícios os trabalhos da Assembleia, que teve sua configuração dominada pelo partido CCM, que, com 40% dos representantes eleitos, pôde formar coalizão majoritária. Nesse contexto, os principais partidos de oposição – Chadema, CUF, NCCR-Mageuzi e NLD – foram a Coalizão dos Defensores da Constituição do Povo (*Ukawa*), com vistas a fazer contrapeso ao CCM.

Acirramento político em Zanzibar e a bandeira autonomista

Em Zanzibar, conflitos sucederam-se quando das eleições gerais de 1995, 2000 e 2005, sucessivamente vencidas pelo CCM e localmente contestadas pela CUF. O impasse político no arquipélago ganhou histórico contorno de violência em janeiro de 2001, quando choques entre partidários da CUF e a polícia resultaram na morte de mais de 20 pessoas. O episódio foi de encontro à imagem de forte unidade nacional e relativa estabilidade que destacaram a Tanzânia em seu entorno regional desde sua independência. Por outro lado, até então, o arquipélago de Zanzibar sustentava imagem de "ilhas de estabilidade em meio a um oceano de conflito".

Dada a continuidade dos episódios de tensão em Zanzibar, foi aprovado, por referendo, em 2010, novo arranjo institucional que determinou a formação de um governo de união nacional no arquipélago. Após as eleições de 2010, o Presidente da CUF e segundo lugar naquele pleito, Seif Sharif Hamad, foi nomeado Vice-Presidente de Zanzibar.

A formação do governo de união não logrou, contudo, arrefecer

definitivamente as tensões em Zanzibar, que passaram, em alguma medida, a revestirem-se de caráter separatista. Concomitantemente ao período que marcou o cinquentenário das independências de Tanganica (1961-2011) e Zanzibar (1963-2013), bem como da união federativa entre continente e arquipélago (1964-2014), intensificaram-se os protestos populares e as manifestações de lideranças políticas apregoando a independência de Zanzibar.

Afora as tensões políticas, aumentaram também a intolerância religiosa e os episódios de violência cometidos contra comunidades de diferentes confissões, sobretudo em Zanzibar, embora também no continente. No arquipélago, 99% da população é de religião muçulmana, ao passo que, no continente, a maioria da população é cristã. Os numerosos atentados a igrejas cristãs em Zanzibar nos últimos anos têm sido atribuídos ao grupo "Uamsho" (que significa "despertar", em suaíli), que luta pela independência do arquipélago como um Estado islâmico. A incapacidade da polícia de resolver os casos tem gerado reclamações, por parte da minoria cristã, acerca de uma sensação de impunidade dos perpetradores.

Adiamento do referendo da Constituição

Em outubro de 2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser submetido a referendo popular. Os partidos de oposição, contudo, ameaçaram instruir suas bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado sobremaneira as propostas da CRC, à revelia dos interesses da população. Por outro lado, entre os partidos de oposição, havia preocupação com risco de que as regras eleitorais da nova constituição favorecessem o partido situacionista.

Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. Enquanto o partido situacionista CCM, movido por diversos pronunciamentos do Presidente Jakaya Kikwete, passou a defender a manutenção da estrutura de dois Governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia), a UKAWA passou a apoiar energicamente proposta de introdução de sistema de três Governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a UKAWA propugnasse o boicote à realização do referendo.

Finalmente programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou

problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores. Embora nenhuma nova data tenha ainda sido fixada, parece provável que a referendo será adiado até depois das eleições gerais. O adiamento foi amplamente visto como uma vitória dos partidos de oposição, que têm maior interesse na atualização do registo eleitoral, tendo em vista a expectativa de inclusão de jovens eleitores em grandes centros urbanos, mais preocupados com a falta de perspectiva de emprego, por escândalos de corrupção e com a política económica que vem sendo adotada há quase duas décadas pelo partido governista, que a oposição afirma ser concentradora de renda.

Eleições gerais de outubro de 2015

Mais recentemente, o cenário político tanzaniano tem sido marcado pelo início das disputas pela Presidência, que deverão ter início em outubro de 2015. A corrida para suceder Jakaya Kikwete, cujo segundo e último mandato termina em 2015, tem, no momento, sido travada dentro dos partidos políticos.

Nas disputas no âmbito do CCM, que deverá estender-se até agosto, o sistema de rotatividade imaginado por Julius Nyerere permite esperar que o candidato do CCM para substituir o muçulmano Kikwete deverá ser cristão. Essa limitação elimina diversas personalidades do partido da corrida presidencial. Tanto o ex-Primeiro-Ministro Edward Lowassa, como o Chanceler Bernard Membe confirmaram que são candidatos à Presidência. O primeiro vem aparecendo em primeiro lugar nas pesquisas e arregimentando apoio de boa parte do empresariado local. Tem havido, contudo, movimento para que o filho de Julius Nyerere, Charles Makongoro Nyerere, junte-se à disputa.

A UKAWA, coalizão formada pelos partidos de oposição no contexto do processo de revisão constituição, manteve-se unida também no contexto eleitoral. Em outubro de 2014, os partidos membros da coalizão comprometeram-se a lançar candidatos únicos contra o governista CCM nas eleições gerais de 2015, em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Haveria expectativa ainda de atrair eventuais defecções do CCM.

A oposição, ademais, continua a criticar o Governo por não conseguir acabar com a corrupção, citando, em particular, recente escândalo que envolveu importantes instituições e empresas do setor de energia. Ao longo de 2014, teve grande repercussão caso de corrupção que contou com relatório do Controlador e Auditor-Geral, associando atividades ilegais a membros do Governo. Em novembro de 2014, a Comissão de Contas Públicas do

Parlamento tanzaniano, liderada pelo deputado oposicionista Zitto Kabwe, aprovou moção que pede a responsabilização de políticos de alto escalão do Governo e instrui o Escritório de Prevenção e Combate à Corrupção a investigar o caso. O Parlamento adotou, posteriormente, posicionamento unificado em torno da questão, solicitando a punição dos envolvidos. A oposição recorda ainda que o ex-Primeiro-Ministro Edward Lowassa, que é um dos candidatos à concorrer à Presidência pelo CCM, teve de abandonar seu cargo em 2008 em outro escândalo de corrupção. Em reação, o Governo tem procurado colaborar com as investigações e dissociar-se de quadros suspeitos, o que levou o Presidente Kikwete a anunciar a demissão de muitos membros do alto escalão do Governo, como os Ministros da Habitação e da Energia e Minerais.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional ou Parlamento (Bunge) é composta por 357 assentos, dos quais 239 são reservados para representantes eleitos diretamente, 102 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, 5 para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, 10 para membros nomeados pelo Presidente e 1 para o Procurador-Geral.

Além de promulgar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente. Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 81 assentos.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em 31 de outubro de 2010. Novas eleições estão previstas para outubro do corrente.

Política Externa

Introdução

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana tem sido marcada pela defesa da paz e do desenvolvimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e “apropriação” africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e prefere, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, acompanhar o consenso da União

Africana e de organismos regionais dos quais participa.

No campo econômico, as elevadas taxas de crescimento da economia tanzaniana e a estabilidade política do país têm conferido visibilidade externa à Tanzânia e motivado importante fluxo de visitas de altas autoridades estrangeiras ao país.

Política regional, União Africana e mediação de crises no continente

A Tanzânia é membro fundador da União Africana (UA) e confere grande importância ao organismo, cujas posições com relação aos principais temas da agenda internacional e regional tende a acompanhar. O país tem advogado a integração e solidariedade entre as nações africanas desde os tempos de Julius Nyerere, que se tornou um dos principais ícones da descolonização da África.

A defesa da democracia, dos direitos humanos e do diálogo como melhor alternativa de resolução de conflitos são características do discurso tanzaniano no seio da UA. A Tanzânia tem encorajado o aperfeiçoamento dos processos eleitorais em toda a África, de modo a consolidar as práticas democráticas no continente. Em passado recente, o país atuou como mediador confiável em diversas crises regionais, como as ocorridas no Sudão (a Tanzânia é um dos principais contribuintes de tropas da UNAMID), Somália, Comores, Madagascar (2007), Quênia (2008), Costa do Marfim (2011) e Líbia (2011). Mais recentemente, os principais esforços tanzanianos de mediação tem-se concentrados em República Democrática do Congo (RDC), Sudão do Sul e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos, à qual também pertence a Tanzânia.

Com relação aos desafios de segurança para a estabilização do leste da RDC, a Tanzânia tem advogado que se trataria de um problema que ultrapassa as fronteiras congoleesas, afetando toda a região dos Grandes Lagos. Dar es Salaam tem mantido participação ativa e construtiva nas reuniões conjuntas das organizações regionais que tratam do tema (a Comunidade da África Central – EAC; e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos – CIRGL), ocasiões em que defende a formação de compromissos dos países vizinhos com o enfrentamento a grupos armados e com o fortalecimento da soberania RD congoleesa. O país é ademais, o segundo maior contribuinte de tropas para a Brigada de Intervenção da Missão da ONU para a Estabilização da RDC (FIB/MONUSCO), atrás apenas da África do Sul.

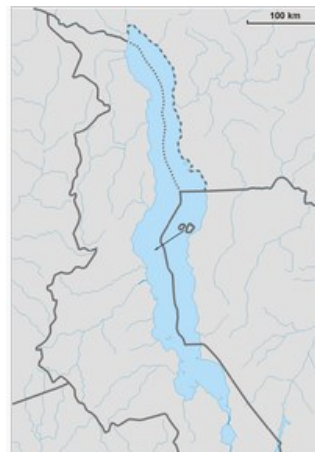
Após meses do conflito civil iniciado em dezembro de 2013 no

Sudão do Sul, com forte impacto humanitário para a população civil, o Governo tanzaniano, em outubro de 2014, anunciou que, a pedido do Presidente sul-sudanês, a Tanzânia buscaria mediar o conflito, sem prejuízo de outras iniciativas de mediação regional em curso. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária do maior do país, o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), cujo racha, em dezembro de 2013, está na origem do conflito no país. Essa reconciliação fortaleceria eventual formação de governo de união nacional, que, por sua vez, constituiria o cerne de uma solução política para o conflito.

A escalada das tensões sociais no contexto pré-eleitoral no **Burúndi** e a tentativa de golpe de estado, em 13/05/2015, contra o Presidente daquele país, Pierre Nkurunziza, levaram a que cerca de 70 mil Burúndineses buscassem refúgio em território tanzaniano. A Tanzânia é vista como um dos países mais indicados para mediar tensões no Burúndi, uma vez que acordos de paz e conciliação assinados na cidade tanzaniana de Arusha, sob os bons ofícios da Tanzânia, representam peça fundacional do período de consolidação paz o qual, até este ano, vinha caracterizando o Burúndi pós-conflito. Nesse contexto, já foram convocadas reuniões da EAC para tratar do tema.

Disputa fronteiriça com o Malaui

Embora tradicionalmente mantenha boas relações com os vizinhos, as relações da Tanzânia com o Malaui têm sofrido desgaste, em função de disputa fronteiriça envolvendo o Lago Niassa. O Niassa, terceiro maior lago da África e nono do mundo, é fonte de sustento cerca de 10 milhões de pessoas na Tanzânia, no Malaui e em Moçambique, e conta com o maior número de espécies endêmicas de peixes no mundo. Ademais, é apontado como uma das regiões com maior potencial turístico da África. O Malaui sustenta que o tratado de Heligoland, firmado entre o Reino Unido e Alemanha, em 1890, lhe garantiria a soberania sobre toda a extensão do lago, à exceção de parcela pertencente a Moçambique. De sua parte, a Tanzania reivindica linha de fronteira que divida ao meio a parte norte do lago. O país sustenta que o tratado de Heligoland já teria sido superado pelo bom senso e advoga que a situação "de jure" da fronteira com o Malaui



reflita sua situação "de facto", uma vez que o Niassa já é efetivamente compartilhado pelos dois países e por Moçambique.

O diferendo fronteiriço, adormecido por praticamente todo o período pós-independência, passou a ter tratamento prioritário após a decisão do Malaui, no início da década passada, de estimular a exploração e aproveitamento de recursos minerais no leito do lago. Em particular, tem causado divergências alegações de que o Malaui teria concedido o direito de exploração de petróleo no lago a empresa britânica, em setembro de 2011. Voos de mapeamento, que incluíram aterrisagem na água e foram supostamente conduzidos por empresa britânica, estariam ocorrendo, desde inícios de 2012, também do lado oriental do Niassa, porção sobre a qual a Tanzânia reclama soberania. Avalia-se que, caso sejam identificadas reservas significativas de petróleo e gás natural naquela região, a disputa poderá agravar-se.

Após conversações bilaterais sobre o caso, o Malaui vem tentando, desde 2012, remeter a disputa à jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o que tem sido bloqueado pela Tanzânia, que não reconhece a jurisdição da Corte no caso. Alternativamente, com vistas a conduzir processo de mediação internacional do diferendo fronteiriço, foi formado Painel de três ex-Chefes de Estado de países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), composto pelos ex-Presidentes Joaquim Chissano, de Moçambique, Thabo Mbeki, da África do Sul e Festus Mogae, de Botsuana. Reunião de mediação no âmbito da SADC, realizada em Maputo, em março de 2014, foi recebida pela mídia tanzaniana como uma indicação de fortalecimento da posição do país, sobretudo pelas declarações atribuídas ao mediador Joaquim Chissano de que Tanzânia e Malaui devem "partilhar o Lago".

Comunidade da África Oriental (EAC)

Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi têm promovido a integração regional, em processo que culminou, em 2000, com o estabelecimento da Comunidade da África Oriental (EAC), cuja Secretaria-Geral tem sede em Arusha, Tanzânia. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas, área de 1.820.664km² e PIB de cerca de US\$ 120 bilhões, a EAC constitui uma união aduaneira desde janeiro de 2005. Em 2008, o bloco estabeleceu acordo de comércio preferencial com a SADC e com o Mercado Comunidade da África Oriental e Austral (COMESA). Em abril de 2010, com a ratificação pelo Burúndi, tornou-se possível a entrada em vigor do

Tratado do Mercado Comum da EAC. O acordo representou passo decisivo para o aprofundamento da integração entre os membros do bloco.

Em 2013, foi assinado protocolo prevendo a instauração de união monetária no prazo de dez anos. O objetivo principal seria o de prover a região de uma moeda única que possa remover os custos das transações em diversas moedas, bem como o risco das oscilações das taxas de câmbio sobre o comércio e o turismo na África Oriental.

Em 2014, a EAC foi considerada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a mais ambiciosa e integrada comunidade econômica regional (CER) do Continente. O BAD justifica essa assertiva, salientando que a EAC desenvolveu uma Área de Livre Comércio totalmente operacional e é o único grupamento regional que já começou a implementar um Mercado Comum. Por sua vez, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) igualmente reconheceu os avanços realizados pela EAC, em termos de comércio intrarregional. Segundo relatório recente da Comissão, a Comunidade da África Oriental é a CER que apresenta a maior porcentagem de comércio entre seus países-membros: 19,5%. A SADC aparece em segundo lugar com 10,9%.

No plano político, a EAC já dispõe de um Parlamento Regional e ambiciona formar uma Confederação (“Political Federation of the East African State”) com um único Chefe de Estado. Embora prevista no Tratado Constitutivo da EAC, a formação de Confederação no leste africano é tema que pouco avançou. Passada a fase inicial do bloco, na qual havia forte otimismo com o projeto de integração, somente Uganda manteve sua intenção de assinar o mapa do caminho para a federação política. Os quatro outros países-membros concordaram em criar Grupo de Trabalho técnico sobre o tema, de forma a melhor analisar aspectos específicos da Federação Política, como a elaboração de cronograma de implementação da Federação, no qual será prevista a elaboração de nova constituição federativa. Mais recentemente, Uganda tem insistido em um modelo de dois níveis de Governo, no qual as autoridades supranacionais teriam responsabilidade sobre os temas de política externa, defesa, políticas monetária e macroeconômica, deixando todos os demais temas a cargo dos Governos nacionais. O Grupo de Trabalho, por sua vez, acredita que o modelo proposto para a Federação deve ser submetido a referendo pelos 130 milhões de habitantes da região.

Somália, Sudão e Sudão do Sul manifestaram interesse em aderir à EAC. O processo mais avançado de adesão é o do Sudão do Sul, no qual o

relatório de verificação da EAC foi aprovado em 2012; e, em maio de 2013, houve indicação favorável à adesão do país ao bloco. Contudo, em abril de 2014, o Sudão do Sul solicitou que fosse adiado seu processo de adesão à EAC, em grande medida, em função do conflito civil em curso naquele país. Com a separação do Sudão do Sul do Sudão, a EAC decidiu, já em dezembro de 2011, rejeitar a solicitação de adesão feita por Cartum, argumentando que o Sudão não mais teria fronteira com demais países do bloco. Em fevereiro de 2015, a EAC deliberou negativamente sobre o pedido de adesão da Somália, apontando que a verificação das condições políticas e econômicas naquele país não havia avançado a contento.

Desde a instauração da união aduaneira, em 2005, a Tanzânia tem sido o país que mais colhe benefícios com o incremento do comércio regional. Avalia-se que, apenas em 2014, as exportações de produtos manufaturados tanzanianos para a EAC teria crescido cerca de 30%.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América (EUA) têm na Tanzânia um de seus principais parceiros no continente, tanto em termos econômico-comerciais quanto políticos. Contribuem significativamente para a densidade das relações bilaterais a relativa estabilidade política da Tanzânia e sua tradicional imagem de país defensor da democracia e da liberdade no continente africano.

No plano comercial, somente 10% das vendas tanzanianas para os EUA (de US\$ 115 milhões) foram feitas com recurso ao livre acesso ao mercado estadunidense facilitado pelos mecanismos da "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA), o que indica que há muito espaço para que o comércio bilateral seja estimulado. Registre-se ainda que, em 2012, com 70 mil nacionais visitando a Tanzânia, os EUA passaram a ser o principal mercado para este país no setor de turismo.

Por outro lado, a Tanzânia é considerada, juntamente com Gana, parceiro exemplar na implementação dos principais programas de assistência ao desenvolvimento dos EUA. Por esse motivo, os EUA têm intensificado sua cooperação em benefício da Tanzânia e figuram como o principal provedor de cooperação e ajuda internacional ao país, com projetos que montam a US\$ 760 milhões, em estimativa de 2012. Vale mencionar que, com um portfólio de US\$ 690 milhões em projetos de investimentos, a Tanzânia é, atualmente, o maior beneficiário em todo mundo do programa estadunidense "Millennium Challenge Account" (MCA), cujo foco de atividades na Tanzânia é voltado

para a segurança energética e pequenas obras de infraestrutura viária e de saneamento.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral foi a visita do Presidente Barack Obama, acompanhado de delegação de cerca de 500 empresários, à Tanzânia, em julho de 2013, no contexto de périplo que realizou no continente africano, que incluiu apenas outros dois destinos (África do Sul e Senegal). Tratou-se da terceira visita oficial de um Chefe de Estado estadunidense à Tanzânia em pouco mais de uma década (também foram à Tanzânia Bill Clinton, em 2000, e George W. Bush, em 2008). Por ocasião de sua visita, Obama anunciou que a Tanzânia será um dos principais beneficiários da iniciativa "Power Africa", por meio da qual o Governo estadunidense tenciona gerar mais de 10 mil MW de energia estável, mais limpa e eficiente, beneficiando pelo menos 20 milhões de domicílios e empresas em seis países africanos: Etiópia, Gana, Libéria, Nigéria, Quênia e Tanzânia. Obama lançou, ademais, outra ambiciosa iniciativa, a "Trade Africa" com os objetivos de (i) dobrar o comércio intrarregional no âmbito da EAC, bloco que, por haver sido identificado pelos EUA como "the next economic success story", foi escolhido como parceiro piloto no continente; e (ii) aumentar em cerca de 40% o comércio dos EUA com o bloco.

Como sinalização do bom relacionamento bilateral, em agosto de 2014, o Presidente Kikwete liderou a delegação de seu país à Cúpula EUA-África, realizada em Washington. Em outubro de 2014, o Secretário do Tesouro foi à Tanzânia, ocasião em que visitou o porto de Dar es Salaam, para dar publicidade a investimentos de US\$ 565 milhões em infraestrutura e operação portuária, realizados conjuntamente pelo Banco Mundial e pela Trademark East Africa, ambos com financiamento estadunidense, e esteve na subestação de distribuição de eletricidade de Sokoine, cuja ampliação, igualmente apoiada pelos EUA, deverá permitir o acesso de 12 mil pessoas à rede de energia de Dar es Salaam. Na ocasião, houve também o anúncio da liberação de linhas de financiamento para 2015 e 2016 nos setores de eletricidade e infraestrutura, para facilitação de comércio, no montante total de US\$ 1 bilhão – recursos estadunidenses a serem liberados por intermédio do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Canadá

A exemplo dos EUA, o Canadá também identifica na Tanzânia um parceiro preferencial no contexto africano, o que foi reafirmado no contexto de

visita a Dar es Salaam do Ministro do Desenvolvimento Internacional e para Assuntos da Francofonia canadense, realizada em fevereiro de 2014. O Canadá tem-se mantido entre os 5 maiores prestadores de cooperação para a Tanzânia e todas as empresas de gás natural atuando no país têm parcelas de suas ações compradas por empresas de capital canadense. Vale mencionar também que o Ministro do Comércio Internacional canadense chefiou, em junho de 2014, missão comercial a Tanzânia e outros três países africanos, considerados prioritários segundo o "Plano de Ação para mercados Globais" daquele país norte-americano. Na ocasião, foi anunciado o lançamento da Aliança Canadá-África para a Energia, além de iniciativas na área de defesa e combate à pobreza.

Alemanha

Recentemente, notou-se um forte movimento de dinamização nas relações bilaterais entre Alemanha e Tanzânia, consubstanciado em trocas de visitas de alto-nível (desde dezembro de 2013, o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores de cada país visitou o outro). A última visita dessa série ocorreu em fevereiro de 2015, quando o Presidente da Alemanha, Joachim Gauck, realizou visita de Estado à Tanzânia, ocasião em que se fez acompanhar de numerosa missão empresarial. Gauck tornou-se o primeiro Chefe de Estado alemão a visitar a sede da EAC e participou da inauguração de novo centro de combate à caça ilegal financiado pela "Frankfurt Zoological Society", sediado no parque Serengeti. O foco da visita, a exemplo do que vem ocorrendo com mandatários de diversos países (EUA e China, entre outros), foi a promoção de relações econômico-comerciais. Segundo o Governo tanzaniano, as 151 empresas alemãs instaladas no país têm investimentos estimados em 300 milhões de euros. Esse valor deve expandir-se significativamente nos próximos anos, devido à atuação da "Ferrostaal Industrial Projects GmbH", que lidera consórcio para construção de fábrica de fertilizantes, com investimentos previstos em 1 bilhão de euros. A Alemanha desempenha ainda importante papel como prestadora de cooperação e doadora de recursos à Tanzânia, tendo destinado ao país cerca de US\$ 2,3 bilhões nas últimas cinco décadas.

China

As relações sino-tanzanianas, que remontam a 1961, são intensas e diversificadas. A Tanzânia é hoje um dos principais beneficiários da ajuda e da cooperação chinesa na África. Desde 1964, a China vem financiando

projetos de assistência à Tanzânia nas mais diversas áreas, com destaque para a “Tanzania-Zambia Railway” (TAZARA), obra de infraestrutura vital para o escoamento da produção mineral dos dois países, que consumiu mais de US\$ 500 milhões em sua construção e até hoje recebe recursos do Governo chinês. No campo comercial, o intercâmbio bilateral somou US\$ 3,5 bilhões em 2014. A China é hoje o segundo principal parceiro comercial da Tanzânia, atrás apenas da Índia.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral ocorreu em março de 2013, quando o novo Presidente chinês, Xi Jinping, realizou visita histórica à Tanzânia, país que foi escolhido como primeiro destino do novo mandatário chinês na África. Ao propagar que a Tanzânia deveria tornar-se o novo *hub* de investimentos chineses no leste africano, o Presidente chinês anunciou projetos de investimentos bilionários no país (cujo montante poderá totalizar mais de US\$ 10 bilhões), o que poderá converter a China no maior investidor externo na Tanzânia.

Em 2014, em comemoração ao quinquentenário do relacionamento bilateral, ademais, o Vice-Presidente da China, Li Yuanchao, realizou visita à Tanzânia, ao passo que o Presidente Kikwete visitou a China, no início de 2015. Nas ocasiões as autoridades dos dois países enfatizaram que, em 2014, a Tanzânia tornou-se um dos principais destinos de investimentos chineses no continente africano, superando até mesmo a África do Sul. O total de 522 projetos de investimentos chineses registrados no Centro de Investimentos da Tanzânia já somam US\$ 2,49 bilhões e empregam quase 150 mil trabalhadores.

Contudo, a agenda bilateral sino-tanzaniana não consiste apenas de boas notícias. Temas espinhosos como tráfico de marfim, de chifres de rinoceronte, de madeiras nobres e a pesca ilegal na zona econômica exclusiva da Tanzânia representam incômodos no relacionamento bilateral.

Índia

A Índia tornou-se, desde 2014, o principal parceiro comercial da Tanzânia. Desde a visita da então Ministra do Comércio e Indústria da Índia, Daggubati Purandeswari, a Tanzânia, em setembro de 2012, o comércio bilateral Índia-Tanzânia vem apresentando crescimento impressionante. Dados de dezembro de 2014 indicam que o fluxo comercial entre os dois países atingiu US\$ 3,9 bilhões, sendo US\$ 2,67 bilhões de exportações indianas e US\$ 1,23 bilhão de exportações tanzanianas. Esses são os resultados de ofensiva comercial inédita de ambas as partes, com a qual se logrou mais do

que duplicar a corrente bilateral de comércio em pouco mais de um ano. Segundo o Alto Comissário da Índia em Dar es Salaam, Embaixador Debnath Shaw, a Índia identifica complementaridades fortes entre as duas economias e tem como meta superar os US\$ 5 bilhões de comércio até 2017, além de estimular os investimentos diretos indianos na Tanzânia, que hoje já alcançam US\$ 2 bilhões, atuando em ramos como telefonia celular e siderurgia.

Após visita do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, em maio de 2011, o Governo tanzaniano anunciou apoio à pretensão indiana de assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU.

Japão

Nos últimos anos, o Japão tem demonstrado forte assertividade ao buscar aproximação com a Tanzânia, o que, segundo avaliação de analistas tanzanianos, se deve a uma tentativa de contra-arrestar a ativa atuação chinesa no país. Nesse particular, tem sido comentado que o Japão tem demonstrado interesse em substituir a China no financiamento da ferrovia TAZARA, bem como de reformas no Porto de Dar es Salaam, como forma de aperfeiçoar os canais de escoamento de minérios explorados na África Central para os mercados do leste asiático.

O Japão vem mantendo-se, nos últimos anos, entre os 5 maiores investidores na Tanzânia, em grande medida devido ao financiamento japonês para renovação e expansão de infraestruturas viárias e portuárias na Tanzânia. Ademais, a Tanzânia tem figurado entre os 10 beneficiários da ajuda japonesa destinada à África – segundo a Embaixada japonesa em Dar es Salaam, a ajuda japonesa para a Tanzânia desde sua independência já somaria quase US\$ 3,2 bilhões.

Essa maior assertividade japonesa tem-se consubstanciado em aumento expressivo de visitas e missões de autoridades japonesas a Tanzânia. Em junho de 2013, visitou Dar es Salaam o Vice-Chanceler japonês. Em agosto daquele ano, o Ministro da Economia, Comércio e Indústria nipônico viajou ao país, em preparação para missão empresarial japonesa, que foi à Tanzânia, em fevereiro de 2014. Como resultado dessas visitas, foram assinados acordos de cooperação em agricultura e pesca.

Países do Golfo (CCG)

A Tanzânia tem conferido alta prioridade ao relacionamento com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Acredita-se que os países

daquela sub-região deverão ser em breve parceiros econômicos e comerciais estratégicos não só da Tanzânia, mas de toda a África, surgindo como nova e necessária fonte de investimentos, comércio e cooperação com o continente. Sem contar o relacionamento histórico com Omã, uma vez que aquele Sultanato por décadas governou Zanzibar, é significativa a presença de outros países do CCG na Tanzânia. Com a abertura da Embaixada do Kuwait em Dar es Salaam, em fevereiro de 2015, somente o Bareine, dentre os países do Conselho de Cooperação do Golfo, não conta com representação residente na Tanzânia. As companhias aéreas Emirates e Qatar Airways possuem voos diários para Dar es Salaam e a Oman Air começou a operar, em 2010, voo com 4 frequências semanais. Existem linhas regulares de navegação entre o porto de Dar es Salaam e os portos de Dubai e Mascate. Ademais, empresas do Golfo operam redes de postos de distribuição de combustíveis no país e produtos da região são encontrados com facilidade nas prateleiras dos principais supermercados tanzanianos. Tendo em conta a grande disponibilidade de terras agriculturáveis e inexploradas na Tanzânia, o setor agrícola tem sido alvo prioritário de investimentos por parte dos países do Golfo, como forma de assegurar o abastecimento de alimentos a preços previsíveis para a sub-região.

Turquia

A Turquia, a exemplo do Brasil, escolheu Dar es Salaam como a primeira Embaixada a ser aberta na África, no âmbito de sua política de reaproximação com o continente, que ampliou sua rede diplomática na região de 12 para 35 representações. O Governo turco vê a Tanzânia – e a África Oriental com um todo – como excelente mercado para seus produtos têxteis e de consumo, para suas empresas de construção e para suas empresas de turismo e hotelaria. Empresários turcos também têm investido na produção local de bens para exportação, como mel, cuja cadeia produtiva e de distribuição no norte do país foi organizada por empresários turcos.

Nesse contexto, em maio de 2014, o Chanceler turco, Ahmet Davutoglu, realizou visita a Dar es Salaam, ocasião em que realizou dois atos simbólicos para as relações turco-tanzanianas: (i) depositou a pedra fundamental de complexo que a Turquia está construindo para acolher 500 crianças da ameaçada comunidade de albinos na Tanzânia; e (ii) inaugurou um dos quatro orfanatos construídos pela Turquia no país africano.

Economia

Com renda per capita quase vinte vezes menor que a brasileira, a Tanzânia é considerada um dos mais pobres países do mundo. Nos últimos dez anos, contudo, o país tem alcançado taxas expressivas de crescimento econômico real (da ordem de 7%). Em 2014, a elevada taxa de crescimento real do PIB (7,2%), associada a uma inflação controlada e com tendências de queda (média anual foi de 4,8%), transmitiu a imagem de um quadro econômico saudável. Para os próximos anos, espera-se que o país continue registrando crescimento elevado.

O setor primário representa um quarto do PIB da Tanzânia e 85% de suas exportações, empregando cerca de 80% da mão de obra nacional. A produção agrícola no país ainda faz, todavia, uso limitado de técnicas modernas. Devido à alta no preço internacional do ouro e à liberalização de setores como telecomunicações e transportes, os setores de mineração e de serviços têm sido os principais responsáveis pelo crescimento econômico tanzaniano.

Contudo, a despeito do crescimento, a situação econômica da Tanzânia é ainda relativamente frágil, uma vez que é possível identificar desequilíbrios nas contas nacionais que, no médio e longo prazos, poderão exigir do país ajustes recessivos. A significativa expansão do PIB dos últimos anos tem sido acompanhada de déficits fiscais significativos (da ordem de 6% do PIB). O governo tanzaniano tem buscado aumentar a arrecadação fiscal de modo a arcar com os crescentes gastos destinados a investimentos em infraestrutura e diminuir a dependência da ajuda externa direta no orçamento (cerca de 29% do total).

Nas contas externas, a balança comercial da Tanzânia mostra resultados estruturalmente negativos, em contrapartida a superávits na conta capital e financeira. A demanda interna por petróleo e bens de consumo responde por importações estruturalmente elevadas, as quais não são equilibradas pelas exportações, com perfil dependente do preço internacional do ouro. A repatriação de lucros é também importante fonte de fuga de capitais do país. O déficit das contas correntes tem-se mantido no patamar de 13% do PIB ao ano, levando a um crescimento da dívida externa do país, que atingiu em dezembro de 2014, a cifra de US\$14,12 bilhões (o corresponde a 350% das exportações anuais do país).

O déficit de infraestrutura (energia e transportes) constitui ainda importante gargalo da economia tanzaniana. Segundo dados da Agência

Internacional de Energia, apenas 14% da população tanzaniana tem acesso à energia elétrica. Entre 104 países analisados pela Agência, o sistema elétrico da Tanzânia foi classificado como o segundo mais deficiente, em termos de seus impactos negativos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

Em esforço dependente de apoio externo, a Tanzânia tem buscado investir mais fortemente em infraestrutura, com obras voltadas a criar conexões com países vizinhos, sobretudo no âmbito da EAC. O país também tem logrado atrair elevadas somas de capital privado na exploração de suas reservas de gás natural. Nesse contexto, a China, que tem investido pesadamente no país, tende a tornar-se o principal investidor externo na Tanzânia nos próximos anos.

Comércio exterior total

Entre 2004 e 2013, as exportações tanzanianas cresceram 200%, passando de US\$ 1,473 bilhão, em 2004, para US\$ 4,413 bilhões, em 2013. Em 2013, os mais relevantes mercados de destino para a oferta da Tanzânia foram: África do Sul (participação de 17,3% no total); Índia (17,0%); Suíça (9,2%); China (7,0%); República Democrática do Congo (5,4%); Quênia (5,2%); e Japão (5,0%). O Brasil foi o 70º mercado de destino, com participação discreta (0,03%). Foram os seguintes os principais grupos de produtos exportados para o mundo: ouro e pedras preciosas (36,7% de participação); minérios (9,1%); café e chá (5,9%); frutas (4,4%); grãos oleaginosos e sementes (3,9%); peixes e crustáceos (2,9%); fumo e manufaturas (2,9%). A estrutura da pauta tanzaniana de exportação, muito centrada em recursos naturais, aponta, em princípio, para a conveniência da diversificação da base econômica local.

Tanzânia - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 4	1.473	2.556	4.030	-1.083
2 0 0 5	1.672	3.247	4.919	-1.575
2 0 0 6	1.865	4.527	6.391	-2.662
2 0 0 7	2.139	5.919	8.058	-3.780
2 0 0 8	3.121	8.088	11.209	-4.967
2 0 0 9	2.982	6.531	9.513	-3.548
2 0 1 0	4.051	8.013	12.063	-3.962
2 0 1 1	4.735	11.184	15.919	-6.449
2 0 1 2	5.547	11.716	17.263	-6.168
2 0 1 3	4.413	12.525	16.938	-8.113
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, abril de 2015.				

Pelo lado da demanda, as importações tanzanianas de bens cresceram 390% no período, passando de US\$ 2,556 bilhões, em 2004, para US\$ 12,525

bilhões, em 2013. Em 2013, foram os seguintes os principais fornecedores de bens à Tanzânia: Índia (18,4% do total); Suíça (12,9%); China (12,7%); Emirados Árabes (9,5%); África do Sul (5,8%); Japão (4,1%); e Quênia (2,7%). O Brasil, por seu turno, foi o 54º fornecedor, com participação de 0,1% no total das compras da Tanzânia no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2013: combustíveis e lubrificantes (38,8% do total); veículos e autopeças (9,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (6,8%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (5,0%); ferro fundido, ferro ou aço (4,0%); obras de ferro ou aço (3,9%); plásticos e manufaturas de plástico (3,8%); cereais (3,2%); produtos farmacêuticos (2,5%); óleos vegetais e gorduras (1,9%).

Em 2013, o déficit tanzaniano em transações comerciais de bens mostrou sinais de deterioração, atingindo US\$ 8,113 bilhões. A atual tendência de retração nas cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera tende, contudo, a produzir efeitos positivos sobre a economia, com possível redução do déficit comercial.

Comércio bilateral

Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre Brasil e a Tanzânia cresceu 74,2%, passando de US\$ 14,4 milhões, para US\$ 25,0 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio cresceu 3,3%. Os fluxos comerciais entre os dois países são, basicamente, os valores registrados das exportações brasileiras, uma vez que as importações de produtos tanzanianos pelo Brasil são muito pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram de US\$ 67,0 milhões (2012); US\$ 24,2 milhões (2013); e US\$ 24,9 milhões (2014). De janeiro a março de 2015, as trocas comerciais bilaterais somaram US\$ 5,3 milhões, um aumento de 5,2%, em comparação ao mesmo período do ano anterior; sendo que as importações somaram apenas US\$ 11,0 mil.

As exportações brasileiras destinadas à Tanzânia cresceram 76,9%, passando de US\$ 14,1 milhões, em 2005, para US\$ 24,9 milhões, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas cresceram 3,1%. Entre janeiro e março de 2015, os embarques somaram US\$ 5,3 milhões, um aumento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicado, basicamente, pelo crescimento nas vendas de açúcar. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2014 foram: açúcar (valor de US\$ 9,0 milhões; equivalentes a 36,1%

do total); tubos de aço (valor de US\$ 2,9 milhões; 11,8%); caixas de transmissão para veículos (valor de US\$ 1,6 milhão; 6,3%); protetores para pneus (US\$ 1,5 milhão; 6,0%); e tratores (US\$ 907 mil; 3,6% do total).

Nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Tanzânia tiveram registros bastante diferenciados, retraindo de US\$ 262,0 mil, em 2005, para US\$ 70,0 mil, em 2014, uma diminuição de 73,5%. De 2013 para 2014, porém, as importações brasileiras experimentaram crescimento exponencial: de US\$ 1,0 mil, passaram para US\$ 70,0 mil, em função de aumento de compras de pescados. Entre janeiro e março de 2015, as importações resumiram-se ao valor de US\$ 11,0 mil, uma retração de 84,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, que é explicada, também, pela diminuição nas aquisições de pescados. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Tanzânia, em 2014, foram: pescados (valor de US\$ 59,9 mil; 86,1% do total); e preparações de origem animal (US\$ 7,9 mil; 11,4% do total).

Evolução do intercâmbio comercial com a Tanzânia - US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	14,1	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14,4	74,3%	0,01%	13,8
2006	18,8	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19,1	33,1%	0,01%	18,5
2007	17,9	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	17,9	-6,3%	0,01%	17,9
2008	18,7	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	18,7	4,4%	0,01%	18,7
2009	31,3	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31,3	67,5%	0,01%	31,3
2010	51,9	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52,1	66,4%	0,01%	51,6
2011	66,1	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66,1	26,8%	0,01%	66,1
2012	67,0	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67,1	1,5%	0,01%	67,0
2013	24,2	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24,2	-64,0%	0,01%	24,2
2014	24,9	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25,0	3,3%	0,01%	24,9
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	76,9%		---	-73,5%		---	74,2%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Cruzamento estatístico entre as pautas de exportações e importações

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tanzânia em 2013 (fonte: Trademap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado de Classificação (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: i) automóveis, motocicletas e caminhões; ii) trigo e mistura de trigo com centeio; iii) laminados de ferro ou de aços; iv) tratores rodoviários; v) medicamentos;

vi) açúcar; vii) polietileno; viii) pneus para ônibus e caminhões; ix) barras de ferro ou aço, laminadas; x) partes de máquinas escavadoras.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Tanzânia - 2013 - Valores em US\$ mil							
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Tanzânia	Importações totais da Tanzânia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
Total geral			24.188	12.525.411	242.178.054	12.501.223	0,19%
1º	870323	Automóveis, motocicletas e caminhões	0	584.772	7.320.869	584.772	0,0%
2º	100199	Trigo e mistura de trigo com centeio	0	305.168	336.640	305.168	0,0%
3º	720839	Laminados de ferro ou aço	0	218.474	451.573	218.474	0,0%
4º	870120	Tratores rodoviários	0	169.898	811.535	169.898	0,0%
5º	300490	Medicamentos	0	149.606	562.106	149.606	0,0%
6º	170199	Açúcar	7.424	132.833	2.678.214	125.409	5,6%
7º	390120	Polietileno	0	97.958	536.052	97.958	0,0%
8º	401120	Pneus para ônibus e caminhões	121	95.604	472.494	95.483	0,1%
9º	390210	Polipropileno	0	74.284	325.993	74.284	0,0%
10º	843149	Partes de máquinas escavadoras de solo	0	69.529	96.449	69.529	0,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
(*) Exclui petróleo e derivados, por razões específicas.

Interesse tanzaniano na aquisição de silos de armazenamento agrícola

Em novembro de 2014, dirigentes da "National Food Reserve Agency" (NRFA) solicitaram o apoio brasileiro para a aquisição urgente de silos de armazenamento agrícola. Explicaram que essa seria uma necessidade urgente do país, uma vez que a falta de espaço de armazenagem para a safra recorde de grãos em 2014, poderia levar à perda de mais de 200 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. Em reação, a Embaixada em Dar es Salaam realizou o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience". Entre os resultados do evento, vale mencionar o início de discussões entre empresas brasileiras e a National Food Reserve Agency (NFRA), agência tanzaniana responsável pela manutenção de estoques de alimentos, sobre projeto para expansão da capacidade nacional de armazenamento em 160.000 toneladas até meados de 2016. O projeto de expansão poderá beneficiar-se de modalidades de financiamento do BNDES para compras de tanzanianas de produtos brasileiros, caso seja concluído o processo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o Brasil.

Investimentos brasileiros na área de infraestrutura

Na área de infraestrutura, Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade

Gutierrez demonstraram interesse em participar da construção de obras aeroportuárias em Dar es Salaam, Dodoma e Mtwara.

Em janeiro de 2013, a Odebrecht enviou missão a Dar es Salaam para apresentar projeto do Aeroporto de Mtwara. A construtora brasileira e o Governo tanzaniano tinham a expectativa de que 80% dos custos do projeto fossem financiados pelo BNDES, o que não pôde concretizar-se dada a ausência de avanços no equacionamento da dívida tanzaniana com o Brasil. Nesse contexto, em agosto de 2014, por intermédio da Odebrecht, o Governo tanzaniano logrou obter aprovação de financiamento de US\$ 200 milhões provenientes do banco Goldman Sachs para a construção do aeroporto.

Em 2013, a Construtora **Queiroz Galvão** abriu escritório em Dar es Salaam para procurar desenvolver projetos de infraestrutura de transportes e de geração de energia elétrica. Entre os principais interesses da Queiroz Galvão está a construção do aeroporto de Msalato, que servirá à nova capital tanzaniana, Dodoma. Essa obra deverá atender a antiga reivindicação dos parlamentares tanzanianos que hoje têm de se deslocar para aquela cidade de automóvel ou em aeronaves fretadas. A obra também possibilitará a mudança dos poderes Executivo e Judiciário de Dar es Salaam para Dodoma, até 2020.

A "holding" paranaense Green Best Solutions (energia renovável e saneamento) também têm projetos na Tanzânia e tenciona abrir escritório no país.

Usina de etanol

Em 2009, o Governo brasileiro foi procurado por grupo privado sueco do setor de biocombustíveis interessado em obter apoio a projetos de desenvolvimento de etanol na Tanzânia. Contudo, os múltiplos grupos empresariais brasileiros que demonstraram interesse em atuar naquele país, por meio da construção de usina de açúcar e etanol em Bagamoyo, em parceria com a empresa sueca Ecoenergy Africa, desistiram do projeto devido a mudanças de foco no projeto da usina. A usina passou a ser construída somente em março de 2014, e seu foco passou a ser a produção de açúcar. O consórcio **IBEN/Sertãozinho**, único grupo que se manteve interessado, não conseguiu competir com os preços e condições de financiamento oferecidos pelos concorrentes indianos.

Hidrocarbonetos e a Petrobras na Tanzânia (PETAN)

Embora receba vultosos investimentos externos no setor de exploração de hidrocarbonetos, a Tanzânia ainda não produz petróleo, nem possui reservas comprovadas do recurso. O país importa 31 mil barris de derivados de petróleo para consumo interno, o que representa cerca de 20% do custo total com importações do país. Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas de gás natural no país são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos, mas a partir de 2010 consórcios de empresas europeias e norte-americanas fizeram descobertas em blocos marítimos que podem elevá-las para o patamar de 55 trilhões de pés cúbicos, mais de 100 vezes as brasileiras. Diante desse prospecto, espera-se que o Governo tanzaniano anuncie, nos próximos meses, a construção de unidade de liquefação de gás voltada à exportação.

Pioneira em investimentos na exploração petrolífera e de gás natural no “offshore” da Tanzânia, a **Petrobrás** obteve concessão para exploração em 3 blocos offshore, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em julho de 2010, a Petrobrás e a britânica Ophir Petroleum inauguraram terminal no Porto de Mtwara, o mais profundo da costa oriental da África, com capacidade para atender às necessidades de logística das duas companhias petrolíferas na plataforma continental da Tanzânia. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para “joint venture” formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à **PETAN**. Embora a PETAN e a Shell ainda não tenham obtido êxito nos estudos de exploração de dois blocos para os quais haviam obtido concessão, novos estudos que, desde o início de 2015, estão sendo realizados no terceiro bloco têm ensejado o otimismo em ambas as empresas.

Geração de energia e participação de empresas brasileiras no setor

A matriz energética da Tanzânia é composta por cerca de 88% de biomassa, 8% de derivados do petróleo (importados, sobretudo, dos EUA), 3% de gás natural, 1% energia hidroelétrica e 0,4% de carvão mineral. O gás natural tem tido rápido crescimento na matriz energética do país.

O aumento da capacidade tanzaniana de geração de energia é um dos objetivos prioritários da política econômica do atual Governo. Segundo mapa do caminho para o desenvolvimento do setor para o período entre 2014-2025, o

Governo local espera aumentar, até 2025, a capacidade instalada de geração dos atuais 1.583MW para mais de 9.000MW. Caso o plano seja totalmente implementado, estima-se que pelo menos 75% dos tanzanianos estarão conectados à rede elétrica em 2025. Atualmente, apenas 24% da população do país têm acesso à rede elétrica. Nas zonas rurais, esse número atinge apenas 7%.

Outro objetivo é a diversificação das suas fontes de energia. O gás natural, recurso que se está tornando abundante na Tanzânia, após a recente descoberta de novas reservas, terá papel de destaque no aumento da capacidade, sendo responsável pela geração de 4.000MW. Essa fonte deverá ser seguida pela energia hidrelétrica, com quase 3.000MW adicionais; pelas térmicas a carvão, com cerca de 400MW; e por fontes geotérmicas, 200MW, e eólicas, 100MW. Contudo, tendo em conta que o ápice da produção do gás natural é esperado somente para 2024/25, em estimativa otimista, o Governo tanzaniano tem buscado desenvolver também outras fontes de energia, sobretudo a hidrelétrica.

Nesse contexto, o aproveitamento do potencial hídrico da Bacia do Rio Rufiji para a geração de energia é visto como fundamental. Nessa Bacia, estudam-se construir diversas obras de infraestrutura para a geração de energia, entre as quais vale mencionar duas pequenas centrais hidrelétricas a cargo da **GBS**, bem como as hidrelétricas de Mnyera, com capacidade de 700MW, e de Stiegler's Gorge, com capacidade esperada para 2.100MW. As construtoras brasileiras **Queiroz Galvão** e **Odebrecht** têm mantido discussões, já estágio avançado, com o Governo tanzaniano para participarem da construção dessas duas hidrelétricas.

Com relação à hidrelétrica de Stiegler's Gorge, o Governo tanzaniano tem trabalhado em estudo de impacto ambiental das obras, bem como realizado gestões junto ao Comitê de Patrimônio da Humanidade com vistas a possibilitar a construção da usina, uma vez que ela se localizaria no interior da Reserva Nacional de Selous, que se tornou patrimônio da humanidade em 1982. Em encontro realizado em fevereiro de 2014 com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, o Ministro tanzaniano da Saúde e Bem Estar Social, Seif Rashidi, reafirmou o interesse de seu país na participação brasileira na construção da usina. Ainda segundo o plano, o Governo deverá adotar um marco regulatório competitivo, com base na defesa do interesse dos consumidores, sob o qual as empresas geradoras de energia elétrica possam competir na venda direta aos distribuidores e consumidores finais, o que

deverá, em princípio, melhorar a qualidade do serviço e diminuir os preços.

Em setembro de 2014, Tanzânia, Zâmbia e Quênia formalizaram acordo que cria a interconexão da rede elétrica entre os três países. O projeto objetiva: facilitar o comércio de energia elétrica, a fim de reduzir o custo médio de geração de energia; prover eletricidade acessível e confiável aos consumidores da África Oriental e Austral, procurando atender às demandas atual e futura de ambas as regiões; reduzir os custos de investimento pela utilização otimizada da energia elétrica, com a redução de reservas técnicas onerosas, possibilitando economias de escala ao setor elétrico; e contribuir para a redução da pobreza pela oferta de eletricidade às populações rurais localizadas ao longo das linhas de transmissão. O acordo deverá ser implementado até dezembro de 2016. Durante sua assinatura, a União Europeia e o Banco Africano de Desenvolvimento comprometeram-se a oferecer EUR 600 milhões e US\$ 271,5 milhões, respectivamente, ao projeto. Também participaram da cerimônia representantes do Banco Mundial, da JICA (agência japonesa de cooperação) e da agência francesa de cooperação para o desenvolvimento, AFD, que também poderiam vir a participar financeiramente do projeto.

Anexos

Cronologia Histórica

1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar.
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica.
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do Primeiro-Ministro Julius Nyerere.
1962	Tanganica torna-se uma república sob a presidência de Nyerere.
1963	Zanzibar torna-se independente.
1964	Tanganica e Zanzibar fundem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere.
1977	Partido da Revolução é criado pela fusão dos partidos União de Unidade Nacional da Tanganica e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único.
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano.
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin.

1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar.
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo.
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia.
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos.
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas.
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos.
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental.
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos.
2010	Em Zanzibar, realizam-se pacificamente as primeiras eleições presidenciais depois do acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM.
2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA em protesto contra o resultado das eleições para Prefeito da cidade resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos.
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido.
2011	Foi aprovado o "Ato de Revisão Constitucional", que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC).
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte.
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada.
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular.
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado <i>sine die</i> .

Cronologia das Relações Bilaterais

1970	Estabelecimento das relações diplomáticas.
------	--

1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar Es Salaam.
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia.
1981	Benjamin Mkapa, então Ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários.
2004	Encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial.
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil em Dar Es Salaam.
2006	Visita a Brasília da Chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro.
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral.
2008	Realização, em Dar Es Salaam, da primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar que do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.
2010/maio	Visita de três dias ao Brasil do Ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis.
2010/julho	Visita do Presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial.
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar-es-Salaam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa.
2010/setembro	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe.
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salaam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia.
2011/outubro	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).

2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salaam.
2013/janeiro	Visita ao Brasil do Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz.
2014/julho	Visita ao Brasil do Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, para assuntos de cooperação em defesa.
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA acerca do projeto de cooperação "Cotton Victoria"

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor

Protocolo de Intenção sobre Cooperação técnica na área do esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor
---	------------	----------

Dados Econômico-Comerciais

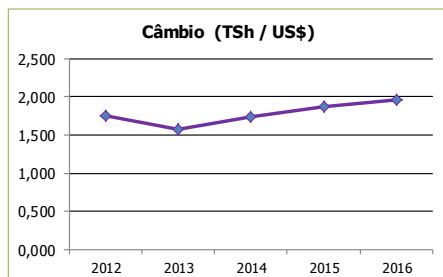
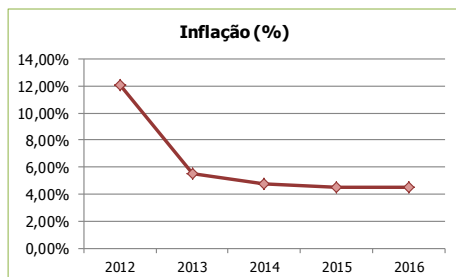
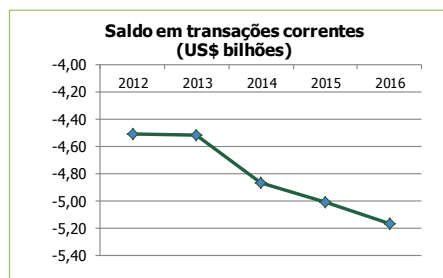
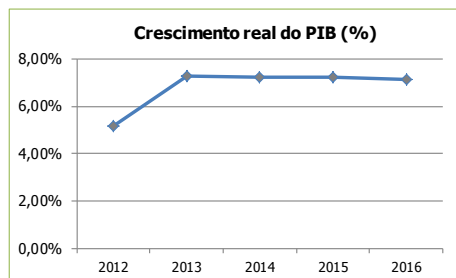
Principais Indicadores Econômicos da Tanzânia

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	5,15%	7,28%	7,24%	7,23%	7,13%
PIB nominal (US\$ bilhões)	39,01	43,73	47,93	49,97	54,14
PIB nominal "per capita" (US\$)	868	945	1.006	1.018	1.071
PIB PPP (US\$ bilhões)	107,30	116,83	127,11	137,51	149,52
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.388	2.525	2.667	2.801	2.957
População (milhões de habitantes)	44,93	46,28	47,67	49,10	50,57
Inflação (%)	12,06%	5,56%	4,76%	4,51%	4,51%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-4,51	-4,52	-4,87	-5,01	-5,17
Dívida externa (US\$ bilhões)	11,58	13,02	14,20	15,20	16,38
Câmbio (TSh / US\$)	1,752	1,579	1,735	1,870	1,958

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	26,9%
Indústria	25,2%
Serviços	48,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.
(1) Estimativas FMI e EIU.



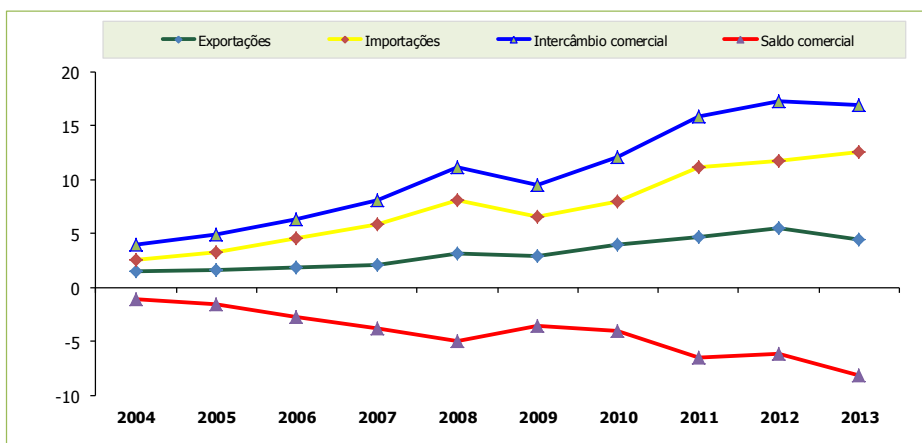
Evolução do Comércio Exterior da Tanzânia⁽¹⁾
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,47	30,1%	2,56	18,1%	4,03	22,2%	-1,08
2005	1,67	13,5%	3,25	27,0%	4,92	22,1%	-1,58
2006	1,86	11,5%	4,53	39,4%	6,39	29,9%	-2,66
2007	2,14	14,7%	5,92	30,8%	8,06	26,1%	-3,78
2008	3,12	45,9%	8,09	36,6%	11,21	39,1%	-4,97
2009	2,98	-4,4%	6,53	-19,3%	9,51	-15,1%	-3,55
2010	4,05	175,0%	8,01	213,4%	12,06	199,4%	-3,96
2011	4,73	16,9%	11,18	39,6%	15,92	32,0%	-6,45
2012	5,55	17,2%	11,72	4,8%	17,26	8,4%	-6,17
2013	4,41	-20,5%	12,53	6,9%	16,94	-1,9%	-8,11
Var. % 2004-2013	199,5%	---	390,0%	---	320,3%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



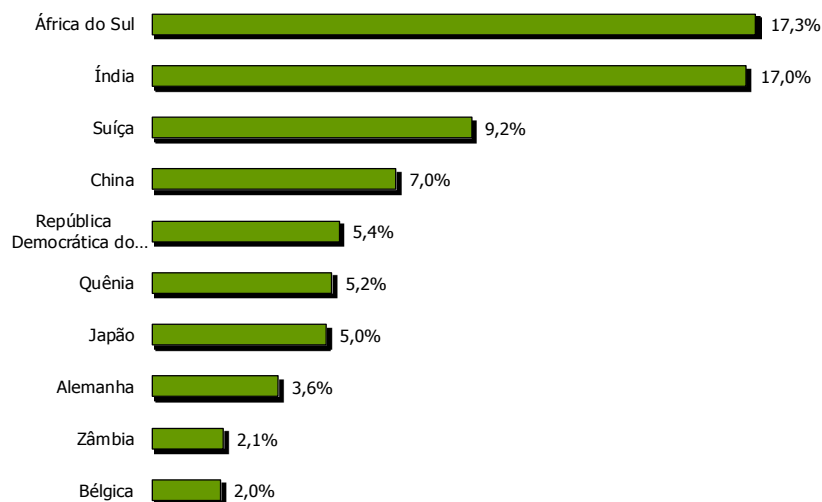
Direção das Exportações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
África do Sul	0,76	17,3%
Índia	0,75	17,0%
Suíça	0,40	9,2%
China	0,31	7,0%
República Democrática do Congo	0,24	5,4%
Quênia	0,23	5,2%
Japão	0,22	5,0%
Alemanha	0,16	3,6%
Zâmbia	0,09	2,1%
Bélgica	0,09	2,0%
...		
Brasil (70ª posição)	0,002	0,0%
Subtotal	3,26	73,9%
Outros países	1,15	26,1%
Total	4,41	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais destinos das exportações



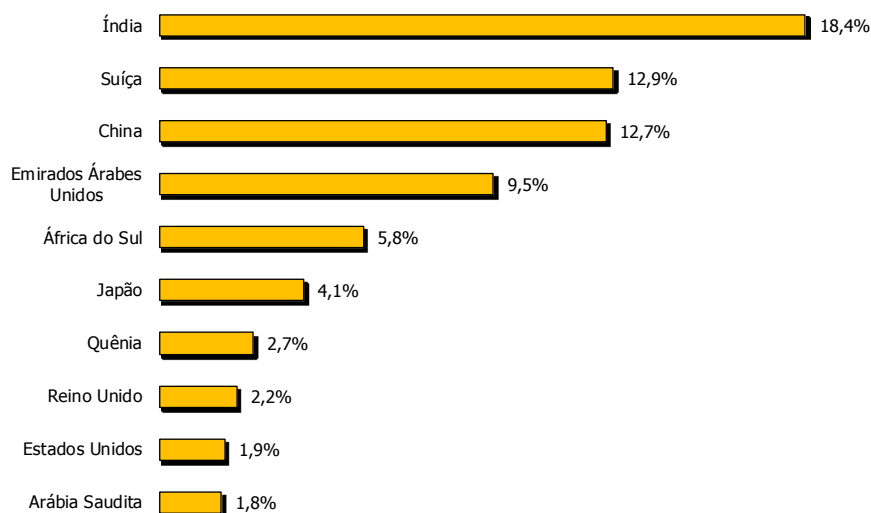
Origem das Importações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Índia	2,31	18,4%
Suíça	1,62	12,9%
China	1,60	12,7%
Emirados Árabes Unidos	1,19	9,5%
África do Sul	0,73	5,8%
Japão	0,52	4,1%
Quênia	0,34	2,7%
Reino Unido	0,28	2,2%
Estados Unidos	0,23	1,9%
Arábia Saudita	0,22	1,8%
...		
Brasil (54ª posição)	0,16	1,3%
Subtotal	9,20	73,4%
Outros países	3,33	26,6%
Total	12,53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais origens das importações



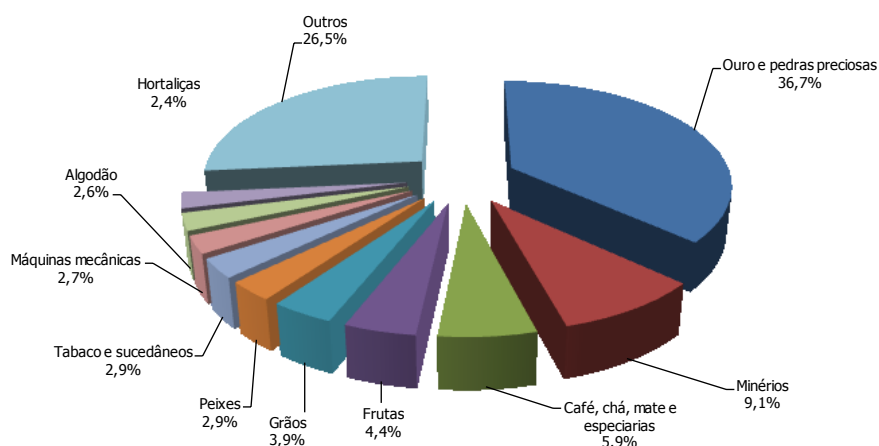
Composição das exportações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	1,62	36,7%
Minérios	0,40	9,1%
Café, chá, mate e especiarias	0,26	5,9%
Frutas	0,19	4,4%
Grãos	0,17	3,9%
Peixes	0,13	2,9%
Tabaco e sucedâneos	0,13	2,9%
Máquinas mecânicas	0,12	2,7%
Algodão	0,12	2,6%
Hortaliças	0,11	2,4%
Subtotal	3,24	73,5%
Outros	1,17	26,5%
Total	4,41	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



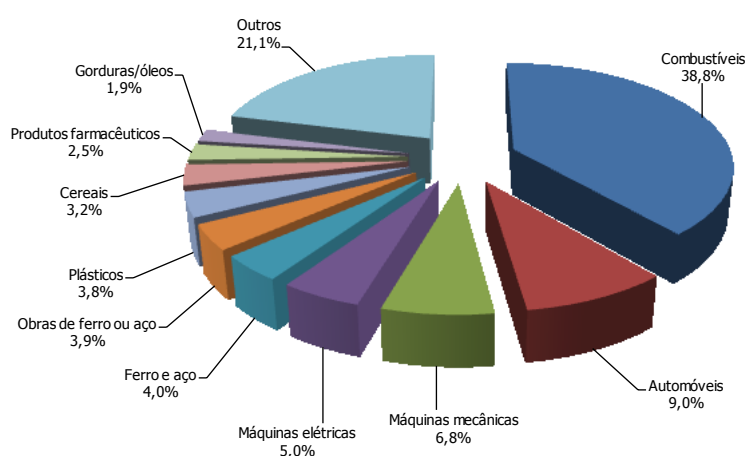
Composição das importações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	4,86	38,8%
Automóveis	1,13	9,0%
Máquinas mecânicas	0,85	6,8%
Máquinas elétricas	0,62	5,0%
Ferro e aço	0,50	4,0%
Obras de ferro ou aço	0,49	3,9%
Plásticos	0,48	3,8%
Cereais	0,40	3,2%
Produtos farmacêuticos	0,31	2,5%
Gorduras/óleos	0,23	1,9%
Subtotal	9,88	78,9%
Outros	2,65	21,1%
Total	12,53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



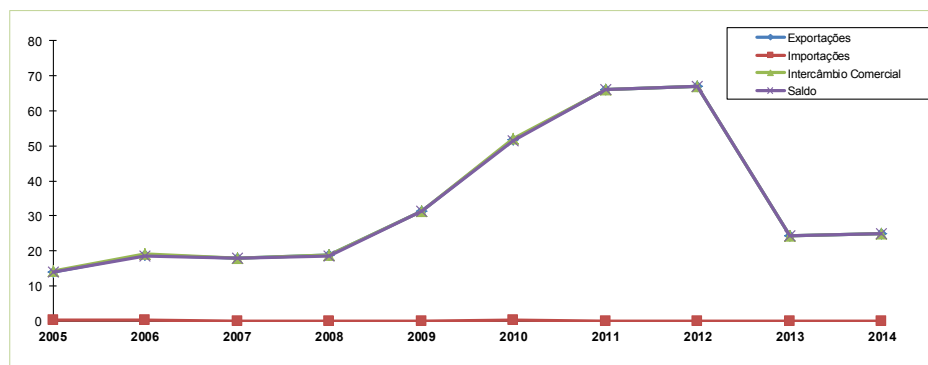
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tanzânia
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	14	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14	74,3%	0,01%	14
2006	19	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19	33,1%	0,01%	19
2007	18	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	18	-6,3%	0,01%	18
2008	19	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	19	4,4%	0,01%	19
2009	31	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31	67,5%	0,01%	31
2010	52	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52	66,4%	0,01%	52
2011	66	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66	26,8%	0,01%	66
2012	67	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67	1,5%	0,01%	67
2013	24	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24	-64,0%	0,01%	24
2014	25	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25	3,3%	0,01%	25
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	76,9%	---	---	-73,5%	---	---	74,2%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

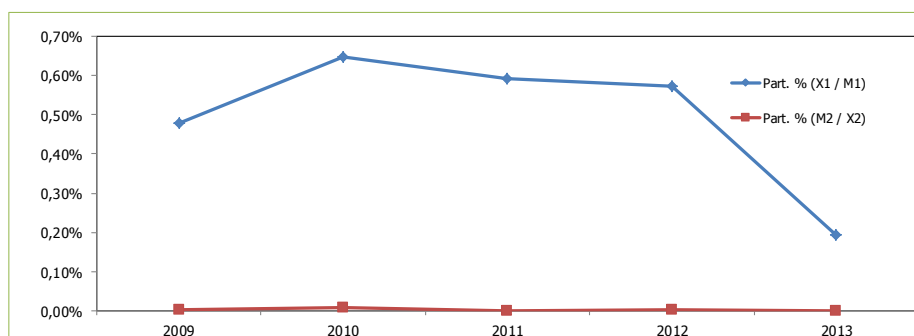
(+) Variação superior a 1.000%.

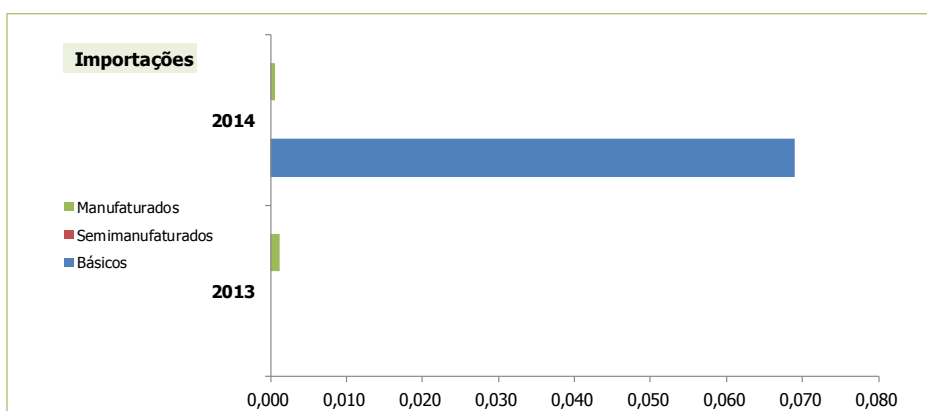
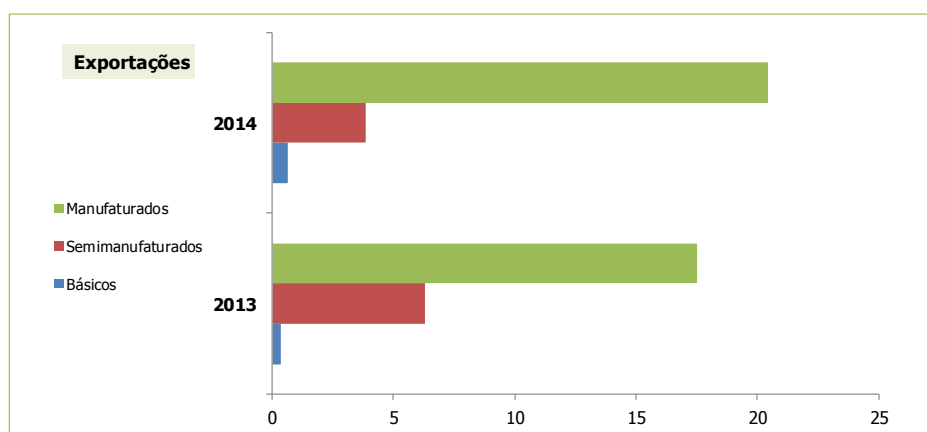
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Tanzânia ⁽¹⁾ US\$ milhões						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Tanzânia (X1)	31	52	66	67	24	-22,7%
Importações totais da Tanzânia (M1)	6.531	8.013	11.184	11.716	12.525	91,8%
Part. % (X1 / M1)	0,48%	0,65%	0,59%	0,57%	0,19%	-59,7%
Importações do Brasil originárias da Tanzânia (M2)	0,04	0,27	0,01	0,08	0,00	-96,8%
Exportações totais da Tanzânia (X2)	2.982	4.051	4.735	5.547	4.413	48,0%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	-97,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
 (1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ milhões****Comparativo 2014 com 2013**

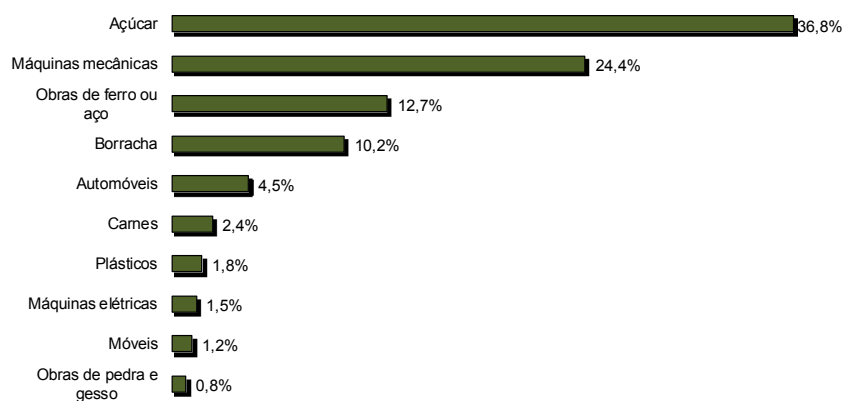
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Tanzânia
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	29,85	44,5%	13,82	57,1%	9,17	36,8%
Máquinas mecânicas	5,29	7,9%	2,12	8,8%	6,09	24,4%
Obras de ferro ou aço	5,98	8,9%	0,87	3,6%	3,17	12,7%
Borracha	3,68	5,5%	2,56	10,6%	2,54	10,2%
Automóveis	1,81	2,7%	1,13	4,7%	1,13	4,5%
Carnes	0,38	0,6%	0,33	1,4%	0,60	2,4%
Plásticos	0,62	0,9%	0,33	1,4%	0,45	1,8%
Máquinas elétricas	0,70	1,0%	0,34	1,4%	0,36	1,5%
Móveis	0,34	0,5%	0,35	1,4%	0,30	1,2%
Obras de pedra e gesso	0,48	0,7%	0,24	1,0%	0,21	0,8%
Subtotal	49,13	73,3%	22,09	91,3%	24,03	96,4%
Outros produtos	17,91	26,7%	2,10	8,7%	0,90	3,6%
Total	67,04	100,0%	24,19	100,0%	24,93	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

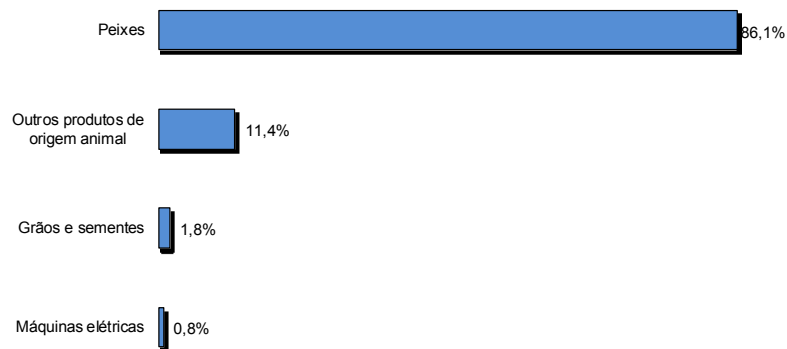


Composição das importações brasileiras originárias da Tanzânia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peixes	0	0,0%	0	0,0%	60	86,1%
Outros produtos de origem animal	5	7,2%	0	0,0%	8	11,4%
Grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,8%
Máquinas elétricas	0	0,0%	1	98,2%	1	0,8%
Subtotal	5	7,2%	1	98,2%	70	100,0%
Outros produtos	70	92,8%	0	1,8%	0	0,0%
Total	75	100,0%	1	100,0%	70	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Açúcar	0,38	7,6%	2,25	42,7%	
Máquinas mecânicas	2,41	48,7%	1,89	35,8%	
Madeira	0,12	2,3%	0,39	7,4%	
Carnes	0,15	3,0%	0,29	5,5%	
Borracha	0,89	17,9%	0,22	4,1%	
Plásticos	0,14	2,9%	0,09	1,8%	
Instrumentos de precisão	0,07	1,5%	0,05	1,0%	
Alumínio	0,00	0,0%	0,02	0,4%	
Produtos cerâmicos	0,07	1,5%	0,02	0,3%	
Ferramentas	0,01	0,1%	0,02	0,3%	
Subtotal	4,23	85,5%	5,23	99,2%	
Outros produtos	0,72	14,5%	0,04	0,8%	
Total	4,96	100,0%	5,27	100,0%	

Produto	Valor (em milhões de dólares)
Açúcar	2,25
Máquinas mecânicas	1,89
Madeira	0,39
Carnes	0,29
Borracha	0,22
Plásticos	0,09
Instrumentos de precisão	0,05
Alumínio	0,02
Produtos cerâmicos	0,02
Ferramentas	0,02

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	
Outs prods origem animal	0,01	11,4%	0,01	98,6%	
Café, chá, mate, especiarias	0,00	0,0%	0,00	1,4%	
Subtotal	0,01	11,4%	0,01	100,0%	
Outros produtos	0,06	88,6%	0,00	0,0%	
Total	0,07	100,0%	0,01	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
 Divisão de África III

COMORES



**Info
rma
ção
Ost
ensi
va
Mai
o de
201
5**

DADOS BÁSICOS SOBRE COMORES

NOME OFICIAL:

União das Comores

CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.171 km ²
POPULAÇÃO:	776.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Ikilinou Dhoinine (desde 26 de maio de 2011)
CHANCELER:	Abdoulkarim Mohamed (desde 27 de abril de 2015).
PIB NOMINAL (2013)	US\$ 658 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2013):	US\$ 1,15 bilhões
PIB PER CAPITA (2014, est.):	US\$ 872,76*
PIB PPP PER CAPITA (2014, est.):	US\$ 1520,80 *
VARIAÇÃO DO PIB:	3,5% (2013); 2,9% (2012); 2,2% (2011); 2,0% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,429 – 169º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	61,5 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	74,9% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comoriano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	2 brasileiros residentes

* Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2003.

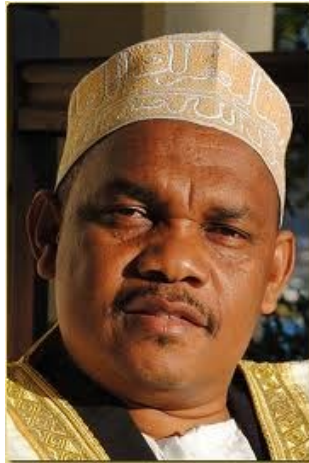
INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-COMORES (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Comores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	2,23	3,01	2,48	1,76	1,17	0,28	0,40	1,10	1,73
Exportações	2,23	3,01	2,48	1,74	1,17	0,26	0,38	1,06	1,69
Importações	-	-	-	0,01	-	0,02	0,016	0,04	0,04
Saldo	2,23	3,01	2,48	1,73	1,17	0,24	0,37	1,02	1,65

Informação elaborada em 26 de maio de 2015, pelos Secretários Felipe Eduardo Liebl e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

IKILILOU DHOININE

Presidente da União das Comores



Ikililou Dhoinine nasceu na ilha Mohéli, em 14 de agosto de 1962 e ocupa a presidência desde 26 de maio de 2011. Formou-se em farmacologia. É o primeiro Presidente das Comores oriundo da ilha Mohéli. Trabalhou no Ministério das Finanças, como encarregado de orçamento e empreendedorismo feminino. Entre 2006 e 2011, foi o Vice-Presidente das Comores. Em 2008, foi o presidente provisionado da ilha de Anjouan. Elegeu-se Presidente da União das Comores em 2010.

Em junho de 2012, o Presidente Dhoinime chefiou a delegação comoriana à conferência “Rio+20”.

ABDOULKARIM MOHAMED

Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação



Nasceu em 3 de fevereiro de 1975 em Madjankagnoi, na ilha Grande Comore. É doutor em Farmácia pela Universidade de Rabat (Marrocos). Foi professor, pesquisador e Diretor-Geral da Escola de Medicina e Saúde da Universidade das Comores. Em 13 de julho de 2013 tornou-se encarregado da Juventude e dos Esportes, cargo que vinha ocupando até sua nomeação como Chanceler, em abril de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marraquexe, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

As autoridades comorianas têm dado sinais de interesse na aproximação com o Brasil. Como exemplo, pode-se citar o convite e o comparecimento do Brasil à Conferência Internacional de Doadores das Comores, realizada na República de Maurício, em dezembro de 2005. Após encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da II Cúpula ASA (Isla Margarita, 26 e 27 de setembro de 2009), o ex-Presidente Ahmed Sambi expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em julho 2010, a representação brasileira cumulativa para as Comores foi transferida da Embaixada na África do Sul para a Embaixada do Brasil na Tanzânia. Em cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador brasileiro junto ao Governo das Comores, realizada em dezembro de 2011, o Presidente Dhoinine manifestou expectativa em contar com a cooperação brasileira para auxiliar o país a superar seus grandes desafios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico. Reiterou interesse em estabelecer cooperação com o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), conforme solicitado em carta à Sra. Presidenta da República. O Embaixador brasileiro agradeceu, por sua vez, o apoio das Comores à candidatura do Dr. José Graziano ao cargo de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Na ocasião, o Embaixador brasileiro pôde assinar, com o Chanceler Abdoufatah Sharif, o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores. Uma vez em vigor, o acordo propiciará o desenvolvimento da cooperação bilateral, em especial nas áreas consideradas prioritárias para o arquipélago, a saber, agricultura, energia e formação de recursos humanos.

Em junho de 2012, o Governo comoriano adquiriu duas aeronaves modelo "LET-410", junto à empresa brasileira NHT transportes aéreos. Os

aviões e a tripulação brasileira que os conduziu foram recebidos em cerimônia com grande destaque. As duas aeronaves permitiram a retomada das ligações aéreas regulares entre as três ilhas do arquipélago.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira nas Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo Presidente Dhoinine e seus assessores, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

No início de 2015, Governo comoriano, por meio de seu representante permanente junto à ONU, expressou a intenção de designar Embaixador não residente das Comores junto ao Brasil.

Assuntos Consulares

O Consulado Honorário do Brasil nas Comores foi inaugurado em 27/5/2015, durante visita do Embaixador Francisco Carlos Soares Luz a Moroni, para apresentação de suas despedidas oficiais ao Presidente Dhoinine. O titular é o comoriano Djamil Mahamoud.

Apenas 2 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salam como residentes nas Comores. Apesar disso, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para possível apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Comores.

POLÍTICA INTERNA

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista, composto pelas Ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan. A quarta ilha do arquipélago das Comores, Mayotte, é hoje um departamento francês de ultramar, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, em 1976 e em 2009, e corresponde a território reclamado pela União das Comores.

Em seu período pré-colonial, as ilhas do arquipélago foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e

de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para entrepostos coloniais europeus na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial sobre as quatro ilhas do arquipélago, o qual durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo de descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência das Comores ganharam momento. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população de três das quatro ilhas do arquipélago (Grande Comore, Mohéli e Anjouan) optaram pela independência. A população da ilha de Mayote, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayote, levaram à proclamação unilateral da independência das Comores (inclusive da Ilha de Mayote), em julho de 1975, pelo Presidente do então Conselho de Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência das Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve sua administração sobre Mayote.

A declaração unilateral de independência suscitou críticas de lideranças do processo de descolonização comoriano. Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição "Frente de União Nacional", com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constitui marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih torna-se, em janeiro de 1976, Presidente das Comores. Ainda naquele ano, novo referendo sobre o status da ilha de Mayote confirmou a opção da população por permanecer sob administração francesa (99% da população da ilha, na ocasião, votou contra a independência). Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma

série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo Governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica das Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em virtude do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica (o desemprego chegou a afetar mais de 20% da população) e perseguição ao grupo de Denard. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, elegeu-se Presidente Mohamed Abdulkarim, cujo Governo foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da União Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em meio à crise secessionista, o Presidente Abdulkarim veio a falecer, em 1998. No ano seguinte, o Coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, assume a Presidência. A chegada ao poder do Coronel Azali marca o início de processo de paulatina estabilização das Comores. Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os “Acordos de Fomboni”, pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a Presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, em nova Constituição, que estabeleceu a “União das Comores”.

Azali venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito

Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história das Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se com a ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre a ilha.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, reduziu o peso da burocracia no orçamento, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de 4 para 5 anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então Vice-Presidente representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Em seu Governo, Dhoinine tem buscado consolidar a estabilidade política no país, ao mesmo tempo em que procura fortalecer a economia, hoje dependente das remessas de expatriados e tendo o Estado como o principal, e quase único, empregador.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, as Comores realizaram eleições legislativas que transcorreram de modo pacífico. O pleito resultou em vitória relativa do partido de Dhoinine e marcou o retorno à cena política dos ex-presidentes Sambi e Assoumani, cujos partidos obtiveram votação relevante, embora não constituam a maioria. Os dois ex-mandatários indicaram intenção de concorrerem à Presidência nas próximas eleições, previstas para 2016. As candidaturas, contudo, dependerão de reforma constitucional, uma vez que há proibição a que ex-Presidentes concorram novamente ao cargo.

poder legislativo

Conforme a Constituição de 2001, o poder legislativo das Comores é unicameral, sendo exercido pela "Assemblée", que conta com 33 deputados, 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove nomeados por representantes das ilhas (3 representantes por ilha). As três ilhas do arquipélago (Grande Comore, Anjouan e Mohéli) têm seu próprio parlamento, com diferentes números de representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana sob o Governo de Ikililou Dhoinine tem por prioridade as relações com a África, com o mundo árabe, com os países da Conferência Islâmica e da Francofonia. Mantém, ademais, o princípio norteador de recuperação da integridade territorial do país, por meio da reintegração da ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, ex-metrópole das Comores.

Apesar da disputa em torno de Mayote, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a "Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que deverá orientar iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano nos próximos anos.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 100 mil. A ilha de Mayote, sob administração francesa, tem constituído principal destino desses imigrantes.

Juntamente com França e África do Sul, a China é um dos três países que mantêm Embaixada residente em Moroni. O relacionamento com o país asiático é considerado da mais alta prioridade pelo Governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, as Comores também têm buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, as Comores têm conferido prioridade ao relacionamento com os países do Golfo. Países como Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores a projetos no arquipélago, em especial nas áreas de saúde e educação.

O relacionamento com os Estados Unidos, historicamente distante do arquipélago, tem ganhado relevância nos últimos anos, em especial em sua vertente securitária. Para o Governo norte-americano, a intensificação das relações com as Comores insere-se no contexto do combate à pirataria e ao terrorismo no Oceano Índico. Nesse contexto, os EUA vêm cooperando para o fortalecimento das forças de defesa comorianas, em especial sua marinha.

No âmbito multilateral, as Comores têm defendido, no âmbito das Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

No plano regional, as Comores têm mantido intenso relacionamento com os Estados Insulares do Leste Africano (Seicheles, Madagascar e Maurício), bem como com a Tanzânia. Em 2014, o Presidente Dhoinine lançou a iniciativa de criação de brigada humanitária para os Estados do Sudoeste do Índico, a ser sediada nas Comores. A iniciativa busca coordenar ações humanitárias e otimizar os meios disponíveis para responder a eventuais catástrofes naturais.

Ainda em 2014, destaca-se a realização, em Moroni, da IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico (organização que congrega Comores, Madagascar, Maurício, Seicheles e a ilha de Reunião, um departamento ultramarino francês). Trata-se do primeiro evento internacional de peso realizado nas Comores após a estabilização política, o qual contou, inclusive, com a presença do Presidente da França, François Hollande.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores em relação à França, realizaram-se dois referendos em que uma única das ilhas do arquipélago das Comores – a ilha Mayotte – decidiu não integrar o novo país independente e permanecer ligada à metrópole francesa. Em março de 2009, o Governo francês organizou um novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte. Noventa e cinco por cento dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, a que se deu efeito em março de 2011.

A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das

Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a Assembleia Geral da ONU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de “Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli”. Essas resoluções têm contado com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB nominal estimado em cerca de US\$ 717 milhões, em 2014, as Comores figuram entre os países mais pobres do mundo. A ausência de recursos naturais conhecidos, bem como deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano.

A economia comoriana, nesse contexto, é fortemente dependente de remessas de emigrados, que, em 2012, responderam por cerca de 20% do PIB e constitui sua maior fonte de divisas, segundo dados do Banco Mundial. A ajuda oficial ao desenvolvimento, por sua vez, representou cerca de 13% da renda nacional bruta, em 2013.

O setor agrícola, incluindo a pesca, representa cerca de 50% do PIB, emprega 80% da força de trabalho e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ilangue-ilangue (essência para a indústria de perfumes). Os maiores compradores dos produtos agrícolas do país são Índia, Singapura, China e Alemanha. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade de mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Os maiores fornecedores de mantimentos e matérias-primas às Comores são China, França, Índia e Madagascar.

A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, estimado em US\$ 717 milhões, em 2014, representando 16% do PIB do país. As remessas estrangeiras e da ajuda oficial têm coberto, em parte, o déficit comercial.

Estimativas do FMI indicam que o déficit em transações correntes foi da ordem de 12,9%, em 2014.

A vulnerabilidade externa comoriana tornou o país particularmente susceptível aos efeitos da crise financeira global de 2008. Como resultado, em setembro de 2009, o FMI aprovou um empréstimo de \$21 milhões para as Comores. Pelo acordo, o Governo comoriano teria de reduzir a folha salarial do funcionalismo, aumentar a receita e implementar reformas estruturais. A implementação de política macroeconômica restritiva e das reformas estruturais avançaram desde a posse do Governo Dhoinine, em maio de 2011. O déficit fiscal do país tem sido, atualmente, particularmente baixo, da ordem de 0,7%, em 2014.

Apesar da fragilidade de sua economia, Comores vem obtendo, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico da ordem de 3% (3,5%, em 2014) e inflação sob controle, no patamar de 3%. Previsões de organismos internacionais estimam que, se a estabilidade política permanecer, as taxas de crescimento devem continuar estáveis.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US\$ 3 milhões, amplamente superavitário em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, opera-se um lento processo de melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US\$ 1,1 milhão em 2014.

As exportações brasileiras para as Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares e produtos de confeitaria, preparações de peixes, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal.

Não há registro de investimentos brasileiros nas Comores.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Primeira visita de portugueses.
1841	Compra de Mayotte pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	É concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	É organizado referendo sobre a independência das Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se Presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoukarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoukarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade das Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia nas Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayote é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayote em departamento ultramarino francês.
2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em

	Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2015	Eleições parlamentares apontam vitória relativa dos partidos ligados ao Presidente Dhoinine.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Comores
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira nas Comores.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos de Comores

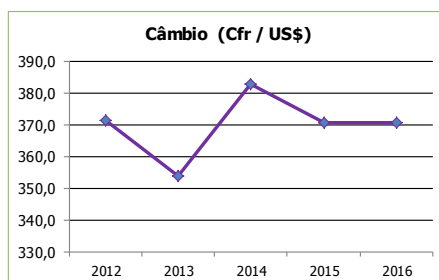
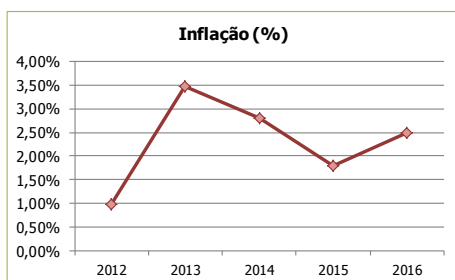
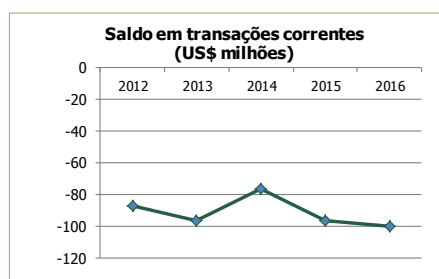
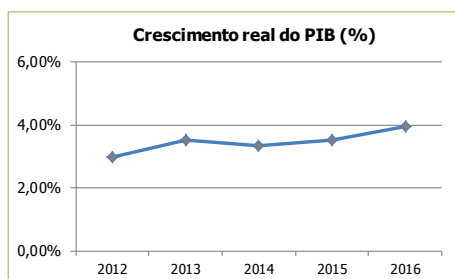
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	2,96%	3,52%	3,35%	3,52%	3,96%
PIB nominal (US\$ milhões)	596	658	717	677	728
PIB nominal "per capita" (US\$)	815	873	923	847	885
PIB PPP (US\$ bilhões)	1,09	1,15	1,20	1,26	1,32
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.491	1.521	1.548	1.570	1.608
População (mil habitantes)	732	754	776	799	823
Inflação (%)	0,98%	3,48%	2,80%	1,80%	2,50%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-87	-96	-76	-96	-100
Câmbio (Cfr / US\$)	371,5	353,9	382,9	370,5	370,8

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	50,4%
Indústria	13,7%
Serviços	35,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior de Comores⁽¹⁾
US\$ milhões

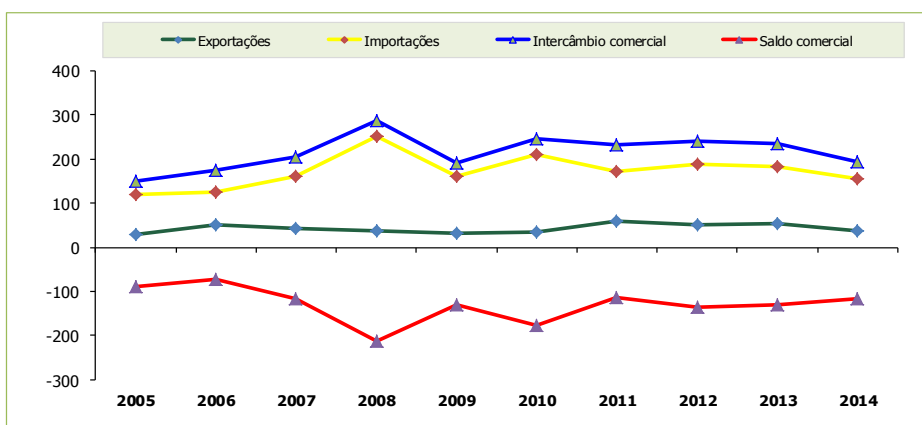
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	30	-20,9%	119	25,4%	150	12,2%	-89
2006	50	66,8%	124	3,8%	174	16,5%	-74
2007	44	-13,4%	161	29,6%	204	17,2%	-117
2008	37	-15,2%	250	55,8%	287	40,7%	-213
2009	31	-16,3%	160	-36,1%	191	-33,6%	-129
2010	35	-9,1%	212	122,2%	246	84,7%	-177
2011	60	73,2%	173	-18,4%	233	-5,5%	-113
2012	52	-14,0%	189	9,1%	240	3,1%	-137
2013	53	1,9%	183	-3,0%	236	-2,0%	-130
2014 ⁽²⁾	39	-26,8%	155	-15,0%	194	-17,6%	-117
Var. % 2005-2014	27,5%	---	30,0%	---	29,5%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Comores
US\$ milhões

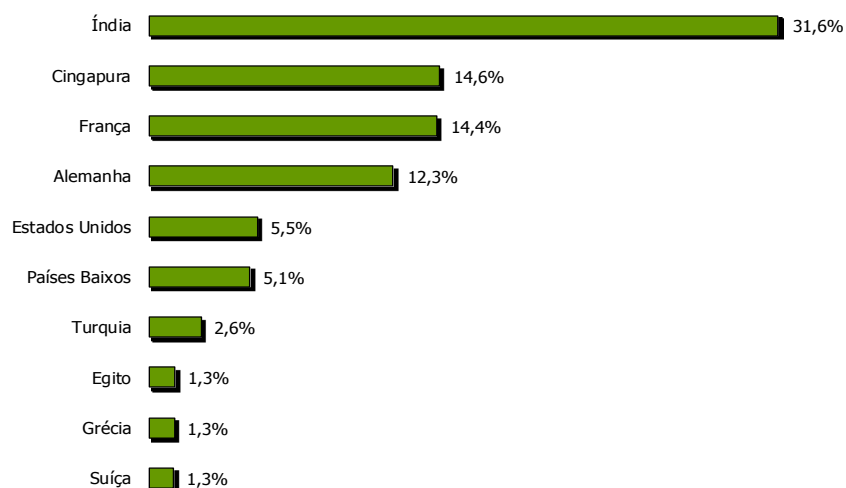
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Índia	12,18	31,6%
Cingapura	5,63	14,6%
França	5,57	14,4%
Alemanha	4,73	12,3%
Estados Unidos	2,11	5,5%
Países Baixos	1,96	5,1%
Turquia	1,01	2,6%
Egito	0,51	1,3%
Grécia	0,50	1,3%
Suíça	0,48	1,3%
...		
Brasil (25ª posição)	0,04	0,1%
Subtotal	34,72	90,1%
Outros países	3,83	9,9%
Total	38,54	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Comores
US\$ milhões

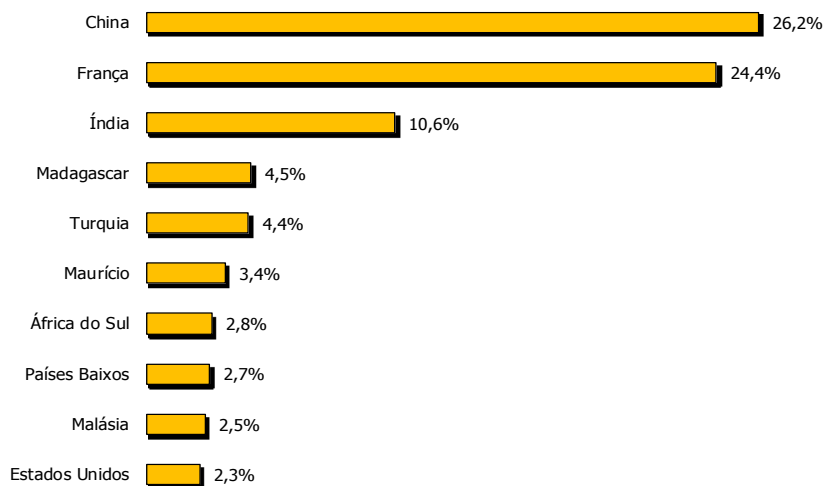
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
China	40,69	26,2%
França	37,90	24,4%
Índia	16,54	10,6%
Madagascar	6,96	4,5%
Turquia	6,80	4,4%
Maurício	5,25	3,4%
África do Sul	4,37	2,8%
Países Baixos	4,21	2,7%
Malásia	3,92	2,5%
Estados Unidos	3,57	2,3%
...		
Brasil (16ª posição)	1,70	1,1%
Subtotal	131,90	84,9%
Outros países	23,50	15,1%
Total	155,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Comores
US\$ milhões

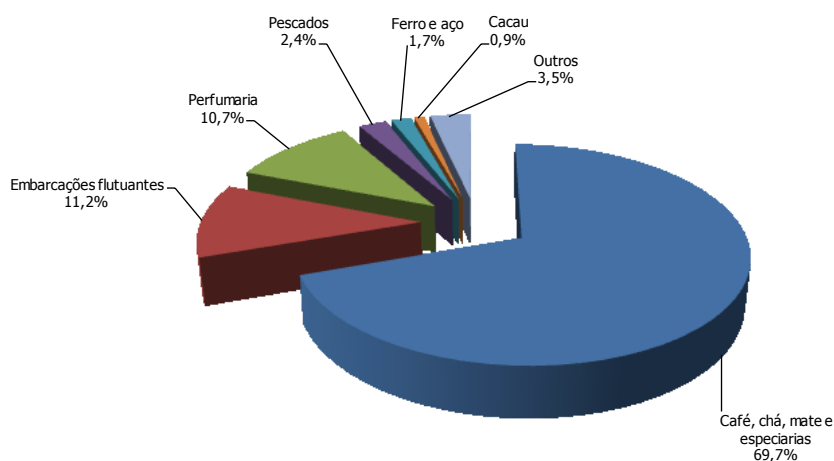
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Café, chá, mate e especiarias	36,71	69,7%
Embarcações flutuantes	5,91	11,2%
Perfumaria	5,62	10,7%
Pescados	1,26	2,4%
Ferro e aço	0,89	1,7%
Cacau	0,45	0,9%
Subtotal	50,84	96,5%
Outros	1,84	3,5%
Total	52,68	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Comores
US\$ milhões

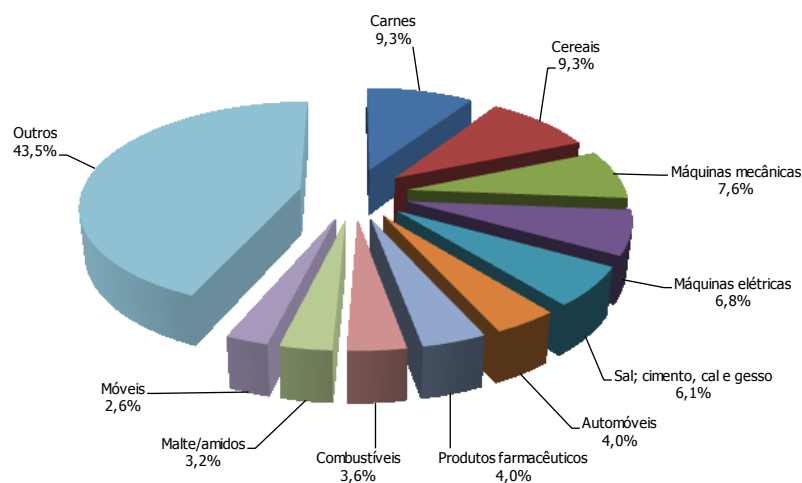
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Carnes	17,08	9,3%
Cereais	17,06	9,3%
Máquinas mecânicas	13,89	7,6%
Máquinas elétricas	12,48	6,8%
Sal; cimento, cal e gesso	11,07	6,1%
Automóveis	7,30	4,0%
Produtos farmacêuticos	7,24	4,0%
Combustíveis	6,53	3,6%
Malte/amidos	5,85	3,2%
Móveis	4,76	2,6%
Subtotal	103,25	56,5%
Outros	79,57	43,5%
Total	182,82	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Comores
US\$ mil, fob

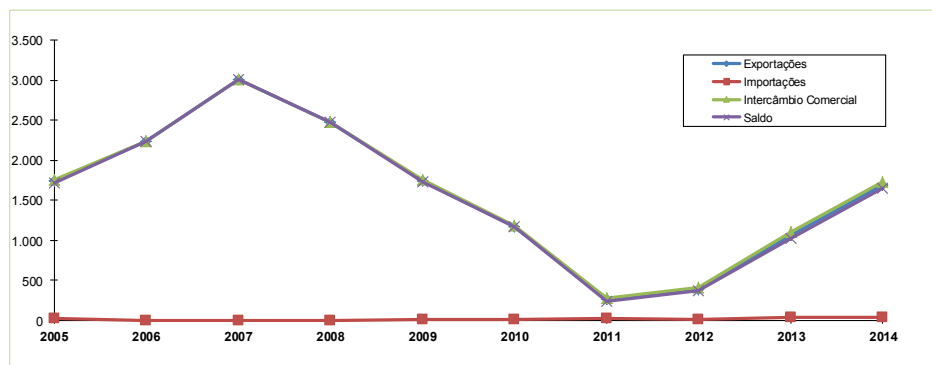
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.740	50,2%	0,00%	19,3	-80,7%	0,00%	1.759	39,8%	0,00%	1.721
2006	2.234	28,4%	0,00%	1,5	-92,2%	0,00%	2.235	27,0%	0,00%	2.232
2007	3.014	34,9%	0,00%	1,9	23,7%	0,00%	3.016	34,9%	0,00%	3.012
2008	2.482	-17,6%	0,00%	1,0	-48,5%	0,00%	2.483	-17,7%	0,00%	2.481
2009	1.747	-29,6%	0,00%	15,8	(+)	0,00%	1.762	-29,0%	0,00%	1.731
2010	1.173	-32,8%	0,00%	5,7	-64,0%	0,00%	1.179	-33,1%	0,00%	1.168
2011	261	-77,7%	0,00%	19,3	239,7%	0,00%	280	-76,2%	0,00%	242
2012	389	49,0%	0,00%	16,1	-16,6%	0,00%	405	44,5%	0,00%	373
2013	1.064	173,4%	0,00%	37,0	130,5%	0,00%	1.101	171,7%	0,00%	1.027
2014	1.696	59,4%	0,00%	40,4	9,0%	0,00%	1.736	57,7%	0,00%	1.655
2015 (jan-mar)	80	-85,7%	0,00%	2,4	-66,5%	0,00%	82	-85,5%	0,00%	77
Var. % 2005-2014	-2,5%	---	---	108,7%	---	---	-1,3%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

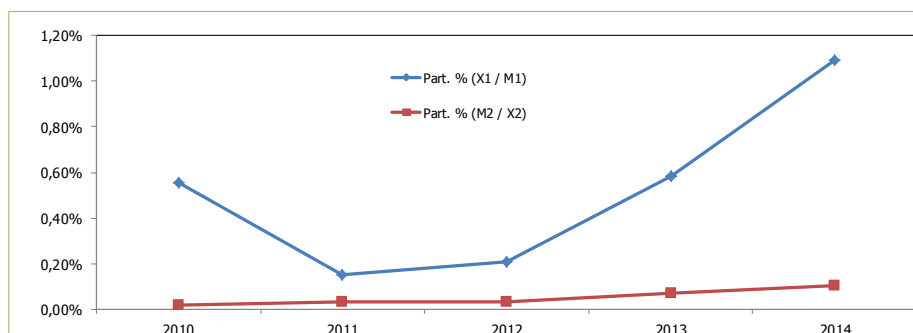
(n.a.) Critério não aplicável.

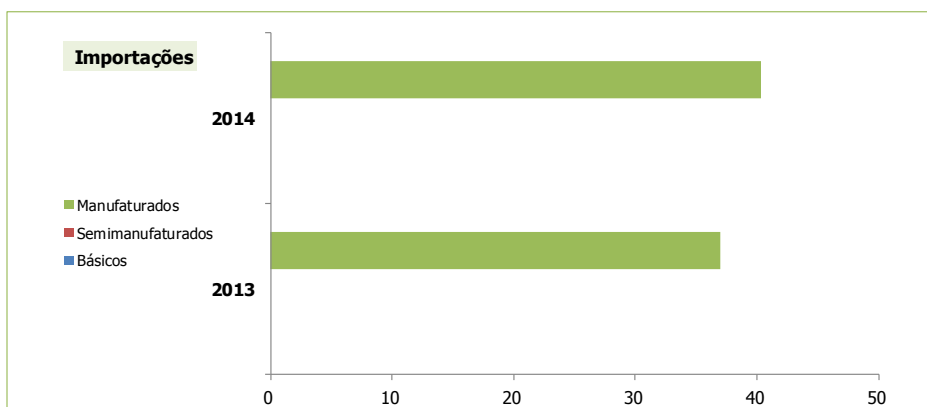
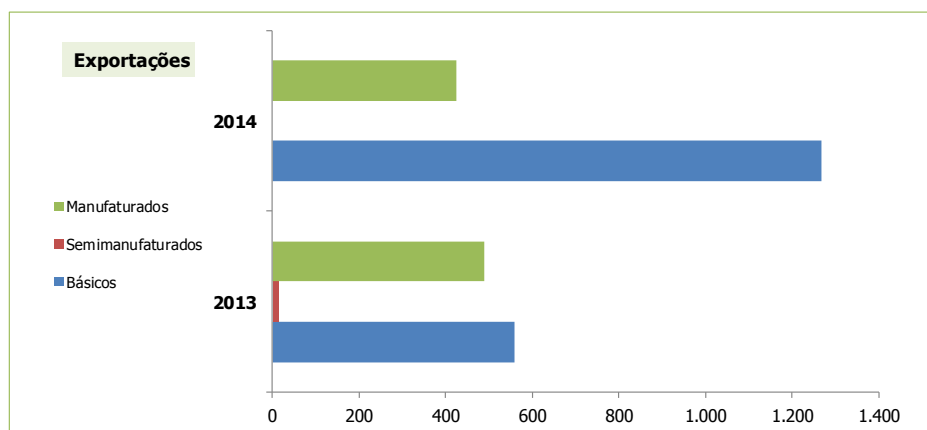
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Comores ⁽¹⁾ US\$ mil						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Comores (X1)	1.173	261	389	1.064	1.696	44,5%
Importações totais de Comores (M1)	211.713	172.785	188.552	182.819	155.398	-26,6%
Part. % (X1 / M1)	0,55%	0,15%	0,21%	0,58%	1,09%	96,9%
Importações do Brasil originárias de Comores (M2)	5,7	19	16	37	40	612,5%
Exportações totais de Comores (X2)	34.723	60.125	51.690	52.681	38.544	11,0%
Part. % (M2 / X2)	0,02%	0,03%	0,03%	0,07%	0,10%	541,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**US\$ mil****Comparativo 2014 com 2013**

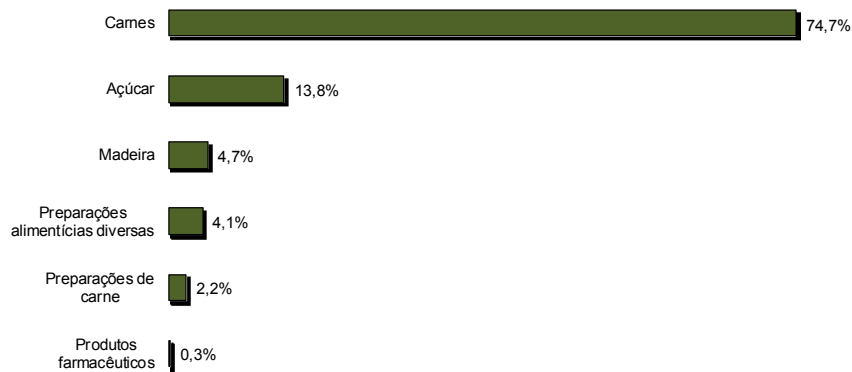
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Comores
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	283	72,7%	560	52,6%	1.267	74,7%
Açúcar	98	25,1%	177	16,7%	234	13,8%
Madeira	0,0	0,0%	0,0	0,0%	80	4,7%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	64	6,0%	69	4,1%
Preparações de carne	1,3	0,3%	0,0	0,0%	37	2,2%
Produtos farmacêuticos	5,1	1,3%	0,0	0,0%	4,4	0,3%
Subtotal	387	99,4%	801	75,3%	1.691	99,7%
Outros produtos	2,2	0,6%	262	24,7%	4,8	0,3%
Total	389	100,0%	1.064	100,0%	1.696	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



**Composição das importações brasileiras originárias de Comores
US\$ mil, fob**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Perfumaria	16	100,0%	11	28,4%	39	97,2%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	0,3	0,9%	1,0	2,6%
Produtos químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,3%
Subtotal	16	100,0%	11	29,4%	40	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	26	70,6%	0	0,0%
Total	16	100,0%	37	100,0%	40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)				
US\$ mil, fob				
DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015				
Exportações				
Carnes	376	67,5%	80	100,0%
Subtotal	376	67,5%	80	100,0%
Outros produtos	181	32,5%	0	0,0%
Total	558	100,0%	80	100,0%

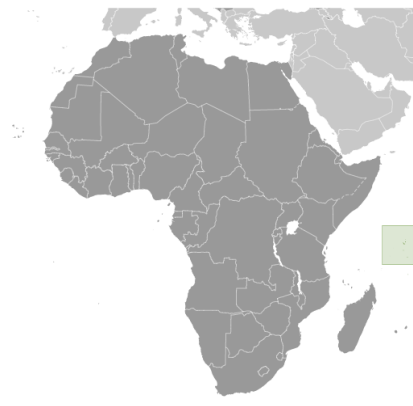
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015				
Importações				
Perfumaria	6,1	85,5%	2,4	100,0%
Subtotal	6,1	85,5%	2,4	100,0%
Outros produtos	1,0	14,5%	0,0	0,0%
Total	7,2	100,0%	2,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

SEICHELES



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SEICHELES	
NOME OFICIAL:	República das Seicheles
GENTÍLICO:	Seichelense
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	460 km ²
POPULAÇÃO:	94.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Inglês, francês e seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduismo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO:	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 32 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e sete por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente James Alix Michel (desde 14 de abril de 2004)
CHANCELER:	Joel Morgan (desde 1º de fevereiro de 2015)
PIB NOMINAL	US\$ 1,42 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 2,4 bilhões (2014, FMI)*
PIB PER CAPITA:	US\$ 15.115 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 25.607 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,94% (2014)*; 6,62% (2013)*; 6,04% (2012); 7,9% (2011); 5,95% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,756 – 71º no ranking (PNUD, 2014)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,2 anos (PNUD, 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	91,8% (PNUD, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	2,98% (est. 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ronald Jean Jumeau, residente em Nova York.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SEICHELES (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Seicheles	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	24,69	2,16	7,81	54,79	7,35	6,85	6,75	18,57	12,57
Exportações	24,59	1,70	2,95	54,68	6,16	6,33	6,68	18,43	12,12

Importações	0,09	0,46	4,86	0,11	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46
Saldo	24,50	1,24	-1,91	54,57	4,97	5,81	6,61	18,29	11,66

Informação elaborada em 23 de abril de 2015, pelos Secretários Fernanda Carvalho Dal Piaz e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

JAMES ALIX MICHEL

Chefe de Estado e de Governo



James Alix Michel nasceu em Mahe, Seicheles, em 16 de agosto de 1944. De 1974 a 1977, foi membro do Comitê Executivo do Partido Popular Unido de Seicheles (SPUP), antecessor do partido atualmente no poder, a Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF). Em 1978, James Michel tornou-se membro do Comitê Executivo Central da SPPF. Tornou-se Vice-Secretário Geral da Frente, em 1984, e Secretário Geral, em 1994, cargo que ocupou até junho de 2009. Em 2 de junho de 2009, o SPPF foi renomeado como Parti Lepep (Partido Popular), e James Michel foi eleito presidente do Partido.

Nas eleições de 1998 e 2001, Michel foi candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Presidente France Albert René, e ocupou o cargo de Vice-Presidente de 1996 a 2004. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, Michel assumiu a Presidência, cargo para o qual foi eleito em 2006 e reeleito em 2011, para mandatos de 5 anos. Seu mandato encerra-se no início de 2016. Na estrutura de Governo atual, o Presidente também acumula as pastas de Defesa, de Hidrocarbonetos e de Assuntos Legais e Informação. Durante sua longa carreira política, Michel já assumiu, igualmente, as pastas de Educação, de Finanças, de Comunicações e de Cultura e Esportes.

JOËL MORGAN

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Joël Morgan nasceu em 15 de agosto em 1961. Coursou mestrado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Heriott-Watt (Edimburgo, Escócia). É considerado um dos mais antigos membros do atual Gabinete e possui excelente trânsito entre os doadores internacionais. Durante sua trajetória política, Morgan liderou os Ministérios do Uso da Terra e Habitação, do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais, dos Transportes e do Interior. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros após a reforma ministerial de 1º de fevereiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o Embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais junto ao Governo de Vitória. Com o fechamento da Embaixada na capital da Tanzânia em 1991, transferiu-se para a Embaixada em Maputo a cumulatividade com Seicheles. Em 2010, a cumulatividade da Embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a Embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes às brasileiras nas áreas de desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza e na promoção de um comércio internacional mais justo. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

Em 2008, foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional e, atualmente, encontra-se em fase de promulgação. Quando em vigor, deverá permitir que estudantes seichelenses participem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (Programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Acordo de Isenção Parcial de Vistos, que está em fase de ratificação. Seicheles tem interesse em que esse acordo entre em vigor tão logo possível, tendo em vista o objetivo de buscar atrair mais turistas brasileiros para o arquipélago. Anualmente, apenas cerca 1.500 brasileiros visitam Seicheles, entretanto as autoridades seichelenses

estimam de que haja potencial para que esse número seja, pelo menos, triplicado, tendo em vista as novas possibilidades de conexão aérea abertas via África do Sul, Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos encontra-se em fase avançada de negociação e deverá ser assinado em maio de 2015.

Em junho de 2014, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, Embaixador Barry Faure (atualmente Vice-Presidente do país), encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio 2017-2018.

Assuntos Consulares

Não há registro de comunidade brasileira residente em Seicheles, nem casos de assistência consular dignos de nota.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Seicheles.

POLÍTICA INTERNA

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração inglesa, a economia de Seichelles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha inglesa foram levados a Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão do status do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a

independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP uniu-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi concedida formalmente pelo Reino Unido em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro Presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de Primeiro Ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do Presidente Mancham ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Mancham e instalaram René na Presidência. A recém promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, a qual previa a adoção de sistema político de partido único, representado pela Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, derrotando o ex-Presidente James Mancham no pleito.

O mandatário seichelense foi novamente reeleito, em 1998, por ampla margem de votos (66%). Naquele pleito, ficou em segundo lugar o Reverendo anglicano Wavel Ramkalawan e, em terceiro, James Mancham. Um dos fundadores do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de viés liberal, em 1994, o Reverendo tem-se convertido, desde o pleito de 1998, na principal figura de oposição no país.

Em 2001, alegando razões econômicas, o Presidente René solicitou ao parlamento a antecipação das eleições presidenciais previstas para 2003. Realizado em agosto de 2001, o pleito resultou em nova vitória de René, dessa

vez por margem estreita de votos (54,2%). Wavel Ramkalawan obteve cerca de 45% dos votos. Nas eleições legislativas do ano seguinte, os dois partidos obtiveram votação similar à do pleito presidencial (SPPF 54%, e SNP, 42,5%).

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o Presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à Presidência, tendo sido substituído por James Alix Michel, que vinha despontando como principal herdeiro político de René e que, desde 1996, ocupava a Vice-Presidência de Seicheles. Nas eleições de julho de 2006, o Presidente Michel foi confirmado no cargo, tendo sido eleito para mandato de cinco anos, novamente derrotando Ramkalawan por margem relativamente pequena (53 a 45%). O SPPF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Ao final de 2008, como consequência da crise financeira internacional, o Governo passou a enfrentar grandes dificuldades no plano econômico. Exaurido de suas reservas internacionais, o país declarou moratória no pagamento de sua dívida externa e, ao final de 2009, a inflação anual atingiu o patamar de 37%. Como resultado de acordo celebrado com o FMI naquele ano, foi empreendida ampla reforma administrativa e ministerial, com vistas a reduzir gastos governamentais e aumentar a eficiência dos serviços públicos. Ainda em 2009, o SPPF passou a denominar-se "Parti Lepep" - PL (Partido Popular, em crioulo seichelense).

Apesar de apelos de Ramkalawan e do SNP para a antecipação das eleições presidenciais em razão do quadro econômico, o calendário eleitoral, que previa eleições presidenciais para 2011, foi mantido. Naquele ano, Michel foi novamente reeleito, derrotando Ramkalawan. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o SNP passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 32 cadeiras da Assembleia Nacional.

Diante do quadro de quase total ausência de oposição no Parlamento, o Presidente Michel tem realizado esforços em favor da promoção da união nacional e do maior diálogo com a sociedade civil. O mandatário mantém com o único deputado de oposição no Parlamento, David Pierre, encontros regulares para avaliação da situação do país. Diante da ausência do SNP nos debates nacionais, a figura de Pierre vem ganhando crescente projeção política no país. Em julho de 2014, o Presidente Michel anunciou a criação do Foro Consultivo Nacional (FCN), que reúne o mandatário seichelense, o Vice-Presidente do

país e treze representantes da sociedade civil (empresariado, academia e líderes religiosos). O FCN possui ampla autonomia deliberativa e os resultados das discussões são informados ao Gabinete ministerial.

As próximas eleições presidenciais e parlamentares deverão ocorrer em 2016. O Presidente Michel anunciou, em fevereiro de 2015, sua intenção de concorrer novamente ao cargo. Caso seja reeleito, deverá ser o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. O SNP, por sua vez, anunciou que deverá tomar parte no pleito, bem como nas próximas eleições legislativas.

Analistas avaliam que as próximas eleições presidenciais e legislativas deverão ocorrer sem maiores obstáculos. O Presidente Michel ainda goza de grande popularidade entre a população do arquipélago, amparada pelo sucesso econômico e social do país. Entre 2004, quando Michel assumiu a Presidência, e 2014, a renda per capita do país quase dobrou, passando de cerca de US\$ 8 mil dólares para mais de US\$ 15 mil dólares, apesar da grave crise vivida pelo país em 2008 e 2009.

Poder legislativo

O Poder Legislativo de Seicheles é unicameral, exercido pela Assembleia Nacional, composta por 25 membros eleitos por voto direto e 7 membros eleitos por sistema de representação proporcional baseado nos votos recebidos por cada partido político. Os representantes são eleitos para mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Seicheles tem atuado de forma ativa no cenário internacional, principalmente na agenda de desenvolvimento sustentável. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). O Governo de James Michel chegou a afirmar, em foros internacionais, que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas um crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de “refugiados ambientais”.

Como forma de defender os interesses dos SIDS de forma mais abrangente, Seicheles lançou, em 2012, sua candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2017-

2018. O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações desses pequenos países. Entre os principais pontos dessa agenda, estão a criação de um índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS acreditam ser duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta – sem receber, portanto, tratamento preferencial de boa parte dos doadores –, ao mesmo tempo em que sofrem agudamente com os efeitos das mudanças do clima, praticamente sem terem contribuído para as causas.

O conceito de “Economia Azul” tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. Esse conceito consiste na defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma sustentável. Por suas características territoriais, (454km² do território está em terra firme e 1,3 milhões km², no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos países costeiros da África – são baseados na extração de petróleo e da pesca. Nesse contexto, o país defende uma mudança na perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para uma perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos reportados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico é outra questão de grande prioridade para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e

econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em um contexto de globalização bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da Organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA, e, em 2012, abriu uma Embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da União Africana, cuja última edição foi realizada em janeiro de 2015. No âmbito da UA, o discurso seichelense é igualmente voltado para os interesses dos países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, cumpre ressaltar que Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história da Organização. Seicheles solicitou sua condição de membro em 31 de maio de 1995, mas o assunto ficou praticamente parado até 2008, devido à limitada capacidade e experiência do país em matéria de negociações comerciais. Além disso, os custos de acessão e de preparação dos empresários locais para competir no mercado global eram considerados proibitivos. Entretanto, a partir de 2008, o Governo seichelense obteve avanços significativos na identificação das mudanças legais e nas adaptações internas necessárias. Os avanços, a partir de então, levaram à acessão de Seicheles à OMC em 26 de abril de 2015.

Ainda no âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a garantir que aquelas instituições reflitam os princípios de inclusão, parceria e igualdade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da União Africana, o país apoia, contudo, o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005 pela Organização, o qual propõe pelo menos dois assentos permanentes para a África no CSNU.

Seicheles tem buscado fortalecer as relações bilaterais com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas oito países possuem Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka e Líbia). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A Índia é um dos principais parceiros de Seicheles. Marco recente do relacionamento bilateral foi a visita do Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, a Vitória, no início de 2015. Os dois países têm posições convergentes em diversos assuntos. Seicheles apoia o pleito indiano para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o apoio do Governo indiano aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento no foros internacionais é reconhecido pelo Governo de Seicheles. Com potencial de incrementar o turismo e o intercâmbio comercial, convém ressaltar a inauguração, em dezembro de 2014, de um voo direto da Air Seychelles entre Vitória e Mumbai.

A China também é um importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e vem prestando sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde. Além disso, a China é um importante parceiro no combate à pirataria no Oceano Índico.

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) constituem, atualmente, um dos principais parceiros comerciais e uma das principais fonte de investimento no país. Desde 2008, os EAU têm investido em setores variados, como habitação, energia e saúde. É digno de registro, igualmente, a política de aproximação com a África do Sul, país com o qual Seicheles busca manter relacionamento estratégico e essencial em termos do comércio exterior do arquipélago.

O relacionamento com os Estados Unidos também é relevante, principalmente por causa do papel central dos norte-americanos na luta contra a pirataria no Oceano Índico. Por fim, cumpre notar que os países europeus são importantes parceiros econômico-comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo. Apesar disso, possui a maior renda per capita da África e o terceiro melhor índice de IDH do continente. Estima-se que, em 2014, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US\$1,42 bilhão, com crescimento de 2,94% em relação a 2013. O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados a educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

O setor de turismo, um dos principais motores da economia seichelense, representa 25% do PIB do país e gera cerca de 10 mil empregos diretos (23% da mão-de-obra seichelense). Em 2014, o número de visitantes bateu recorde histórico, com 232 mil turistas (mais do que o dobro da população do país). Alemanha, França, Itália, Rússia, Emirados Árabes, China e Reino Unido, foram, nessa ordem, os principais emissores de turistas para o arquipélago em 2014. A origem dos visitantes reflete a fragilidade do setor em relação a fatores exógenos, especialmente em relação à continuidade da crise na zona do euro. Os turistas europeus, além de representarem 66% dos visitantes, são os que trazem maior retorno financeiro ao país, tanto no que diz respeito ao tempo de estadia, como em relação ao dinheiro gasto. O Governo tem buscado diversificar a origem dos visitantes, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África. Esse esforço de diversificação deverá provocar o aumento de visitantes de países não tradicionais em 2015.

O setor pesqueiro é igualmente importante para o país. A pesca gera mais divisas do que o turismo (cerca de 30% do PIB), mas absorve menos mão-de-obra (cerca de 15% do total). O grande mercado consumidor do pescado seichelense também é a Europa.

Em 2008, Seicheles entrou em “default”, como consequência da crise econômica global, que gerou drástica redução do número de turistas, principalmente daqueles provenientes da Europa. O crescimento do PIB de 10,4%, em 2007, foi abruptamente interrompido, contraindo-se em -2,14%, em 2008, e -1,1%, em 2009. Em novembro de 2008, o país assinou um acordo de Stand-By com o FMI, que garantiu o acesso a US\$26,1 milhões de dólares. Em

2009, o país assinou outro acordo com o Fundo (o Extended Fund Facility), para apoiar o programa econômico do governo entre 2010-2012. Como contrapartida, Seicheles iniciou um programa de reforma econômica, com a adoção do câmbio flutuante, a eliminação das restrições comerciais e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas, com o objetivo de gerar superávit primário, para equilibrar as contas do país. Além disso, o país comprometeu-se a reduzir o endividamento interno e externo a 50% do PIB até 2018.

Essas medidas geraram resultados positivos, principalmente a estabilização da rúpia seichelense, a queda da inflação e a recuperação do crescimento econômico. A inflação, que chegou a 37% em 2008, reduziu-se para 1,4% em 2014. A média do crescimento econômico, entre 2010 e 2013, foi de 6,5% ao ano. A dívida pública que, em 2008, correspondia a, aproximadamente, 102,5% do PIB, hoje representa 51,3%. Nesse quesito, espera-se que o país alcance a meta acordada em 2008 antes do prazo. As reservas internacionais brutas também cresceram substancialmente, alcançando, em dezembro de 2014, US\$ 464 milhões, o que equivale a 4,1 meses de importações. No que concerne à política fiscal, o país obteve superávit primário de 2,5% do PIB em 2014, como consequência da política de corte de gastos públicos.

Apesar da política fiscal contracionista, o país continuará investindo em infraestrutura e em programas sociais. O Governo manteve acesso à saúde e à educação pública para toda a população. Novas escolas primárias e secundárias, bem como clínicas e postos de saúde, foram construídos nas principais ilhas do arquipélago. Com a ajuda de capital árabe, grandes projetos habitacionais foram desenvolvidos, oferecendo habitação de qualidade e a baixo custo para as populações carentes ou afetadas por desastres naturais. Em 2015, os programas sociais terão custo estimado em US\$ 39,5 milhões, aumento de 8% em relação a 2014. Ademais, o Governo de Seicheles planeja alocar US\$ 86 milhões em projetos de investimento, a maior parte (US\$ 23 milhões) em projetos de moradia popular e de desenvolvimento comunitário.

Em fevereiro de 2015, Seicheles assinou um acordo com o Clube de Paris e a África do Sul para a recompra de US\$30 milhões da dívida do país, com um desconto de 5%, o qual será convertido em um fundo de mitigação da mudança climática e proteção marítima. A elegibilidade de Seicheles para um programa de recompra, com taxas menores do que as praticadas no mercado, reflete a solidez das reformas econômicas implementadas no país desde 2008.

Em abril de 2015, após dezenove anos de negociações, Seicheles tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Espera-se que a acessão do país à OMC contribua para a diversificação das exportações, torne o marco regulatório econômico do país mais transparente e previsível e fortaleça a capacidade técnica das instituições que possuem vínculo direto e indireto com o comércio, em especial as pequenas e médias empresas. De interesse do Brasil, cabe ressaltar o período de transição de oito anos para a proteção dos produtores domésticos de aves. Durante os primeiros três anos, as tarifas de importação desses produtos permanecerão nos atuais 45%, começando a ser reduzidas a partir de 2018 até atingirem 25% em 2023. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras de carnes de aves e derivados para Seicheles estiveram na faixa dos US\$ 4 milhões, representando um terço das vendas brasileiras para aquele país.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2013 a 2014, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição de 32,3%. Essa retração deu-se pela diminuição das exportações (-34,3%), que historicamente representaram quase a totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2014, foram: peixe congelado, carnes de frango, carne bovina e carne suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2014, foram: instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia (71,9% do total geral), produtos químicos, e máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). O Governo de Seicheles também manifestou interesse na compra de aeronaves da Embraer.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses.
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos ingleses.
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício.
1948	Realização das primeiras eleições locais.
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP).
1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como Presidente e France-Albert René (SPUP) como Primeiro-Ministro.
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência.
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em um Estado unipartidário.
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária.
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu Partido.
1998	René é reeleito.
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan (SNP).
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo ex-Vice-Presidente James Michel.
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, derrotando Wavel Ramkalawan.
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles entra em “default”.
2009	FMI concede 26,1 milhões de dólares para a recuperação da economia seichelense.
2011	Presidente Michel é reeleito, vencendo novamente Ramkalawan.
2011	Partido oposicionista SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas. Único deputado da oposição passa a ser David Pierre, do PDP.
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil.
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Fleure.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Seicheles	16/09/2008		Em promulgação
Acordo entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da república de Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011		Em ratificação

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos de Seicheles

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	6,04%	6,62%	2,94%	3,53%	3,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,13	1,41	1,42	1,38	1,47
PIB nominal "per capita" (US\$)	12.352	15.187	15.115	14.500	15.282
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,13	2,30	2,41	2,51	2,65
PIB PPP "per capita" (US\$)	23.182	24.801	25.607	26.443	27.532
População (milhões de habitantes)	0,092	0,093	0,094	0,095	0,096
Desemprego (%)	3,71	3,33	2,98	2,68	2,68
Inflação (%)	5,80%	3,42%	0,52%	5,01%	3,10%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-0,29	-0,22	-0,32	-0,27	-0,27
Câmbio (SRs / US\$)	13,70	12,06	12,75	n.d.	n.d.

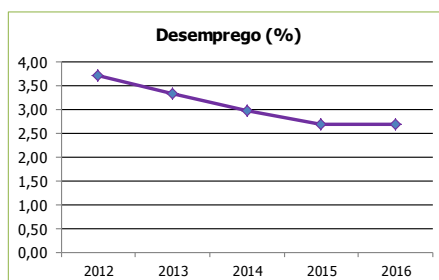
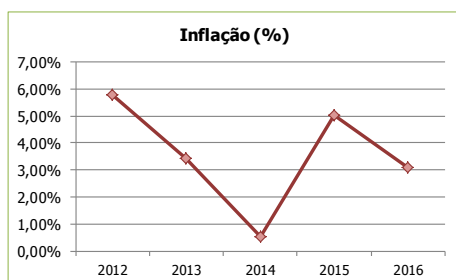
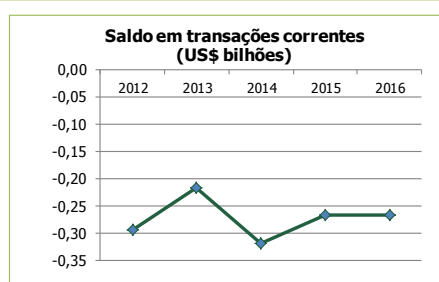
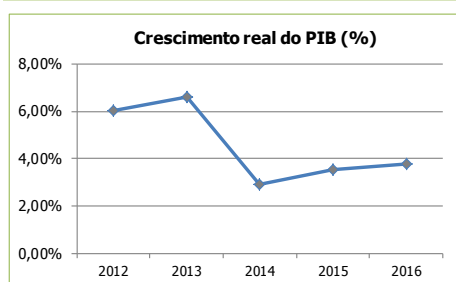
Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	3,0%
Indústria	14,0%
Serviços	83,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

n.d. Dados não disponíveis.

(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior de Seicheles⁽¹⁾
US\$ milhões

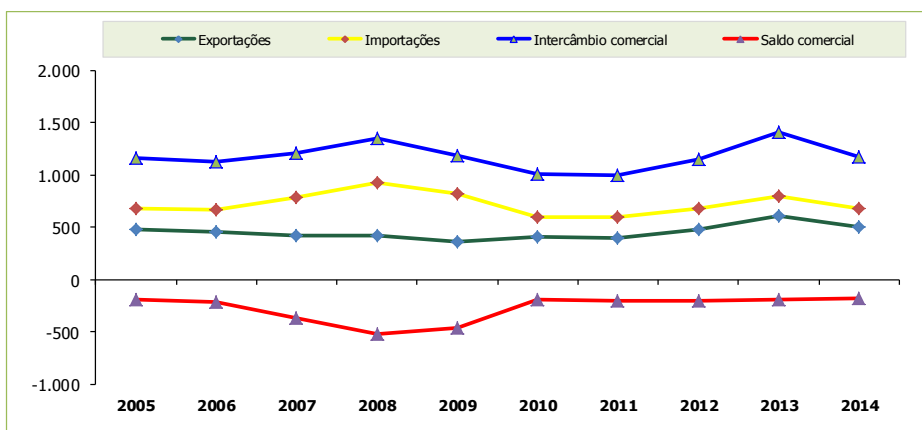
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	486	17,5%	680	84,7%	1.166	49,1%	-194
2006	457	-6,0%	668	-1,8%	1.124	-3,5%	-211
2007	422	-7,6%	789	18,1%	1.210	7,7%	-367
2008	421	-0,1%	934	18,5%	1.356	12,0%	-513
2009	367	-12,9%	824	-11,9%	1.191	-12,2%	-457
2010	410	-0,9%	600	63,1%	1.010	29,2%	-191
2011	398	-2,9%	596	-0,8%	993	-1,6%	-198
2012	478	20,3%	679	13,9%	1.157	16,4%	-200
2013	611	27,7%	799	17,8%	1.410	21,9%	-189
2014 ⁽²⁾	504	-17,4%	676	-15,4%	1.181	-16,3%	-172
Var. % 2005-2014	3,8%	---	-0,5%	---	1,3%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Seicheles
US\$ milhões

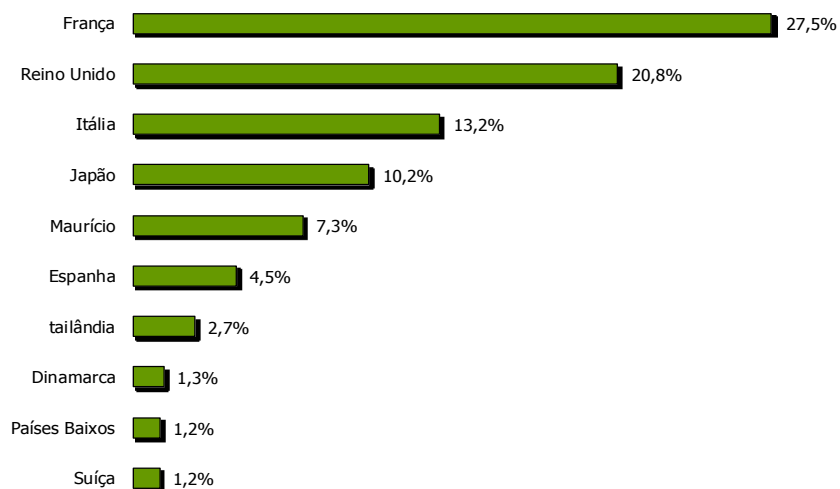
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
França	139	27,5%
Reino Unido	105	20,8%
Itália	67	13,2%
Japão	51	10,2%
Maurício	37	7,3%
Espanha	23	4,5%
tailândia	14	2,7%
Dinamarca	6,8	1,3%
Países Baixos	6,0	1,2%
Suíça	5,9	1,2%
...		
Brasil (33ª posição)	0,5	0,1%
Subtotal	454	89,9%
Outros países	51	10,1%
Total	504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Seicheles
US\$ milhões

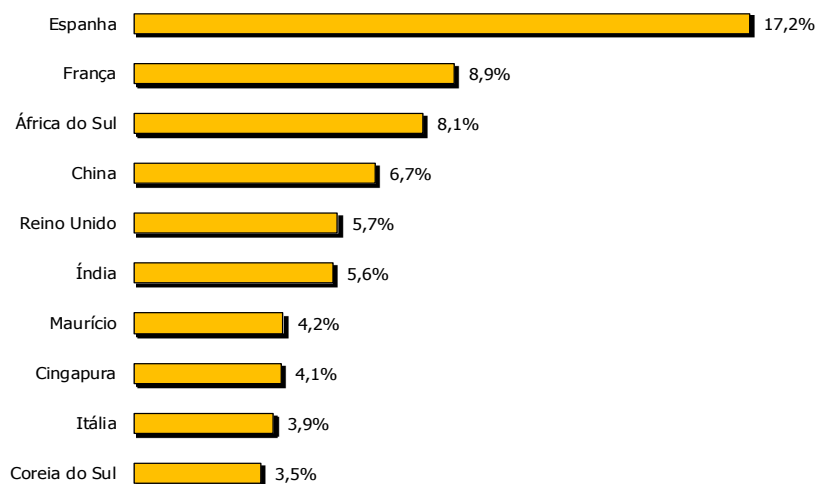
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Espanha	116,2	17,2%
França	60,5	8,9%
África do Sul	54,6	8,1%
China	45,6	6,7%
Reino Unido	38,5	5,7%
Índia	37,5	5,6%
Maurício	28,3	4,2%
Cingapura	27,8	4,1%
Itália	26,3	3,9%
Coreia do Sul	24,0	3,5%
...		
Brasil (16ª posição)	12,1	1,8%
Subtotal	471	69,7%
Outros países	205	30,3%
Total	676	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Seicheles
US\$ milhões

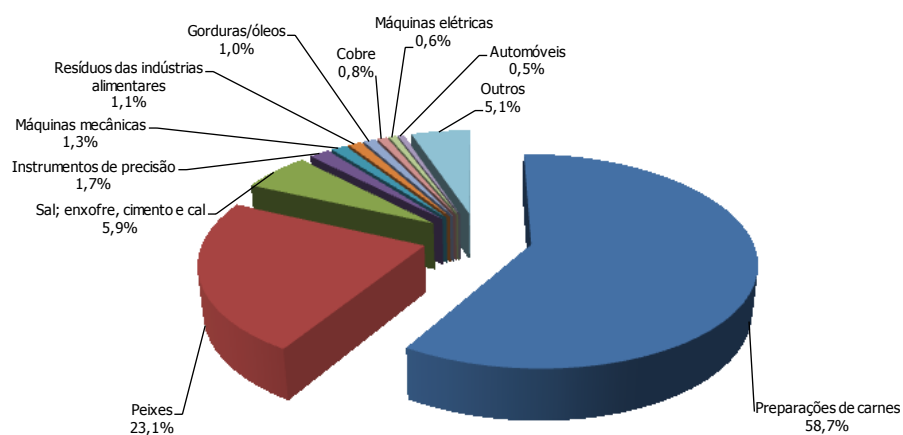
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Preparações de carnes	358,2	58,7%
Peixes	141,1	23,1%
Sal; enxofre, cimento e cal	36,2	5,9%
Instrumentos de precisão	10,6	1,7%
Máquinas mecânicas	8,0	1,3%
Resíduos das indústrias alimentares	6,8	1,1%
Gorduras/óleos	6,3	1,0%
Cobre	5,1	0,8%
Máquinas elétricas	3,9	0,6%
Automóveis	3,1	0,5%
Subtotal	579	94,9%
Outros	31	5,1%
Total	611	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Seicheles
US\$ milhões

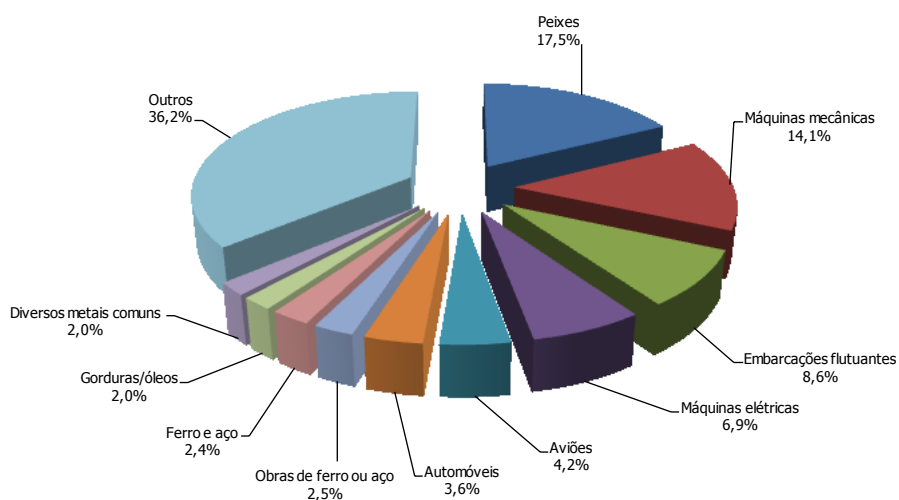
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Peixes	140,0	17,5%
Máquinas mecânicas	112,6	14,1%
Embarcações flutuantes	68,7	8,6%
Máquinas elétricas	55,5	6,9%
Aviões	33,8	4,2%
Automóveis	28,7	3,6%
Obras de ferro ou aço	19,9	2,5%
Ferro e aço	19,4	2,4%
Gorduras/óleos	15,9	2,0%
Diversos metais comuns	15,7	2,0%
Subtotal	510	63,8%
Outros	289	36,2%
Total	799	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



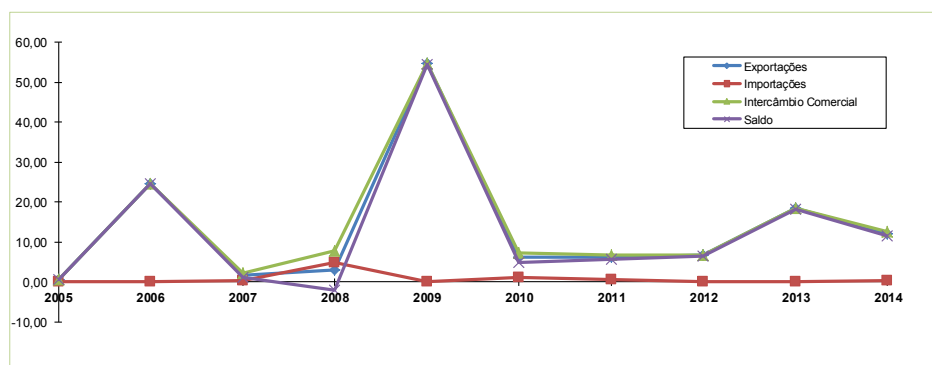
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Seicheles
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	0,75	151,2%	0,00%	0,001	-75,8%	0,00%	0,75	146,5%	0,00%	0,74
2006	24,60	(+)	0,02%	0,09	(+)	0,00%	24,69	(+)	0,01%	24,50
2007	1,71	-93,1%	0,00%	0,46	398,2%	0,00%	2,17	-91,2%	0,00%	1,24
2008	2,95	73,2%	0,00%	4,86	949,0%	0,00%	7,82	260,4%	0,00%	-1,91
2009	54,68	(+)	0,04%	0,11	-97,7%	0,00%	54,79	600,8%	0,02%	54,57
2010	6,16	-88,7%	0,00%	1,19	987,9%	0,00%	7,35	-86,6%	0,00%	4,97
2011	6,33	2,8%	0,00%	0,52	-56,1%	0,00%	6,86	-6,8%	0,00%	5,81
2012	6,68	5,5%	0,00%	0,07	-87,3%	0,00%	6,75	-1,6%	0,00%	6,62
2013	18,43	175,8%	0,01%	0,14	114,3%	0,00%	18,57	175,2%	0,00%	18,29
2014	12,12	-34,3%	0,01%	0,46	220,4%	0,00%	12,57	-32,3%	0,00%	11,66
2015 (jan-mar)	1,25	-69,5%	0,00%	0,06	25,4%	0,00%	1,31	-68,4%	0,00%	1,19
Var. % 2005-2014	1524,1%	---	---	30408,8%	---	---	1582,0%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

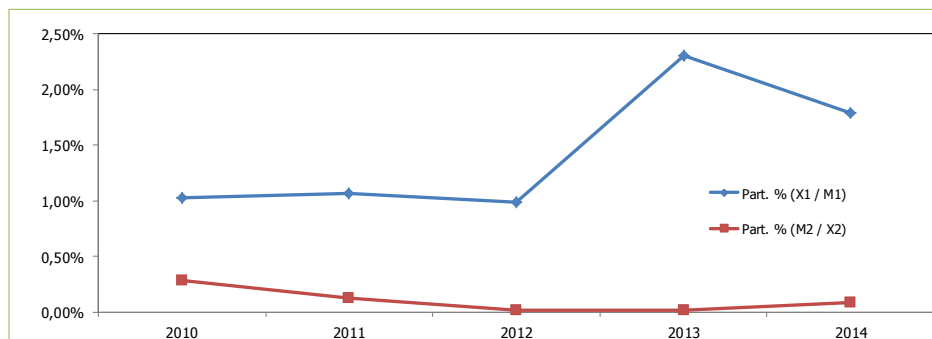
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio de Seicheles ⁽¹⁾						
US\$ milhões						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Seicheles (X1)	6,2	6,3	6,7	18,4	12,1	96,6%
Importações totais de Seicheles (M1)	600	596	679	799	676	12,6%
Part. % (X1 / M1)	1,03%	1,06%	0,98%	2,31%	1,79%	74,6%
Importações do Brasil originárias de Seicheles (M2)	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46	-61,6%
Exportações totais de Seicheles (X2)	410	398	478	611	504	23,1%
Part. % (M2 / X2)	0,29%	0,13%	0,01%	0,02%	0,09%	-68,8%

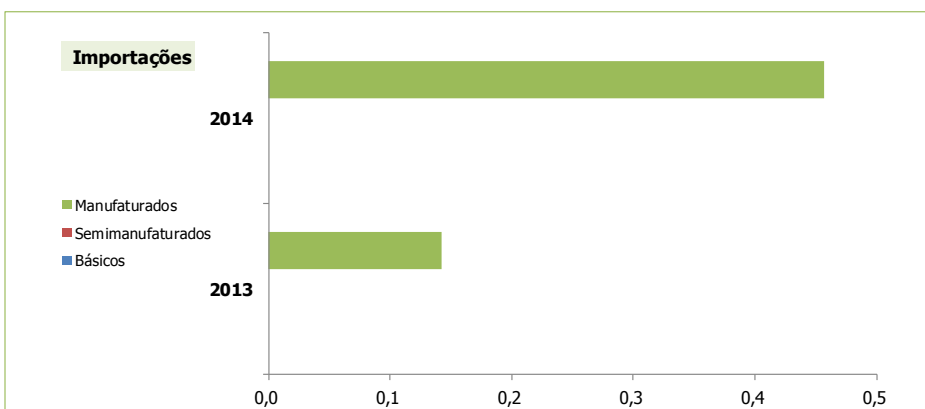
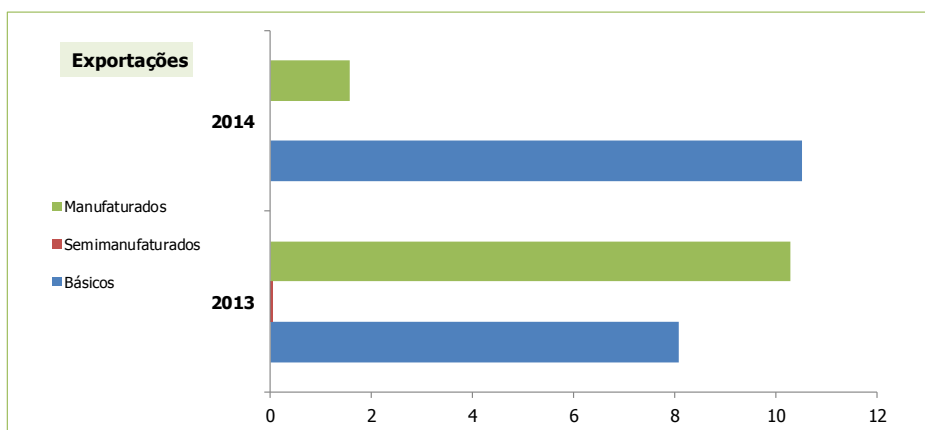
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado
US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



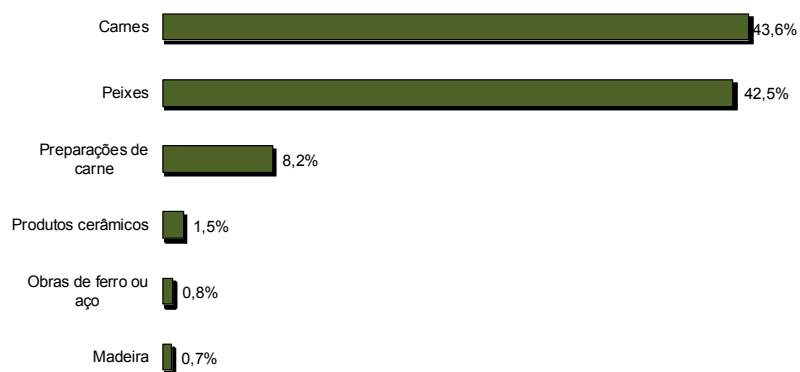
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Seicheles
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	4,15	62,1%	5,42	29,4%	5,29	43,6%
Peixes	0,00	0,0%	0,91	4,9%	5,15	42,5%
Preparações de carne	0,83	12,4%	0,96	5,2%	0,99	8,2%
Produtos cerâmicos	0,12	1,8%	0,18	1,0%	0,19	1,5%
Obras de ferro ou aço	0,07	1,1%	0,10	0,5%	0,09	0,8%
Madeira	0,07	1,1%	0,02	0,1%	0,08	0,7%
Subtotal	5,24	78,4%	7,58	41,1%	11,79	97,3%
Outros produtos	1,44	21,6%	10,85	58,9%	0,33	2,7%
Total	6,68	100,0%	18,43	100,0%	12,12	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

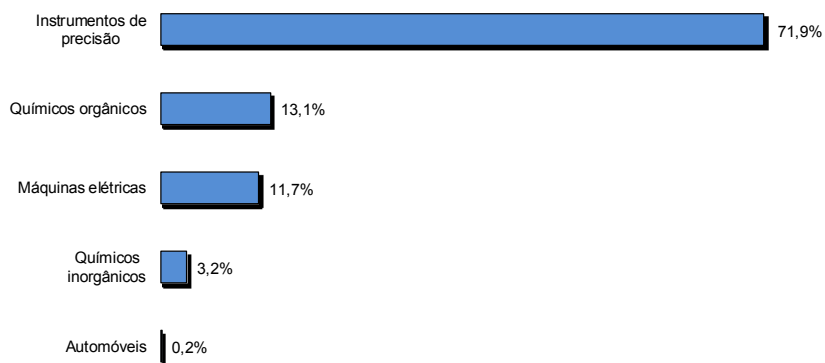


Composição das importações brasileiras originárias de Seicheles
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	60	89,8%	119	83,6%	328	71,9%
Químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	60	13,1%
Máquinas elétricas	6,2	9,4%	21	14,8%	53	11,7%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15	3,2%
Automóveis	0,0	0,0%	0,8	0,5%	0,8	0,2%
Subtotal	66	99,2%	141	98,9%	457	100,0%
Outros produtos	1	0,8%	2	1,1%	0	0,0%
Total	67	100,0%	143	100,0%	457	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	824	20,1%	906	72,4%	Carnes 906,0
Preparações de carne	124	3,0%	232	18,6%	Preparações de carne 232,5
Produtos cerâmicos	31	0,8%	50	4,0%	Produtos cerâmicos 49,9
Diversos metais comuns	0	0,0%	16	1,3%	Diversos metais comuns 16,4
Subtotal	979	23,8%	1.205	96,3%	
Outros produtos	3.126	76,2%	46	3,7%	
Total	4.105	100,0%	1.251	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
Instrumentos de precisão	14	27,1%	29	46,7%	Instrumentos de precisão 29,4
Químicos orgânicos	20	39,5%	20	31,7%	Químicos orgânicos 19,9
Máquinas elétricas	17	33,4%	11	18,2%	Máquinas elétricas 11,5
Ferramentas	0	0,0%	2	2,7%	Ferramentas 1,7
Subtotal	50	100,0%	62	99,3%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,7%	
Total	50	100,0%	63	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 482 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

**(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)**

1ª PARTE - SABATINA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 73, de 2015, (Mensagem nº 420, de 2015, na origem) da Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Essa Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Sr. Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à avaliação curricular do diplomata indicado, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Senhor Antônio José Rezende de Castro é filho de Josué Rezende de Castro e Arlette Corrêa Rezende de Castro, e nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1948. Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1969 e em 1971 a iniciou profissionalmente no posto de Terceiro Secretário. Ascendeu a Conselheiro

em 1990; a Ministro de Segunda Classe, em 1997; e a Ministro de Primeira Classe, em 2006. Todas as ascensões por merecimento. Em 2013, passou para o Quadro Especial. Na trajetória da carreira, ao concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, defendeu tese intitulada “A Independência do Paraguai como Resultado da Ação Diplomática Brasileira: 1870-1876 – Consequências para o Relacionamento Bilateral”.

Seu percurso profissional como diplomata transcorreu quase inteiramente em postos no exterior. Em 1972 e 1973, foi Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Georgetown. Entre 1975 e 1978, serviu na Embaixada em Roma. Em 1976, foi Encarregado de Negócios em missão transitória em Nairobi. Entre 1978 e 1983, serviu na Embaixada em Quito. Entre 1984 e 1987, foi Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Milão. De 1987 a 1989, desempenhou suas funções na Embaixada em Caracas. Entre 1989 e 1993, teve um interregno nesse périplo, e chefiou a Divisão de África II na Chancelaria. De 1993 a 1998, serviu na Embaixada em Assunção, seguindo para Tóquio, onde permaneceu até 1999. Retornou ao Paraguai e foi Cônsul-Geral em Ciudad del Este de 2000 a 2004. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador em Nairobi e Representante Permanente do Brasil junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ao HABITAT, organizações que são sediadas em Nairobi. Nesse período, exerceu também cumulativamente o cargo de Embaixador em Uganda, Burundi e Ruanda. De 2008 a 2010, foi Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Houston, de onde passou a exercer o mesmo cargo no Consulado-Geral em Hong-Kong, entre 2010 e 2012. Em 2013, desempenhou a função de Encarregado de Negócios em missão transitória em Basseterre. Finalmente, desde 2014, exerce o cargo de Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em La Paz.

O Embaixador, desta vez, é indicado para chefiar nossa representação permanente em São Vicente e Granadinas. O país é formado por um arquipélago no Caribe, ao norte da costa leste da Venezuela. Trata-se de uma democracia parlamentar, membro da Commonwealth of Nations, motivo por que o chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido.

Em outubro de 1980, menos de um ano após a independência de São Vicente e Granadinas em relação ao Reino Unido, o Brasil criou

Embaixada no país, cumulada com a Embaixada em Trinidad e Tobago. Em 2004, a cumulatividade foi transferida para a Embaixada do Brasil em Barbados. Finalmente, a criação de Embaixada residente em Kingstown deu-se em 2009, dado o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade do Caribe (CARICOM).

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-São Vicente e Granadinas é composto de duas atividades isoladas, em execução nas áreas de recursos hídricos e agricultura, e foi elaborado no âmbito dos resultados da missão do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países caribenhos, em novembro de 2013. Já está assinado um Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e São Vicente e Granadinas, porém ainda não foi ratificado.

As relações bilaterais com São Vicente e Granadinas são marcadas, no plano comercial, pela baixa expressividade do fluxo, com predominância das exportações brasileiras, bem como modesto incremento do comércio nos últimos dez anos. O intercâmbio passou de US\$ 1,739 milhão, em 2005, para US\$ 1,911 milhão, em 2014. Registre-se que em 2014 o volume sofreu forte diminuição de 52% em comparação com os valores de 2013. O decréscimo deveu-se à queda nas vendas brasileiras. Ainda assim, o Brasil foi a 13ª principal origem das importações vicentinas em 2012, representando 1% das compras daquele país.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO VICENTE E GRANADINAS

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por diálogo fluido, nos planos bilateral e multilateral, e aproximação em matéria de cooperação técnica e assistência humanitária. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Kingstown, em 2009, e o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade do Caribe (CARICOM) verificada na última década abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral. A presença do Brasil no país tem sido assinalada e reconhecida em diferentes ocasiões pelo Primeiro Ministro Ralph Gonsalves, que ressalta a relevância internacional do Brasil e o êxito de suas políticas sociais.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves visitou o Brasil algumas vezes. Em dezembro de 2008, participou da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (I CALC). Em abril de 2010, retornou ao país para a I Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM). Em maio de 2011, Gonsalves realizou visita a São Paulo, onde manteve encontros com empresários e sinalizou interesse no eventual estabelecimento de representação permanente no Brasil. Em julho de 2012, compareceu à Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Não obstante o bom nível de entendimento mantido com o Governo local, há indicações de que o Primeiro Ministro espera um maior engajamento do Brasil no país, na prestação de cooperação técnica e assistência humanitária. Em audiência do Embaixador em Kingstown com o *Premier* vicentino, em 2013, este expressou certo desapontamento com a evolução das relações bilaterais, tendo destacado que o Brasil poderia fazer mais pelos pequenos países do Caribe Oriental.

Oportunidades de Negócios

A adesão do Brasil, na qualidade de sócio regional, ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), promulgada em 23 de outubro de 2015, permitirá a participação mais efetiva de empresas brasileiras em projetos que visem ao desenvolvimento dos países da CARICOM, inclusive São Vicente e Granadinas. As licitações para parcerias público-privadas financiadas pelo BDC são restritas aos sócios do Banco. A China especialmente (membro do Banco desde 1997), bem como o Canadá e o Reino Unido, têm colhido importantes benefícios nesses processos licitatórios, como resultado de sua associação com o BDC.

A ampliação do Canal do Panamá e o consequente desenvolvimento de "hubs" logísticos na região abrem amplas possibilidades para empresas brasileiras na região. Em recente missão ao Brasil, em março de 2015, o Presidente do BDC, Warren Smith, disse haver vários projetos em desenvolvimento para a construção, nos próximos 5 a 10 anos, de portos e aeroportos, que permitirão aos países caribenhos fornecer serviços de logística especializados.

O Governo vicentino se ressentia da não participação do Brasil na construção do Aeroporto de Argyle, que contou com a participação de outros parceiros regionais, como Cuba e México. O projeto está a cargo de consórcio cuja solidez financeira é questionada e ao qual faltam garantias financeiras que viabilizassem a participação de empresas brasileiras. A não participação na etapa de infraestrutura do projeto, contudo, não inviabiliza a atuação posterior do setor privado brasileiro, sobretudo no setor

de serviços.

Autoridades locais manifestaram o desejo de incrementar as relações comerciais com o Brasil. Embora cientes das limitações do mercado local, recordam, com frequência, que a quase totalidade dos produtos importados pela Ilha são procedentes dos EUA e que interessaria ao país diversificar sua pauta de fornecedores.

Ações Realizadas pelo Posto

O Brasil fez contribuição de US\$ 15 mil à FAO para compra de sementes e insumos agrícolas, com vistas a apoiar a recuperação dos meios de produção das populações afetadas pelas chuvas da noite de 24 de dezembro de 2013. Em 2011, o Governo brasileiro prestou cooperação humanitária de US\$ 62.500, por meio da Agência Caribenha de Resposta Emergencial a Desastres (CDEMA), em apoio aos esforços de contenção de danos causados por tempestade ocorrida no país em abril daquele ano.

Em setembro de 2012, delegação da EMBRAPA visitou São Vicente e Granadinas com o objetivo de dar continuidade à cooperação agrícola estabelecida entre os dois países. Durante a missão, constatou-se que as prioridades do governo seriam: (i) aquisição de pequenas máquinas; (ii) reabilitação da indústria de coco; (iii) aumento do valor agregado na fruticultura e na produção de mandioca; e (iv) capacitação para a escola técnica local de agricultura.

Em novembro de 2013, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou visita a seis países caribenhos (Granada, Santa Lúcia, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, Barbados e Bahamas), acompanhado de representantes da Embrapa e da Agência Nacional de Águas (ANA). Não foi possível realizar visita técnica a São Vicente e Granadinas, de acordo com a Agência, devido à exiguidade de tempo. Não obstante, com base nos resultados obtidos com os demais países, a ABC sugeriu à EMBRAPA e à ANA a inclusão de São Vicente e Granadinas no projeto.

O projeto resultante da missão do Diretor da ABC na área de recursos hídricos, ainda em curso, contemplou, em uma primeira fase da capacitação, temas relativos à mudança climática e a eventos extremos, água e conservação do solo, salinização das águas subterrâneas e escassez de água. A segunda parte incluiu uma visita técnica à sede da ANA em Brasília para discutir temas de interesse sobre planejamento de águas, com base na experiência brasileira e nas perspectivas e necessidades de cada país. Por fim, na sua última fase, a iniciativa inclui cursos de capacitação de técnicos caribenhos em questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos subterrâneos, realizado em Barbados, em outubro de 2015, e em gestão de recursos hídricos superficiais, a ser realizado em data a definir, em 2016, em Dominica.

O país deverá participar, ainda, de iniciativas a cargo da Embrapa: "Capacitação em Tecnologias Agroflorestais" e "Capacitação em Colheita de Sementes e Produção de Mudas de Espécies Florestais Nativas", a serem realizadas no Brasil, em data a definir, em 2016. As duas iniciativas inserem-se no âmbito de tratativas mantidas por ocasião da Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe (CARICOM), em abril de 2010, e no contexto dos cursos ofertados aos países membros da CARICOM, por ocasião de reunião entre o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e os

Chanceleres de países membros da Comunidade, em maio 2012.

Adicionalmente, o Governo de São Vicente e Granadinas tem manifestado interesse em obter cooperação brasileira no setor hoteleiro. Devido à expectativa de aumento do fluxo de turistas internacionais com a abertura do aeroporto de Argyle, o Primeiro-Ministro tem solicitado cooperação brasileira na área de hotelaria, relativa à capacitação e treinamento. Na área de gestão aeroportuária, o Governo brasileiro já vinha prestando cooperação na formação de técnicos: em agosto de 2010, comissão vicentina realizou visita técnica ao Brasil, organizada pela ABC e pelo Ministério da Defesa, com foco na gestão de aeroportos.

Candidaturas Brasileiras

A Embaixada realizou gestões junto às autoridades locais, em junho de 2015, para a candidatura brasileira ao ECOSOC (mandato 2019-2021); e para a candidatura do Brasil ao mandato de 2016-2017 do Conselho da Organização Marítima Internacional (OMI).

O tema das candidaturas é parte das atividades desenvolvidas cotidianamente pela Embaixada, que busca angariar apoio local a pleitos e temas de interesse do Brasil, como, por exemplo, por ocasião das candidaturas brasileiras às Direções-Gerais da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Enquanto membro da CARICOM, São Vicente e Granadinas tende a votar em conjunto com o bloco, que reúne 14 países. No âmbito da Comunidade, o país tem influência significativa sobre as posições adotadas pelo bloco, sobretudo devido ao protagonismo político do Primeiro Ministro Ralph Gonsalves.

Na Declaração Final da 15ª Reunião (maio/2012) do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias (COFCOR) da CARICOM, os Chanceleres do grupo expressaram seu apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU. Os países da Comunidade apoiam a ampliação do Conselho de Segurança em ambas as categorias de membros e maior acesso para os países pequenos e médios, além de defenderem a criação de assento rotativo especial para os pequenos Estados insulares.

No âmbito das negociações intergovernamentais para a reforma do Conselho, o grupo tem-se alinhado aos pronunciamentos do L.69 (11 dos 14 membros da CARICOM integram o L.69, grupo de países em desenvolvimento que apoiam a ampliação do Conselho nas duas categorias de membros), cujo cargo de porta-voz já foi ocupado pelo Representante Permanente de São Vicente e Granadinas junto à ONU.

Temas Consulares

A comunidade brasileira em São Vicente e Granadinas soma apenas três pessoas (dados de matrícula consular do Posto). São Vicente e Granadinas possui Cônsul Honorário em São Paulo.

Avaliação da Situação Política e Econômica

Independente do Reino Unido desde 1979, São Vicente e Granadinas não tem gozado sua

independência em benefício de um maior desenvolvimento nacional. O país não dispõe de meios suficientes para promover a prosperidade econômica e o bem estar comum.

Ressalte-se o papel protagônico do Primeiro Ministro Ralph Gonsalves, capaz ele próprio de dar personalidade ao governo do Estado e à vida nacional. Seu carisma é reconhecido, especialmente pela camada mais ampla da população, diante da qual se pronuncia com entusiasmo em prolongadas apresentações que versam os grandes temas da vida nacional. Estão previstas eleições gerais ainda em 2015, em data a definir, e é incerto o futuro de Gonsalves. Há sinais de diminuição de apoio popular ao partido governista, com resultado de acusações de corrupção contra o Governo e o Primeiro-Ministro por enriquecimento ilícito. O quadro foi agravado pelas fortes chuvas que atingiram o país na noite do dia 24 de dezembro de 2013 e destruíram 90% das culturas de hortaliças e frutas no país.

O ativismo do Primeiro Ministro propiciou importantes iniciativas de assistência da Venezuela, de Cuba e de Taiwan. O quadro internacional não se tem apresentado favorável à ajuda internacional, e o discurso político de Gonsalves, alinhado ao de Cuba e da Venezuela, não tem atraído parceiros desenvolvidos.

As obras de expansão do aeroporto de Argyle começaram em 2008 e contam com a colaboração de México, Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, Áustria, Malásia, Turquia e Irã. O projeto é a maior obra de infraestrutura do país e tema de central importância para a administração do Primeiro Ministro Ralph Gonsalves. O objetivo do projeto é redirecionar o fluxo turístico para seu país, eliminando escala obrigatória em Barbados ou Trinidad e Tobago. A conclusão estava prevista para 2014, mas foi adiada.

A redução das atividades de construção do aeroporto de Argyle não augura resultados a curto prazo. A obra do Aeroporto depende diretamente do Primeiro Ministro e de um executivo de sua estrita confiança. Avalia-se que a empresa responsável pelas obras não dispõe de recursos nem de capital próprio para desempenhar-se. A obra do aeroporto suscita oposição generalizada das facções políticas hostis ao Primeiro Ministro Ralph Gonsalves e a seu partido. Tampouco conta com o apoio amplo de setores favoráveis ao Governo. O Presidente do partido oposicionista “New Democratic Party” (NDP), Arnhim Eustace, tem tido divergências com o Primeiro Ministro no que diz respeito ao projeto, acusando o Governo de não ter realizado estudo de viabilidade para a construção do Aeroporto de Argyle.

Os críticos do projeto argumentam que não há expectativa de ingresso de viajantes e turistas que o justifiquem. As poucas centenas de leitos em hotéis turísticos e a modesta oferta de atrações turísticas não são condizentes com súbito aumento de estrangeiros que, a preferir o Caribe como destino, encontram ilhas e acomodações mais acolhedoras em outros países vizinhos. O renome turístico de São Vicente deve-se principalmente à ilha de Mustique, administrada a título privado por empresa norte-americana que acolhe uma centena de pessoas e famílias reconhecidas por sua extrema riqueza e fortuna, em casas prestigiosas onde se recolhem uma ou duas vezes por ano, com meios de transporte próprios. O acesso aberto à Ilha é vedado a pessoas não credenciadas ou que não sejam convidadas. Dois ou três outros conglomerados turísticos estrangeiros em Palm Island e Union Island seriam também representativos do turismo de elite.

Apenas uma reduzida camada social abastada residente possui recursos e mantém atividades fora do país. Em São Vicente, controla a maior parte do comércio de bens importados, principalmente dos Estados Unidos. O abastecimento dos locais de comércio é assegurado por fornecedores nos

Estados Unidos e intermediários em países vizinhos, como o Panamá.

A maior parte da população mantém-se em baixo nível de subsistência, sem acesso a produtos de qualidade e à maioria dos gêneros alimentícios importados. Uma produção agrícola de tubérculos nativos assegura a base da alimentação local, junto com cortes menos nobres de carne bovina, suína e de aves.

O quadro econômico não facilita uma arrecadação pública suficiente para o funcionamento do Governo, com endêmica escassez de recursos financeiros para desenvolver programas de desenvolvimento e que são, se tanto, suficientes para a auto-sustentação. As fontes de recursos são eventuais como a ajuda externa, ainda que reduzida, e expedientes vários, como a concessão de bandeiras de conveniência para a navegação de buques de terceiros países, a título de exemplo.

Parceiros mais tradicionais na história independente do país, como Cuba e Venezuela, permitem algum desafogo em áreas mais estratégicas. A Venezuela oferece gasolina a preços financiados a longo prazo com interesses baixos, por meio do Acordo Energético Petrocaribe. Cuba garante o serviço médico do hospital público da capital. Cuba tem oferecido, ainda, serviços e mão-de-obra de baixo custo para a construção do aeroporto de Argyle.

Sugestões para o futuro Chefe do Posto

Ainda não se concretizaram projetos de maior relevância para a cooperação técnica bilateral. Uma vez superada a fase de restrições orçamentário-financeiras, sugere-se uma verificação "in loco" por técnicos da ABC para orientar futuros esforços de cooperação. Alternativamente, poderiam ser buscadas fontes de financiamento externo para o desenvolvimento de projetos trilaterais.

O adensamento das relações bilaterais passa necessariamente por um maior engajamento brasileiro no desenvolvimento de São Vicente e Granadinas. As iniciativas de aproximação com o bloco da CARICOM também poderão ensejar oportunidades para uma maior aproximação com o Governo vicentino.

Será importante, igualmente, incentivar a participação de São Vicente e Granadinas nos foros regionais, como a CELAC, de modo a permitir o aprofundamento da integração latino-americana e caribenha, parte fundamental da estratégia de inserção internacional do Brasil.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 73, de 2015
(Nº 420/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Os méritos do Senhor Antonio José Rezende de Castro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00443/2015 MRE

Brasília, 17 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO

CPF.: 042.195.541-49

ID.: 4186 MRE

1948 Filho de Josué Rezende de Castro e Arlette Corrêa Rezende de Castro, nasce em 18 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1969 CPCD - IRBr

1996 CAE - IRBr, "A Independência do Paraguai Como Resultado da Ação Diplomática Brasileira: 1870-1876 - Consequências para o Relacionamento Bilateral"

Cargos:

1971 Terceiro-Secretário

1976 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário

1990 Conselheiro, por merecimento

1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2006 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2013 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1971-73 Divisão do Arquivo, assistente

1972 Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória

1973 Embaixada em Georgetown, Encarregado de Negócios em missão transitória

1973-75 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor

1975-78 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1976 Embaixada em Nairobi, Encarregado de Negócios em missão transitória

1978-83 Embaixada em Quito, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1983-84 Divisão de Feiras e Turismo, assistente

1984-87 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunto

1987-89 Embaixada em Caracas, Primeiro-Secretário

1989-93 Divisão da África II, Chefe, substituto e Chefe

1992 Embaixada em Bissau, Encarregado de Negócios em missão transitória

1993-98 Embaixada em Assunção, Conselheiro

1998-99 Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro

2000-04 Consulado-Geral em Ciudad del Este, Cônsul-Geral

2004-08 Embaixada em Nairobi, Embaixador e Representante Permanente do Brasil junto ao PNUMA e ao HABITAT

2005-08 Embaixada junto à República de Uganda, Embaixador, cumulativo

2005-08 Embaixada junto à República do Burundi, Embaixador, cumulativo

2007 III Reunião das Partes Contratantes da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, Dacar, Chefe de Delegação

2007 II Reunião do GT sobre Revisão de Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, Paris, Chefe de Delegação

2007-08 Embaixada junto à República de Ruanda, Embaixador, cumulativo

2008-10 Consulado-Geral em Houston, Cônsul-Geral

2010-12 Consulado Geral em Hong Kong, Cônsul-Geral

2013 Embaixada em Basseterre, Encarregado de Negócios em missão transitória

2014-	Corregedoria do Serviço Exterior, Presidente da Comissão Processante Permanente
2014	Embaixada em La Paz, Encarregado de Negócios em missão transitória

Condecorações:

1982	Ordem Nacional do Mérito, Equador, Oficial
2005	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1992	"O Contexto Regional Africano", e "As Relações entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", in Seminários Fundap, Fundap, São Paulo
------	--

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do Caribe

SÃO VICENTE E GRANADINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

DADOS BÁSICOS DE SÃO VICENTE E GRANADINAS	
NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
GENTÍLICO	são-vicentino
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km ²
POPULAÇÃO	103.000
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (81,5%); não declarados (8,8%); rastafáris (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Democracia Parlamentar (membro da Commonwealth)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral - Assembleia ("House of Assembly")
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II (desde 1979), representada pelo Governador-Geral Sir Frederick Ballantyne (desde 2002)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves (desde 2001)
CHANCELER	Camillo Michael Gonsalves (desde 2013)
PIB NOMINAL(2014)	US\$ 745 milhões
PIB PPP (2014)	US\$ 1,19 bilhão
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (est 2014)	US\$ 6.694
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2014)	US\$ 10.904
VARIAÇÃO DO PIB	1,1% (2014 est.); 2,26% (2013)
IDH	0.719/ 91º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	72,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	96%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	15%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar do Caribe Oriental
EMBAIXADOR EM KINGSTOWN	Luís Alexandre Iansen de Sant'Ana (Encarregado de Negócios a.i.)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andreas Wickham (não residente)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3

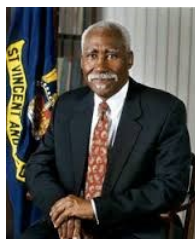
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil → São Vicente e Granadinas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	2,50	2,86	2,53	2,43	1,63	2,42	2,03	4,00	1,9
Exportações	2,50	2,80	2,49	2,42	1,63	2,36	2,03	4,00	1,9
Importações	-	0,06	0,04	0,01	-	0,05	-	-	-
Saldo	2,5	2,73	2,50	2,40	1,63	2,31	2,02	4,00	1,9

Informação elaborada em 31 de agosto de 2015, pelo Terceiro-Secretário Rui Santos Rocha Camargo.
Revisada pelo Terceiro-Secretário Daniel Ferreira Magrini, Ministro de Segunda Classe Antonio Alves Júnior e Ministro de Primeira Classe Antonio José Ferreira Simões.

Perfis Biográficos**DR. RALPH EVERARD GONSALVES****PRIMEIRO-MINISTRO**

Ralph Everard Gonsalves nasceu em 1946, em Colonarie. Formou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais, concluiu doutorado em Assuntos Governamentais na Universidade de Manchester, Inglaterra, e obteve licença para exercer a advocacia. Regressando ao seu país, revezou-se entre a atuação como advogado perante a Suprema Corte do Caribe Oriental e as atividades políticas de oposição ao governo do Novo Partido Democrático (NDP). Elegeu-se deputado pela primeira vez em 1994. É líder do Partido da União Trabalhista desde 1998. Cumpre atualmente seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro, tendo vencido as eleições de 2001, 2005 e 2010.

FREDERICK NATHANIEL BALLANTYNE**GOVERNADOR-GERAL**

Frederick Nathaniel Ballantyne nasceu em 5 de julho de 1936, em Layou, membro de família com atuação no setor hoteleiro. Formou-se em medicina na "State University of New York Upstate Medical University". Trabalhou como médico no Canadá e nos Estados Unidos antes de regressar a São Vicente e Granadinas para assumir a chefia do recém-inaugurado Kingstown General Hospital, principal centro hospitalar do país, função que exerceu por 14 anos. Em 1998, foi nomeado presidente do ramo internacional de empresa farmacêutica canadense. Assumiu como Governador-Geral desde 2 de setembro de 2002, quando substituiu Monica Dacon, que estava interinamente no cargo depois da morte de Charles Antrobus, em 2001.

Relações Bilaterais

Em outubro de 1980, menos de um ano após a independência de São Vicente e Granadinas em relação ao Reino Unido, o Brasil criou Embaixada no país, cumulada com a Embaixada em Trinidad e Tobago. Em 2004, a cumulatividade foi transferida para a Embaixada do Brasil em Barbados.

A criação da Embaixada do Brasil em Kingstown, em 18 de fevereiro de 2009, e o aprofundamento das relações do Brasil com a CARICOM abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral. O Governo de São Vicente e Granadinas tem reconhecido a crescente atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões, autoridades granadinas salientaram interesse em receber cooperação do Brasil.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – São Vicente e Granadinas é composto de 2 (duas) atividades isoladas em execução nas áreas de recursos hídricos e agricultura, que foram elaboradas no âmbito dos resultados da missão do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países caribenhos, realizada em novembro de 2013. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, firmado em 26 de abril de 2010, durante a Cúpula Brasil-CARICOM, aguarda ratificação pelo Congresso Nacional.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira estimada em São Vicente e Granadinas é de 3 pessoas. São Vicente e Granadinas possui Cônsul Honorário em São Paulo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há empréstimos ou financiamentos brasileiros a São Vicente e Granadinas.

Política Interna

O sistema político de São Vicente e Granadinas baseia-se no modelo parlamentarista britânico. Como no caso de grande parte das ex-colônias britânicas, a Chefe de Estado é a rainha Elizabeth II do Reino Unido, representada por um Governador-Geral. A Chefia de Governo é exercida pelo Primeiro-Ministro, eleito pelo Poder Legislativo. Desde as eleições de 1998, dois partidos principais dividem o Parlamento são-vicentino: o "New Democratic Party" (NDP), que exerceu o governo de 1984 a 2001; e o "United Labour Party" (ULP), no poder desde 2001. O líder do ULP, Ralph Gonsalves exerce seu terceiro mandato como Primeiro-Ministro.

A Assembleia da República ("House of Assembly"), única Casa legislativa, dispõe, atualmente, de um total de vinte e três membros. São 15 membros eleitos (deputados) e 6 senadores, o Procurador-Geral e o Presidente da Assembleia. Os Senadores são indicados pelo Governador-Geral, que indica 4 nomes para representar o partido do Governo e 2 para representar a oposição. O Procurador-Geral e o Presidente da Assembleia são eleitos pelos deputados. Na divisão distrital, 3 representantes são eleitos por Kingstown, na Ilha de São Vicente, sede do Governo; outros 10 são eleitos por outros distritos na Ilha de São Vicente; e 2 serão eleitos pelo conjunto das 32 ilhas Granadinas.

As últimas eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 2010, quando o ULP conquistou 52% dos votos (8 deputados), enquanto o NDP obteve 47% (7 deputados). São Vicente e Granadinas deverá eleger um novo Parlamento no segundo semestre de 2015, em data ainda a ser definida.

Os principais temas da campanha política deste ano têm sido o combate ao desemprego, o estímulo à atividade econômica, a conclusão das obras do aeroporto internacional de Argyle e a questão da população "garifuna".

Os garifunas originaram-se da miscigenação entre índios nativos e negros africanos que povoaram São Vicente a partir do século XVII. Após aliarem-se aos franceses, foram desterrados para Honduras, em 1796, com a vitória inglesa. Os garifunas compreendem hoje, cerca de 700.000 pessoas (sete vezes maior que a população vicentina) na Nicarágua, Belize, Guatemala, Honduras e EUA, e consideram a ilha de São Vicente como sua "terra natal". Em junho de 2015, o líder da oposição, Arnhim Eustace (NDP), prometeu conceder "cidadania honorária" à população garifuna da diáspora, sem esclarecer os direitos que seriam concedidos

por esse ato. O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, por sua vez, contestou a proposta.

Política Externa

O Governo são-vicentino tem mantido relacionamento próximo ao Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. Além disso, Cuba, Venezuela e Taiwan constituem parceiros importantes, que contribuem para a construção do aeroporto de Argyle e, juntos com o Brasil, mantêm corpo diplomático no país. Recentemente, São Vicente e Granadinas tem buscado estreitar relações com novos parceiros, entre os quais o Brasil e a Turquia. As divergências sobre a condução da diplomacia da Ilha têm sido marginais desde a independência do país, em 1979.

São Vicente e Granadinas também procura manter-se engajado nos esforços integracionistas da região, sendo membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), da Associação dos Estados do Caribe (AEC) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Com os demais países da OECS, São Vicente e Granadinas compartilha a mesma moeda e a máxima instância judicial (Suprema Corte do Caribe Oriental). O país também é membro da "Commonwealth of Nations" e participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês).

A cooperação com Cuba e Venezuela abarca diferentes áreas, destacando-se a da saúde. A associação com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), iniciada em 2009, tem propiciado a concretização de iniciativas como a instalação de planta de armazenamento de combustíveis, em 2015, e o fornecimento de petróleo em condições favoráveis pela Venezuela, no âmbito do "Petrocaribe".

Iniciativa importante para o Governo atual é a busca de reparações aos países caribenhos pelos crimes históricos cometidos contra as populações indígenas e os africanos trazidos como escravos durante o período colonial. Em 2013, a CARICOM estabeleceu a Comissão de Reparações, a qual pretende demandar Dinamarca, Espanha, França, Reino Unido, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suécia, havendo indicações de que reparações também serão exigidas da Rússia e da Suíça. Não se descarta a possibilidade de recurso à Corte Internacional de Justiça. O principal objetivo é obter, a título de reparações, investimentos em infraestrutura, pagamentos de indenizações, cooperação para o desenvolvimento e custeio de serviços de assistência.

Economia, Comércio e Investimentos

A economia de São Vicente e Granadinas baseia-se fundamentalmente na agricultura de exportação (banana, frutas exóticas, araruta e inhame), no turismo de cruzeiros e nas remessas de emigrados residentes no Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e em outros países caribenhos, que representam mais de um terço da população vicentina. O país tem adotado medidas para diversificar sua base econômica, incentivando, o setor de turismo e obras de infraestrutura, com destaque para o Aeroporto Internacional de Argyle, em construção. A economia local viu-se profundamente afetada pelos efeitos da crise internacional iniciada em 2008.

Após sofrer retração por três anos seguidos, a economia de São Vicente e Granadinas alcançou crescimento de 0,2% em 2011 e de 1,1% em 2012. Em 2013, a economia sustentou expansão de 2,4%; e, em 2014, o PIB do país registrou crescimento de 1,1%, mesmo após adversidades climáticas com forte impacto sobre a infraestrutura e a agricultura.

A tempestade tropical de dezembro de 2013 causou danos avaliados em US\$ 130 milhões, levando à criação de novos impostos e ao recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para financiar a reconstrução do país. Em razão da tempestade, que danificou seriamente duas das três usinas hidrelétricas do país, cerca de 95% da energia consumida em São Vicente tem sido produzida por geradores movidos a óleo diesel. Nas Granadinas, a dependência de geradores a diesel é total.

O comércio exterior corresponde a 59% do PIB e caracteriza-se por déficit na balança comercial (-US\$ 360 milhões em 2012, último ano disponibilizado na base de dados Trademap/UNCTAD). Em 2012, os sete principais destinos das exportações são vizinhos do Caribe anglófono (85% do total exportado), seguidos dos Estados Unidos (3,4%), Suriname (1,8%) e Reino Unido (1,8%). No tocante às importações, os Estados Unidos foram a principal origem (35,6%), seguidos de Trinidad e Tobago (26,8%), Venezuela (5,6%), Reino Unido (4,8%) e China (3,3%).

O estoque da dívida pública foi estimado pelo FMI em 77,6% do PIB e, em 2014, subiu 9,4% em relação ao ano anterior. A maior parte do aumento decorre da utilização de linhas de crédito junto ao FMI, Banco Mundial, Banco da ALBA, Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), "Bank of Nova Scotia" e "Bank of Taiwan" para a reconstrução do país e conclusão do Aeroporto Internacional de Argyle.

Em obras há quase sete anos, o Aeroporto Internacional de Argyle é a principal obra de infraestrutura do país. O projeto tem custo estimado em US\$ 270 milhões, dos quais cerca de US\$ 70 milhões oriundos de doações de governos estrangeiros (México e Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, Áustria, Malásia, Turquia e Irã). O novo aeroporto deverá ter capacidade para receber aviões de grande porte, além de contar com centro comercial e espaço público. Uma vez inaugurado, Argyle poderá ser o novo "hub" para a companhia aérea regional LIAT, atualmente instalada em Barbados.

São Vicente e Granadinas integra a União Monetária do Caribe Oriental (UMCO) e compartilha a mesma moeda dos demais países da OECS, o dólar do Caribe Oriental, com cotação fixa em 2,70 XCD/USD desde 1976. Em 2011, o Conselho Monetário do Banco Central do Caribe Oriental aprovou a criação da "Resolution Trust Company" (RTC), com o objetivo de reestruturar e recapitalizar instituições financeiras em dificuldades.

COMÉRCIO EXTERIOR BILATERAL

De acordo com dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e São Vicente e Granadinas cresceu 10%, passando de US\$ 1,739 milhão, em 2005, para US\$ 1,911 milhão, em 2014. Ainda no que diz respeito a 2014, o intercâmbio registrou forte diminuição de 52% em comparação com os valores do ano de 2013. O decréscimo deveu-se à queda nas vendas brasileiras, uma vez que não houve registro de importações originárias de São Vicente e Granadinas. De acordo com o Trademap/UNCTAD, o Brasil foi a 13ª principal origem das importações vicentinas em 2012, representando 1% das compras daquele país.

O saldo das transações comerciais entre os dois países é tradicionalmente favorável ao lado brasileiro, sendo que no último triênio os superávits registrados foram de US\$ 2,026 milhões (2012); US\$ 4,006 milhões (2013); e US\$ 1,911 milhão (2014). Em 2014, porém, o superávit foi significativamente inferior a 2013. De janeiro a julho de 2015, o comércio bilateral somou US\$ 1,466 milhão, ancorado pelas exportações que aumentaram 59% em relação a igual período do ano anterior. Como não houve registro de importações brasileiras originárias desse mercado no mesmo período, o saldo comercial favorável ao Brasil equivale ao valor das vendas.

Nos últimos dez anos, as exportações brasileiras para São Vicente e Granadinas cresceram 9,9% passando de US\$ 1,739 milhão em 2005, para US\$ 1,911 milhão em 2014. As exportações em 2014 diminuíram 52,3% com relação ao ano anterior em razão da descontinuidade nas vendas de arroz. Entre janeiro e julho

de 2015, as exportações somaram US\$ 1,466 milhão, um aumento de 59,7% em relação a igual período do ano anterior, que foi estimulado pelo crescimento das exportações de leite e laticínios. Os principais grupos de produtos exportados em 2014 foram: i) madeira e suas obras (valor de US\$ 264 mil; 24,8% do total); ii) preparações de carne (US\$ 355 mil; 24,2%); iii) cereais (US\$ 321 mil; 21,9%); iv) produtos cerâmicos (US\$ 284 mil; 19,4%); v) máquinas mecânicas (US\$ 57 mil; 3,9%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos, as importações brasileiras originárias de São Vicente e Granadinas foram marcadas por oscilações, alternando momentos de expansão e retração. Nos últimos dois anos, não houve registro de compras brasileiras procedentes desse mercado. Em 2011, ano do segundo melhor desempenho das importações (valor de US\$ 56 mil), superado apenas por 2007 (valor de US\$ 62 mil), as compras foram de disco por leitura por raio laser e de dispositivos de cristais líquidos (LCD). Entre janeiro e julho de 2015 não houve registro de importações brasileiras originárias do mercado são-vicentino.

OPORTUNIDADES COMERCIAIS

No campo da identificação de nichos de mercado, o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora de São Vicente e Granadinas em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), mapeou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local em 2014, em princípio, foram os seguintes: i) embarcações; ii) artefatos de joalheria; iii) carnes de frango; iv) farelo de soja; v) computadores portáteis; vi) madeira serrada; vii) arroz; viii) automóveis; ix) telefones celulares.

Cronologia Histórica

1498	Povoadas pelos índios caraíbas, as ilhas são avistadas por Cristóvão Colombo.
1627	Primeira reivindicação dos ingleses sob São Vicente.
Séc. XVII	Tentativas de colonização europeia são rechaçadas pelas populações locais, compostas por caraíbas e africanos foragidos de outras ilhas.
1719	Os franceses estabelecem colônia em São Vicente e implantam cultivos de exportação, utilizando-se de mão-de-obra escrava africana.

1763	Tratado de Paris, que pôs fim à Guerra dos Sete Anos, cede São Vicente aos britânicos.
1769-1773	Primeira Guerra Caraíba opõe as populações locais, apoiadas pelos franceses, aos britânicos. Conflito termina com a divisão da ilha de São Vicente entre os britânicos e os locais.
1779	Os franceses ocupam São Vicente, no contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos.
1783	Tratado de Versalhes põe fim à Guerra de Independência dos Estados Unidos e devolve São Vicente ao Reino Unido.
1795-1797	Segunda Guerra Caraíba, deflagrada por coalizão das populações locais apoiada pela França, termina com vitória do Reino Unido.
1797	Os britânicos deportam para Honduras os locais que, na avaliação das forças coloniais, possuíam mais traços africanos (garifunas), deixando aqueles que seriam indígenas.
1833	São Vicente e Granadinas passa a fazer parte da confederação de colônias das Ilhas do Barlavento Britânicas.
1834	Abolição da escravidão.
1840-50	Portugueses da Ilha da Madeira são trazidos como mão-de-obra.
1860-70	Chegada de trabalhadores oriundos das Índias Orientais.
1877	Instalação do governo da Colônia da Coroa Britânica.
1902	Erupção do vulcão La Soufrière destrói comunidade caraíba (2.000 mortes).
1925	Instalação do Conselho Legislativo.
1951	Introdução do sufrágio universal.
1958	São Vicente e Granadinas integra a Federação das Índias Ocidentais, que reunia as colônias britânicas no Caribe.
1962	Dissolução da Federação das Índias Ocidentais; São Vicente e Granadinas volta a ser uma colônia separada do Reino Unido.
1969	Assunção ao nível de Estado Associado ao Reino Unido, com gestão própria sobre os assuntos domésticos.
1974	São Vicente e Granadinas associa-se à Comunidade do Caribe (CARICOM).
1979	Em 27 de outubro, após referendo, é proclamada a independência. Nas primeiras eleições, Milton Cato, do "Saint Vincent Labour Party" (SVLP), é eleito Primeiro-Ministro.
1981	O país associa-se à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

1984	O Primeiro-Ministro Cato convoca eleições antecipadas; o "New Democratic Party" (NDP) vence o pleito e James Fitz-Allen Mitchell assume como Primeiro-Ministro.
1989	O NDP conquista todas as cadeiras nas eleições parlamentares e Mitchell é reeleito.
1994	O Primeiro-Ministro Mitchell é reeleito pela terceira vez.
1998	Apesar de receber mais votos, o "United Labour Party" (ULP), não conquista maioria parlamentar. Mitchell assume seu quarto mandato seguido como Primeiro-Ministro.
2000	Após protestos de rua, Governo e oposição assinam o "Acordo de Grand Beach", patrocinado pela CARICOM. O acordo prevê novas eleições em 2001 e a aposentadoria de Mitchell.
2001	Nas eleições de março, o ULP conquista 12 cadeiras e seu líder, Ralph Gonsalves, assume como Primeiro-Ministro.
2004	Furacão Ivan gera danos estimados em US\$ 40 milhões, sem mortes.
2005	Ralph Gonsalves é reeleito Primeiro-Ministro.
2010	O ULP de Ralph Gonsalves conquista sua terceira vitória consecutiva.
2013	Na véspera de Natal, chuvas tropicais atingem o país, provocando 9 mortes, 3.000 desabrigados e danos de US\$ 135 milhões.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

24/05/1980	Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, cumulativa com a Embaixada em Trinidad e Tobago, pelo Decreto nº 84.734.
10/05/2004	Cumulatividade transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown, pelo Decreto nº 5.073.
2005	Missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
12-13/12/2008	Participação do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.
18/02/2009	Criação da Embaixada residente do Brasil em Kingstown, pelo Decreto 6.776.
26/04/2010	O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves representa seu país na Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília.
25-26/02/2011	O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, participa da 22ª Cúpula da CARICOM, realizada em Granada.

6-7/05/2011	Visita do Primeiro Ministro Ralph Gonsalves a São Paulo, acompanhado de delegação de empresários.
--------------------	---

ACORDOS Bilaterais

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
<u>Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas</u>	26/04/2010	Em Tramitação (Ministérios/Casa Civil)	n/a
<u>Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas</u>	26/04/2010	Em Tramitação (Congresso Nacional)	n/a
<u>Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas</u>	26/04/2010	Em Tramitação no (Congresso Nacional)	n/a

Dados Econômicos-Comerciais

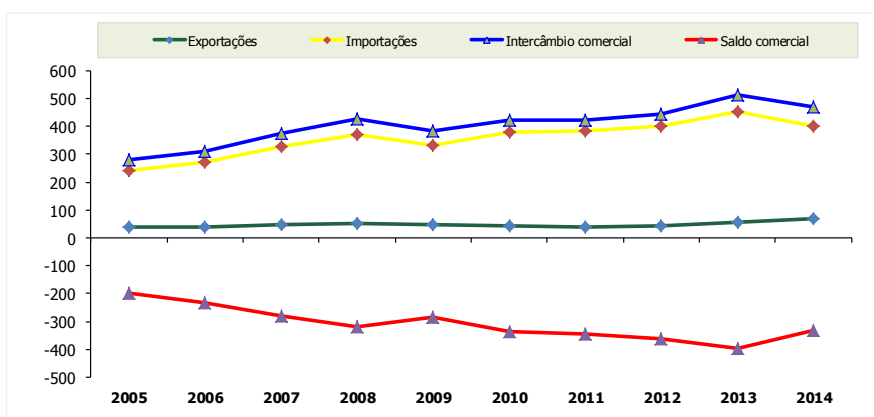
Evolução do Comércio Exterior de São Vicente e Granadinas⁽¹⁾ US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	39,9	8,9%	240,3	6,7%	280,2	7,0%	-200,4
2006	38,1	-4,4%	271,3	12,9%	309,4	10,4%	-233,2
2007	47,7	25,2%	326,7	20,4%	374,4	21,0%	-279,0
2008	52,2	9,4%	373,2	14,2%	425,4	13,6%	-321,0
2009	49,1	-6,0%	333,5	-10,6%	382,6	-10,1%	-284,4
2010	41,5	-15,4%	379,5	13,8%	421,0	10,1%	-338,0
2011	38,4	-3,6%	383,5	59,6%	421,9	50,6%	-345,0
2012	43,0	12,0%	403,2	5,2%	446,3	5,8%	-360,2
2013 ⁽¹⁾	57,3	33,2%	454,4	12,7%	511,7	14,7%	-397,0
2014 ⁽¹⁾	70,7	23,4%	401,7	-11,6%	472,5	-7,7%	-331,0
Var. % 2005-2014	77,3%	--	67,2%	--	68,6%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) Dados preliminares.

(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



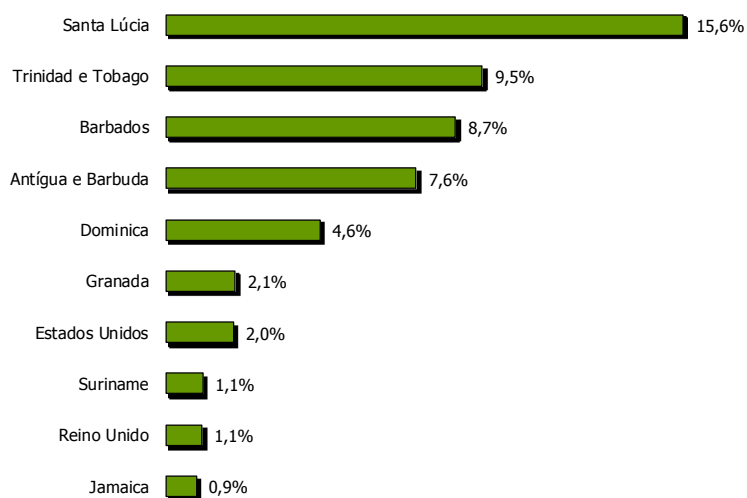
Direção das Exportações de São Vicente e Granadinas
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
Santa Lúcia	11,0	15,6%
Trinidad e Tobago	6,8	9,5%
Barbados	6,2	8,7%
Antígua e Barbuda	5,3	7,6%
Dominica	3,3	4,6%
Granada	1,5	2,1%
Estados Unidos	1,4	2,0%
Suriname	0,8	1,1%
Reino Unido	0,8	1,1%
Jamaica	0,7	0,9%
...		
Brasil (32ª posição)	0,02	0,0%
Subtotal	37,7	53,4%
Outros países	33,0	46,6%
Total	70,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



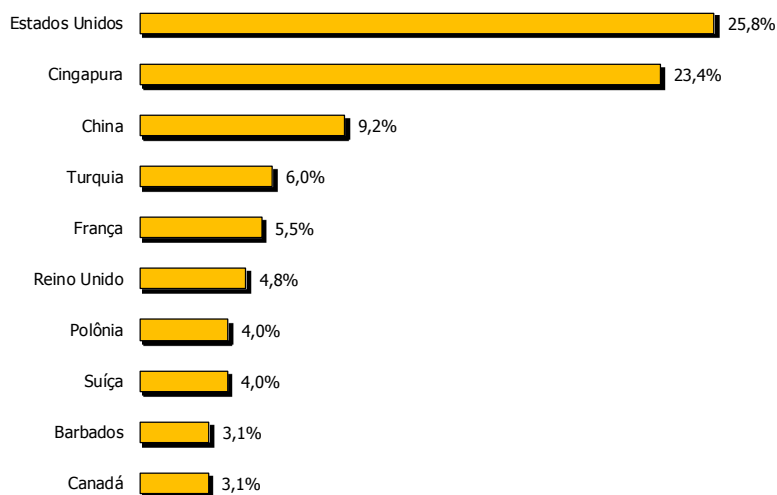
Origem das Importações de São Vicente e Granadinas
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Estados Unidos	104	25,8%
Cingapura	94	23,4%
China	37	9,2%
Turquia	24	6,0%
França	22	5,5%
Reino Unido	19	4,8%
Polônia	16	4,0%
Suíça	16	4,0%
Barbados	13	3,1%
Canadá	12	3,1%
...		
Brasil (16ª posição)	2	0,5%
Subtotal	359	89,3%
Outros países	43	10,7%
Total	402	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



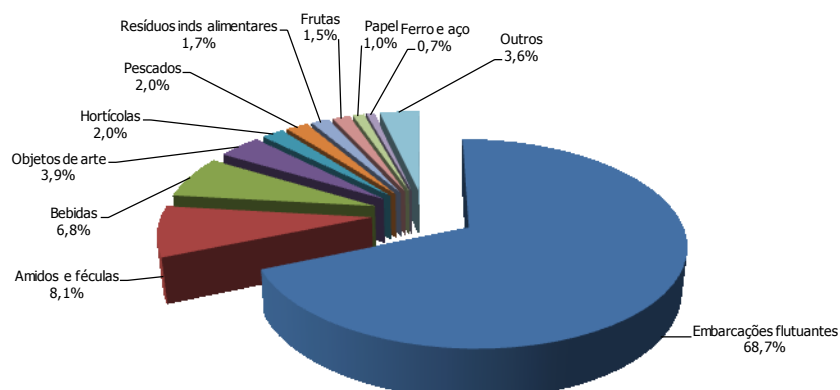
Composição das exportações de São Vicente e Granadinas
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações flutuantes	48,60	68,7%
Amidos e féculas	5,72	8,1%
Bebidas	4,80	6,8%
Objetos de arte	2,77	3,9%
Hortícolas	1,42	2,0%
Pescados	1,40	2,0%
Resíduos inds alimentares	1,17	1,7%
Frutas	1,09	1,5%
Papel	0,73	1,0%
Ferro e aço	0,50	0,7%
Subtotal	68,20	96,4%
Outros	2,52	3,6%
Total	70,72	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



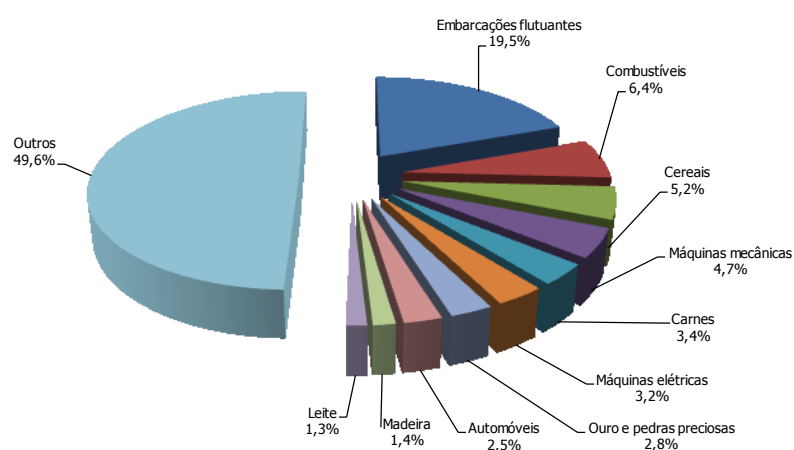
Composição das importações de São Vicente e Granadinas
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações flutuantes	78	19,5%
Combustíveis	26	6,4%
Cereais	21	5,2%
Máquinas mecânicas	19	4,7%
Carnes	14	3,4%
Máquinas elétricas	13	3,2%
Ouro e pedras preciosas	11	2,8%
Automóveis	10	2,5%
Madeira	6	1,4%
Leite	5	1,3%
Subtotal	202	50,4%
Outros	199	49,6%
Total	402	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - São Vicente e Granadinas
US\$ mil, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.739	1,7%	0,00%	0,1	11,1%	0,00%	1.739	1,7%	0,00%	1.739
2006	2.500	43,8%	0,00%	0,6	391,7%	0,00%	2.501	43,8%	0,00%	2.499
2007	2.801	12,0%	0,00%	62,0	(+)	0,00%	2.863	14,5%	0,00%	2.739
2008	2.493	-11,0%	0,00%	43,0	-30,6%	0,00%	2.536	-11,4%	0,00%	2.450
2009	2.421	-2,9%	0,00%	18,4	-57,4%	0,00%	2.439	-3,8%	0,00%	2.403
2010	1.631	-32,6%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	1.631	-33,1%	0,00%	1.631
2011	2.368	45,2%	0,00%	55,7	n.a.	0,00%	2.424	48,6%	0,00%	2.313
2012	2.032	-14,2%	0,00%	6,0	-89,3%	0,00%	2.038	-15,9%	0,00%	2.026
2013	4.006	97,2%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	4.006	96,6%	0,00%	4.006
2014	1.911	-52,3%	0,00%	0,0	n.a.	0,00%	1.911	-52,3%	0,00%	1.911
2015 (jan-jul)	1.466	59,7%	0,00%	0,034	(n.a.)	0,00%	1.466	59,7%	0,00%	1.466
Var. % 2005-2014	9,9%	--	--	-100,0%	--	--	9,9%	--	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Setembro de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.



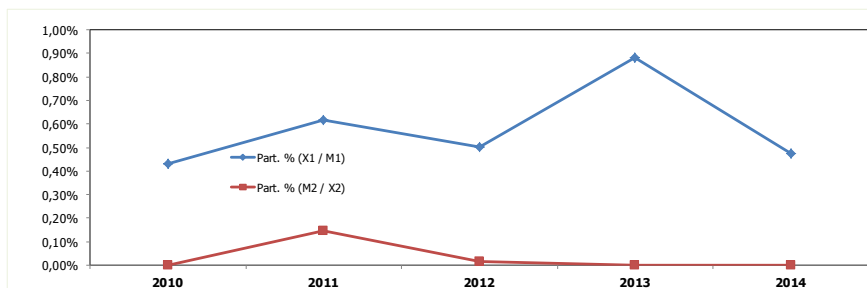
Part. % do Brasil no Comércio de São Vicente e Granadinas⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para S. Vicente e Granadinas (X1)	1.631	2.368	2.032	4.006	1.911	17,1%
Importações totais de S. Vicente e Granadinas (M1)	379.498	383.477	403.242	454.357	401.732	5,9%
Part. % (X1 / M1)	0,43%	0,62%	0,50%	0,88%	0,48%	10,6%
Importações do Brasil originárias de S. Vicente e Granadinas (M2)	0,0	55,7	6,0	0,0	0,0	n.a.
Exportações totais de S. Vicente e Granadinas (X2)	41.516	38.432	43.042	57.329	70.721	70,3%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,15%	0,01%	0,00%	0,00%	n.a.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

(n.a.) Critério não aplicável.

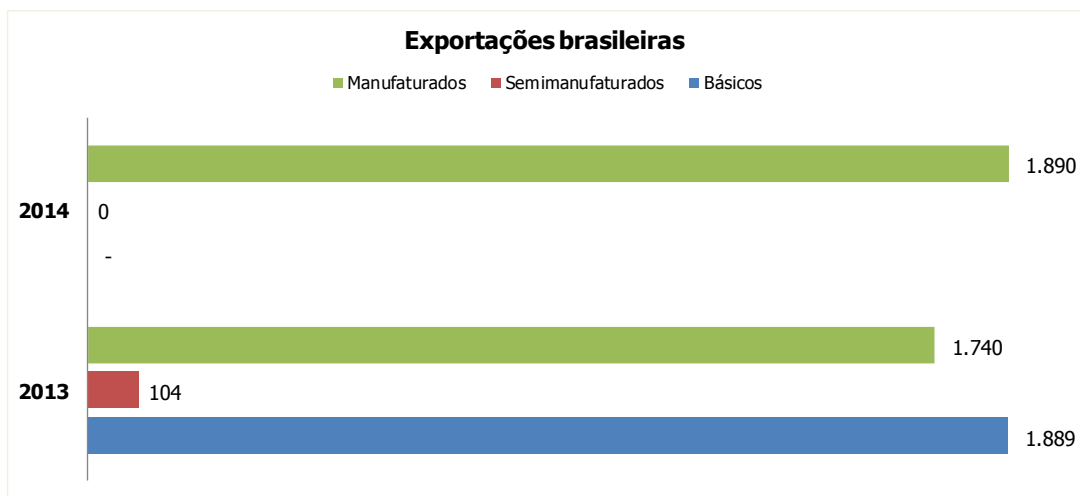
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



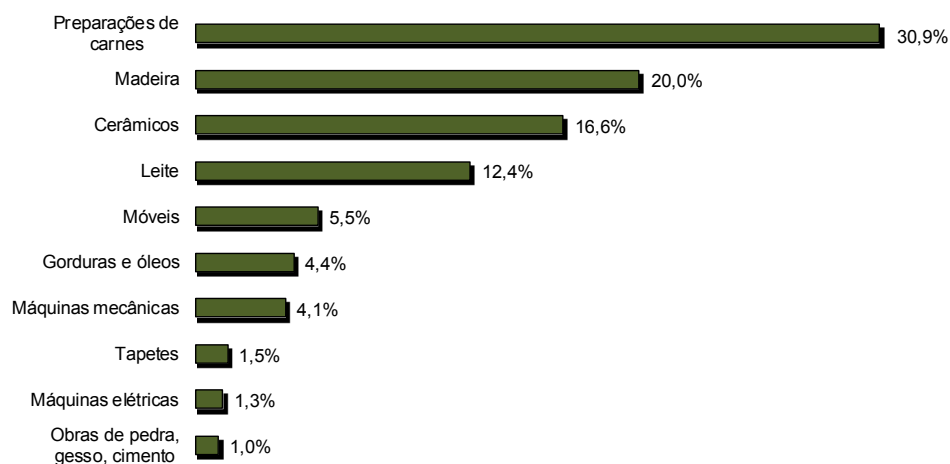
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Composição das exportações brasileiras para São Vicente e Granadinas
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Preparações de carnes	622	30,6%	334	8,3%	591	30,9%
Madeira	156	7,7%	402	10,0%	383	20,0%
Cerâmicos	506	24,9%	442	11,0%	317	16,6%
Leite	0	0,0%	0	0,0%	237	12,4%
Móveis	0	0,0%	0	0,0%	106	5,5%
Gorduras e óleos	109	5,4%	92	2,3%	85	4,4%
Máquinas mecânicas	1	0,0%	59	1,5%	78	4,1%
Tapetes	0	0,0%	0	0,0%	28	1,5%
Máquinas elétricas	23	1,1%	406	10,1%	24	1,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	0	0,0%	26	0,6%	20	1,0%
Subtotal	1.417	69,7%	1.761	44,0%	1.869	97,8%
Outros produtos	615	30,3%	2.245	56,0%	42	2,2%
Total	2.032	100,0%	4.006	100,0%	1.911	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

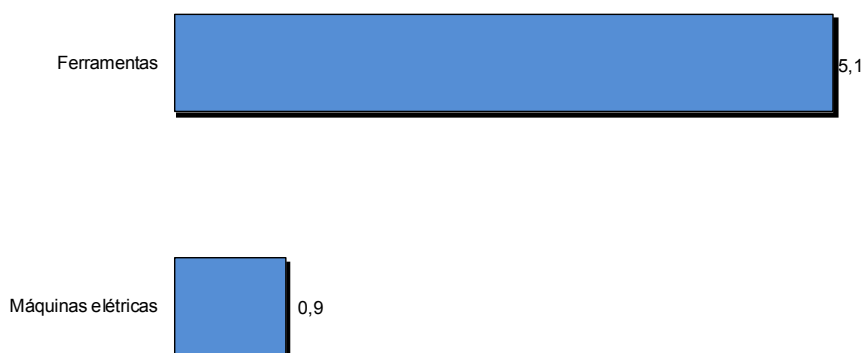


Composição das importações brasileiras originárias de São Vicente e Granadinas
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferramentas	5,1	85,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Máquinas elétricas	0,9	14,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	6,0	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	6,0	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2012

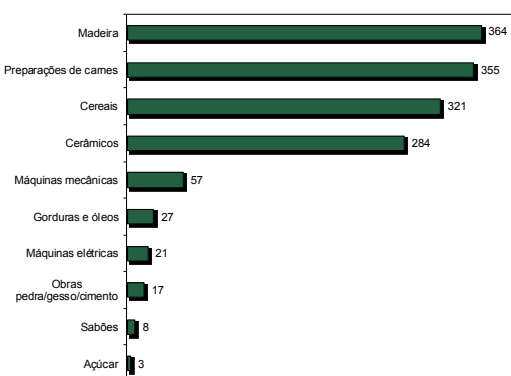


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-jul)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-jul)	Part. % no total
Exportações				
Madeira	123	13,4%	364	24,8%
Preparações de carnes	217	23,6%	355	24,2%
Cereais	0	0,0%	321	21,9%
Cerâmicos	164	17,9%	284	19,4%
Máquinas mecânicas	37	4,0%	57	3,9%
Gorduras e óleos	57	6,2%	27	1,8%
Máquinas elétricas	24	2,6%	21	1,4%
Obras pedra/gesso/cimento	20	2,2%	17	1,2%
Sabões	11	1,2%	8	0,5%
Açúcar	0	0,0%	3	0,2%
Subtotal	653	71,1%	1.457	99,4%
Outros produtos	265	28,9%	9	0,6%
Total	918	100,0%	1.466	100,0%

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015



Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Obras de ferro ou aço	0,000	0,0%	0,034	100,0%
Subtotal	0,000	0,0%	0,034	100,0%
Outros produtos	0,000	0,0%	0,000	0,0%
Total	0,000	0,0%	0,034	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Aviso nº 483 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

1ª PARTE - SABATINA

3

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 75, de 2015 (Mensagem nº 422, de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Marrocos.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº75, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Humberto de Brito Cruz, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil no Reino de Marrocos.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de José Armênio Cruz e de Helena de Brito Cruz, o Sr. José Humberto de Brito Cruz nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 17 de janeiro de 1958.

Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo em 1983, tendo obtido o título de Doutor em Filosofia Política pela mesma instituição em 2004. Em 1984, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD – IRBr). Foi nomeado Terceiro Secretário, em 1985, e, subsequentemente, promovido a Segundo Secretário, em 1989; a Primeiro Secretário, em 1997; a Conselheiro, em 2003; a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2012.

Dentre as funções que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: assessor da Divisão das Nações Unidas, de 1986 a 1989; Secretário de Planejamento Diplomático, de 2011 a 2013, e a partir de 2013 até o momento presente, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão. Ocupou também a função de assessor na Assessoria Especial da Presidência da República, de 1997 a 2003.

No exterior, atuou na Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1990 a 1994, na Embaixada em Caracas, de 1994 a 1997, na Embaixada em Paris, de 2003 a 2006 e na Delegação junto à ALADI e ao MERCOSUL, em Montevideu, de 2006 a 2011.

Em 2006 defendeu a tese “Cidadania e Integração: o Problema do Déficit Democrático na Construção da União Europeia”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco - CAE.

Recebeu o Prêmio Rio Branco, do Instituto Rio Branco, Medalha Vermeil, em 1985; a Medalha Santos Dumont, Brasil, em 1996; e a Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Oficial, em 1999.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Reino do Marrocos conta com população de 33 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de US\$ 109,2 bilhões, sendo governado pelo Rei Mohammed VI desde 1999, em uma monarquia constitucional.

O relacionamento Brasil-Marrocos encontra-se aquém de seu amplo potencial. Desde a ascensão do atual Rei Mohammed VI ao trono, em 1999, foram realizados de ambas as partes movimentos de aproximação e de aprofundamento do diálogo bilateral. O Marrocos deseja promover maior abertura e diversificação de suas relações como forma de reduzir sua dependência de potências ocidentais e de conferir maior legitimidade à sua atuação externa perante a população. No que é considerado como um dos marcos da nova orientação da política externa marroquina, o Rei Mohammed VI realizou, em novembro de 2004, périplo pela América Latina, que incluiu o Brasil. Na ocasião, foram assinados o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, visando o estabelecimento de uma área de livre comércio, que, no entanto, não avançou.

No âmbito bilateral, o Marrocos firmou com o Brasil o Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e o Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo. Em julho de 2013, a então Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy, chefiou a delegação brasileira – e assinou, em nome do Brasil – o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar as limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual. Ainda em 2013, foi firmado Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre Brasil e Marrocos. Em dezembro daquele ano, realizou-se missão empresarial brasileira ao Marrocos.

O Fórum de Negócios Brasil-Marrocos contou com a participação de 45 empresas marroquinas, além das nove empresas brasileiras que integraram a missão. Um ano mais tarde, em novembro de 2014, o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) realizou missão empresarial ao Marrocos, na companhia do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) e do então Governador de Goiás, Marconi Perillo. Na ocasião, o grupo manteve contatos com empresas locais, bem como com Ministros marroquinos dos Transportes, do Turismo, da Agricultura e da Indústria. Em julho último, o Ministro dos Transportes e Logística do Marrocos realizou visita a Brasília e a São Paulo, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Transportes brasileiro.

A parte marroquina mostrou-se interessada na experiência brasileira de cooperação com o setor privado na área de ferrovias, bem como na experiência com as concessões no setor rodoviário. O Ministro marroquino sugeriu a criação de um centro conjunto para treinamento e capacitação de técnicos do Governo local na área de planejamento, supervisão e regulação do setor de transportes. Propôs, ainda, aumentar para quatro o número de voos semanais entre Casablanca e São Paulo, operados pela Royal Air Maroc.

Na esfera da política, o diálogo bilateral é sólido e marcado por frequente troca de votos e apoios mútuos a candidaturas a cargos em organizações multilaterais. Nesse contexto, o Marrocos vem declarando apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 2008. Na área agrícola, foi assinado em 2011 Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura familiar e desenvolvimento rural, bem como acordo de cooperação e parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e instituição marroquina homóloga, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas.

No tocante ao comércio bilateral, em 2014 o Brasil foi o terceiro parceiro comercial do Marrocos, atrás de França e Espanha. Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e Marrocos cresceu 151%, evoluindo de US\$ 725,6 milhões para US\$ 1,818 bilhão. Em 2014 a balança comercial entre os dois países apresentou déficit para o Brasil de US\$ 681 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado marroquino em 2014 foram açúcar, aviões e helicópteros, milho em grão, soja em grão e produtos semimanufaturados de ferro/aço. O Brasil importa do Marrocos principalmente adubos e fertilizantes.

O Marrocos vem-se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros no exterior, sendo alvo de investimentos da Bunge fertilizantes da Neobus, da Randon, da Santista e do Grupo Votorantim, maior investidor brasileiro no Marrocos. O Grupo OCP (*Office Chérifien des Phosphates*) Escritório Xerifino dos Fosfatos, é o maior conglomerado industrial do Marrocos e maior exportador de fosfato no mundo. O Brasil é hoje um dos quatro maiores importadores mundiais de insumos para fertilizantes. Em 2012 a OCP anunciou a aquisição de 50% do complexo industrial-portuário de Rio Grande, da empresa norueguesa Yara Internacional. A empresa passará a contar com unidade de produção e estocagem no Brasil, o que lhe permitirá incrementar a oferta de fertilizantes no Brasil e em outros mercados da América Latina.

A Embaixada do Brasil em Rabat estimou em 209 o número de brasileiros residentes no Marrocos.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO REINO DO MARROCOS
EMBAIXADOR FREDERICO S. DUQUE ESTRADA MEYER

REALIZAÇÕES

Visitas bilaterais

- 05.09.2011: Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota. O Ministro de Estado encontrou-se com a contraparte marroquina à época, Senhor Taieb Fassi Fihri, com quem discutiu a corrente de comércio, a situação regional, no contexto da Primavera Árabe, e as reformas em curso no Marrocos.

- 10.02.2012: Visita do Embaixador Celso Amorim, na função de Ministro da Defesa, em que se reuniu com suas contrapartes marroquinas, os Senhores Abdellatif Loudiyi e Taieb Fassi Fihri, respectivamente, das pastas da Administração da Defesa e do Exterior. Propôs-se Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, em estágio avançado de negociação.

-18-19.09.2013: Visita do então Ministro dos Assuntos Estrangeiros e da Cooperação (MAEC), Senhor Saad Eddine El Othmani, que foi recebido pelo Vice-Presidente da República, Senhor Michel Temer, além de avistar-se com o ex-Ministro Luis Alberto de Figueiredo Machado e de visitar o Senado Federal, o MDIC e o Instituto Rio Branco. Em São Paulo, Othmani participou de evento organizado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira. Foi firmado o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos. A visita marcou o político marroquino, com quem o Chefe do Posto continuou em contato frequente, mesmo após ter deixado o cargo, em outubro de 2013.

- 03-04.12.2013: O Senhor Ricardo Schaefer, à época Secretário Executivo do MDIC, liderou missão empresarial brasileira e abriu o Fórum de Negócios Brasil Marrocos, que, com o apoio da APEX, da Embaixada e da Confederação Geral das Empresas do Marrocos, gerou US\$ 4,8 milhões em negócios e expectativas de vendas. O

SE/MDIC encontrou-se com seus homólogos no MAEC, Ministério da Indústria, do Comércio e do Investimento, Ministério das Cidades e da Habitação e Ministério Encarregado da Administração da Defesa. O encontro com autoridades militares, de que participou o General Aderico Mattioli, evidenciou os potenciais de cooperação e intercâmbio comercial no setor.

- 27-30.11.2014: A Senhora Ideli Salvatti, então Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, chefou a delegação brasileira ao II Fórum Mundial de Direitos Humanos, realizado em Marraquexe (o primeiro evento ocorreu no Brasil, em dezembro de 2013). Paralelamente, a Ministra avistou-se com o Senhor Driss El Yazami, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, e com o Senhor Mahjoub El Hiba, Delegado Interministerial para os Direitos Humanos.

- 28-31.07.2015: Visita ao Brasil do Senhor Aziz Rabbah, Ministro do Equipamento, dos Transportes e da Logística, acompanhado de diversos diretores de sua pasta e de representantes da Royal Air Maroc. A delegação reuniu-se com o Senhor Antonio Carlos Rodrigues, Ministro dos Transportes, o Senhor Guilherme Ramalho, Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil e o Senhor Josias Sampaio Cavalcante Junior, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística. O Ministro Rabbah, ademais, encontrou-se com representantes de grupos empresariais brasileiros e da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base e da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Acordos

- Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, firmado por ocasião da visita do Ministro El Othmani ao Brasil (acima).

- Como resultado da I Comissão Mista de Alto Nível (2008, Rabat), entre os dois países, ainda se discutem os Tratados sobre transferência de pessoas condenadas e sujeitas a regimes especiais e sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal.

- Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa. Em fase final de negociação, proposto pelo Brasil na visita ao Marrocos do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

- Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, proposto pelo Brasil, em maio de 2014, em visita de delegação chefiada pelo Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, então Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, que contou ainda com representantes do MDIC, CAMEX e Ministério da Fazenda.

- Acordo para Evitar a Dupla Tributação, proposto pela parte marroquina em agosto de 2014, sob análise da Receita Federal do Brasil.

- Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança, proposto pela parte marroquina em outubro de 2014, sob análise brasileira.

Adidância de defesa

Concessão de beneplácito a adido de defesa junto à Embaixada em Rabat, com residência em Madri, que se tornou operacional a partir de primeiro de julho de 2014.

Comércio

- Incorporação pela RAM, por meio de leasing, em julho de 2014, de quatro aeronaves E190 EMBRAER para utilização em sua frota permanente. Abrem-se perspectivas excelentes em futuras licitações. Crescente mercado também no setor de aviação executiva. A empresa de jatos executivos Dalia Air opera exclusivamente com aviões Embraer.

- Missão empresarial do grupo LIDE (20-23 de novembro de 2014): composta por mais de 30 empresários de diversos setores da produção industrial e da área de serviços do Brasil, contou com a presença do saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira e do Governador de Goiás, Marconi Perillo, além dos ex-Ministros Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan. O seminário empresarial Brasil-Marrocos, organizado pelo grupo LIDE, com apoio da Embaixada, envolveu numerosas figuras públicas marroquinas e

empresas privadas de relevo, como os Ministros do Equipamento, Transporte e Logística; Turismo; Agricultura e Pesca Marítima; Indústria, Comércio e Economia Digital; como os Presidentes da Confederação Geral das Empresas do Marrocos e da RAM, bem como o CEO da "Casablanca Finance City". Foram também assinados instrumentos de cooperação entre as instituições e empresas presentes no encontro.

- Comércio bilateral: Embora tenha mantido tendência deficitária, a balança comercial brasileira com o Marrocos apresentou, em 2014, ligeira melhora em relação ao ano anterior. O déficit foi reduzido de USD 745 milhões em 2013 contra USD 681 milhões em 2014, em razão da queda mais significativa, em valores absolutos, das importações brasileiras em relação às exportações ao Marrocos. A queda do volume de comércio foi da ordem de USD 305 milhões. A diminuição das exportações se deve, em parte, à melhoria marroquina em produção açucareira, nosso principal produto de exportação ao Marrocos. Houve redução de 44% na exportação de açúcares de cana e de 40,5% na de milho em grãos. Em que pese isso, vale notar expressivo aumento da exportação de produtos manufaturados, que tem compensado parcialmente a queda em produtos semimanufaturados e em produtos de base. Os manufaturados progrediram 342%, passando de USD 39 milhões em 2013 para USD 174 milhões em 2014. As vendas de máquinas pesadas, como escavadeiras e niveladoras, obtiveram resultados especialmente promissores.

- Tendo presente a importância do mercado marroquino no contexto africano e o potencial de diversificação da pauta de trocas bilaterais, o Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, autorizou a criação do Setor Comercial da Embaixada, com a contratação de Assistente Técnico, especializado em comércio, tendo funções exclusivas de promoção comercial. O SECOM tornou-se operacional em agosto de 2015.

Serviços - voos /RAM

Lançamento, em dezembro de 2013, da linha direta entre Casablanca e São Paulo, pela Royal Air Maroc.

Acompanhamento político interno e regional

- Primavera árabe: Rabat é importante Posto de observação de acontecimentos no norte da África e no mundo árabe em geral. Os protestos de 2011 levaram a reformas constitucionais e abriram caminho para a ascensão política de partido de "referência islâmica". O Posto acompanha os protestos sociais, os movimentos da sociedade civil, a trajetória institucional, a evolução dos partidos políticos e a repercussão dos fatos políticos na vida econômica.

- Reforma constitucional: Com o novo documento constitucional, fica previsto que o Chefe do Governo deverá pertencer ao partido mais votado nas eleições para a Câmara dos Representantes. A Embaixada observa o funcionamento do sistema político e as relações entre os diversos atores institucionais.

- Saara Ocidental. Mantém-se a observação do assunto, central para a sociedade e do Governo marroquinos, e suas repercussões regionais.

- Marrocos-África. Nota-se gradual e consistente aproximação do Marrocos com países africanos nos quais se têm intensificado os investimentos e interesses econômico-financeiros marroquinos.

- Terrorismo. O flagelo do extremismo violento tem sido combatido pelas autoridades marroquinas e as forças de segurança e de inteligência locais têm mantido estreita coordenação com suas congêneres regionais e ocidentais. O Posto observa o desenvolvimento dos mecanismos de prevenção do fenômeno terrorista, as reformas sociais e religiosas afins e as medidas coercitivas de combate aos grupos armados que buscam infiltrar-se no Reino.

Setor Cultural

- Concerto de violino (Erzhan Kulibaev) e piano (Hanna Holeksa), com repertório de música clássica brasileira.

- Salão Internacional da Edição e do Livro de Casablanca: participação em estande comum da América Latina e do Caribe.

- Comemorações do Dia da Língua Portuguesa: evento que contou com palestras, degustações e apresentações de música e de dança, organizado pela Embaixada do Brasil e pelas missões diplomáticas de Angola e Portugal.

Apoio a eventos internacionais e multilaterais

- 17-28.06.2013: Conferência da Organização Mundial da Propriedade Intelectual que concluiu "Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para Ter Acesso ao Texto Impresso", cuja delegação brasileira foi chefiada pela Senhora Marta Suplicy, então Ministra da Cultura.

- 28-29.10.2014: IV Conferência Regional de Revisão da Declaração de Genebra sobre Conflitos Armados e Desenvolvimento (Norte da África e Oriente Médio). A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Frederico S. Duque Estrada Meyer.

- 20-30.11.2014: II Fórum Mundial de Direitos Humanos (o primeiro fora realizado em Brasília, em dezembro de 2013). A Embaixada participou de diversos eventos preparatórios e deu assistência aos delegados brasileiros e à Senhora Ideli Salvatti, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Embaixada manteve a Secretaria de Estado de Relações Exteriores e a SDH/PR constantemente informadas sobre os preparativos, as diferentes expectativas locais e os desdobramentos do evento.

Assistência a brasileiros

- Campeonato Mundial Interclubes - em Marraquexe. A Embaixada designou funcionário consular para prestar esclarecimentos e assistência aos brasileiros que se deslocaram àquela cidade para acompanhar os jogos do clube Atlético Mineiro.

DIFICULDADES

Em que pese a simpatia que o povo marroquino nutre pelo Brasil e pelos brasileiros, há certa desinformação sobre o Brasil, sua história e suas potencialidades. O universo cultural local tende a voltar-se para o mundo árabe, especialmente em assuntos de religião (mas também, crescentemente, nos negócios) e para a Europa, sobretudo para a França e a Espanha. Tal condição se reflete no escopo dos acordos internacionais de cooperação firmados pelo Marrocos, em suas recepções artísticas, acadêmicas e culturais, bem como em seus parceiros econômicos preferenciais.

Em parte, em função de tal mirada cultural, mas, igualmente, em razão da peculiaridade monárquica e da autocompreensão marroquina, não sem certo orgulho enquanto polo espiritual no norte da África, diversas Embaixadas residentes, assim como a brasileira, lamentam as dificuldades que têm em obter acesso direto aos tomadores de decisão.

Tendo em conta a tradição burocrática francesa e sua recepção cherifiana, vale destacar a lentidão dos trâmites formais perante as autoridades marroquinas de variados níveis.

Outro fenômeno que tem sido objeto da atenção da Embaixada é o tráfico de entorpecentes, observado no voo Casablanca-São Paulo da Royal Air Maroc. Desde a abertura do voo, em dezembro de 2003, já se registraram dezenas de apreensões. Em geral, os carregadores das drogas são originários de países africanos. Um brasileiro está preso, cumprindo pena por ter realizado tráfico nessa linha aérea (outro nacional cumpre pena por tráfico de entorpecentes em outras circunstâncias). A companhia marroquina, nos últimos 12 meses, implementou medidas de segurança severas, que têm logrado reduzir a intensidade do fluxo de substâncias ilícitas.

SUGESTÕES

Tendo presente a importância do contato direto, da geração de confiança entre as partes, além das dificuldades expostas, a consecução dos objetivos brasileiros no Marrocos teria enorme benefício caso fossem incrementadas as visitas bilaterais de alto nível. Note-se o caráter protocolar de certos agentes públicos, que tendem a interagir tão-somente com suas contrapartes brasileiras. Cabe agregar que tais laços pessoais são

especialmente apreciados neste regime monárquico, o que poderá fazer diferença real em futuras negociações ou projetos de cooperação.

Dados os altos custos para a importação de alguns produtos no Marrocos, em cujos mercados o Brasil tem alta competitividade, como os de aves e carnes, seria conveniente realizar estudos de compensação mútua, para que tais tarifas pudessem ser reduzidas, com eventuais contrapartidas brasileiras. Ressalte-se que um acordo mais abrangente de livre comércio, no momento, não encontraria acolhida do lado marroquino, independentemente da posição brasileira no seio do MERCOSUL, em razão da "pausa para avaliação" por que passa o Marrocos, no que concerne a tais instrumentos.

A despeito da excelente atuação da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, com sede em São Paulo, não há organismo equivalente do lado marroquino. Seriam louváveis estudos sobre a viabilidade de incentivo brasileiro, a título nacional ou no âmbito do MERCOSUL, para a criação de mecanismo semelhante em Casablanca ou Rabat.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 75, de 2015
(Nº 422/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Os méritos do Senhor José Humberto de Brito Cruz que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00459/2015 MRE

Brasília, 5 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ

CPF.: 342.835.441-91

ID.: 9049488 SSP-SP

1958 Filho de José Armênio Cruz e Helena de Brito Cruz, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro / RJ

Dados Acadêmicos:

1983	Filosofia pela Universidade de São Paulo
1984	CPCD - IRBr
1987	Programa de Estudos Diplomáticos, Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, Genebra
1993	CAD – IRBr
2004	Doutor em Filosofia Política pela Universidade de São Paulo
2006	CAE – IRBr, Cidadania e Integração: o Problema do 'Déficit Democrático' na Construção da União Europeia

Cargos:

1985	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1997	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2006	Ministro de Segunda Classe
2012	Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-89	Divisão das Nações Unidas, assessor
1989	Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente, assessor
1990-94	Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1994-97	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1997-2003	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
1999-2002	Instituto Rio Branco, Professor de Teoria das Relações Internacionais
2003-06	Embaixada em Paris, Conselheiro
2006-11	Delegação junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevideu, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-13	Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2013-	Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Condecorações:

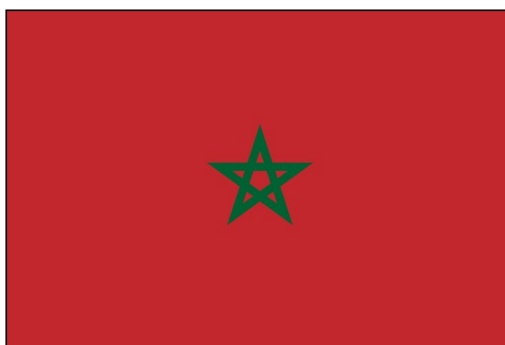
1985	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha Vermeil
1996	Medalha Santos Dumont, Brasil
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

PAULA ALVES DE SOUZA

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MARROCOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2015

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	Reino do Marrocos
CAPITAL:	Rabat
ÁREA:	446.550 km ²
POPULAÇÃO:	33 milhões
IDIOMAS OFICIAIS:	Árabe e amazigue (berbere)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmana sunita (mais de 99%), minorias judias e cristãs
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO	Rei Mohammed VI (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane (desde nov/2011)
CHANCELER	Salaheddine Mezouar (desde out/2013)
PIB NOMINAL (2014):	US\$ 109,2 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA-PPP) (2014):	US\$ 252,37 bilhões
PIB PER CAPITA (2014)	US\$ 3.291
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (FMI, 2014)	US\$ 7.606
VARIAÇÃO DO PIB:	2,9% (2014); 4,4% (2013); 2,7% (2012); 5% (2011); 3,6% (2010); 4,8% (2009); 5,6% (2008); 2,7% (2007)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):	0,617 (129º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA:	70,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	67,1% (ONU, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	9,2% (Banco Mundial, 2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	<i>Dirham</i> marroquino
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Larbi Moukhariq
COMUNIDADE BRASILEIRA:	209

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil-Marrocos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (jan-ago)
Intercâmbio	970,46	1655,25	877,09	1368,90	2007,01	2153,57	2123	1818	776
Exportações	438,07	511,10	538,01	703,98	811,21	872,31	689	568	273
Importações	532,39	1144,01	339,07	664,91	1195,80	1281,26	1434	1249	503
Saldo	-94,31	-632,90	198,93	39,06	-384,59	-408,95	-745	-681	-230

Perfis Biográficos

Mohammed VI

Rei do Marrocos



Filho de Hassan II, Mohammed VI nasceu em 21 de agosto de 1963, em Rabat, capital do Marrocos.

Com quatro anos, seu pai matriculou-o na escola corânica do Palácio Real. Em 1973, o então Príncipe Sidi Mohammed obteve o diploma de estudos primários e terminou os secundários no Colégio Real, em 1981. Graduiu-se pela Universidade Mohammed V, em 1985, em Direito, e em Ciências Políticas em 1987. Em 1993, obteve o Doutorado em Direito pela Universidade Nice-Antipolis, França. Desde 2000, detém título de doutor *honoris causa* pela Universidade George Washington, EUA.

Em 1985, foi nomeado General de Brigada do Exército. Em 1994, foi promovido a General de Divisão do Exército marroquino.

Desde jovem, viu-se encarregado de representar seu pai em diversas funções e desempenhar missões do Estado marroquino. Em 1983, chefiou a delegação marroquina à Conferência de Cúpula dos Não Alinhados, em Nova Déli, na Índia.

Com a morte de Hassan II, em 26 de julho de 1999, foi declarado Rei do Marrocos e, sob o título de Mohammed VI, entronado em 30 de julho de 1999, aos 36 anos de idade.

Abdelilah Benkirane

Primeiro-Ministro



Abdelilah Benkirane nasceu em Rabat, em 2 de abril de 1954. Formou-se em Física pela Universidade Mohammed V, em 1979.

Eleito para a Câmara dos Representantes pela primeira vez em 1997, participou da fundação do Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD) no ano seguinte. Em 2008, assumiu a liderança do PJD, tendo sido eleito para o cargo de Secretário-Geral da agremiação. Cumpre atualmente quarto mandato eletivo. Em 29 de novembro de 2011, com a vitória do seu partido nas primeiras eleições legislativas realizadas após a adoção da nova Constituição, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Rei Mohammed VI, sucedendo a Abbas el-Fassi, do partido "Istiqlal".

Benkirane é conhecido por advogar posições conservadoras em temas relacionados à família e ao papel reservado às mulheres nas sociedades islâmicas.

SALAHEDDINE MEZOUAR
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação



Nascido em 11 de dezembro de 1953 em Mequinez (*Meknès*), 150 quilômetros a oeste de Rabat, Salaheddine Mezouar é formado em Administração de Empresas pela INSEAD (Fontainebleau, França). Obteve ainda diploma do Ciclo Superior de Gestão do ISCAE de Casablanca; Diploma de Estudos Aprofundados pela Universidade de Ciências Sociais de Grenoble (França); e mestrado em Ciências Econômicas (Economia do Desenvolvimento) pela mesma universidade.

Ex-Vice-Presidente do Raja Club Athletic, de Casablanca, Mezouar já fez carreira esportiva como capitão da seleção de basquete.

Entre 1986 e 1991, exerceu a função de Chefe de Divisão e de Encarregado de Missão no Escritório de Exploração dos Portos (ODEP), tendo em seguida ocupado o posto de Administrador-Diretor-Geral de uma empresa privada no setor têxtil; foi Presidente da Associação Marroquina das Indústrias Têxteis e do Vestuário (AMITH) e Presidente da Federação de Têxteis e Couros, integrante da Confederação Geral das Empresas do Marrocos (CGEM). Em 2004, foi nomeado Ministro da Indústria, do Comércio e Atualização da Economia e em 2007, Ministro da Economia e das Finanças. Em janeiro de 2010 foi eleito, em Marraquexe, Presidente do partido monarquista RNI (*Rassemblement National des Indépendants*).

Foi nomeado pelo Rei Mohammed VI, no dia 10 de outubro de 2013, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

O relacionamento Brasil-Marrocos evoluiu expressivamente durante os anos 2000, mas ainda se encontra aquém de seu amplo potencial. Desde a ascensão do atual Rei Mohammed VI ao trono, em 1999, foram realizados de ambas as partes, Brasil e Marrocos, movimentos de aproximação e de aprofundamento do diálogo bilateral. O Marrocos segue engajado em promover maior abertura e diversificação de suas relações, como forma de reduzir sua dependência de potências ocidentais e de conferir maior legitimidade à sua atuação externa perante a população. Nesse esforço, e dentro de uma lógica Sul-Sul, o Brasil é visto como parceiro privilegiado, sendo procurado pelo Marrocos para estreitar vínculos econômicos e políticos.

Histórico recente de visitas

O Rei Mohammed VI, no âmbito de seu processo de reformas e maior abertura econômica e política, procurou, em um primeiro momento, fortalecer laços com parceiros tradicionais, como a União Europeia e os EUA. Posteriormente, o chefe marroquino passou também a buscar maior abertura para o Atlântico e para os países do Sul em geral. Nessa dimensão, o Brasil foi sempre visto como parceiro privilegiado. Essa nova orientação é também responsável pelo entusiasmo com que o Marrocos abraçou os movimentos de aproximação capitaneados pelo Brasil e seus parceiros sul-americanos em relação aos países árabes e africanos, centrados nas Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).

No que é considerado como um dos marcos da nova orientação da política externa marroquina, o Rei Mohammed VI realizou, em novembro de 2004, périplo pela América Latina, que incluiu o Brasil. Na ocasião, foram assinados o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos, visando ao estabelecimento de uma área de livre comércio, a qual, no entanto, não avançou. No âmbito bilateral, o Marrocos firmou com o Brasil Acordo de Cooperação entre Academias Diplomáticas e Acordo de Cooperação Técnica em matéria de Turismo.

Com o propósito de copresidir a I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em junho de 2008, o então Chanceler Celso Amorim realizou visita ao Marrocos, a primeira de uma autoridade brasileira de alto nível desde a visita do Presidente João Figueiredo, em 1984. A I Reunião da Comissão Mista lançou processo de aprofundamento do conhecimento mútuo do potencial da cooperação entre os dois países. Foram assinados diversos ajustes complementares e um protocolo de cooperação na área de proteção do meio ambiente.

Em janeiro de 2009, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, visitou o Marrocos e encontrou-se com o então Ministro do Comércio Exterior (MCE), Abdellatif Mazouz. Em setembro daquele ano, o então Chanceler Amorim, em escala no Marrocos, de regresso de visita à Índia, foi novamente recebido pelo então Chanceler Fassi Fihri. No mesmo mês, foi realizado, no Rio de Janeiro, a 5ª Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Marrocos, durante a qual foi rubricada minuta de Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi também firmado Memorando de Entendimento entre as Autoridades Aeronáuticas de ambas as partes, ao amparo do qual a empresa Royal Air Maroc passou a realizar três voos por semana na rota Casablanca-São Paulo, a partir de dezembro de 2013.

Em março de 2010, foi realizada, em Brasília, a I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos. Nessa reunião, as partes analisaram o comércio bilateral e discutiram novas oportunidades de investimentos. Foi decidida, igualmente, a criação de Conselho Empresarial, com reuniões em paralelo aos encontros do Comitê Conjunto.

Em dezembro de 2010, visitou o Brasil o então Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Reino do Marrocos, Ahmed Chami. Durante essa visita, a delegação marroquina, também integrada por representantes da estatal "*Office Chérifien des Phosphates*", o Escritório Xerifino de Fosfatos, maior empresa do Marrocos e o maior exportador individual de fosfato do mundo, propôs a formação de parceria bilateral para a produção de fertilizantes para exportação a terceiros mercados. No mesmo mês, também visitaram o Brasil os ministros marroquinos do Emprego e de Assuntos Sociais, do Artesanato e do Comércio Exterior.

Em abril de 2011, o então Ministro Delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Embaixador Youssef Amrani, visitou o Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Embaixador Amrani também foi recebido, em audiência de cortesia, pelo Vice-Presidente Michel Temer, a quem fez entrega de carta do Rei Mohammed VI, endereçada à Presidente Dilma Rousseff.

Em setembro de 2011, o então Chanceler brasileiro, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita à capital marroquina, Rabat, onde foram discutidas as perspectivas de adensamento das relações bilaterais nas vertentes econômico-comerciais e de cooperação, bem como trocadas percepções sobre temas da agenda internacional, em particular aqueles relativos à "Primavera Árabe" e seus reflexos sobre a política regional e internacional. Na oportunidade, o Marrocos reiterou o apoio de Rabat à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e à

ascensão do Brasil à categoria de membro permanente, ao lado da Alemanha, do Japão e da Índia.

Em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, realizou visita a Rabat, acompanhado do representante da EMBRAER-militar. O Ministro brasileiro reuniu-se com o então Chanceler marroquino, Saad-Eddine el-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi. Tratou-se do primeiro encontro de alta autoridade brasileira com integrantes do novo Governo marroquino, formado em novembro de 2011. Na ocasião, Brasil e Marrocos convieram sobre o interesse mútuo em formalizar acordo de cooperação na área de defesa, que foi apresentado às autoridades marroquinas pela Embaixada brasileira em Rabat, subsequentemente à visita.

Em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a delegação marroquina foi chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane. À margem da conferência, o Primeiro-Ministro Benkirane manteve encontro de caráter protocolar com a então Vice-Presidenta do Congresso Nacional, a então Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), representando o Legislativo brasileiro. Vale também registrar a realização de reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douiri, e o Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energias Márcio Zimmermann. Entre os principais resultados dos encontros bilaterais, destacam-se as propostas de reativação do grupo parlamentar Brasil-Marrocos e de envio de missão empresarial brasileira ao Reino. Houve, ademais, significativa cobertura da Conferência pela imprensa marroquina.

Em julho de 2013, a então Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), chefiou a delegação brasileira – e assinou, em nome do Brasil – o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.

Em setembro de 2013, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Saad-Eddine El-Othmani realizou visita ao Brasil. Além do encontro com seu homólogo, o Chanceler marroquino encontrou-se, em Brasília, com o Vice-Presidente da República, a quem formulou convite para visitar o Marrocos. Também realizou visitas de cortesia à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Foi firmado o Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil. Na sequência, viajou a São Paulo, onde participou de fórum empresarial organizado pelo lado marroquino.

Em dezembro de 2013, Ricardo Schaefer, à época Secretário Executivo do MDIC, liderou missão empresarial brasileira ao Marrocos. Na cidade de

Casablanca, Schaefer presidiu a abertura de Fórum de Negócios Brasil-Marrocos, que, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e por instituição homóloga marroquina, com apoio da Embaixada em Rabat, contou com a participação de 45 empresas marroquinas, além das nove empresas brasileiras que integraram a missão brasileira. Na ocasião, foram prospectadas oportunidades de negócios que, caso concretizadas, poderiam gerar transações totalizando US\$4,8 milhões. Na sequência, Schaefer viajou a Rabat, onde manteve encontros com autoridades governamentais marroquinas. No encontro com o chefe de sua pasta homóloga, propôs a negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o Marrocos.

Em novembro de 2014, o Grupo Líderes Empresariais (LIDE) realizou missão empresarial ao Marrocos, na companhia do Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC) e do Governador de Goiás, Marconi Perillo. Na ocasião, o grupo manteve contatos com empresas locais, bem como com Ministros marroquinos dos Transportes, do Turismo, da Agricultura e da Indústria. No mesmo mês, também ocorreu a visita da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, na chefia da delegação brasileira, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Federais Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

Em julho de 2015, o Ministro dos Transportes e Logística do Marrocos, Azziz Rabbah, realizou visita à Brasília e a São Paulo, ocasião em que se encontrou com o Ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues. A parte marroquina mostrou-se interessada na experiência brasileira de cooperação com o setor privado na área de ferrovias, bem como na experiência com as concessões no setor rodoviário. O Ministro Rabbah sugeriu a criação de um centro conjunto para treinamento e capacitação de técnicos do Governo local na área de planejamento, supervisão e regulação do setor de transportes. Propôs, ainda, aumentar para quatro o número de voos semanais entre Casablanca e São Paulo, operado pela Royal Air Maroc.

Em julho de 2015, o Senador Cristovam Buarque realizou visita ao Marrocos, para participar de colóquio na cidade de Assilah. Na ocasião, encontrou-se com autoridades marroquinas do Executivo e do Legislativo, como a Ministra-Adjunta dos Assuntos Estrangeiros e os Presidentes das duas Casas do Legislativo marroquino, a Câmara dos Conselheiros e a Câmara dos Representantes. Em tais encontros, o Senador aventou a ideia de se organizar, no Marrocos, reunião de "parlamentares sem fronteiras" sobre os direitos dos imigrantes e dos refugiados. Está prevista missão parlamentar brasileira ao Marrocos entre os dias 18 e 23 de setembro de 2015.

Diálogo político

No campo político, o diálogo entre Brasil e Marrocos é sólido e marcado por frequentes trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas. Até o momento, Marrocos e Brasil acordaram em troca de votos para 18 candidaturas a cargos em organizações multilaterais, ao passo que o Marrocos concedeu apoio incondicional a 17 candidaturas brasileiras.

A interlocução política regular com o Marrocos é de interesse para o Brasil. Os dois países possuem mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999, o qual prevê reuniões periódicas, em nível de Vice-Ministros, para discutir temas das agendas internacional e regionais. Ainda que não seja membro da UA, o Marrocos acompanha com atenção os principais temas da agenda africana e do mundo árabe.

O Marrocos vem declarando apoio à candidatura do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde 2008, quando, durante visita do então Chanceler Amorim ao país, o lado marroquino não só manifestou sua compreensão para com as aspirações legítimas do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança, mas, também, assegurou que "esta compreensão se traduzirá em apoio concreto no momento oportuno".

Cooperação no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

A Cooperação Brasil-Marrocos possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, firmado em 10 de abril de 1984 e promulgado em 18 de março de 1991.

Em maio de 2010, em seguimento a entendimentos iniciados por ocasião da I Comissão Bilateral Mista (Rabat, 2008), realizou-se em Rabat missão conjunta integrada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O objetivo da missão foi o de validar três projetos de cooperação técnica na área de formação profissional, a saber: "Fortalecimento das Capacidades dos Formadores na Área de Construção Civil", "Apoio ao Escritório da Formação Profissional e da Promoção do Trabalho (OFPPT) para a Implementação de Sete Centros de Formação Profissional a Deficientes Físicos" e "Formação de formadores na área de informática básica para cegos e deficientes visuais". Aguarda-se, desde então, a aprovação, pela parte marroquina, das minutas de projetos elaboradas pela ABC. Tendo em vista, contudo, o presente quadro orçamentário da Agência, a assinatura de novos

projetos "estruturantes", tais como o do SENAI, foi temporariamente suspensa, dado o volume de recursos envolvidos. Dessa forma, ainda que venha a ser validado pelo lado marroquino, a ABC não poderá proceder à assinatura dos documentos no curto prazo.

Em 2014, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre o Brasil e o Marrocos, assim como não existem atividades previstas para o ano de 2015.

Agricultura

A área agrícola apresenta particular potencial para a cooperação bilateral. O Marrocos conta com ambiciosa política para o desenvolvimento do campo: o "Plano Marrocos Verde", lançado em 2008. Com duração prevista até 2023, o Plano é visto como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social do país. O Plano possui tanto uma vertente direcionada ao desenvolvimento de agricultura moderna, com alto valor agregado no processo de produção, quanto vertente voltada à revitalização da agricultura familiar, especialmente em regiões menos favorecidas economicamente. Nesse contexto, o Marrocos tem manifestado, ademais, seu interesse em poder compartilhar experiências brasileiras exitosas em ambas as vertentes.

Em abril de 2011, por ocasião de participação do Ministro do Desenvolvimento Agrário brasileiro no VI Salão Internacional da Agricultura do Marrocos (SAIM), o maior evento agrícola do continente africano, foi assinado Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de agricultura familiar e desenvolvimento rural, bem como acordo de cooperação e parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e instituição marroquina homóloga, o Instituto Nacional de Pesquisas Agrícolas.

Após alguns anos sem que a cooperação nessa área tivesse apresentado desdobramentos, em agosto de 2015, o lado marroquino manifestou interesse em que fossem redinamizadas as relações de cooperação entre a EMBRAPA e sua homóloga marroquina. Em reunião mantida entre a Embaixada em Rabat e o Instituto marroquino, foram aventadas, como possíveis iniciativas de cooperação: (a) acolher um escritório da Embrapa nas dependências do Instituto marroquino; e (b) elaboração de projetos conjuntos de pesquisa nas áreas de produção de cereais como trigo, cevada e triticales (cereal híbrido obtido a partir do cruzamento do trigo com o centeio), de biotecnologia, de cultura de conservação, e de fertilizantes.

Em setembro de 2015, ademais, o Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima marroquino, Aziz Akhannouch, enviou convite de visita ao Marrocos

para a Ministra Kátia Abreu, com vistas a estudar maneiras de incrementar a cooperação bilateral no setor agrícola, sobretudo em áreas como o desenvolvimento de cadeias de produção, pesquisa agrônômica e saúde veterinária.

Desenvolvimento social

A exemplo de outros países em transição no norte da África, o Marrocos tem mostrado interesse na formulação e implementação de políticas públicas brasileiras na área social (renda mínima, programas de aquisição de alimentos, entre outros).

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Rabat, em julho de 2012, o então Ministro de Assuntos Gerais e de Governo do Marrocos, Najib Boulif, reafirmou a intenção marroquina de adaptar políticas públicas nacionais, seguindo o modelo brasileiro de promoção do desenvolvimento social. O principal programa marroquino a ser reformulado seria a "caixa de compensação", que prevê controle de preços e concessão de subsídios à indústria e produtores de gêneros agrícolas de primeira necessidade. Ao comparar o programa marroquino com o Bolsa Família brasileiro, o Ministro Boulif afirmou que o modelo da caixa de compensação estaria chegando a esgotamento, uma vez que corresponde a gastos públicos equivalentes a aproximadamente 7% do orçamento marroquino, em oposição a menos de 2% do orçamento brasileiro referente aos gastos com o Bolsa Família.

Com o objetivo de intercambiar experiências na promoção do desenvolvimento social, realizou-se, em Casablanca e Rabat, em setembro de 2012, o "Seminário Brasil-Marrocos sobre Políticas Públicas contra a Exclusão Social". O Seminário reuniu exclusivamente especialistas de ambas as partes para troca de experiências em programas sociais focados no combate à insegurança alimentar e à pobreza. Na ocasião, a parte marroquina manifestou especial interesse por dois programas brasileiros: transferência condicionada de renda (Bolsa Família) e merenda escolar.

Defesa

Durante sua visita a Rabat, em fevereiro de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, propôs ao lado marroquino a negociação de acordo de cooperação na área de defesa. Dentre as principais áreas do Acordo, estão a pesquisa e desenvolvimento, o intercâmbio de conhecimento, o apoio logístico e a aquisição de produtos e serviços de defesa. No último desdobramento quanto ao

tema, o lado marroquino propôs, em setembro de 2015, nova minuta de acordo entre os dois países.

Durante sua visita, Amorim também expôs modalidades de cooperação no âmbito de academias militares e levantou a possibilidade de projetos de desenvolvimento industrial mútuo na área de defesa. Em abril de 2014, o governo marroquino concordou com a criação da posição de Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Rabat, com residência em Madri. Em julho de 2014, concedeu-se beneplácito ao nome de Coronel Jacintho Maia Neto para ocupar o cargo.

Por ocasião da visita do então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, ao país, em dezembro de 2013, integraram a delegação brasileira 5 representantes da área de promoção da indústria de defesa nacional do Ministério da Defesa, incumbidos de fomentar negócios nesse setor.

Comércio bilateral

Em 2014, o Brasil foi o terceiro parceiro comercial do Marrocos, atrás de França e Espanha. O Marrocos, por sua vez, figurou como o 50º principal parceiro comercial brasileiro. Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e o Marrocos cresceu 151%, evoluindo de US\$ 725,6 milhões para US\$ 1,818 bilhão. Ao longo do período analisado, o saldo comercial foi favorável ao lado brasileiro em: 2005, 2006, 2009 e em 2010. O déficit brasileiro com o Marrocos em 2014 diminuiu 8,6% em relação ao saldo desfavorável apurado em 2013 (de US\$745,1 milhões para US\$681 milhões). De janeiro a agosto de 2015, as trocas comerciais se limitaram ao valor de US\$ 775,5 milhões, o que significou decréscimo de 30,0% em comparação à cifra do mesmo período do ano anterior. O déficit, de US\$ 229,8 milhões, representou retração de 58,9% em relação ao resultado apurado no período compreendido entre janeiro e agosto de 2014.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado marroquino, em 2014, foram: *i*) açúcar (37,6% do total); *ii*) aviões e helicópteros (22,9%); *iii*) milho em grão (22,8%); *iv*) soja em grão (5,1%); *v*) produtos semimanufaturados de ferro/aço (1,9% do total).

Na pauta das importações brasileiras originárias do Marrocos predominaram os adubos e fertilizantes (di-hidrogeno de amônio, superfosfato de fósforo e hidrogeno de di-amônio). Em 2014, esse grupo representou 59,7% do total, seguido de combustíveis (naftas para petroquímica) com 24,5%; sal/pedras/cimento (fosfatos de cálcio, naturais, não moídos) com 5,6%; e químicos inorgânicos (outros ácidos fosfóricos) com 2,1%.

Investimentos bilaterais

O Marrocos vem-se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros no exterior, sendo alvo de investimentos da Bunge Fertilizantes, da Neobus, da Randon, da Santista e do Grupo Votorantim. O Grupo Votorantim é, desde 2012, o maior investidor brasileiro no Marrocos, controlando 63% da Temara Cimentos, fábrica localizada em Rabat.

Em julho de 2013, foi assinado, em Rabat, Memorando de Entendimento entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Agência Marroquina do Desenvolvimento dos Investimentos (AMDI), voltado a intensificar a colaboração entre as duas entidades com vistas a facilitar a aproximação entre as comunidades empresariais de Brasil e Marrocos.

Em setembro do mesmo ano, por ocasião de sua visita ao Brasil, o então Chanceler marroquino, El-Othmani, participou de fórum empresarial em São Paulo, organizado pela AMDI e pela CCAB. Em outubro de 2013, o então Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Ricardo Schaefer, realizou visita ao Marrocos, acompanhado de comitiva empresarial. Na ocasião, propôs ao lado marroquino a negociação de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)** entre o Brasil e o Marrocos.

Em maio de 2014, realizou-se, em Rabat, a primeira reunião negociadora do ACFI. Na ocasião, foi discutida proposta que fora apresentada pelo lado brasileiro. O lado marroquino solicitou tempo para analisar o acordo proposto. Em 9/9/2015, o Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores recebeu o Embaixador do Marrocos em Brasília, a quem fez apresentação detalhada sobre o ACFI e reiterou o interesse brasileiro de retomar negociações bilaterais na matéria.

Parceria da OCP com a Fertilizantes Heringer S.A.

O grupo OCP ("Office Chérifien des Phosphates"), Escritório Xerifino dos Fosfatos, maior conglomerado industrial do Marrocos e maior exportador de fosfato do mundo, detém de 25 a 30% do mercado mundial de fertilizantes. O Brasil é hoje um dos quatro maiores importadores mundiais de insumos para fertilizantes.

Presente no Brasil desde 2009, por meio de escritório de vendas instalado em São Paulo, a OCP anunciou, em dezembro de 2012, a aquisição de 50% do

complexo industrial-portuário de Rio Grande, da empresa norueguesa Yara International. A empresa passará a contar, assim, com unidade de produção e estocagem no Brasil, o que lhe permitirá incrementar a oferta de fertilizantes no País e em outros mercados da América Latina. Em junho de 2014, ademais, a OCP assinou contrato de compra de ações da Fertilizantes Heringer S.A., a partir do qual o grupo marroquino passou a possuir participação de cerca de 10% do capital social da empresa brasileira sediada no Espírito Santo. Ambas as empresas firmaram, ademais, contrato de longo prazo para fornecimento de produtos à base de fosfato.

Na área de insumos agrícolas, a OCP, maior produtora mundial de fosfato, tem manifestado, desde setembro de 2012, interesse em estabelecer cooperação com a EMBRAPA. Na visão marroquina, seria vantajoso estabelecer parceria estratégica entre o Brasil (detentor de gás) e o Marrocos (fosfato) para a produção de fertilizantes a custos significativamente inferiores aos praticados pelo mercado, a qual traria grandes benefícios em ganhos de produção à agricultura do continente africano.

Voo Casablanca-São Paulo e Parceria Royal Air Maroc-EMBRAER

A partir de dezembro de 2013, a Royal Air Maroc iniciou linha regular, com frequência de três voos por semana, entre Casablanca e São Paulo. A nova conexão aérea contribui para ampliar o conhecimento mútuo e incrementar o intercâmbio econômico entre Brasil e Marrocos.

Em dezembro de 2014, a Royal Air Maroc incorporou, por meio de *leasing*, quatro aeronaves E-190 da EMBRAER para utilização em sua frota permanente. A companhia estuda a possibilidade de aquisição adicional de 10 a 15 aeronaves.

Fenômeno que tem sido objeto da atenção das autoridades de ambos os países é o tráfico de entorpecentes observado no voo Casablanca-São Paulo. Desde a abertura do voo, em dezembro de 2013, já se registraram dezenas de apreensões. A companhia marroquina, nos últimos 12 meses, implementou medidas de segurança severas, que têm logrado reduzir a intensidade do fluxo de substâncias ilícitas.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Marrocos

Em novembro de 2004, por ocasião da visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, foi assinado Acordo-Quadro visando ao estabelecimento de uma área de

livre comércio entre o Mercosul e o Marrocos. Como etapa intermediária, decidiu-se negociar um Acordo de Comércio Preferencial (ACP).

A primeira rodada de negociações Mercosul-Marrocos foi realizada, em Rabat, em abril de 2008. Em dezembro de 2008, a Presidência Pro Tempore brasileira enviou ao Marrocos proposta do Mercosul de métodos, de modalidades e de textos normativos. Mais recentemente, contudo, o país magrebino tem manifestado que tenciona realizar avaliação ampla dos impactos dos acordos comerciais já assinados (EUA, União Europeia, Turquia, por exemplo) antes de se engajar em negociações sobre novos instrumentos do tipo. A nova postura marroquina justifica-se à luz de reações internas negativas quanto a impactos dos acordos de livre comércio já assinados.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Rabat estimou em 209 o número de brasileiros residentes no Marrocos, de acordo com o Relatório Consular Anual 2014 (RCN 2014). Essa estimativa apresenta pequeno crescimento em relação aos anos anteriores – a estimativa era de haver 182 brasileiros residentes no Marrocos em 2013, e 140 em 2011.

Além do setor consular da Embaixada em Rabat, que atende a toda a comunidade brasileira residente no Marrocos, o Brasil possui consulados honorários nas cidades de Casablanca e Marraquexe.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e o Marrocos.

Política Interna

A Constituição marroquina atual determina que o Rei é o Chefe de Estado, e o Primeiro-Ministro o Chefe de Governo. As duas línguas oficiais do país são o árabe e o amazigue – língua berbere, localmente chamada *tamazight*, que, ademais de língua oficial do Marrocos, é também uma das línguas nacionais da Argélia. Embora não seja língua oficial, o francês é amplamente falado e utilizado.

A monarquia marroquina, também dita xerifina (em relação ao título de seus governantes, os "xerifes" ou "xarifes"), foi mantida mesmo durante a ocupação francesa, finda em 1956. O atual Rei do Marrocos, Mohammed VI, pertence à dinastia alauita.

O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, escolhido entre o partido que tenha maioria no Parlamento marroquino.

Atualmente, a política interna marroquina passa por momento histórico de transição, originado no contexto da chamada "Primavera Árabe". Em reação a protestos populares pela intensificação da democracia e contra a corrupção, iniciados em fevereiro de 2011, o Rei Mohammed VI implementou reforma política que incluiu a adoção de nova Constituição (jul/2011), com transferência de poder para comunidades locais e representantes eleitos diretamente pela população, bem como a antecipação de eleições legislativas (nov/2011). Como resultado das últimas eleições, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), de viés islamista moderado, adquiriu maioria e nomeou o Chefe de Governo marroquino. A ascensão do PJD sinaliza o fim de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência e a ideologia socialista.

Histórico

Sultanatos árabes governaram o Marrocos desde 788 d.C até finais do século XIX. Ao contrário dos demais países do Norte da África, o Marrocos não passou por domínio do Império Otomano (os territórios correspondentes, grosso modo, aos atuais Egito, Argélia, Tunísia e Líbia foram anexados àquele Império ao longo do século XVI). Esse fato explica, em boa medida, a diferenciação da monarquia marroquina em contraste com os regimes políticos dos seus vizinhos magrebins. Diante das referências otomanas, os demais países do Norte da África tenderam a estabelecer formas de governo influenciadas pelo modelo otomano, baseado em burocracias patrimoniais apoiadas em elites militares, o que dará origem a sistemas republicanos centralizados. O Marrocos, por sua vez, preservou

uma forma de governo monárquica, mais comum entre outras nações árabes, baseada no modelo do "Califa justo", guardião da pureza da revelação islâmica.

Em 1649, o Marrocos foi unificado sob o governo da dinastia alauita, que clamava ser descendente do quarto profeta do islamismo, Ali Ibn Abu Talib. A atual família real marroquina pertence à dinastia alauita.

Ao final do século XIX, o território marroquino passou a ser objeto de disputa de influências por parte de potências imperialistas europeias. Em 1860, a Espanha ocupou o norte do Marrocos. Em 1904, acordo secreto entre Reino Unido, Itália e França dividiu o Magrebe em esferas de influência, ficando o Marrocos sob a órbita francesa. Em 1912, por meio da Conferência de Fez, o Marrocos tornou-se um protetorado franco-espanhol: coube à França a administração da maior parte do território marroquino, ficando a Espanha com o controle dos territórios de Ceuta e Melilla, ao norte, bem como do Saara Ocidental, ao sul. A cidade de Tânger tornou-se uma zona internacional.

Na década de 1920, surgiram os primeiros movimentos de vanguarda independentista, tendo o líder berbere Abdel Krim lançado, por meio da proclamação da República das Tribos Confederadas, movimento autonomista que somente foi suprimido em 1926. Em 1943, com o surgimento do Partido Istiqlal (Partido da Independência – PI), tomou novo ímpeto o pleito nacionalista. Na década de 1940, o império colonial francês começava a sofrer duros golpes com a ocupação da Indochina francesa pelo Japão (1945) e com o agravamento da luta pela emancipação na Argélia. Em 1947, o então sultão marroquino, Mohammed ibn Yousuf, aderiu à causa emancipacionista, sendo, em consequência, exilado pelos franceses pouco depois.

Em 1955, o sultão Mohammed Yousuf retornou ao país, assumindo o trono com o nome de Mohammed V. Em março de 1956, o Reino do Marrocos obteve a independência da França e, poucos meses depois, reconquistou a soberania sobre a cidade de Tânger, mas não sobre Ceuta, Melilla e o Saara Ocidental. A partir de 1957, o Sultão Mohammed V assumiu para si o título de Rei do Marrocos, que passaria para sua descendência.

A aliança de forças políticas que patrocinaram a independência manteve-se no poder até 1958, quando o Partido Istiqlal assumiu o governo. Pouco depois, a ala esquerda do Istiqlal, excluída da administração central do partido, conformou a União Socialista das Forças Populares (USFP). A USFP venceu as eleições legislativas realizadas em 1960, tornando-se importante força de oposição ao governo conservador, então no poder.

Em 1961, com a morte do Rei Mohammed V, subiu ao trono seu filho, Moulay Hassan, que governou o país até 1999, com o nome de Hassan II. A

sucessão transcorreu de modo pacífico. Durante o reinado de Hassan II, foram impostas dificuldades para acomodar politicamente a USFP e os sucessivos governos foram dominados por coligação de partidos de direita denominada Wifaq, que apoiou a monarquia. Em 1963, ademais, Hassan II fez aprovar, em plebiscito, uma nova Constituição, ampliando os poderes do soberano. Os partidos de oposição boicotaram o pleito e, acusados de conspirar contra a Casa Real, passaram a ser duramente reprimidos, de modo que o período de Hassan II também foi considerado como os "Anos de Chumbo" da história moderna do Marrocos. Nas décadas de 1970 e 1980, Hassan II também combateu duramente salafistas extremistas e lideranças sindicais que organizavam protestos populares e sofreu duas tentativas de golpe.

Na década de 1990, os protestos e a repressão foram paulatinamente cedendo, na medida em que houve certo desengajamento da liderança de Hassan II dos assuntos políticos do país, uma vez que o monarca lutava contra problemas de saúde. Em 1995, Hassan II permitiu o retorno ao Marrocos do líder da USFP, Kkih Basri, após trinta anos de exílio. Em setembro de 1996, realizou-se referendo para reforma institucional, que tinha por objetivos conferir maior representatividade e certa descentralização ao processo político, com passagem parcial de poderes do monarca para o Primeiro-Ministro. Em 1998, Hassan apontou figura da USFP, Abderahman Youssoufi, ao Posto de Primeiro-Ministro, em histórico movimento de concessão à possibilidade de alternância política.

Com o falecimento do Rei Hassan II, em 23 de julho de 1999, o príncipe herdeiro Sidi Mohammed foi entronizado como Rei Mohammed VI e tem governado desde então. Mohammed VI rapidamente demonstrou distinguir-se de seu pai, levando adiante o processo de abertura política, inclusive por meio do compromisso com a alternância de grupos políticos à frente do governo e de maior concentração de responsabilidades e poderes sob o Primeiro-Ministro. Mohammed VI também se distinguiu por alimentar a discussão acerca da promoção de direitos humanos, que era vedada à época de seu pai, bem como por adotar agenda política de promoção da igualdade social e de melhores condições de vida para as camadas mais pobres da população.

Características do sistema político marroquino

O Marrocos organiza-se politicamente em sistema de monarquia constitucional, no qual o Chefe de Estado ainda exerce papel político fundamental.

O **Poder Legislativo** marroquino é formado por parlamento bicameral. A Câmara dos Conselheiros (câmara alta) é composta por 270 assentos ocupados por meio de eleições indiretas em conselhos locais, organizações profissionais e sindicatos trabalhistas para mandatos de seis anos. A Câmara dos Deputados (câmara baixa) dispõe de 395 assentos para membros eleitos por voto popular para mandatos de cinco anos. O contemporâneo espectro político marroquino conta com trinta e três partidos políticos das mais variadas matizes ideológicas. Entre os partidos mais relevantes, destacam-se: Partido Istiqlal (PI), de centro; Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), islamista moderado; "Rassemblement national des indépendants" (RNI), de ideologia liberal; Movimento Popular (MP), partido de centro com perfil conservador; o Partido da Autenticidade e da Modernidade (PAM), que apregoa um "liberalismo social"; e a União Socialista de Forças Populares (USFP) e Partido do Progresso e do Socialismo (PPS), ambos de esquerda. A próxima eleição para a Câmara dos Representantes deverá ocorrer em 2016. Atualmente, 18 partidos estão representados na Câmara Baixa, e o PJD, que detém o maior número de cadeiras, controla apenas 107 dos 395 assentos.

Transformações institucionais no contexto da "Primavera Árabe"

Com significativas repercussões para a organização político-institucional do Reino, a chamada "Primavera Árabe" também se fez sentir no Marrocos. Inspirados nas manifestações na Tunísia e no Egito, protestos populares reunindo milhares de pessoas eclodiram no Marrocos, a partir do dia 20 de fevereiro de 2011. Dentre os pontos que motivaram os protestos, destacam-se clamores por melhores condições de vida, pelo aprofundamento da democracia e da transparência administrativa, bem como por maior descentralização política.

Considerado pacífico quando comparado aos demais da região, o levante popular no Marrocos não fez crítica direta ao Rei Mohammed VI, que anunciou, de forma hábil e expedita, programa de reformas que incluiu a elaboração de nova Constituição e a antecipação de eleições legislativas. Em julho de 2011, nova Carta foi aprovada por referendo popular, obtendo 98% dos votos favoráveis. O índice de participação (72% do eleitorado) foi o mais elevado de todos os sufrágios realizados durante o reinado de Mohammed VI. A Constituição aprovada expandiu os domínios de deliberação do Parlamento e lhe conferiu atribuição legislativa exclusiva, assim como formalizou o exercício da Chefia de Governo pelo Primeiro-Ministro, que passou a ser indicado, necessariamente, dentre os membros do partido mais votado na Casa dos Representantes. Na qualidade de chefe do Poder

Executivo, o Primeiro-Ministro passou a nomear e demitir o gabinete ministerial e preencher os postos da administração pública de acordo com novos critérios meritocráticos. A nova Carta buscou descentralizar o poder político, por meio da criação de "Conselhos Regionais", eleitos em sufrágio universal direto, em substituição aos "*walis*", espécie de governadores nomeados pelo monarca. Buscou, ademais, tornar o Judiciário mais independente, bem como garantir a liberdade de expressão.

A nova Constituição marroquina reconheceu, ainda, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e tornou o idioma berbere ou amazigue (*tamazight*) língua oficial do país, ao lado do árabe. Para plena implementação da nova Constituição, diversas leis complementares ainda deverão ser aprovadas, paulatinamente, até o final de 2016, quando termina a legislatura atual.

Embora represente avanço significativo, o novo arcabouço legal ainda deixa o país aquém de uma monarquia parlamentar de fato. O monarca marroquino permanece o principal ator político, pois mantém instrumentos de poder de última instância, ademais de possuir competência revisora dos atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mohammed VI manteve-se à frente de assuntos religiosos, bem como do Comando Supremo das Forças Armadas. De acordo com o discurso governamental, as medidas anunciadas representariam a continuidade de medidas liberalizantes introduzidas pelo reinado de Mohammed VI, e não meras respostas às manifestações populares. Segundo o Rei, "face aos progressos realizados pelo Marrocos em matéria de democracia, o país estaria apto a dar início à consagração constitucional da regionalização avançada", projeto concebido em janeiro de 2010, para reforçar o poder das regiões que compõem o país.

Eleições de novembro de 2011 e formação de coalizão governista

Em 25/11/2011, realizaram-se eleições legislativas, antecipadas em virtude de reforma constitucional. Ao quase triplicar seu percentual de votos com relação às eleições anteriores, o PJD obteve maioria relativa (27%) e pôde indicar Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro, rapidamente nomeado pelo Rei Mohammed VI. O tradicional Partido Istiqlal (PI) foi apenas o segundo mais votado no escrutínio (15%), sinalizando o declínio de uma época na qual as principais referências políticas do país eram a luta pela independência ou a ideologia socialista.

Obrigado a formar coalizão para alcançar maioria parlamentar, o PJD associou-se ao PI, ao MP e ao PPS. Após intensas negociações que envolveram

também a casa real, formou-se coalizão governista em janeiro de 2012, que passou a contar com 217 assentos na Câmara de Representantes (54,9% das 395 vagas). No âmbito do Executivo, o novo Gabinete compôs-se por trinta integrantes: onze militantes do PJD, cinco do PI, quatro do MP e outros quatro do PPS, ademais de seis personalidades sem filiação partidária.

De perfil moderado, os islamistas no poder no Marrocos comprometeram-se, ainda, a evitar medidas moralizadoras dos hábitos e costumes (interdição do consumo de bebidas alcóolicas, promoção do uso de véu para as mulheres, condenação do homossexualismo), especialmente tendo em vista possível impacto negativo sobre o fluxo de turistas estrangeiros.

Governo islamista e crise de maioria governista

Ao assumir a liderança da coalizão governista, o PJD assumiu também a responsabilidade de atender às amplas expectativas da população em matéria social e econômica, bem como de transparência e modernização do Estado. Assim, em seu primeiro ano de mandato, o governo Benkirane pautou-se por iniciativas de forte impacto simbólico, como a publicação de listas dos beneficiários de concessões públicas e de subvenções, a suspensão das nomeações sem concurso para o serviço público, a regulamentação do processo de indicação de autoridades para o exercício de "altas funções" do aparato estatal, a autolimitação de salário do Primeiro-Ministro, bem como a proposição de medidas conservadoras, no âmbito dos costumes, ainda que com poucas consequências práticas.

Contudo, o contexto externo de crise econômica europeia, principal destino das exportações marroquinas, teve o efeito de estreitar a margem de manobra do novo governo, que encontraria grande dificuldade para cumprir promessas eleitorais tais como aumento do salário mínimo e redução do desemprego, especialmente entre jovens diplomados.

Do ponto de vista político, ademais, o islamismo, como força política em ascensão, encontra no Palácio Real, munido de sua tradicional legitimidade e de poder econômico, um contrapeso natural. No novo sistema político marroquino, o Rei Mohammed VI é ainda a principal figura política, de modo que o gabinete de conselheiros ("Makhzen") do Palácio Real, composto por personalidades mais próximas do Rei, também atuaria como formulador da política nacional.

No âmbito da política partidária, o PJD tem encontrado dificuldades em articular interesses de base aliada de amplo diapasão ideológico. Em junho de 2013, o conselho nacional do PI resolveu deixar a base de governo, iniciando crise de maioria na política marroquina. O líder do Istiqlal, Hamid Chabat seguia

emitindo recorrentes declarações contra o que chama de "rendimento insuficiente do Governo" e de "problema de comunicação e pensamento unilateral", ao destacar as dificuldades do PJD de compartilhar, de forma adequada, as competências governamentais.

Em vista da decisão, os cinco Ministros do PI compondo o Gabinete apresentaram pedidos de demissão. Na tentativa de recompor a maioria, o PJD iniciou negociações com o RNI, com vistas a incorporá-lo em uma nova coalizão que dispensaria a participação do PI. Em outubro de 2013, foi composto novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.

Eleições municipais e regionais de setembro de 2015

Organizadas pelo Ministério do Interior, as eleições realizadas, em 4/9/2015, para os conselhos municipais e regionais, e a subsequente eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas do país apontaram para quadro de protagonismo e tensão entre o PJD e o PAM. O PJD passará a controlar as prefeituras dos principais centros urbanos do país (Casablanca, Fez, Marraquexe, Rabat e Tânger), enquanto o PAM, com grande votação nas áreas rurais, deterá cinco das 12 novas presidências regionais. Apenas cinco regiões estarão sob o comando de partidos da base aliada, sendo duas do PJD, duas do RNI e uma do MP.

Nesse pleito, pela primeira vez, o eleitor marroquino escolheu os conselheiros regionais, que anteriormente eram designados pelos partidos políticos ativos em cada região, conforme os resultados municipais. Houve também reorganização territorial, de modo que se reduziu o número de regiões, de 16 para 12. Segundo o Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão consultivo e fiscalizador do Governo marroquino, as eleições "transcorreram em clima que ofereceu as garantias essenciais de liberdade, sinceridade e transparência".

Enfrentamento a atividades terroristas

Devido a recentes atentados realizados nos seus vizinhos magrebins, o combate ao terrorismo tem-se sobressaído como um dos principais temas na atual agenda política marroquina. Em julho passado, uma célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" foi desmobilizada pelas forças de segurança marroquinas. As autoridades alegam haver já desmantelado 30 células locais e redes de recrutamento até ao momento, apenas em

2015. As forças de segurança estimam, ademais, que cerca de 1.400 marroquinos aderiram a grupos armados no Iraque e na Síria, cidadãos que, ao retornarem ao país, apresentam, potencialmente, elevado nível de periculosidade, no que diz respeito a seu possível envolvimento em atividades terroristas.

Política Externa

As reivindicações populares que atingiram o Norte da África, em 2011, têm imposto processo de atualização da política externa marroquina, a exemplo do que vem ocorrendo nos demais países da região. Ligado por amplos interesses econômicos, comerciais e geopolíticos com a União Europeia, os Estados Unidos e as monarquias do Golfo, o Marrocos, visto como foco de estabilidade em entorno regional conturbado, tem-se beneficiado do temor desses países com eventual expansão de movimentos islâmicos radicais, para obter cooperação e novos investimentos.

A partir da eclosão dos protestos de 20 de fevereiro de 2011, por outro lado, a necessidade de atender a crescentes demandas populares em matéria social e econômica tem orientado a política externa marroquina a buscar maior abertura ao relacionamento com os países do entorno regional, bem como com os grandes países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul tem sido crescentemente vista como meio de reduzir a dependência das grandes potências ocidentais e de promover maior equilíbrio nas relações externas do país. Nesse contexto, o Brasil é visto como parceiro privilegiado.

A despeito das atuais reorientações de rumo na política externa, o reconhecimento da soberania marroquina sobre o território do Saara Ocidental, definido pelo Rei Mohammed VI como "a primeira causa nacional", deverá permanecer o principal objetivo da atuação diplomática do país e continuar a ser fator relevante para o posicionamento marroquino em relação aos grandes temas da agenda internacional.

Estados Unidos da América (EUA)

O Marrocos mantém relações estratégicas com os EUA, que é visto como aliado especial no combate ao terrorismo, principalmente em razão do intercâmbio de informações entre os respectivos serviços de inteligência nacionais. Ambos os Governos possuem acordo de livre comércio desde 2004, ano em que a administração Bush concedeu o status de "aliado extra-OTAN" ao país, em razão de sua participação na "guerra contra o terrorismo", em particular contra células terroristas em atuação no território marroquino e em países do Magrebe e Sahel, entre as quais a "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Desde setembro de 2012, Marrocos e EUA mantêm "diálogo estratégico".

Em que pese o elevado grau de aproximação entre os dois países, as relações estremeceram-se em abril de 2013, quando, por iniciativa norte-americana, foi circulado projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para renovação do mandato da Missão das Nações Unidas para Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), com a inclusão de mecanismo de verificação dos direitos humanos no território saarauí. O Marrocos manifestou-se contrário ao dispositivo, alegando que o Conselho Nacional de Direitos Humanos, instância nacional marroquina com escritórios *in loco* no Saara Ocidental, já estaria plenamente capacitada a aferir eventuais violações de direitos humanos na região.

Em reação à proposta estadunidense, o Marrocos desencadeou ofensiva diplomática, que incluiu o cancelamento de exercícios militares conjuntos com os EUA, bem como o envio de emissários do Rei Mohammed VI a Moscou, Londres e Pequim para gestões contra a ampliação do mandato da Missão. Diante da ofensiva marroquina, o projeto estadunidense, atribuído a gestões feitas em Washington por ONGs de direitos humanos, não prosperou, tendo o mandato da MINURSO sido sucessivamente renovado (2013, 2014 e 2015) sem o referido dispositivo.

Passado esse momento de estremecimento, os dois países reafirmaram o caráter estratégico de seu relacionamento com a visita do Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, ao Marrocos, em novembro de 2014. A autoridade americana foi recebida pelo Rei marroquino em reunião que tratou de diversos aspectos da relação bilateral, como cooperação, combate ao terrorismo, o contexto regional do Sahel e a situação no Oriente Médio.

Europa

O Marrocos também investe no aprofundamento de suas relações com a Europa, principalmente com os países do Mediterrâneo. Com a **União Europeia (UE)**, origem e destino de mais de 50% das trocas comerciais marroquinas, o país busca, principalmente, obter acesso preferencial aos mercados do bloco. O país africano dispõe de "*status* avançado" de associação, que lhe faculta tratamento aduaneiro preferencial e maior grau de acesso aos mercados de trabalho dos países da União Europeia. Desde 2000, vigora Acordo de livre-comércio entre Marrocos e União Europeia, que levou à desgravação tarifária de diversas linhas de produtos no intercâmbio Marrocos-União Europeia. Em fevereiro de 2012, o Parlamento Europeu aprovou acordo de liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca com o Marrocos. Atualmente, encontra-se em negociação um Acordo de Livre Comércio "completo e aprofundado".

Marrocos e **França** mantêm associação político-diplomática em diversos temas da agenda multilateral, o que tem caracterizado as relações entre os dois países como uma "parceria de exceção". Apesar de haver perdido para a Espanha, em 2012, o posto de principal parceiro econômico-comercial marroquino, a França segue sendo considerada o principal parceiro político e cultural do Marrocos, sobretudo em função do apoio inequívoco dado por Paris às posições marroquinas no dossiê saarauí, sobretudo no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. A França tem declarado reiteradamente seu apoio à proposta marroquina de autonomia parcial do Saara Ocidental como base válida para as negociações em torno do status definitivo do território. O Marrocos, por sua vez, consagrou-se, desde a década de 1990, como o principal parceiro político da França no Magrebe, de modo que o país vem apoiando projetos políticos franceses na região, como é o caso da União do Mediterrâneo.

O Governo de François Hollande, de ideologia socialista, tem mantido a política de seu predecessor com respeito ao plano de autonomia marroquino para o Saara Ocidental, o que tem sido recorrentemente reafirmado no contexto visitas de alto nível entre os dois países. A partir de fevereiro de 2014, as relações Marrocos-França, passaram, contudo, por aprofundamento de tensão, motivado por sequência de episódios pontuais envolvendo o dossiê saarauí. No mais grave desses incidentes, instância isolada do Judiciário francês, ao arrolar-se competência de jurisdição universal, autorizou operação policial controversa, que interrompeu cerimônia realizada na residência oficial do Marrocos em Paris, para intimidar membro da delegação do Ministro do Interior marroquino, de passagem pela capital da França, sob a denúncia de haver cometido crimes de tortura contra cidadãos saarauís. Na sequência, não obstante reiterados pedidos de desculpas de representantes do Governo francês, o Marrocos suspendeu sua cooperação judiciária com a França. As tensões entre os dois países somente foram definitivamente superadas com as visitas ao Marrocos do Chanceler francês Laurent Fabius, em março de 2015, e do Primeiro-Ministro Manuel Valls, em abril de 2015.

O relacionamento com a **Espanha** também se reveste de caráter estratégico para Rabat. Ademais de laços históricos, comerciais e políticos inextricáveis, a relação também se beneficia de laços de cooperação no domínio da segurança, sobretudo no combate ao terrorismo, crime organizado e imigração clandestina. Nos últimos anos, Marrocos e Espanha vêm buscando superar os temas capazes de provocar desentendimentos e desgastes no relacionamento bilateral, em particular a questão da disputa de soberania sobre as cidades de Ceuta e Melilla, dois territórios espanhóis encravados no território marroquino. As posições

espanholas quanto ao dossiê saarauí, igualmente, causam fricções entre os dois países, uma vez que a Espanha, última potência administradora do território, se mostra tradicionalmente sensível a interesses da população saarauí em exílio, sendo o maior doador para os campos de refugiados saarauís na Argélia.

Do ponto de vista espanhol, o Marrocos é percebido como importante parceiro para as empresas do país em busca de investimentos e de créditos. Marco recente do esforço espanhol de aproximação com o Marrocos foi a visita do Rei Felipe VI ao Marrocos, em julho de 2014. O Marrocos foi o primeiro país africano visitado pelo novo monarca espanhol, o que ressalta o caráter estratégico dos laços entre as duas nações. O vizinho ao sul constitui o primeiro destino para as exportações e investimentos espanhóis no continente africano e segundo parceiro comercial espanhol, após os Estados Unidos. Estima-se que a Espanha deverá, em breve, passar a ser o primeiro investidor estrangeiro no país. Madri busca, ainda, a cooperação de Rabat no repatriamento dos trabalhadores marroquinos residentes na Espanha (principal comunidade de estrangeiros no país).

Entorno regional

Sob os novos ventos da "Primavera Árabe", a diplomacia marroquina tem buscado intensificar suas relações com seu entorno regional, intensificando os contatos políticos de alto nível com os países vizinhos. Com relação à sua vizinha mais imediata, a **Argélia**, o relacionamento bilateral é tenso, sobretudo em razão de posições antagônicas dos dois Governos quanto à questão do Saara Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania, Argel é fervorosa defensora da realização de referendo com consulta sobre a possibilidade de independência do povo saarauí. O Governo argelino reconhece a República Árabe Saarauí Democrática (RASD) e apoia, inclusive financeiramente, a Frente Polisário, cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados "territórios liberados" do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Desde 1994, quando Rabat passou a exigir vistos de entrada para cidadãos argelinos em seu território, a fronteira terrestre entre Marrocos e Argélia encontra-se fechada. Embora a exigência de vistos tenha sido abolida por ambos os lados em 2004, a fronteira não foi reaberta.

Ainda que as divergências mais danosas às relações Marrocos-Argélia não tenham sido superadas, nos últimos anos, os dois países têm buscado manter relações mais cordiais, à luz da necessidade de enfrentar desafios comuns aos países da região, como o combate ao terrorismo e ao crime transnacional. O

principal desdobramento dessa aproximação foi a realização, em janeiro de 2012, de histórica visita do então Chanceler marroquino, Saad Eddine El-Othmani, ao país vizinho, a primeira de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia, desde 2003.

A persistência do impasse entre Marrocos e Argélia é vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, organização com sede em Rabat, criada em 1989 para promover a integração econômica sub-regional, que é integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia. Se, até o advento da chamada "Primavera Árabe", o esvaziamento da UMA era patente, a onda de manifestações populares e os entendimentos obtidos por ocasião da visita de El-Othmani a Argel (janeiro de 2012), possibilitaram que, em fevereiro de 2012, fosse realizada histórica reunião de Chanceleres da UMA, em Rabat. A completa reativação do instrumento, contudo, ainda não se realizou. O Conselho de Chefes de Estado, órgão máximo da organização, permanece sem se reunir há mais de dezoito anos (última Cúpula foi realizada em Túnis, em abril de 1994). Para além das diferenças existentes no relacionamento entre Rabat e Argel, as dificuldades internas na Tunísia (principal promotora da reativação da UMA) e na Líbia são, na atualidade, os principais desafios à plena retomada dos trabalhos da UMA.

No que tange à **Tunísia**, há expectativa, cautelosamente otimista, de que o Governo recentemente formado naquele país (janeiro de 2015) possa dar impulso para a cooperação econômica e política regional, bem como contribuir para reduzir tensões associadas ao Saara Ocidental. Em fevereiro de 2012, o então Presidente da República tunisiano, Moncef Marzouki, realizou visita ao Marrocos (além de Argélia e Mauritânia) para dinamizar as relações bilaterais e a integração regional. Em junho de 2014, o Rei Mohammed VI reciprocou a visita, tendo sido essa a primeira viagem de um soberano marroquino à Tunísia pós-revolucionária. Na visão de analistas políticos tunisianos, um dos principais objetivos da visita do rei marroquino seria o de contrabalançar a crescente influência da Argélia sobre a Tunísia, no contexto pós-revolucionário.

Com relação à **Líbia**, o Marrocos, que sempre acusou Kaddhafi de haver apoiado e financiado a Frente Polisário ao longo de quatro décadas, acompanhou de perto todo o desenrolar do conflito no país, desde 2011. Em março daquele ano, por ocasião da votação da resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, o Marrocos acompanhou a posição da Liga Árabe, a favor da imposição de zona de exclusão aérea ao país prevista no texto da resolução. Contudo, à medida que se foi confirmando que a resolução estava sendo interpretada de maneira a permitir a realização de intervenção militar no país, o Marrocos posicionou-se de forma

crítica às ações da coalizão militar liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), responsável pela implementação da resolução. Na sequência, o Marrocos passou a integrar o Grupo de Contato sobre a Líbia, tendo manifestado disposição de contribuir com "operações de caráter estritamente humanitário" e com um futuro "processo de transição democrática" no país. Rabat reconheceu o Conselho Nacional de Transição (CNT), em agosto de 2011, e seu sucessor, o Conselho Nacional Geral (CNG), eleito em julho de 2012, como representantes legítimos do povo líbio.

A partir de 2014, com o agravamento da situação de segurança na Líbia, e o surgimento de dois governos no país, nenhum dos quais com controle sobre o território nacional, o Marrocos, seguindo a maior parte dos países árabes e da comunidade internacional, passou a reconhecer o Governo sediado em Tobruk como a autoridade legítima do país. Não obstante, por acreditar ser essencial a formação de um governo líbio com legitimidade nacional, Rabat passou a apoiar a mediação política entre as diferentes facções líbias, desenvolvida, desde setembro de 2014, sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Bernardino León. Após diversas rodadas de negociação que contaram com os bons ofícios, no nível regional, tanto da Argélia quanto do Marrocos, foi rubricado, na cidade de Skhirat, no Marrocos, acordo de paz entre o governo de Tobruk e importantes apoiadores do governo em Trípoli, que prevê a formação de um "governo de acordo nacional", na Líbia. O papel de Marrocos e Argélia na facilitação do diálogo entre as facções líbias tem recebido amplo reconhecimento da comunidade internacional.

No que concerne às relações com o **Egito**, com a destituição do Presidente Mohamed Mursi, em julho de 2013, a Chancelaria marroquina passou a enfrentar delicada situação de equilíbrio político, uma vez que o então Chanceler marroquino, El-Othmani, é membro do islamista PJD, enquanto o Rei Mohammed VI teria demonstrado satisfação com a derrocada dos islamistas egípcios. Em maio de 2014, Abdel Fatah Al-Sissi, foi eleito Presidente do Egito, com 96.9% dos votos válidos. Em janeiro de 2015, o Chanceler egípcio Sameh Shoukry realizou visita ao Marrocos, na qual foram tratados temas da agenda bilateral, como a próxima realização de sessão da Alta Comissão Mista bilateral. Na ocasião, o Chanceler Shoukry manifestou o apreço de seu país pela "unidade territorial do Reino do Marrocos", em menção clara à questão do Saara Ocidental.

África subsaariana

O Marrocos não integra a **União Africana** desde 1984, quando o organismo reconheceu e admitiu como país-membro a República Saaraui. Ainda assim, o Marrocos possui ampla rede de influência junto a numerosos Estados africanos, particularmente na **África Ocidental** (o Marrocos possui 27 Embaixadas residentes no continente).

O discurso oficial do Marrocos sobre a centralidade do continente africano para sua política externa tem encontrado expressões concretas em importantes investimentos na África Ocidental (especialmente no setor financeiro, em telecomunicações e em mineração), no intercâmbio cultural, educacional e religioso, na cooperação técnica, bem como na articulação com as forças de segurança e inteligência locais. Em 2015, o Rei marroquino realizou, pelo terceiro ano consecutivo, périplo por países africanos, o qual veio, mais uma vez, a confirmar a importância da África subsaariana para a estratégia marroquina de desenvolvimento e inserção internacional, bem como a renovada tentativa de converter amizades políticas em parcerias econômicas.

O Marrocos recebe fluxo constante de estudantes universitários africanos (cerca de cinco mil atualmente, a maior parte dos quais goza de incentivos marroquinos). Os laços religiosos são igualmente importantes, sobretudo pelos sítios de peregrinação sufista (especialmente na cidade imperial de Fez, 270 km a oeste de Rabat). Vale sublinhar que em suas visitas recentes a capitais africanas, o Rei Mohammed VI, que porta o título de "príncipe dos crentes", tem mantido encontros com dignitários religiosos. O Marrocos é, ademais, importante centro formador de pregadores, especialmente os da Costa do Marfim e do Senegal.

Rabat vê com preocupação, ademais, a deterioração do quadro de segurança na África Ocidental, em especial o avanço de grupos terroristas e do tráfico de drogas na região. Para Rabat, as recentes crises políticas em alguns países dessa parte do continente estariam relacionadas à existência de laços de cooperação entre redes criminosas de tráfico internacional de drogas, contrabandistas de armas e células terroristas ligadas à "Al-Qaeda no Magrebe Islâmico" (AQMI). Essas redes promoveriam processos irredentistas com efeitos adversos para o conjunto dos países do Magrebe e do Sahel.

Oriente Médio

As estreitas relações com o Ocidente resultam, historicamente, em perfil por vezes discreto no que se refere às questões relacionadas ao Oriente Médio, como o conflito israelo-palestino. Não obstante, o Marrocos é membro ativo da

Liga dos Estados Árabes (mais conhecida como "Liga Árabe") desde 1958, e da Organização da Conferência Islâmica (OCI), desde 1969. No Âmbito da OCI, o monarca marroquino preside o Comitê Al-Qods, criado em defesa do caráter islâmico da cidade de Jerusalém. Rabat sedia também a "Organização Islâmica para a Educação, a Ciência e a Cultura", a "ISESCO", instituição que mimetiza a UNESCO.

O Marrocos desempenha, de modo discreto, papel moderador na Liga Árabe. O Rei Mohammed VI tem manifestado desejo de encorajar evolução da Liga Árabe em direção a modelo de organismo regional com atribuições variadas, "inclusive na área de proteção a direitos humanos". O Marrocos teria interesse em viabilizar reformas no estatuto e na prática diplomática da Liga Árabe.

Em período recente, o Marrocos tem buscado maior envolvimento nas negociações de paz para o conflito israelo-palestino, o que se reflete em maior engajamento na "iniciativa árabe para a paz", no âmbito da Liga Árabe. O maior protagonismo marroquino tem levado em conta a nova correlação de forças no plano regional, após a eclosão, em 2011, dos movimentos contestatórios árabes, bem como inflexão na posição norte-americana para a região. Autoridades marroquinas também ressaltam a importância da comunidade israelense de origem marroquina, segunda mais numerosa em Israel, após a russa, como importante fator para seu envolvimento na questão. A diplomacia marroquina foi especialmente vocal na denúncia de Israel por ocasião da invasão no sul do Líbano (dez/2008) e quando da interceptação da flotilha humanitária que se destinava a Gaza (jun/2010). Também foi altamente crítica à ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza em julho de 2014. Nessa ocasião, classificou a ofensiva como "inaceitável, injustificável e condenável perante o direito internacional".

As relações com os países do Golfo, por sua vez, são importantes, sobretudo por seu componente econômico. Países como Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, têm investido no Marrocos nos últimos anos, devido à estabilidade política do país e sua proximidade com o continente europeu. A existência de interesses econômicos convergentes tem-se traduzido, segundo analistas, em gestos políticos relevantes. Exemplo dessa interconexão entre interesses econômicos e políticos seria o rompimento de relações diplomáticas com Teerã, em março de 2009, em resposta a supostas ingerências de autoridades iranianas sobre o Barém. O Marrocos foi admitido, em 2011, como membro associado do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), instância de cunho político e econômico que reúne as monarquias do Golfo Pérsico. Avalia-se que o sistema monárquico marroquino, bem como os acontecimentos políticos em curso no Oriente Médio e norte da

África, teriam incentivado o convite ao Marrocos, país que se tem mantido relativamente à margem das rebeliões antigovernistas regionais.

Mais recentemente, o autointitulado "Estado Islâmico" passou a ser definido como "ameaça de segurança" pelo Marrocos. Em 2014, o grupo terrorista divulgou vídeo no qual jihadista marroquino realiza ameaças contra o Rei Mohammed VI. No início de 2015, caças F-16 marroquinos, em operação sob o comando de forças militares dos Emirados Árabes Unidos, realizaram bombardeios aéreos contra posições do Estado Islâmico no Iraque. No plano doméstico, o Marrocos tem realizado operações de segurança a fim de desmobilizar células terroristas potencialmente associadas ao grupo.

Turquia e China

As relações com a Turquia destacam-se por sua vertente econômica. Desde a entrada em vigor de acordo de livre comércio entre os dois países, em 2006, o intercâmbio comercial mais que decuplicou, passando de US\$ 127 milhões, em 2005, para US\$ 2,22 bilhões, em 2014. O déficit no saldo comercial com a Turquia, contudo, chegou a US\$ 1,13 bilhão no mesmo ano. Em contrapartida ao desequilíbrio comercial, os investimentos de companhias turcas no Marrocos têm-se elevado, em especial nas áreas de construção e infraestrutura. O estoque de investimentos turcos no país, atualmente, é da ordem de US\$ 250 milhões.

O Marrocos busca ampliar o escopo de sua atuação diplomática mediante a intensificação das relações com o Extremo Oriente, especialmente com a China. O valor do intercâmbio comercial entre os dois países em 2014 alcançou US\$ 3,4 bilhões. Desse montante, US\$2,9 bilhões constituíram-se de exportações chinesas e US\$519 milhões de exportações marroquinas. Assim, o resultado do comércio bilateral favorece, sobretudo, o país asiático, atualmente o quarto maior parceiro comercial do Marrocos. Por sua vez, o Marrocos é o segundo maior parceiro chinês na África. Em novembro de 2014, Marrocos e China assinaram mais de 30 acordos de cooperação econômica.

América Latina

A América Latina também consta entre as prioridades da política externa marroquina. Em maio/2010, Ministro e Secretário-Geral da Chancelaria marroquina realizaram visitas simultâneas a países da região, com o objetivo de dar novo impulso ao intercâmbio econômico e comercial bilateral e reforçar a

coordenação em instâncias internacionais, especialmente no âmbito da ASPA e da ASA. O governo do atual primeiro-ministro atribui grande importância à cooperação Sul-Sul e manifesta a intenção de aprofundar os vínculos com os países latino-americanos, em particular com o Brasil.

Em 2014, autoridades marroquinas realizaram visitas a países latino-americanos e participaram de conferências regionais. O país tornou-se membro-observador do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e da Aliança do Pacífico.

Cabe ressaltar a reaproximação ocorrida entre o Marrocos e o Paraguai, país que, em janeiro de 2014, retirou o reconhecimento diplomático à República Saaraui.

Ainda em 2014, também houve visita do chanceler marroquino ao Peru, em comemoração aos 50 anos das relações diplomáticas entre os países. Nessa ocasião, os chanceleres anunciaram que iriam estabelecer acordo de "associação estratégica". Ainda afirmaram que tentarão negociar um acordo de livre-comércio.

O Marrocos tem buscado ampliar sua presença na região com vistas a conter o avanço da atividade política e diplomática da República Saaraui na América Latina.

Economia

Em 2014, o Marrocos foi a 61ª economia mundial, com PIB nominal de US\$109,2 bilhões. Sua economia, concentrada no setor de serviços (responsável por 61,1% do PIB nacional), seguida pelo setor industrial (24,9% do PIB) e agrícola (14%), tem como principais atividades a indústria têxtil e manufatureira, a pesca, a extração e processamento de minerais e a agricultura. O país, ademais de possuir grandes riquezas minerais (minério de ferro, cobre, chumbo, zinco e manganês), é o terceiro maior produtor e primeiro exportador mundial de fosfato e tem planejado ampliar a extração desse mineral.

Segundo dados do FMI, o Marrocos completou, ao final de 2014, dezessete anos consecutivos de expansão econômica. Em 2010, o país cresceu 3,6% e, em 2011, o crescimento foi de 4,9%. No biênio seguinte, o país logrou expansão de 2,7%, em 2012, e de 4,4%, em 2013. A última avaliação do FMI sugere que o Marrocos continuou registrando comportamento positivo em 2014,

ano em que registrou crescimento de 2,9%. O PIB nominal marroquino atingiu US\$ 109,2 bilhões em 2014, e o PIB per capita local foi de US\$ 3.291.

A economia marroquina parece ter tomado particular fôlego no primeiro semestre de 2015. A inflação manteve-se sob controle, por volta dos 2%, assim como se reduziram os défices fiscal e da conta corrente, o que favoreceu o crescimento das reservas internacionais. O banco central marroquino prevê crescimento da ordem de 5% em 2015, devido ao incremento de 15% da produção agrícola e de 3,5% das atividades não agrícolas no primeiro semestre do ano em curso, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

O FMI também estima que o país continuará a apresentar taxas positivas de expansão da economia. O crescimento projetado para o atual biênio 2015-2016 é em torno de 4,5% a.a. O índice em apreço deverá encontrar amparo nas transferências de marroquinos residentes no exterior, bem como nos fluxos de investimento dos países do Golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait). O turismo receptivo, importante componente da matriz econômica, declinou nos últimos anos, em razão do desaquecimento do nível de atividades na União Europeia, principal fonte de turismo emissivo para o Marrocos. O bom desempenho do setor agrícola, que abriga parte substantiva da população economicamente ativa, tem sido determinante para o bom desempenho geral da economia marroquina.

A economia marroquina é altamente vulnerável a fatores exógenos, sobretudo a:

a) variações no desempenho da economia europeia, que exercem impacto direto sobre as principais exportações do país, o influxo de turistas estrangeiros e as remessas de divisas de expatriados, responsáveis por cerca de 8% do PIB nacional (o equivalente a 20% da força de trabalho doméstica está empregada na Europa);

b) flutuações nos preços das commodities, especialmente dos fosfatos, uma das principais exportações marroquinas; e

c) os preços do petróleo e do gás, uma vez que o país é dependente de importações de hidrocarbonetos, sua principal fonte energética (cerca de 80% do consumo de eletricidade no país provém de geradores térmicos).

Preocupada em promover o crescimento inclusivo da população, a coalizão governista atual vinha, desde 2011, ampliando gastos sociais e com infraestrutura. De fato, a pobreza e o desemprego constituem os principais desafios econômicos do Marrocos, onde cerca de 10% da população vive abaixo da linha de pobreza e cerca 10% da população economicamente ativa encontra-se desempregada. O desemprego é maior entre os jovens portadores de diploma (15%). Ainda são esperadas medidas para adaptar o sistema educativo às demandas das empresas, assim como o aumento do nível de escolaridade dos

jovens em geral, e das meninas, em particular. Com esse objetivo, o rei marroquino instituiu, em julho de 2014, o Conselho Superior da Educação, da Formação e da Pesquisa Científica.

Com vistas a satisfazer as demandas populares, o Governo mantém histórica política de subsídio aos principais bens de consumo (combustíveis, trigo, óleo comestível, açúcar), a qual representa cerca de 7% do PIB marroquino, e contribui para o déficit público do país. Dessa forma, em 2015, o PJD, após vários anos de défices fiscal e externo crescentes, tem trabalhado para introduzir reformas fiscais sensíveis, consubstanciadas, sobretudo, em cortes nos subsídios de combustível. Esses cortes já ensejaram a diminuição de cerca de 1% do gasto total com subsídios em termos do PIB. O governo ainda deverá suspender as subvenções aos cereais, ao açúcar e ao gás de cozinha. Para tanto, tenta-se aprofundar a distribuição de renda aos mais necessitados, por intermédio de programas sociais, sobretudo nas áreas de saúde e de educação.

A despeito de tentativas governamentais de diversificar a economia, o crescimento do PIB tende a refletir, em grande medida, as variações no setor agrícola, responsável por 40% do emprego da população economicamente ativa do país. As principais culturas são o trigo, a cevada e o milho. Nos últimos anos, o Marrocos tem avançado em direção à autossuficiência agrícola, mas depende, ainda que em menor grau, de importações de produtos de origem animal e de cereais para satisfazer sua demanda interna.

A indústria pesqueira marroquina, por sua vez, é beneficiada por litoral excepcionalmente piscoso. No entanto, o país não possui frota pesqueira e indústrias de processamento suficientes para se beneficiar plenamente de seus recursos marítimos. Acordo firmado com a União Europeia, em 1996, autorizava barcos pesqueiros, em sua maioria espanhóis, a pescarem em águas marroquinas. Em dezembro de 2011, o Parlamento Europeu decidiu-se por não renovar o acordo de pesca provisório, firmado em fevereiro do mesmo ano. Contudo, novo acordo sobre o tema foi assinado entre as partes em julho 2013, o que permitiu o retorno de 120 navios europeus às águas territoriais do Reino. Ademais, o Marrocos deverá se beneficiar da liberalização recíproca do comércio de produtos agrícolas e da pesca, prevista em acordo aprovado pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 2012.

As indústrias marroquinas dedicam-se principalmente ao processamento de produtos primários ou de manufaturas de baixo valor agregado. Entretanto, há no Marrocos algumas indústrias mecânicas e montadoras de automóveis instaladas na zona industrial de Casablanca, cuja produção destina-se, sobretudo, aos mercados europeus. Por outro lado, o país conta com um extenso parque de

indústrias no setor de fertilizantes e produtos químicos, aproveitando-se das grandes jazidas minerais (fosfato, enxofre, cálcio) disponíveis em seu território.

O setor bancário tem-se desenvolvido rapidamente, com base em estímulos governamentais e investimentos estrangeiros, provenientes, sobretudo, dos países do Golfo Pérsico. Nos últimos anos, o Marrocos tem atraído investimentos da ordem de US\$ 500 milhões a US\$ 2 bilhões por ano. O país integra a lista de principais destinos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na África. O rápido crescimento no volume de IEDs entre 2002 e 2006 – período em que esse tipo de investimento saltou de US\$ 79 milhões para US\$ 2,7 bilhões – pode ser atribuído ao programa de privatizações e concessões de serviços públicos, conduzido pelo Governo marroquino.

Assim como os demais países da África do Norte, o Marrocos sofreu drástica redução no volume de investimento estrangeiro direto (IED), após a crise financeira que se abateu, em 2008, sobre alguns de seus principais investidores externos, particularmente os países do Golfo Pérsico e da Europa. Os principais países investidores no Marrocos são França, Kuwait, Bélgica, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Suíça, Alemanha e Itália. Os setores econômicos privilegiados para IED são construção civil, turismo, serviços bancários, mineração, obras e serviços públicos, telecomunicações, geração de energia de fontes renováveis e transportes. O Marrocos espera retomar os níveis anteriores de investimentos estrangeiros diretos, atraindo investimentos chineses nas áreas de logística e de instalações portuárias. Para a China, o Marrocos poderia tornar-se uma central de distribuição de produtos para a Europa e para outros países africanos.

No tocante à política monetária, o contexto caracterizado por inflação baixa, crescimento relativamente modesto e demanda interna e externa enfraquecidas levou o Banco Central marroquino a diminuir a taxa de juros para 2,5%. Essa medida de facilitação de acesso ao crédito será acompanhada de programa visando a estimular o empréstimo bancário ao setor privado, enquanto se mantém a inflação em baixa e o controle de preços ao consumidor. No que diz respeito à política financeira, uma lei bancária aprovada pelo Parlamento em novembro de 2014 reforçará a regulação, a supervisão e a capacidade em absorver choques econômicos e financeiros, tanto interna quanto externamente.

No campo do turismo, importante setor da economia marroquina, as receitas caíram 6,6% apenas no primeiro semestre de 2015, refletindo as preocupações com a insegurança no Norte da África, bem como a continuação da incerteza econômica na zona do euro. O plano "Visão 2020", lançado em fevereiro de 2015, pretende dobrar o influxo de turistas estrangeiros em dez anos.

A política econômica governamental vem desenvolvendo programas de modernização da economia que contemplam a revitalização da infraestrutura urbana e rural e investimentos em educação e saúde. Planos como o "Marrocos Verde" foram designados para incrementar a produtividade dos setores agrícola e pesqueiro, respectivamente. O plano "Marrocos Verde" rendeu ao país, juntamente com Chile e China, prêmio da FAO, em junho de 2014, por ter alcançado o primeiro Objetivo do Milênio para o Desenvolvimento, relativo ao combate à fome.

Os setores de pesquisa e alta tecnologia também constam entre as principais prioridades do Governo. São de vital importância para o país os investimentos em fontes renováveis de energia, tendo em vista a necessidade reduzir-se a dependência das importações de hidrocarbonetos. O "Programa Integrado de Energia Solar", anunciado em 2009, constitui um dos eixos principais da estratégia energética marroquina, cujo ambicioso objetivo é o de prover, a médio e longo prazos, pelo menos 42% das necessidades energéticas com fontes renováveis.

No comércio externo, a balança comercial é cronicamente deficitária, mesmo à luz do bom desempenho das vendas externas nos últimos anos. Nessas condições, em 2014, o déficit marroquino em transações comerciais de bens somou US\$ 22,2 bilhões, com redução de 4,4% sobre o saldo negativo de 2013. É válido ressaltar, a respeito, que a atual tendência de queda nas cotações internacionais do petróleo e derivados deve contribuir para a redução do déficit global da balança comercial do Marrocos, com efeitos positivos sobre a economia em geral. A este respeito, cabe recordar que, no acumulado até março de 2015, o déficit comercial do país limitou-se a US\$ 3,7 bilhões, com sensível redução de 41,8% sobre a cifra apurada em igual período do ano anterior.

Ao longo dos últimos dez anos, as exportações marroquinas de bens cresceram 112%, evoluindo de US\$ 11,2 bilhões, em 2005, para US\$ 23,7 bilhões, em 2014. No acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram decréscimo de 4,8% sobre o montante relativo a igual período do ano anterior. Ainda no que tange aos resultados de 2014, foram os seguintes os principais mercados de destino para a oferta marroquina: Espanha (participação de 21,8%); França (20,5%); Brasil (4,7%); Itália (4,3%); Estados Unidos (3,6%); Índia (3,6%); Reino Unido (2,9%). O Brasil ocupou a terceira posição entre os mercados para produtos marroquinos, graças, sobretudo, às maciças importações brasileiras de adubos, fertilizantes e combustíveis.

Ainda com relação a 2014, foram os seguintes os principais produtos da pauta global de exportação do Marrocos: máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (15,9% do total); artigos de vestuário, de malha ou não (13,9%);

veículos e autopeças (10,3%); adubos e fertilizantes (8,7%); produtos químicos inorgânicos (6,5%); cal, cimento e enxofre (5,5%); combustíveis e lubrificantes (5,0%); pescados (4,3%).

Alguns setores não tradicionais despontam, como a exportação de carros, graças ao investimento da Renault e outras empresas europeias na zona franca do porto de *Tanger-Med*, em Tânger, que gerou aproximadamente US\$ 207 milhões de vendas ao exterior de automóveis de passeio no primeiro semestre de 2012, e cresce rapidamente. Outro setor é o aeronáutico (sobretudo montagem de conjuntos, cabeamentos e manutenção), igualmente concentrado naquela zona franca. Nos primeiros meses de 2015, os setores aeronáutico, automobilístico e agrícola cresceram 11%. Ademais, a exportação de fosfatos cresceu 22%.

As importações marroquinas de bens cresceram 121% nos últimos dez anos, tendo em conta que passaram de US\$ 20,8 bilhões, em 2005, para atingir o nível de US\$ 45,9 bilhões, em 2014. No que tange ao acumulado de janeiro a março de 2015, porém, sofreram forte retração de 23,9% sobre o valor da mesma base temporal do ano anterior. Essa retração pode ser explicada pela queda do preço do petróleo e pela colheita recorde de trigo, produto básico da culinária marroquina.

Em termos geográficos, os sete principais fornecedores de bens ao Marrocos em 2014 foram: Espanha (13,4% de participação no total importado pelo país); França (13,3%); China (7,7%); Estados Unidos (7,2%); Arábia Saudita (5,4%); Alemanha (5,2%); Itália (5,0%). O Brasil foi o 18º supridor do Marrocos, detendo participação de 1,2% no total das importações do país.

Em relação à composição da demanda marroquina, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados no ano passado: combustíveis e lubrificantes (23,9% do total importado); máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (8,6%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (8,4%); veículos e autopeças (7,2%); cereais (4,6%); plásticos e manufaturas de plástico (4,2%); ferro fundido, ferro ou aço (3,1%).

Saara Ocidental

O Saara Ocidental é um território desértico de 266.000 km², situado no extremo noroeste do continente africano. Com uma população de 513 mil habitantes, é uma das regiões menos povoadas do planeta. A região é rica em

fosfatos e recursos pesqueiros e, especula-se, pode também com reservas de petróleo e gás.

Desde a década de 1960, a questão do Saara Ocidental tem sido tratada no âmbito das Nações Unidas, no contexto do processo de descolonização do continente africano. Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas, motivada por solicitação marroquina, confirmou o "direito inalienável do povo saarauí à autodeterminação" (Resolução nº 2.229), exortando a Espanha a realizar um referendo sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em 1974, por iniciativa do Marrocos, que oficialmente reivindicava o território desde 1957, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o *status* do Saara Ocidental.

Em decisão proferida em outubro de 1975, a Corte Internacional de Justiça respondeu que o Saara Ocidental não era "*terra nullius*" ("terra sem dono") à época de sua colonização pela Espanha, e que pertencia a seus habitantes, os saarauís.

Em novembro de 1975, o Marrocos lançou a "Marcha Verde", campanha militar com o objetivo de ocupar a região do Saara Ocidental. A campanha desencadeou hostilidades entre o Exército marroquino e a chamada "Frente Polisário" – movimento independentista que desde 1973 lutava pela "libertação do povo saarauí".

Ainda em novembro de 1975, a Espanha firmou com Marrocos e Mauritânia o Acordo de Madri, pelo qual a Espanha se retirava do Saara Ocidental em troca da manutenção de concessões para exploração de pesca e fosfato em sua antiga colônia. Estabeleceu-se o controle repartido do território entre o Marrocos, ao norte, e a Mauritânia, ao sul.

A disputa pelo controle territorial do Saara Ocidental transformou-se em guerra envolvendo Mauritânia, Marrocos e a Frente Polisário – que, em fevereiro de 1976, proclamou a "República Árabe Saarauí Democrática", mais conhecida pela sigla RASD ou, simplesmente, como "República Saarauí".

Em 1979, a Mauritânia acabou por retirar-se do território saarauí. O Marrocos, então, passou a exercer controle de fato sobre a maior parte do Saara Ocidental, incluindo todas as suas principais cidades, enquanto prosseguia luta de independência capitaneada pela Frente Polisário.

Com vistas a solucionar pacificamente o impasse, o Conselho de Segurança da ONU patrocinou um acordo de cessar-fogo, em 1991, e criou a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Divergências entre o Marrocos e a Frente Polisário quanto à delimitação dos

participantes do referendo impediram, contudo, a realização do pleito que definiria o *status* final do território em disputa.

Mais de vinte anos após o estabelecimento da MINURSO, continua hoje pendente de solução a questão do exercício da autodeterminação do povo saaraui. A realização de um referendo deixou inclusive de ser explicitamente mencionada nas sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU de renovação do mandato da MINURSO.

A posição essencial do Marrocos é que o Saara Ocidental deve permanecer sob sua soberania, gozando, entretanto, de autonomia para a condução da administração local, com base no modelo de "regionalização avançada", lançado pelo Rei, em 2010, e incorporado na nova Constituição de 2011. A Frente Polisário, por sua vez, continua a exigir referendo popular sobre o status político do território que incluía a opção de independência.

Há anos realizam-se rodadas formais e informais de negociações sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas. Nenhuma das partes aceita, contudo, a proposta da outra como base única para as negociações.

Entre maio e agosto de 2012, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Saara Ocidental, o norte-americano Christopher Ross, esteve impedido de exercer suas funções por voto de desconfiança marroquino. Após apelo do Secretário-Geral da ONU ao Rei Mohammed VI, o Enviado Especial pôde voltar às suas atividades.

Em relatório apresentado ao Conselho de Segurança em abril de 2013, o Secretário-Geral Ban Ki-moon reiterou a necessidade de monitoramento da situação de direitos humanos no Saara Ocidental pela MINURSO. Em consonância com esse relatório, em meados de abril, os EUA apresentaram minuta de resolução do Conselho de Segurança que outorgaria à MINURSO mandato na área dos direitos humanos. O tema suscitou firme oposição por parte do Marrocos, que, após reunião do Gabinete da Corte Real marroquina de 19 de abril, comunicou sua rejeição categórica à proposta. De acordo com o a declaração do Marrocos, a adoção da medida pelo Conselho de Segurança colocaria em risco a continuidade das negociações e ameaçaria a estabilidade regional.

Após consultas com o Governo marroquino, os Estados Unidos apresentaram nova minuta de resolução tendo retirado a parte de monitoramento dos direitos humanos. Assim, o mandato da MINURSO foi renovado por resoluções de 2014 e 2015, sem qualquer mudança substancial em relação às resoluções dos anos anteriores, inclusive no que diz respeito ao monitoramento dos direitos humanos, que não foi adicionado às responsabilidades da missão. A

Resolução 2218, última sobre o tema, aprovada em 28 de abril de 2015, prorrogou o mandato da MINURSO e não conteve alterações significativas.

Na Assembleia Geral das Nações Unidas, a questão do Saara Ocidental é tratada no Comitê Especial de Descolonização (G-24), órgão subsidiário da Comissão de Política Especial e Descolonização. Todos os anos, resolução sobre o tema é adotada por consenso, após árduas negociações entre os países que apoiam o lado marroquino e aqueles que apoiam a Frente Polisário (liderados pela Argélia).

O Brasil tem defendido uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para a questão saarauí, baseada no princípio da autodeterminação e nas resoluções da Organização das Nações Unidas acerca do tema. O Governo brasileiro acredita que uma solução duradoura somente poderá ser alcançada por meio do fortalecimento da confiança mútua e da negociação entre as partes.

O Brasil favorece o tratamento multilateral à questão. No último mandato em que esteve como membro no Conselho de Segurança da ONU (biênio 2010/2011), o Brasil buscou contribuir para o avanço das tratativas, bem como favorecer progresso no tratamento do tema, inclusive quanto ao aspecto dos direitos humanos do povo saarauí.

Atualmente, dez observadores militares brasileiros integram a Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO). Em janeiro de 2015, o Major Intendente Adriano Maia Ribeiro de Azevedo, da Força Aérea Brasileira, assumiu o comando de uma base da Missão da ONU no Saara Ocidental, na vila de Tifariti.

Cooperação humanitária direcionada ao povo saarauí

Até que um acordo definitivo seja alcançado, o Governo brasileiro considera indispensável velar pelo bem-estar da população saarauí e assegurar-lhe o apoio de natureza humanitária. A cooperação humanitária prestada pelo Brasil ao povo saarauí se dá pelas vias multilaterais, em benefício dos campos de refugiados saarauís localizados no território argelino.

Em julho de 2010, o Governo brasileiro realizou doação de US\$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas para a compra de bens considerados prioritários para a segurança alimentar e nutricional dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em Tindouf.

Em setembro de 2012, o Governo brasileiro realizou nova doação de US\$ 120 mil ao ACNUR (Agência da ONU para refugiados) a fim de apoiar as atividades da organização em benefício dos refugiados saarauís. Em março de 2014, o Brasil concluiu doação de cerca de duas mil toneladas de arroz, para a

operação prolongada de socorro e recuperação, desenvolvida com refugiados do Saara Ocidental pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), na Argélia. Em 2015, o Brasil anunciou nova doação, de 1.080 toneladas de feijão e 450 toneladas de arroz, igualmente por meio do PMA, para atendimento de refugiados saarauís nos campos de Tindouf.

Anexos

Cronologia da Política Interna do Marrocos

Século VII	Árabes conquistam a região que constitui hoje o Marrocos, tradicionalmente habitada por povos berberes; introdução do Islã e da língua árabe.
Século XII	A dinastia berbere dos Almóadas domina o país, e parte para conquistas na Península Ibérica.
Século XIII	Declínio dos Almóadas.
Século XVI	Invasores otomanos, vindos da Argélia, tentam conquistar Marrocos, mas são rechaçados.
1578	Marrocos derrota as forças portuguesas na Batalha de Alcácer-Quibir, em que desaparecerá o Rei D. Sebastião; pelos próximos três séculos as potências europeias não realizarão incursões contra o território marroquino.
Século XVII	Início da dinastia alauita, que ainda reina sobre o país.
1830	Marrocos se envolve na guerra franco-argelina, mas se retira após protestos franceses.
1859	Guerra com a Espanha pelos territórios de Ceuta e Melilla.
1906	Conferência de Algeciras media disputa franco-germânica pelo Marrocos, e enfraquece o poder do sultanato local.
1912	Início do protetorado francês sobre o Marrocos.
1955	Início do reinado de Mohammed V.
1956	Independência do Marrocos.
1961	Morte de Mohammed V. Início do reinado de Hassan II; período de instabilidade política.
1991	A "Marcha Verde", promovida por Hassan II, ocupa o Saara Ocidental.
1991	O Reino do Marrocos e a Frente Polisário assinam um acordo de cessar-fogo. Iniciam-se as operações da Missão da ONU no Saara Ocidental (MINURSO), que são prorrogadas sucessivamente até os dias de hoje.
1999	Morte de Hassan II; assume Mohammed VI.
2003	Normalização das relações com a Espanha, após impasse sobre a ilha de Perejil, situada no Estreito de Gibraltar.
2007	Marrocos lança o seu plano de autonomia para o território do Saara Ocidental, rejeitado pela Frente Polisário.

2011	Após diversas manifestações populares nas principais cidades do país, o Rei Mohamed VI anuncia projeto de reforma da Constituição voltado à descentralização do poder e o fortalecimento das instituições democráticas.
2011	Criação, em março, do "Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH", que substitui o "Conselho Consultivo dos Direitos Humanos - CCDH", instância criada no final do reinado de Hassan II.
2011	Atentado terrorista em restaurante em Marraquexe. Autoria atribuída a três cidadãos marroquinos.
2011	Conclusão, em 17 de junho, dos trabalhos da Comissão de revisão constitucional. Fulcro da reforma reside na reformulação dos artigos 19 e 23 da Carta anterior, os quais conferiam poderes absolutos ao monarca em ambas as dimensões de líder religioso e político.
2011	Constituição aprovada em referendo popular, em 1º de julho, por ampla margem de votos. Alto índice de participação popular representa significativo respaldo ao monarca.
2011	Realização de eleições legislativas, em 25 de novembro. Vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD) e nomeação de Abdelilah Benkirane ao cargo de Primeiro-Ministro.
2012	Formação de coalizão governista, em janeiro, composta pelos partidos PJD, Partido Istiqlal (PI), Movimento Popular (MP) e <i>Parti du Progrès et du Socialisme</i> (PPS).
2013/julho	PI abandona coalizão governista, com pedido de demissão de seus cinco ministros compondo o gabinete.
2013/outubro	É composto o novo Gabinete de Ministros, o qual refletiu a nova correlação de forças da base de apoio do Governo, tendo o RNI passado a contar com oito pastas. O MP manteve seis ministros, e o PPS, cinco.
2015/maio	Renovação ministerial após a demissão de quatro ministros. Para a pasta da Juventude e dos Esportes, nomeação do Ministro Mohand Laenser, Secretário-Geral do Movimento Popular; para a função de Ministro-Adjunto da Educação Nacional e da Formação Profissional, opção pelo Khalid

	Berjaoui, também do MP; a Deputada Jamila Mossali, do PJD, assumiu a função de Ministra-Adjunta do Ensino Superior, da Pesquisa Científica e da Formação de Quadros; e o Deputado Abdelaziz el Omari foi escolhido para a pasta de relações com o Parlamento.
2015/julho	Desmobilização de célula terrorista de oito membros com laços com o grupo jihadista "Estado Islâmico" pelas forças de segurança marroquinas
2015/setembro	Realização de eleições para os conselhos municipais e regionais, e subsequentemente, eleição dos presidentes das 12 regiões administrativas.

Cronologia das Relações Brasil-Marrocos

1963	Abertura da Embaixada do Brasil em Rabat.
1967	Abertura da Embaixada do Marrocos em Brasília.
1975	Assinatura do acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países.
1980	Visita do Primeiro-Ministro marroquino Maati Bouabide ao Brasil, em maio.
1984	Visita do Presidente João Figueiredo ao Marrocos, em abril.
1992	Visita do Chanceler Francisco Rezek ao Marrocos, em janeiro.
1992	Visita do Príncipe Sidi Mohammed ao Rio de Janeiro para participar da Rio-92, em junho.
1994	Visitas do Chanceler Celso Amorim em abril e outubro.
1999	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Abdellatif Filali, em fevereiro.
2004	Visita do Rei Mohammed VI ao Brasil, em novembro; assinatura do Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e o Reino do Marrocos.
2005	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Marrocos, em março.
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2007	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Mohamed Benaïssa.
2008	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Marrocos, em Rabat, nos dias 24 e 25 de junho, com a presença do Chanceler Celso Amorim.
2009	Visita ao Marrocos do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, em janeiro.
2010	Realização, em Brasília, da I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos Brasil-Marrocos, em março.
2010	Visita ao Brasil do Ministro da Indústria, Comércio e Novas Tecnologias do Marrocos, do Ministro do Emprego e de Assuntos Sociais e do Ministro para o Artesanato e o Ministro do Comércio Exterior, em dezembro.
2011	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos, Youssef Amrani.
2011	Visita ao Marrocos do ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, Antonio Florence, acompanhado do Presidente da Embrapa e do Dr. José Graziano, então candidato ao cargo de DG-FAO. Assinatura do "Memorando de Entendimento entre Brasil e Marrocos sobre Cooperação em matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural".

2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota ao Marrocos.
2012	Visita ao Marrocos do Ministro da Defesa, Celso Amorim. Encontro com o novo Chanceler marroquino, Saad-Eddine El-Othmani, e com o Ministro Delegado junto ao Primeiro-Ministro encarregado da Administração da Defesa, Abdellatif Loudiyi.
2012	Visita ao Brasil do Presidente da Câmara dos Conselheiros do Marrocos, Mohamed Cheikh. Encontro com o então Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.
2012	Participação da delegação marroquina, chefiada pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). À margem da conferência, encontro entre Benkirane e a Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES). Reunião de trabalho entre o Ministro das Minas, Energia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Marrocos, Fouad Douriri, e o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.
2012	A Presidente da República, Dilma Rousseff, passa por Marraquexe, em escala técnica.
2013	Missão empresarial ao Marrocos, liderada pelo então Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, para abrir o Fórum de Negócios Brasil-Marrocos.
2013	A Ministra da Cultura, Senadora Martha Suplicy (PT/SP), assina em nome do Brasil o Tratado de Marraquexe, celebrado no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a flexibilizar limitações de direitos autorais a livros e impressos feitos para pessoas cegas ou com deficiência visual.
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Saad-Eddine El-Othmani.
2013/dezembro	Visita ao Marrocos do Secretário-Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, em encontro com o Ministro de Transportes marroquino, Aziz Rabbah.
2014/janeiro	Visita ao Brasil do Chefe de Governo marroquino, Abdelillah Benkirane, por ocasião da posse presidencial da Presidenta da República.
2014/novembro	Visita ao Marrocos do Grupo Líderes Empresariais (LIDE), acompanhado do Governador de Goiás, Marconi Perillo, e do Senador Luiz Henrique da Silveira, em missão empresarial.
2014/novembro	Visita da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, por ocasião do II Fórum Mundial de Direitos Humanos. Acompanharam-na os Deputados Padre Ton (PT/RO), Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) e Nilmário Miranda (PT/MG).

2015/julho	Visita ao Brasil do Ministro do Equipamento, Transportes e da Logística do Marrocos, Azziz Rabbah.
2015/julho	Visita ao Marrocos do Senador Cristovam Buarque, para participar do colóquio "Forward to the Past: A New Second Cold War?"
2015/setembro	Missão oficial a Rabat de comitiva formada pelos Deputados César Halum (PRB/TO), Irajá Abreu (PSD/TO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Rosangela Gomes (PRB/RJ), Joaquim Passarinho (PSD/PA), Cleber Verde (PRB/MA), Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG) e Evair de Melo (PV-ES), com o objetivo de visitar o Parlamento marroquino.

Atos Bilaterais EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	30/04/1975	17/05/1978
Acordo Cultural	10/04/1984	16/07/1991
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	10/04/1984	13/07/1990

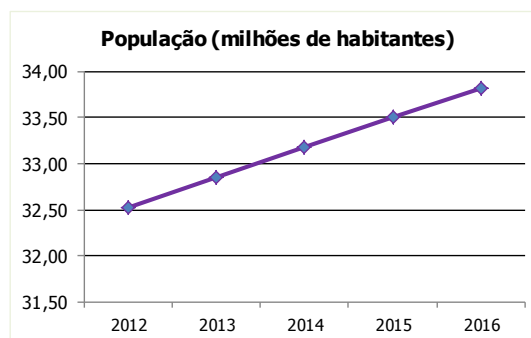
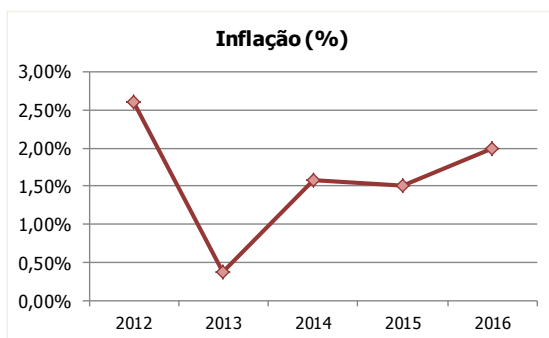
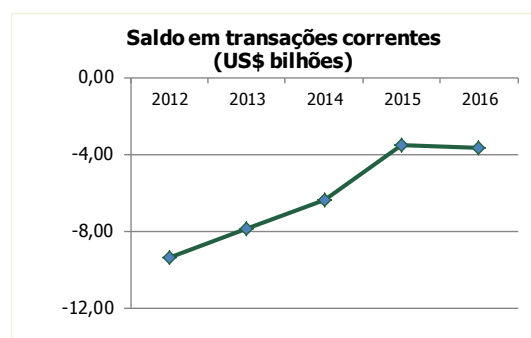
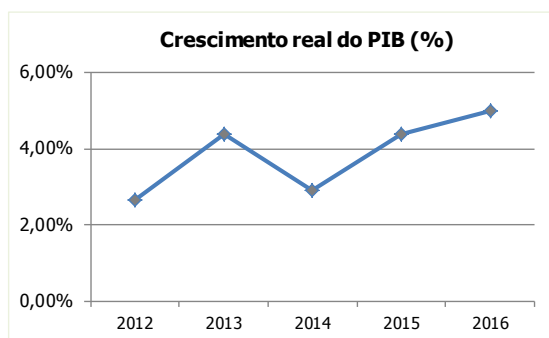
Dados Econômico-Comerciais

Principais Indicadores Socioeconômicos do Marrocos

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,67%	4,38%	2,92%	4,37%	4,98%
PIB nominal (US\$ bilhões)	95,90	103,84	109,20	102,04	109,15
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.949	3.161	3.291	3.046	3.227
PIB PPP (US\$ bilhões)	228,13	241,68	252,37	265,72	283,12
PIB PPP "per capita" (US\$)	7.015	7.356	7.606	7.931	8.370
População (milhões de habitantes)	32,52	32,85	33,18	33,50	33,83
Desemprego (%)	8,99%	9,24%	9,14%	9,04%	8,94%
Inflação (%)	2,60%	0,38%	1,57%	1,50%	2,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-9,35	-7,87	-6,38	-3,49	-3,62
Dívida externa (US\$ bilhões)	33,82	39,26	45,59	45,95	47,35
Câmbio (Dh / US\$)	8,60	8,38	8,38	9,89	10,36
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura			14,0%		
Indústria			24,9%		
Serviços			61,1%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report August 2015 e IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

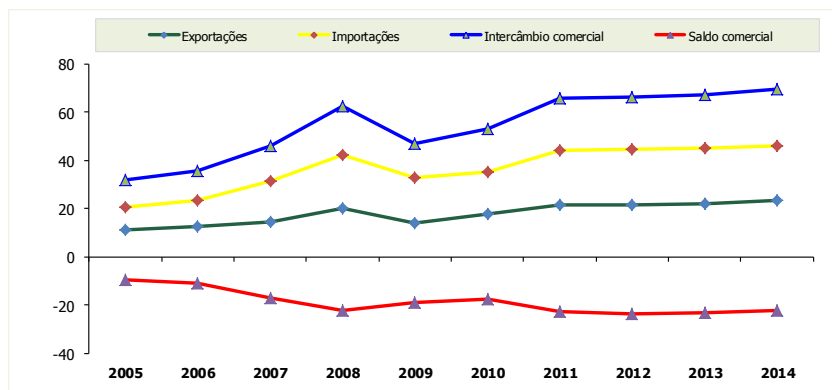
(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior do Marrocos
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	11,2	12,7%	20,8	16,7%	32,0	15,3%	-9,6
2006	12,5	12,0%	23,3	12,0%	35,8	12,0%	-10,8
2007	14,6	16,6%	31,7	35,8%	46,3	29,1%	-17,0
2008	20,3	39,0%	42,3	33,7%	62,6	35,4%	-22,0
2009	14,1	-30,7%	32,9	-22,3%	47,0	-25,0%	-18,8
2010	17,8	26,3%	35,4	7,6%	53,1	13,2%	-17,6
2011	21,7	93,6%	44,3	112,8%	65,9	106,1%	-22,6
2012	21,4	-1,1%	44,8	1,2%	66,2	0,4%	-23,4
2013	22,0	2,6%	45,2	0,9%	67,2	1,4%	-23,2
2014	23,7	7,9%	45,9	1,5%	69,6	3,6%	-22,2
2015(jan-mar)	5,66	-4,8%	9,37	-23,9%	14,98	-18,0%	-3,71
Var. % 2005-2014	111,8%	--	120,5%	--	117,5%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.*

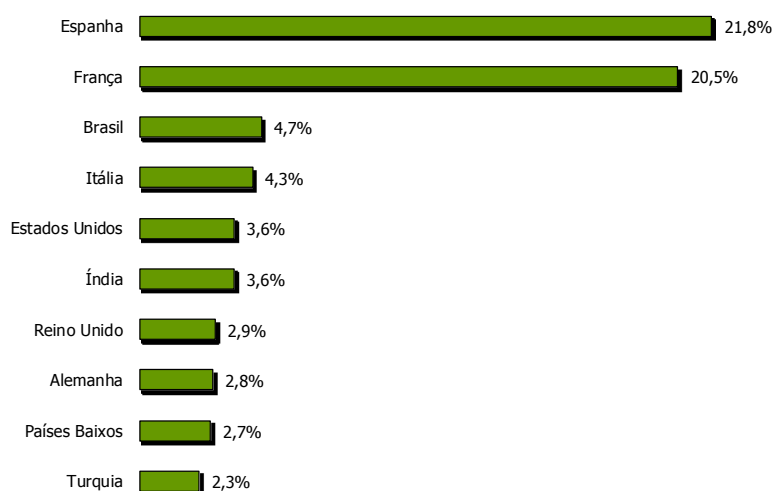


Direção das Exportações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	5.167	21,8%
França	4.863	20,5%
Brasil	1.104	4,7%
Itália	1.024	4,3%
Estados Unidos	859	3,6%
Índia	858	3,6%
Reino Unido	686	2,9%
Alemanha	666	2,8%
Países Baixos	645	2,7%
Turquia	544	2,3%
Subtotal	16.419	69,3%
Outros países	7.272	30,7%
Total	23.691	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais destinos das exportações

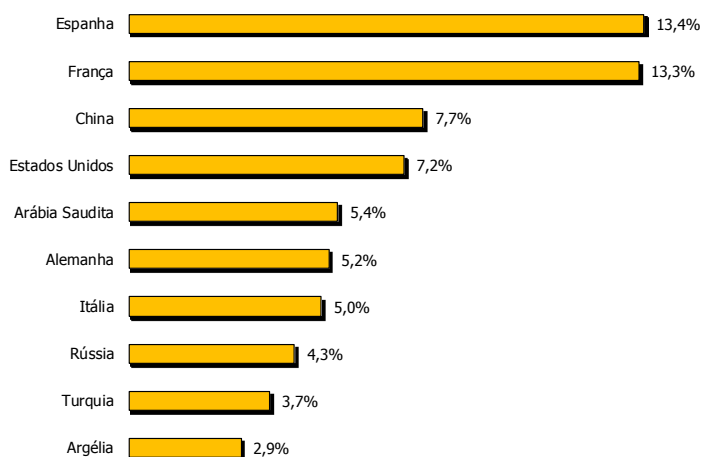


Origem das Importações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Espanha	6.146	13,4%
França	6.084	13,3%
China	3.511	7,7%
Estados Unidos	3.286	7,2%
Arábia Saudita	2.496	5,4%
Alemanha	2.388	5,2%
Itália	2.301	5,0%
Rússia	1.981	4,3%
Turquia	1.682	3,7%
Argélia	1.340	2,9%
...		
<i>Brasil (18ª posição)</i>	<i>546</i>	<i>1,2%</i>
Subtotal	31.759	69,2%
Outros países	14.120	30,8%
Total	45.879	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais origens das importações

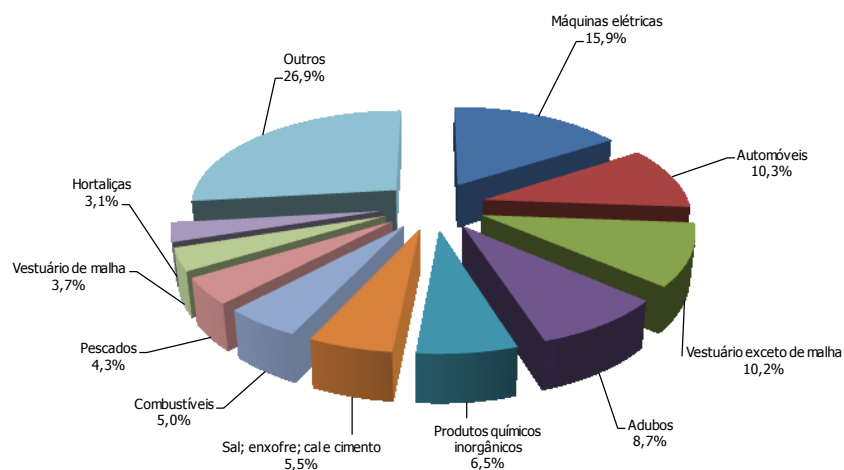


Composição das exportações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	3.761	15,9%
Automóveis	2.441	10,3%
Vestuário exceto de malha	2.407	10,2%
Adbos	2.065	8,7%
Produtos químicos inorgânicos	1.533	6,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	1.299	5,5%
Combustíveis	1.195	5,0%
Pescados	1.015	4,3%
Vestuário de malha	876	3,7%
Hortaliças	734	3,1%
Subtotal	17.328	73,1%
Outros	6.363	26,9%
Total	23.691	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

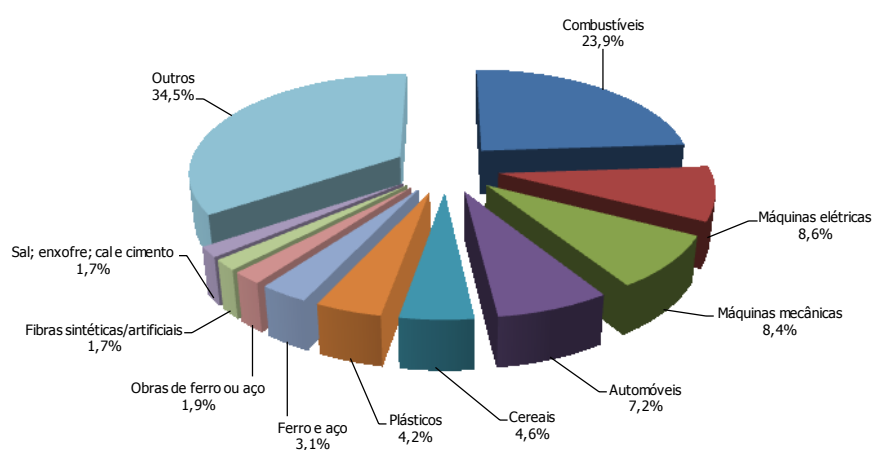


Composição das importações do Marrocos
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	10.983	23,9%
Máquinas elétricas	3.942	8,6%
Máquinas mecânicas	3.855	8,4%
Automóveis	3.314	7,2%
Cereais	2.131	4,6%
Plásticos	1.943	4,2%
Ferro e aço	1.439	3,1%
Obras de ferro ou aço	891	1,9%
Fibras sintéticas/artificiais	780	1,7%
Sal; enxofre; cal e cimento	764	1,7%
Subtotal	30.042	65,5%
Outros	15.837	34,5%
Total	45.879	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, September 2015.

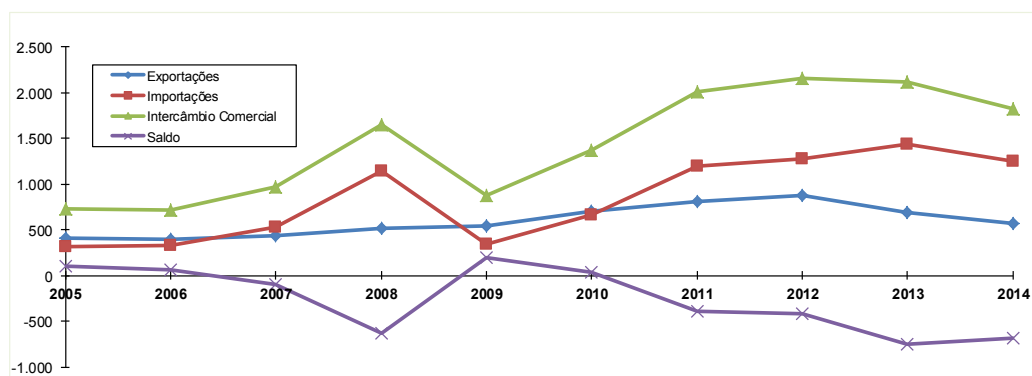
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Marrocos
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	414	18,7%	0,35%	311	29,2%	0,42%	726	23,0%	0,38%	103
2006	392	-5,5%	0,28%	331	6,4%	0,36%	723	-0,4%	0,32%	60,3
2007	438	11,9%	0,27%	532	60,7%	0,44%	970	34,3%	0,35%	-94,3
2008	511	16,7%	0,26%	1.144	114,9%	0,66%	1.655	70,6%	0,50%	-633
2009	538	5,3%	0,35%	339	-70,4%	0,27%	877	-47,0%	0,31%	199
2010	704	30,8%	0,35%	665	96,1%	0,37%	1.369	56,1%	0,36%	39,1
2011	811	15,2%	0,32%	1.196	79,9%	0,53%	2.007	46,6%	0,42%	-385
2012	872	7,5%	0,36%	1.281	7,1%	0,57%	2.154	7,3%	0,46%	-409
2013	689	-21,0%	0,28%	1.434	11,9%	0,60%	2.123	-1,4%	0,44%	-745
2014	568	-17,5%	0,25%	1.249	-12,9%	0,55%	1.818	-14,4%	0,40%	-681
2015 (jan-ago)	273	-0,7%	0,21%	503	-39,7%	0,42%	776	-30,0%	0,64%	-230
Var. % 2005-2014	37,2%	--	--	301,2%	--	--	150,5%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.*

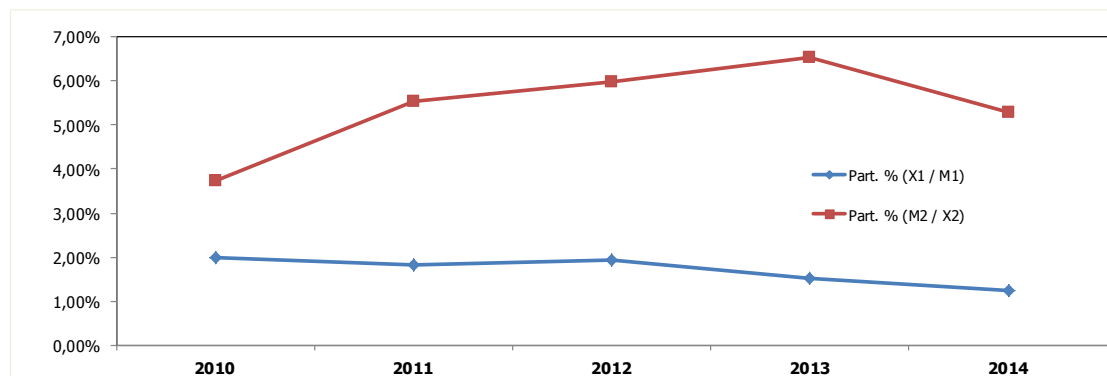


Part. % do Brasil no Comércio do Marrocos⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para o Marrocos (X1)	704	811	872	689	568	-19,3%
Importações totais do Marrocos (M1)	35.379	44.263	44.790	45.186	45.879	29,7%
Part. % (X1 / M1)	2,0%	1,8%	1,9%	1,5%	1,2%	-37,8%
Importações do Brasil originárias do Marrocos (M2)	665	1.196	1.281	1.434	1.249	87,9%
Exportações totais do Marrocos (X2)	17.765	21.650	21.417	21.965	23.691	33,4%
Part. % (M2 / X2)	3,7%	5,5%	6,0%	6,5%	5,3%	40,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do Marrocos e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

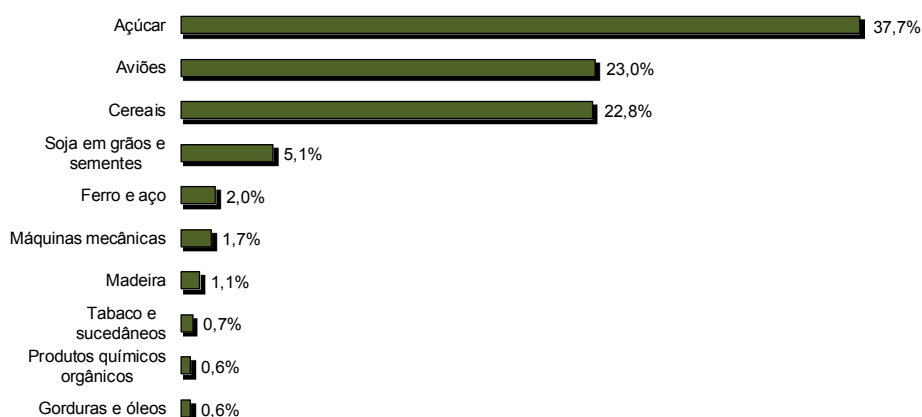


Composição das exportações brasileiras para Marrocos
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	535	61,3%	376	54,5%	214	37,7%
Aviões	0	0,0%	0	0,0%	130	23,0%
Cereais	273	31,3%	218	31,7%	130	22,8%
Soja em grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	29,1	5,1%
Ferro e aço	0	0,0%	0	0,0%	11,1	2,0%
Máquinas mecânicas	10,5	1,2%	4,5	0,7%	9,8	1,7%
Madeira	3,9	0,4%	3,7	0,5%	6,2	1,1%
Tabaco e sucedâneos	12,0	1,4%	8,9	1,3%	3,8	0,7%
Produtos químicos orgânicos	0,3	0,0%	6,0	0,9%	3,2	0,6%
Gorduras e óleos	15,7	1,8%	50,0	7,3%	3,1	0,6%
Subtotal	851	97,5%	667	96,8%	541	95,1%
Outros produtos	22	2,5%	22	3,2%	28	4,9%
Total	872	100,0%	689	100,0%	568	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

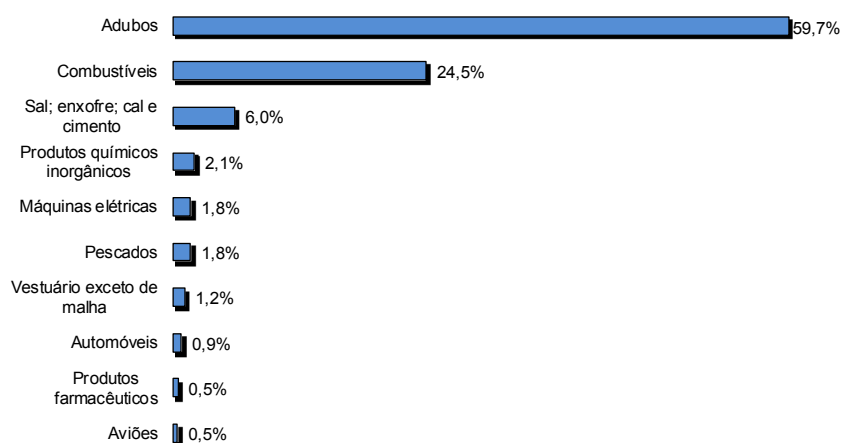


Composição das importações brasileiras originárias de Marrocos
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adbos	834	65,1%	1.034	72,1%	746	59,7%
Combustíveis	248	19,4%	226	15,8%	306	24,5%
Sal; enxofre; cal e cimento	92	7,2%	70	4,9%	75	6,0%
Produtos químicos inorgânicos	39	3,0%	18	1,2%	26	2,1%
Máquinas elétricas	22	1,7%	23	1,6%	22	1,8%
Pescados	23	1,8%	30	2,1%	22	1,8%
Vestuário exceto de malha	9,0	0,7%	14	1,0%	15	1,2%
Automóveis	0,0	0,0%	1,4	0,1%	11	0,9%
Produtos farmacêuticos	2,6	0,2%	3,9	0,3%	6,6	0,5%
Aviões	2,9	0,2%	3,6	0,3%	6,3	0,5%
Subtotal	1.273	99,3%	1.424	99,3%	1.237	99,0%
Outros produtos	8	0,7%	11	0,7%	12	1,0%
Total	1.281	100,0%	1.434	100,0%	1.249	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Setembro de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Aviso nº 485 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2015 (PDC nº 57, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.*

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 344, de 3 de novembro de 2014, submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI 00004/2014 MRE SDH MinC, assinada pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, pela Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes e por esta Relatora, na condição de Ministra da Cultura, cargo que exercia à época.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (com substitutivo), Cultura (com substitutivo), e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e

técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara em 8 de setembro de 2015, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

Conforme se destacou acima, a proposição sofreu modificação na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo oferecido pelo Relator, Deputado Aelton Freitas, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no sentido de determinar que a apreciação e aprovação do Decreto Legislativo que aprova o Tratado de Marraqueche obedeça ao mesmo rito utilizado para a aprovação de Emenda Constitucional, nos termos do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988. A iniciativa justifica-se, tendo em vista que o Tratado de Marraqueche representa o cumprimento do disposto no artigo 30 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, matéria de direitos humanos, razão pela qual os Ministros que assinaram a Exposição de Motivos recomendaram que o tratado em tela seja aprovado pelo Congresso Nacional com status de norma constitucional.

O Tratado em apreço, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), visa a compensar a escassez de obras publicadas em formato acessível a pessoas com deficiência visual, que deixam de ter acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades.

O texto do ato internacional em questão conta com 22 artigos. Dentre eles cumpre destacar o artigo 3º, que determina que serão beneficiárias de seus dispositivos as pessoas cegas ou que tenham deficiência visual ou outra deficiência de percepção ou de leitura que não possa ser corrigida para se obter uma acuidade visual substancialmente equivalente à de uma pessoa que não tenha esse tipo de deficiência ou dificuldade, e para quem é impossível ler material impresso de uma forma substancialmente equivalente à de uma pessoa sem deficiência ou dificuldade; ou que esteja impossibilitada, de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos da forma que seria normalmente apropriada para a leitura, independentemente de quaisquer outras deficiências.

O artigo 4º determina exceções, a serem estabelecidas pela legislação nacional de cada país, referente ao direito de autor, no que diz respeito aos direitos de reprodução, de distribuição, bem como de colocação à disposição do público, conforme definido no Tratado da OMPI sobre Direito do Autor, para facilitar a disponibilidade de obras em formatos acessíveis aos

beneficiários. Da mesma forma, os artigos 5º e 6º estabelecem o intercâmbio transfronteiriço desimpedido desses formatos acessíveis, tanto entre entidades autorizadas quanto entre essas entidades e indivíduos de outros países.

O artigo 8º garante a privacidade dos beneficiários das limitações e exceções previstas no Tratado em tela, e o artigo 9º, por sua vez, detalha iniciativas de cooperação voltadas à facilitação do intercâmbio transfronteiriço dos exemplares.

Os artigos 10 e 11 tratam de princípios gerais sobre a implementação do Tratado, estipulando que as Partes Contratantes deverão exercer os direitos e cumprir os deveres que tenham assumido no âmbito da Convenção de Berna, do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio e do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor.

O artigo 12 reconhece aos Estados Partes o direito de implementarem ou manterem, em sua legislação nacional, outras limitações ou exceções ao direito de autor em benefício de pessoas com deficiência.

O artigo 13 cria uma Assembleia das Partes Contratantes para tratar das questões relativas à manutenção e desenvolvimento do Tratado, enquanto que o artigo 14 remete ao Escritório Internacional da OMPI as tarefas administrativas relativas ao ato internacional em questão.

Segundo o artigo 15, poderão ser Partes do Tratado os Estados Membros da OMPI, as organizações internacionais que tenham sido devidamente autorizadas, de acordo com seus procedimentos internos, a aderirem, estando especificada a União Europeia, que já havia apresentado a mencionada autorização.

Tratam os dispositivos finais das cláusulas de praxe, como vigência, denúncia, idiomas e depositário.

Cumprasse assinalar que, posteriormente ao envio do presente Tratado ao Congresso Nacional, foi solicitada, por meio do Ofício nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Sérgio França Danese, encaminhado em 26 de maio de 2015 ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a substituição nos autos do PDC 57/2015, da tradução para o português do texto

do Tratado por versão corrigida com as alterações necessárias à adequação da tradução ao documento original.

A matéria tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância, de cujas negociações e cerimônia de adesão tive a honra de participar, quando à frente do Ministério da Cultura, representando o Brasil. O lançamento da proposta deste acordo fora feito pelo Brasil, em conjunto com o Equador e o Paraguai, em 2009. Por essa razão, no momento em que se celebrava a adesão dos países reunidos em Marraqueche ao acordo, recebi, na qualidade de representante do Brasil, homenagem do Ministro das Comunicações do Marrocos, Sr. Mustafá Khalfi, pelo empenho de nosso País em concretizar o projeto. Tratou-se de momento de muita emoção e grande importância histórica, que marcou uma expressiva conquista das pessoas portadoras de deficiência visual, problema que, ao impedir-lhes a leitura, compromete também seu desenvolvimento pessoal, acesso à educação e, em consequência, ao mercado de trabalho.

Conforme ressalta a Exposição de Motivos, atualmente menos de 5% das obras publicadas estão disponíveis em formato acessível para o uso daquelas pessoas. Nos países em desenvolvimento – onde, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), residem mais de 90% das 314 milhões de pessoas com deficiência visual –, este percentual não passa de 1%. “Em razão dos índices alarmantes, a escassez de obras em formato acessível ficou conhecida como “fome de livros”, assinala.

Resultado de grande esforço diplomático brasileiro no âmbito do Comitê Permanente de Direitos Autorais da OMPI, o Tratado em pauta busca não apenas atender demanda histórica das pessoas com deficiência visual, mas visa também à promoção do aumento da produção e da distribuição de obras em formatos acessíveis aos beneficiários do acordo.

Para alcançar este resultado, o Brasil atuou em estreita coordenação com delegações de países em desenvolvimento e desenvolvidos, contando também com a colaboração de membros da OMPI e com o engajamento de representantes da sociedade civil organizada na defesa de

princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das quais o País é signatário, como o princípio da não discriminação, da igualdade de oportunidades para todos e da sua inclusão plena e efetiva na sociedade.

Importa destacar que os dispositivos contidos no presente instrumento internacional em nada diminuem a importância que se confere à proteção ao direito do autor como incentivo e recompensa para criações literárias e artísticas, mas mantém o equilíbrio entre a proteção e o interesse público mais amplo, estabelecendo limitações e exceções àquela, de modo a possibilitar o acesso de pessoas com deficiência visual ou outras dificuldades a textos impressos e obras em formato acessível. Flexibiliza, ademais, as regras concernentes à sua circulação dessas obras através das fronteiras.

Dada a importância do presente Tratado, os Ministérios signatários da Exposição de Motivos recomendam, acertadamente, a sua aprovação nos termos do que dispõe a Emenda Constitucional nº 5, de 8 de dezembro de 2004, isto é, mediante rito que lhe confere o status de norma constitucional, conforme já observado na Câmara dos Deputados.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao texto Impresso”, celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora 5



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 347, DE 2015

(nº 57/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao

patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 344, de 2015

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Cultura e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

EMI nº 00004/2014 MRE SDH MinC

Brasília, 16 de Janeiro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar o Texto Impresso", concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013. O acordo já conta com a assinatura de cinquenta e oito países, incluindo o Brasil, e demanda vinte ratificações para entrar em vigor.

2. O presente Tratado visa a reparar a escassez de publicação de obras em formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual, problema que lhes impede o acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades. Atualmente, menos de 5% das obras publicadas estão disponíveis em formato acessível para o uso daquelas pessoas. Nos países em desenvolvimento – onde, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), residem mais de 90% das 314 milhões de pessoas com deficiência visual –, este percentual não passa de 1%. Em razão dos índices alarmantes, a escassez de obras em formato acessível ficou conhecida como a "fome de livros".

3. Para cumprir seus objetivos primordiais, o novo instrumento estabelece duas exceções aos direitos autorais que permitirão (a) a livre produção e distribuição de obras em formato acessível no território das Partes Contratantes e (b) o intercâmbio transfronteiriço desimpedido destes formatos. Este último dispositivo contribuirá para expandir, de forma significativa, sobretudo nos países em desenvolvimento, o acesso das pessoas com deficiência visual ao conhecimento, na medida em que permitirá o compartilhamento de formatos acessíveis produzidos em uma Parte Contratante com beneficiários residentes de quaisquer outras Partes.

4. O Tratado de Marraqueche foi resultado de grande esforço diplomático do País no âmbito do Comitê Permanente de Direitos Autorais (SCCR, sigla em inglês) da OMPI. Originou-se de proposta apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, em maio de 2009, que visava a atender demanda concreta e histórica das pessoas com deficiência visual por acesso a obras literárias em formatos acessíveis. Durante todo o processo negociador, o Brasil atuou em estreita coordenação com Delegações de países em desenvolvimento e desenvolvidos visando à adoção de um acordo efetivo, que promovesse, na prática, o aumento da produção e da distribuição de formatos acessíveis para os beneficiários do tratado. Destaque-se que as tratativas contaram não só com o engajamento dos Membros da OMPI, mas também de numerosos representantes da sociedade civil organizada na defesa de causas de interesse público.

5. O Tratado de Marraqueche alicerçou-se, dos pontos de vista político e jurídico, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi o primeiro tratado de direitos humanos internalizado no sistema jurídico brasileiro com status de norma constitucional, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004. O Artigo 30.3 da referida Convenção constituiu mandato claro para o processo negociador que teve lugar na OMPI, ao prever que "os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua uma barreira injustificável ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a materiais culturais".

6. Tendo em vista o que precede, os Ministérios que assinam esta Exposição de Motivos recomendam que o Tratado de Marraqueche, por suas motivações e por basear-se em mandato originado na Convenção das Nações Unidas, seja ratificado com status de norma constitucional, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004. O acordo não apenas prevê uma limitação aos direitos exclusivos dos autores, mas o faz com o objetivo de favorecer a plena realização dos direitos das pessoas com deficiência, em consonância com as normativas internacionais de direitos humanos. Vale destacar que esta recomendação também conta com o respaldo das organizações da sociedade civil que apoiaram a participação brasileira no processo negociador.

7. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 84, inciso VIII, combinado com o Art. 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado , Marta Teresa Suplicy, Maria do Rosario Nunes

Urgentíssimo

Ofício Nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI

Brasília, em 26 de maio de 2015.

Senhor Presidente,

Cumpre-me informar Vossa Excelência de que foram detectados erros na tradução para o português do "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso", concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013, e ora em trâmite nessa Câmara dos Deputados pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 57/2015.

2. Com vistas a adequar o texto em português às versões autênticas em inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe, seria necessário proceder às seguintes alterações:

A Sua Excelência o Senhor
Presidente da Câmara dos Deputados
Deputado Eduardo Cunha

Secretaria-Geral da Mesa Diretora
Porto 11432
Ass. J. C. Mendes
Dir. Gen. 18:03
Fres.

Fls. 2 do Ofício Nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI

- Artigo 3º, b):

Onde se lê: "b) que tenha deficiência visual ou qualquer outra deficiência perceptiva de leitura que não possa ser corrigida para se obter um grau de visão similar ao de uma pessoa que não tenha deficiência,"

Leia-se: "b) que tenha deficiência visual ou outra deficiência de percepção ou de leitura que não possa ser corrigida para se obter uma acuidade visual substancialmente equivalente à de uma pessoa que não tenha esse tipo de deficiência ou dificuldade, e para quem é impossível ler material impresso de uma forma substancialmente equivalente à de uma pessoa sem deficiência ou dificuldade; ou"

- Artigo 4º, 4:

Onde se lê: "4. Uma Parte Contratante poderá restringir as limitações ou exceções nos termos deste Artigo às obras publicadas que (...)"

Leia-se: "4. Uma Parte Contratante poderá restringir as limitações ou



Fls. 3 do Ofício Nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI

exceções nos termos deste Artigo às obras que (...) "

- Artigo 5º, 2, (b):

Onde se lê: "(...) em conformidade com o disposto no Artigo 2º (...)"

Leia-se: "(...) em conformidade com o disposto no Artigo 2º(c) (...)"

- Nota de rodapé nº 7:

Onde se lê: "(...) para seguir suas práticas conforme o Artigo 2º."

Leia-se: "(...) para seguir suas práticas conforme o Artigo 2º(c)."

- Artigo 9º, 2:

Onde se lê: "(...) disponibilizarem informações sobre suas práticas conforme o Artigo 2º, (...)"

Leia-se: "(...) disponibilizarem informações sobre suas práticas conforme o Artigo 2º(c), (...)"

Fls. 4 do Ofício Nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI

- Artigo 11:

Os parágrafos que estavam numerados 1, 2, 3 e 4 foram alterados,
conforme as versões oficiais, para (a), (b), (c) e (d).

- Nota de rodapé nº 13:

Onde se lê: "(...) se qualifica como uma obra nos termos do Artigo 2º, (...) "

Leia-se: "(...) se qualifica como uma obra nos termos do Artigo 2º(a), (...) "

- Artigo 12, 1:

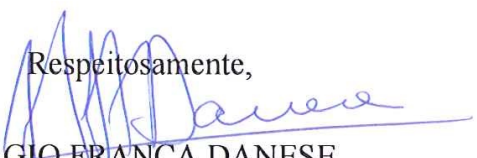
Onde se lê: "(...) seus direitos e obrigações particulares e suas
flexibilidades."

Leia-se: "(...) seus direitos e obrigações internacionais particulares e as
flexibilidades derivadas destes últimos."

Fls. 6 do Ofício Nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI

Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso", para a substituição daquele que acompanha o PDC nº 57/2015. Muito agradeceria a Vossa Excelência fazer inserir o presente Ofício nos autos do PDC nº 57/2015.

Respeitosamente,


SÉRGIO FRANÇA DANESE
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

Marraqueche, 17 a 28 de junho de 2013

**TRATADO DE MARRAQUECHE PARA FACILITAR O ACESSO A OBRAS
PUBLICADAS ÀS PESSOAS CEGAS, COM DEFICIÊNCIA VISUAL OU COM OUTRAS
DIFICULDADES PARA TER ACESSO AO TEXTO IMPRESSO**

Adotado pela Conferência Diplomática

Preâmbulo

As Partes Contratantes,

Recordando os princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades, da acessibilidade e da participação e inclusão plena e efetiva na sociedade, proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

Conscientes dos desafios que são prejudiciais ao desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, que limitam a sua liberdade de expressão, incluindo a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de toda espécie em condições de igualdade com as demais pessoas mediante todas as formas de comunicação de sua escolha, assim como o gozo do seu direito à educação e a oportunidade de realizar pesquisas,

Enfatizando a importância da proteção ao direito de autor como incentivo e recompensa para as criações literárias e artísticas e a de incrementar as oportunidades para todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, de participar na vida cultural da comunidade, desfrutar das artes e compartilhar o progresso científico e seus benefícios,

Cientes das barreiras que enfrentam as pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso para alcançarem oportunidades iguais na sociedade, e da necessidade de ampliar o número de obras em formatos acessíveis e de aperfeiçoar a circulação de tais obras,

Considerando que a maioria das pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso vive em países em desenvolvimento e em países de menor desenvolvimento relativo,

Reconhecendo que, apesar das diferenças existentes nas legislações nacionais de direito de autor, o impacto positivo das novas tecnologias de informação e comunicação na vida das pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso pode ser reforçado por um marco jurídico aprimorado no plano internacional,

Reconhecendo que muitos Estados Membros estabeleceram exceções e limitações em suas legislações nacionais de direito de autor destinadas a pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, mas que ainda há uma escassez permanente de exemplares disponíveis em formato acessível para essas pessoas; que são necessários recursos consideráveis em seus esforços para tornar as obras acessíveis a essas pessoas; e que a falta de possibilidade de intercâmbio transfronteiriço de exemplares em formato acessível exige a duplicação desses esforços,

Reconhecendo tanto a importância do papel dos titulares de direitos em tornar suas obras acessíveis a pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, como a importância de limitações e exceções adequadas para tornar as obras acessíveis a essas pessoas, em particular quando o mercado é incapaz de prover tal acesso,

Reconhecendo a necessidade de se manter um equilíbrio entre a proteção efetiva dos direitos dos autores e o interesse público mais amplo, em especial no que diz respeito à educação, pesquisa e acesso à informação, e que esse equilíbrio deve facilitar às pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso o acesso efetivo e tempestivo às obras,

Reafirmando as obrigações contraídas pelas Partes Contratantes em virtude de tratados internacionais vigentes em matéria de proteção ao direito de autor, bem como a importância e a flexibilidade da regra dos três passos relativa às limitações e exceções, prevista no Artigo 9.2 da Convenção de Berna sobre a Proteção de Obras Literárias e Artísticas e em outros instrumentos internacionais,

Recordando a importância das recomendações da Agenda do Desenvolvimento, adotada em 2007 pela Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que visa a assegurar que as considerações relativas ao desenvolvimento sejam parte integrante do trabalho da Organização,

Reconhecendo a importância do sistema internacional de direito de autor e visando harmonizar as limitações e exceções com vistas a facilitar o acesso e o uso de obras por pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Relação com outras convenções e tratados

Nenhuma disposição do presente Tratado derogará quaisquer obrigações que as Partes Contratantes tenham entre si em virtude de outros tratados, nem prejudicará quaisquer direitos que uma Parte Contratante tenha em virtude de outros tratados.

Artigo 2º

Definições

Para os efeitos do presente Tratado:

a) "obras" significa as obras literárias e artísticas no sentido do Artigo 2.1 da Convenção de Berna sobre a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, em forma de texto, notação e/ou ilustrações conexas, que tenham sido publicadas ou tornadas disponíveis publicamente por qualquer meio.¹

b) "exemplar em formato acessível" significa a reprodução de uma obra de uma maneira ou forma alternativa que dê aos beneficiários acesso à obra, inclusive para permitir que a pessoa tenha acesso de maneira tão prática e cômoda como uma pessoa sem deficiência visual ou sem outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. O exemplar em formato acessível é utilizado exclusivamente por beneficiários e deve respeitar a integridade da obra original, levando em devida consideração as alterações necessárias para tornar a obra acessível no formato alternativo e as necessidades de acessibilidade dos beneficiários.

¹ Declaração acordada relativa ao Artigo 2º(a): Para os efeitos do presente Tratado, fica entendido que nesta definição se encontram compreendidas as obras em formato áudio, como os audiolivros.

c) "entidade autorizada" significa uma entidade que é autorizada ou reconhecida pelo governo para prover aos beneficiários, sem intuito de lucro, educação, formação pedagógica, leitura adaptada ou acesso à informação. Inclui, também, instituição governamental ou organização sem fins lucrativos que preste os mesmos serviços aos beneficiários como uma de suas atividades principais ou obrigações institucionais.²

A entidade autorizada estabelecerá suas próprias práticas e as aplicará:

- i) para determinar que as pessoas a que serve são beneficiárias;
- ii) para limitar aos beneficiários e/ou às entidades autorizadas a distribuição e colocação à disposição de exemplares em formato acessível;
- iii) para desencorajar a reprodução, distribuição e colocação à disposição de exemplares não autorizados; e
- iv) para exercer o devido cuidado no uso dos exemplares das obras e manter os registros deste uso, respeitando a privacidade dos beneficiários em conformidade com o Artigo 8º.

Artigo 3º

Beneficiários

Será beneficiário toda pessoa:

- a) cega;
- b) que tenha deficiência visual ou outra deficiência de percepção ou de leitura que não possa ser corrigida para se obter uma acuidade visual substancialmente equivalente à de uma pessoa que não tenha esse tipo de deficiência ou dificuldade, e para quem é impossível ler material impresso de uma forma substancialmente equivalente à de uma pessoa sem deficiência ou dificuldade; ou³
- c) que esteja impossibilitada, de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos da forma que normalmente seria apropriado para a leitura;

independentemente de quaisquer outras deficiências.

Artigo 4º

Limitações e Exceções na Legislação Nacional sobre Exemplares em Formato Acessível

1. (a) As Partes Contratantes estabelecerão na sua legislação nacional de direito de autor uma limitação ou exceção aos direitos de reprodução, de distribuição, bem como de colocação à disposição do público, tal como definido no Tratado da OMPI sobre Direito de Autor, para facilitar a disponibilidade de obras em formatos acessíveis aos beneficiários. A limitação ou exceção prevista na legislação nacional deve permitir as alterações necessárias para tornar a obra acessível em formato alternativo.

(b) As Partes Contratantes podem também estabelecer uma exceção ao direito de representação ou execução pública para facilitar o acesso a obras para beneficiários.

² Declaração acordada relativa ao Artigo 2º(c): Para os efeitos do presente Tratado, fica entendido que "entidades reconhecidas pelo governo" poderá incluir entidades que recebam apoio financeiro do governo para fornecer aos beneficiários, sem fins lucrativos, educação, formação pedagógica, leitura adaptada ou acesso à informação.

³ Declaração acordada relativa ao Artigo 3º(b): Nada nessa linguagem implica que "não pode ser corrigida" requer o uso de todos os procedimentos de diagnóstico e tratamentos médicos possíveis.

2. Uma Parte Contratante poderá cumprir o disposto no Artigo 4º(1) para todos os direitos nele previstos, mediante o estabelecimento de uma limitação ou exceção em sua legislação nacional de direitos de autor de tal forma que:

(a) Seja permitido às entidades autorizadas, sem a autorização do titular dos direitos de autor, produzir um exemplar em formato acessível de uma obra, obter de outra entidade autorizada uma obra em formato acessível e fornecer tais exemplares para o beneficiário, por qualquer meio, inclusive por empréstimo não-comercial ou mediante comunicação eletrônica por fio ou sem fio; e realizar todas as medidas intermediárias para atingir esses objetivos, quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- i) a entidade autorizada que pretenda realizar tal atividade tenha acesso legal à obra ou a um exemplar da obra;
- ii) a obra seja convertida para um exemplar em formato acessível, o que pode incluir quaisquer meios necessários para consultar a informação nesse formato, mas não a introdução de outras mudanças que não as necessárias para tornar a obra acessível aos beneficiários;
- iii) os exemplares da obra no formato acessível sejam fornecidos exclusivamente para serem utilizados por beneficiários; e
- iv) a atividade seja realizada sem fins lucrativos;

e

(b) Um beneficiário, ou alguém agindo em seu nome, incluindo a pessoa principal que cuida do beneficiário ou se ocupe de seu cuidado, poderá produzir um exemplar em formato acessível de uma obra para o uso pessoal do beneficiário ou de outra forma poderá ajudar o beneficiário a produzir e utilizar exemplares em formato acessível, quando o beneficiário tenha acesso legal a essa obra ou a um exemplar dessa obra.

3. Uma Parte Contratante poderá cumprir o disposto no Artigo 4º(1) estabelecendo outras limitações ou exceções em sua legislação nacional de direito de autor nos termos dos Artigos 10 e 11.⁴

4. Uma Parte Contratante poderá restringir as limitações ou exceções nos termos deste Artigo às obras que, no formato acessível em questão, não possam ser obtidas comercialmente sob condições razoáveis para os beneficiários naquele mercado. Qualquer Parte Contratante que exercer essa faculdade deverá declará-la em uma notificação depositada junto ao Diretor-Geral da OMPI no momento da ratificação, aceitação ou adesão a esse Tratado ou em qualquer momento posterior.⁵

5. Caberá à lei nacional determinar se as exceções ou limitações a que se refere o presente artigo estão sujeitas à remuneração.

Artigo 5º

Intercâmbio Transfronteiriço de Exemplares em Formato Acessível

1. As Partes Contratantes estabelecerão que, se um exemplar em formato acessível de uma obra é produzido ao amparo de uma limitação ou exceção ou de outros meios legais, este exemplar em formato acessível poderá ser distribuído ou colocado à disposição por uma

⁴ Declaração acordada relativa ao Artigo 4º(3): Fica entendido que este parágrafo não reduz nem estende o âmbito de aplicação das limitações e exceções permitidas pela Convenção de Berna no que diz respeito ao direito de tradução, com referência a pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.

⁵ Declaração acordada relativa ao Artigo 4º(4): Fica entendido que o requisito da disponibilidade comercial não prejudica se a limitação ou exceção nos termos deste artigo é ou não consistente com o teste dos três passos.

entidade autorizada a um beneficiário ou a uma entidade autorizada em outra Parte Contratante.⁶

2. Uma Parte Contratante poderá cumprir o disposto no Artigo 5º(1) instituindo uma limitação ou exceção em sua legislação nacional de direito de autor de tal forma que:

(a) será permitido às entidades autorizadas, sem a autorização do titular do direito, distribuir ou colocar à disposição para o uso exclusivo dos beneficiários exemplares em formato acessível a uma entidade autorizada em outra Parte Contratante; e

(b) será permitido às entidades autorizadas, sem a autorização do titular do direito e em conformidade com o disposto no Artigo 2º(c), distribuir ou colocar à disposição exemplares em formato acessível a um beneficiário em outra Parte Contratante;

desde que antes da distribuição ou colocação à disposição, a entidade autorizada originária não saiba ou tenha motivos razoáveis para saber que o exemplar em formato acessível seria utilizado por outras pessoas que não os beneficiários.⁷

3. Uma Parte Contratante poderá cumprir o disposto no Artigo 5º(1) instituindo outras limitações ou exceções em sua legislação nacional de direito de autor nos termos do Artigo 5º(4), 10 e 11.

4. (a) Quando uma entidade autorizada em uma Parte Contratante receber um exemplar em formato acessível nos termos do artigo 5º(1) e essa Parte Contratante não tiver as obrigações decorrentes do Artigo 9 da Convenção de Berna, a Parte Contratante garantirá, de acordo com suas práticas e seu sistema jurídico, que os exemplares em formato acessível serão reproduzidos, distribuídos ou colocados à disposição apenas para o proveito dos beneficiários na jurisdição dessa Parte Contratante.

(b) A distribuição e a colocação à disposição de exemplares em formato acessível por uma entidade autorizada nos termos do Artigo 5º(1) deverá ser limitada a essa jurisdição, salvo se a Parte Contratante for parte do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor ou de outra forma limitar as exceções e limitações ao direito de distribuição e ao direito de colocação à disposição do público que implementam esse Tratado a determinados casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificadamente os interesses legítimos do titular do direito.^{8 9}

(c) Nada neste Artigo afeta a determinação do que constitui um ato de distribuição ou um ato de colocação à disposição do público.

5. Nada neste Tratado será utilizado para tratar da questão da exaustão de direitos.

Artigo 6º

⁶ Declaração acordada relativa ao Artigo 5º(1): Fica entendido ainda que nada neste Tratado reduz ou estende o âmbito de direitos exclusivos sob qualquer outro Tratado.

⁷ Declaração acordada relativa ao Artigo 5º(2): Fica entendido que, para distribuir ou colocar à disposição exemplares em formato acessível diretamente a beneficiários em outra Parte Contratante, pode ser apropriado para uma entidade autorizada aplicar medidas adicionais para confirmar que a pessoa que ela está servindo é uma pessoa beneficiária e para seguir suas práticas conforme o Artigo 2º(c).

⁸ Declaração acordada relativa ao Artigo 5º(4)(b): Fica entendido que nada neste Tratado requer ou implica que uma Parte Contratante adote ou aplique o teste dos três passos além de suas obrigações decorrentes deste instrumento ou de outros tratados internacionais.

⁹ Declaração acordada relativa ao Artigo 5º(4)(b): Fica entendido que nada neste Tratado cria quaisquer obrigações para uma Parte Contratante ratificar ou aceder ao Tratado da OMPI sobre Direito de Autor (WCT) ou de cumprir quaisquer de seus dispositivos e nada neste Tratado prejudica quaisquer direitos, limitações ou exceções contidos no Tratado da OMPI sobre Direito de Autor (WCT).

Importação de Exemplares em Formato Acessível

Na medida em que a legislação nacional de uma Parte Contratante permita que um beneficiário, alguém agindo em seu nome, ou uma entidade autorizada produza um exemplar em formato acessível de uma obra, a legislação nacional dessa Parte Contratante permitirá, também, que eles possam importar um exemplar em formato acessível para o proveito dos beneficiários, sem a autorização do titular do direito.¹⁰

Artigo 7º

Obrigações Relativas a Medidas Tecnológicas

As Partes Contratantes adotarão medidas adequadas que sejam necessárias para assegurar que, quando estabeleçam proteção legal adequada e recursos jurídicos efetivos contra a neutralização de medidas tecnológicas efetivas, essa proteção legal não impeça que os beneficiários desfrutem das limitações e exceções previstas neste Tratado.¹¹

Artigo 8º

Respeito à Privacidade

Na implementação das limitações e exceções previstas neste Tratado, as Partes Contratantes empenhar-se-ão para proteger a privacidade dos beneficiários em condições de igualdade com as demais pessoas.

Artigo 9º

Cooperação para Facilitar o Intercâmbio Transfronteiriço

1. As Partes Contratantes envidarão esforços para promover o intercâmbio transfronteiriço de exemplares em formato acessível incentivando o compartilhamento voluntário de informações para auxiliar as entidades autorizadas a se identificarem. O Escritório Internacional da OMPI estabelecerá um ponto de acesso à informação para essa finalidade.

2. As Partes Contratantes comprometem-se a auxiliar suas entidades autorizadas envolvidas em atividades nos termos do Artigo 5º a disponibilizarem informações sobre suas práticas conforme o Artigo 2º(c), tanto pelo compartilhamento de informações entre entidades autorizadas como pela disponibilização de informações sobre as suas políticas e práticas, inclusive as relacionadas com o intercâmbio transfronteiriço de exemplares em formato acessível, às partes interessadas e membros do público, conforme apropriado.

3. O Escritório Internacional da OMPI é convidado a compartilhar informações, quando disponíveis, sobre o funcionamento do presente Tratado.

4. As Partes Contratantes reconhecem a importância da cooperação internacional e de sua promoção em apoio aos esforços nacionais para a realização do propósito e dos objetivos deste Tratado.¹²

¹⁰ Declaração acordada relativa ao Artigo 6º: Fica entendido que as Partes Contratantes têm as mesmas flexibilidades previstas no Artigo 4º na implementação de suas obrigações decorrentes do Artigo 6º.

¹¹ Declaração acordada relativa ao Artigo 7º: Fica entendido que as entidades autorizadas, em diversas circunstâncias, optam por aplicar medidas tecnológicas na produção, distribuição e colocação à disposição de exemplares em formato acessível e que nada aqui afeta tais práticas, quando estiverem em conformidade com a legislação nacional.

¹² Declaração acordada relativa ao Artigo 9º: Fica entendido que o Artigo 9º não implica um registro obrigatório para as entidades autorizadas nem constitui uma condição prévia para que as entidades autorizadas exerçam atividades reconhecidas pelo presente Tratado; confere, contudo, a possibilidade de compartilhamento de informações para facilitar o intercâmbio transfronteiriço de exemplares em formato acessível.

Artigo 10

Princípios Gerais sobre Implementação

1. As Partes Contratantes comprometem-se a adotar as medidas necessárias para garantir a aplicação do presente Tratado.
2. Nada impedirá que as Partes Contratantes determinem a forma mais adequada de implementar as disposições do presente Tratado no âmbito de seus ordenamentos jurídicos e práticas legais.¹³
3. As Partes Contratantes poderão exercer os seus direitos e cumprir com as obrigações previstas neste Tratado por meio de limitações ou exceções específicas em favor dos beneficiários, outras exceções ou limitações, ou uma combinação de ambas no âmbito de seus ordenamentos jurídicos e práticas legais nacionais. Estas poderão incluir decisões judiciais, administrativas ou regulatórias em favor dos beneficiários, relativa a práticas, atos ou usos justos que permitam satisfazer as suas necessidades, em conformidade com os direitos e obrigações que as Partes Contratantes tenham em virtude da Convenção de Berna, de outros tratados internacionais e do Artigo 11.

Artigo 11

Obrigações Gerais sobre Limitações e Exceções

Ao adotar as medidas necessárias para assegurar a aplicação do presente Tratado, uma Parte Contratante poderá exercer os direitos e deverá cumprir com as obrigações que essa Parte Contratante tenha no âmbito da Convenção de Berna, do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio e do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor, incluindo os acordos interpretativos dos mesmos, de modo que:

- (a) em conformidade com o Artigo 9(2) da Convenção de Berna, a Parte Contratante pode permitir a reprodução de obras em certos casos especiais, contanto que tal reprodução não afete a exploração normal da obra nem cause prejuízo injustificado aos interesses legítimos do autor;
- (b) em conformidade com o Artigo 13 do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio, a Parte Contratante deverá restringir as limitações ou exceções aos direitos exclusivos a determinados casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificadamente os interesses legítimos do titular do direito;
- (c) em conformidade com o Artigo 10(1) do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor, a Parte Contratante pode prever limitações ou exceções aos direitos concedidos aos autores no âmbito do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor em certos casos especiais, que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem os interesses legítimos do autor;
- (d) em conformidade com o Artigo 10(2) do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor, a Parte Contratante deve restringir, ao aplicar a Convenção de Berna, qualquer limitação ou exceção aos direitos a determinados casos especiais que não conflitem com a exploração normal da obra e não prejudiquem injustificadamente os interesses legítimos do autor.

¹³ Declaração acordada relativa ao Artigo 10(2): Fica entendido que quando uma obra se qualifica como uma obra nos termos do Artigo 2º(a), incluindo as obras em formato de áudio, as limitações e as exceções previstas pelo presente Tratado se aplicam *mutatis mutandis* aos direitos conexos, conforme necessário para fazer o exemplar em formato acessível, para distribuí-lo e para colocá-lo à disposição dos beneficiários.

Artigo 12

Outras Limitações e Exceções

1. As Partes Contratantes reconhecem que uma Parte Contratante pode implementar em sua legislação nacional outras limitações e exceções ao direito de autor para o proveito dos beneficiários além das previstas por este Tratado, tendo em vista a situação econômica dessa Parte Contratante e suas necessidades sociais e culturais, em conformidade com os direitos e obrigações internacionais dessa Parte Contratante, e, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo, levando em consideração suas necessidades especiais, seus direitos e obrigações internacionais particulares e as flexibilidades derivadas destes últimos.

2. Este Tratado não prejudica outras limitações e exceções para pessoas com deficiência previstas pela legislação nacional.

Artigo 13

Assembleia

1. (a) As Partes Contratantes terão uma Assembleia.

(b) Cada Parte Contratante será representada na Assembleia por um delegado, que poderá ser assistido por suplentes, assessores ou especialistas.

(c) Os gastos de cada delegação serão custeados pela Parte Contratante que tenha designado a delegação. A Assembleia pode pedir à OMPI que conceda assistência financeira para facilitar a participação de delegações de Partes Contratantes consideradas países em desenvolvimento, em conformidade com a prática estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ou que sejam países em transição para uma economia de mercado.

2. (a) A Assembleia tratará as questões relativas à manutenção e desenvolvimento deste Tratado e da aplicação e operação deste Tratado.

(b) A Assembleia realizará a função a ela atribuída pelo Artigo 15 no que diz respeito à admissão de certas organizações intergovernamentais como Parte do presente Tratado.

(c) A Assembleia decidirá a convocação de qualquer conferência diplomática para a revisão deste Tratado e dará as instruções necessárias ao Diretor-Geral da OMPI para a preparação de tal conferência diplomática.

3. (a) Cada Parte Contratante que seja um Estado terá um voto e votará apenas em seu próprio nome.

(b) Toda Parte Contratante que seja uma organização intergovernamental poderá participar na votação, no lugar de seus Estados Membros, com um número de votos igual ao número de seus Estados Membros que sejam parte deste Tratado. Nenhuma dessas organizações intergovernamentais poderá participar na votação se qualquer um de seus Estados Membros exercer seu direito ao voto e vice-versa.

4. A Assembleia se reunirá mediante convocação do Diretor-Geral e, na ausência de circunstâncias excepcionais, durante o mesmo período e no mesmo local que a Assembleia Geral da OMPI.

5. A Assembleia procurará tomar as suas decisões por consenso e estabelecerá suas próprias regras de procedimento, incluindo a convocação de sessões extraordinárias, os requisitos de quórum e, sujeita às disposições do presente Tratado, a maioria exigida para os diversos tipos de decisões.

Artigo 14 Escritório Internacional

O Escritório Internacional da OMPI executará as tarefas administrativas relativas a este Tratado.

Artigo 15 Condições para se tornar Parte do Tratado

(1) Qualquer Estado Membro da OMPI poderá se tornar parte deste Tratado.

(2) A Assembleia poderá decidir a admissão de qualquer organização intergovernamental para ser parte do Tratado que declare ter competência e ter sua própria legislação vinculante para todos seus Estados Membros sobre os temas contemplados neste Tratado e que tenha sido devidamente autorizada, em conformidade com seus procedimentos internos, a se tornar parte deste Tratado.

(3) A União Europeia, tendo feito a declaração mencionada no parágrafo anterior na Conferência Diplomática que adotou este Tratado, poderá se tornar parte deste Tratado.

Artigo 16 Direitos e Obrigações do Tratado

Salvo qualquer dispositivo específico em contrário neste Tratado, cada Parte Contratante gozará de todos os direitos e assumirá todas as obrigações decorrentes deste Tratado.

Artigo 17 Assinatura do Tratado

Este Tratado ficará aberto para assinatura na Conferência Diplomática de Marraqueche, e, depois disso, na sede da OMPI, por qualquer parte que reúna as condições para tal fim, durante um ano após sua adoção.

Artigo 18 Entrada em Vigor do Tratado

Este Tratado entrará em vigor três meses após 20 partes que reúnam as condições referidas no Artigo 15 tenham depositado seus instrumentos de ratificação ou adesão.

Artigo 19 Data da Produção de Efeitos das Obrigações do Tratado

O presente Tratado produzirá efeitos:

(a) para as 20 Partes referidas no Artigo 18, a partir da data de entrada em vigor do Tratado;

(b) para qualquer outra Parte referida no Artigo 15, a partir do término do prazo de três meses contados da data em que tenha sido feito o depósito do instrumento de ratificação ou adesão junto ao Diretor-Geral da OMPI;

Artigo 20 Denúncia do Tratado

Qualquer Parte Contratante poderá denunciar o presente Tratado mediante notificação dirigida ao Diretor-Geral da OMPI. A denúncia produzirá efeitos após um ano da data em que o Diretor-Geral da OMPI tenha recebido a notificação.

Artigo 21 Línguas do Tratado

(1) O presente tratado é assinado em um único exemplar original nas línguas inglesa, árabe, chinesa, francesa, russa e espanhola, sendo todas elas igualmente autênticas.

(2) A pedido de uma parte interessada, o Diretor-Geral da OMPI estabelecerá um texto oficial em qualquer outra língua não referida no Artigo 21(1), após consulta com todas as partes interessadas. Para efeitos do disposto neste parágrafo, por "parte interessada" se entende qualquer Estado Membro da OMPI cuja língua oficial, ou uma das línguas oficiais, esteja implicada e a União Europeia, bem como qualquer outra organização intergovernamental que possa se tornar Parte do presente Tratado, se estiver implicada uma de suas línguas oficiais.

Artigo 22 Depositário

O Diretor-Geral da OMPI é o depositário do presente Tratado.

Feito em Marraqueche, no dia 27 de Junho de 2013

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2015 (nº 102, de 2015, na Câmara dos Deputados), da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.*

RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383 de 2015 (nº 102, de 2015, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário em 29 de outubro de 2015, após passar pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 370, de 12 de novembro de 2014, do Poder Executivo, que encaminha o texto do acordo ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 00167/2014 (MRE DJ), de 24 de abril de 2014, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

O documento informa que o Tratado, composto de dezessete artigos, “busca facultar às pessoas privadas de liberdade, em razão de decisão judicial transitada em julgado, a possibilidade de cumprimento da pena em seu país de origem”. Nesse sentido, lembra que o documento “inscreve-se (...) num quadro que favorece a reinserção social das pessoas condenadas e observa o respeito aos direitos humanos decorrentes das normas e princípios reconhecidos universalmente”.

A matéria foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 4 de novembro de 2015, não havendo sido apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreço contempla matéria inserida nos domínios da cooperação jurídica internacional. Cuida-se, em derradeira análise, de cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural. Nada mais justo, na medida em que a pena visa, também, à reinserção do sentenciado no convívio em sociedade.

Assim, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratados sobre transferência de pessoas condenadas, como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais.

O texto acordado segue, em linhas gerais e tendo em conta as peculiaridades das Partes, os tratados celebrados pela República na mesma área temática, no âmbito bilateral, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza celebrados por outras soberanias.

Aspecto relevante em atos dessa natureza é a manifestação de vontade da pessoa a ser transferida (art. 3º, 1, e). O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado administrador, a Parte para a qual a pessoa condenada pode ser ou foi transferida, respeitar a natureza legal e a duração da pena, como determinado pelo Estado sentenciador (Artigo 10, 3). Apenas o Estado sentenciador poderá conceder perdão, anistia ou



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

comutação da pena (artigo 11) e terá o direito de decidir sobre qualquer recurso interposto para revisão da sentença (Artigo 12).

O Tratado estabelece, ainda, que ele será aplicável à execução de penas impostas antes ou depois de sua entrada em vigor (Artigo 17, 3). Há, por igual, a designação das autoridades centrais para o propósito de facilitar as comunicações entre as Partes (Artigo 5º). Para o Japão, será o Ministério dos Negócios Estrangeiros; para o Brasil, o Ministério da Justiça.

III – VOTO

Por todo exposto, por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais; por ser constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2015.

Sala da Comissão,

,Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2015 (Nº 102/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E ACORDO TRADUZIDO

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1286886&filename=MSC+370/2014

(À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL)